

JULHO
DEZEMBRO
2018
ISSN 1519-4906

LÍNGUAS

e

**INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS**

Línguas e instrumentos lingüísticos 42 / Campinas: CNPq –
Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2018;
Unicamp, 1997-2018

Semestral.

ISSN 1519-4906

1. Linguística - Periódicos 2. Análise do discurso - Periódicos 3.
Semântica - Periódicos 4. História - Periódicos I. Universidade
Estadual de Campinas

CDD – 410.05
– 412.05
– 900

Copyright © 2018 dos Autores para efeito desta edição e posteriores. Direitos cedidos com exclusividade para publicação em língua portuguesa para o Projeto História das Idéias Lingüísticas e Editora RG.

Todos os direitos reservados.

O uso, a reprodução, a apropriação, o estoque em sistema de banco de dados ou processo similar, por meio eletrônico, por fotocópia, gravação ou processo de qualquer natureza (inclusive a partir do site www.revistalinguas.com), está condicionado à expressa permissão do Projeto História das Idéias Lingüísticas.

Coordenação editorial: Editora RG

Diagramação: Anderson Braga do Carmo, Fábio Bastos, Greciely Cristina da Costa, Renata Ortiz Brandão e Vinícius Massad Castro

Editoração eletrônica: Fábio Bastos

Capa: Fábio Bastos, sobre projeto gráfico original de Claudio Roberto Martini

Revisão: Equipe de revisores sob supervisão do Projeto História das Idéias Lingüísticas

Editora RG

Fone: 19 3289.1864

rg-e@uol.com.br

Edição eletrônica: www.revistalinguas.com
2018

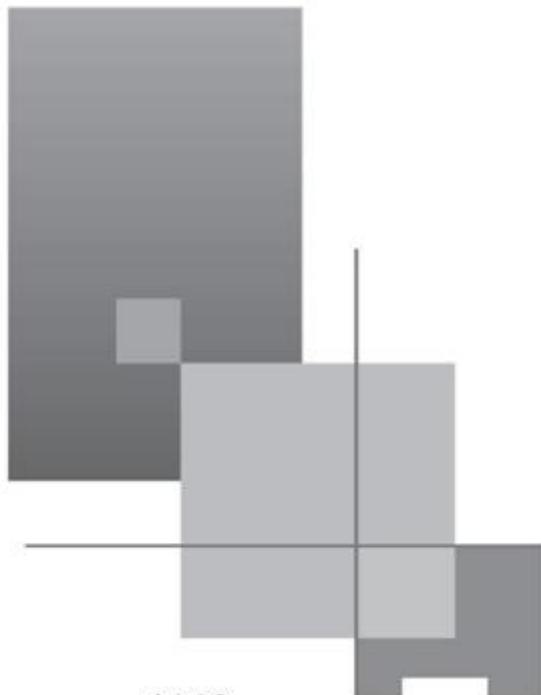
Impresso no Brasil

42

LÍNGUAS

e

INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS



2018

Edição: Projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil
Editora RG

Diretores/Editores: Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi

Editora Adjunta: Greciely Cristina da Costa

Comitê Editorial: Cristiane Dias (Unicamp), Eduardo Guimarães (Unicamp), Greciely Cristina da Costa (Unicamp), Sheila Elias de Oliveira (Unicamp).

Conselho Editorial: Ana Maria Di Renzo (Unemat), Bethania Sampaio Mariani (UFF), Carmen Lúcia Hernandez Agustini (UFU), Carolina Zucolillo Rodriguez (Unicamp), Cláudia Pfeiffer (Unicamp), Cláudia Reis (IFSP), Carlos Luis (Argentina), Charlotte Galves (Unicamp), Débora Massmann (Univás), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Eduardo Guimarães (Unicamp) Elvira Narvaja de Arnoux (Argentina) Eni P. Orlandi (Unicamp), Francine Mazière (França), Francis Henry Aubert (USP), Freda Indursky (UFRGS), Greciely Cristina da Costa (Unicamp) Jean-Claude Zancarini (França), José Horta Nunes (Unicamp), José Simão Sobrinho (UFU), José Luiz Fiorin (USP), Lauro Baldini (Unicamp), Leandro Alves Diniz (UFMG), Luiz Francisco Dias (UFMG), Maria Filomena Gonçalves (Portugal), Marlon Leal Rodrigues (UEMS), Mônica Zoppi-Fontana (Unicamp), Norman Fairclough (Inglaterra), Rainer Henrique Ramel (México), Rosa Attié Figueira (Unicamp), Sheila Elias de Oliveira (Unicamp), Silvana Serrani-Infante (Unicamp), Simone Delesalle (França), Suzy Lagazzi (Unicamp), Sylvain Auroux (França) e Taisir Mahmudo Karim (Unemat).

Secretaria de Redação: Anderson Braga do Carmo, Renata Ortiz Brandão e Vinícius Massad Castro.

Revisão dos artigos: Todos os artigos são revisados por pares observando-se os seguintes parâmetros: nível de contribuição para a comunidade científica, qualidade da escrita do texto, relevância da bibliografia.

Mês e ano dos fascículos: junho e dezembro

Periodicidade de circulação: semestral

ISSN: 1519-4906

Número sequencial de páginas: a numeração inicia sua contagem na página de olho da revista, figurando – em algarismos arábicos – a partir da página número cinco até o final.

SUMÁRIO

Apresentação.....6

Pêcheux diante da lógica fregeana: apontamentos sobre a relação entre objetividade e subjetividade.....10

Helson Flávio da Silva Sobrinho

A noção de direitos linguísticos e sua garantia no Brasil: entre a democracia e o fascismo.....33

Fernanda Castelano Rodrigues

A institucionalização do curso de licenciatura em Letras-Libras no Brasil: língua, sujeitos e sentidos.....57

Maraisa Lopes

A escola e a interdição da língua dos imigrantes alemães nas missões do RS.....72

Caroline Mallmann Schneiders e Yasmin S. Heinzmann

Visualizar, ler e compreender o dicionário Priberam: divisões políticas da língua no limiar do linguístico e do visual.....98

Guilherme Adorno

Entre o nomear e o escutar: a depressão.....139

Marcos Barbai

Deslocamentos de politização no discurso: um olhar semiótico sobre a mulher na política.....155

Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima

Orações conformativas em foco: uma análise centrada no uso.....175

Ivo da Costa do Rosário e Myllena Paiva Pinto

Expression of the third person in the parkatêjê language.....202

Nandra Ribeiro Silva, Ana Vilacy Moreira Galucio e Marília de Nazaré O. Ferreira

RESENHA

GUIMARÃES, E. Semântica: enunciação e sentido.
Campinas: Pontes Editores, 2018. pp. 282.....243

Anderson Braga do Carmo e Renata Ortiz Brandão

APRESENTAÇÃO

Em sua 42ª edição, a *Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos* publica dez textos dando assim continuidade ao trabalho de divulgação de pesquisas, estudos e análises voltadas à compreensão da linguagem, que privilegiam o funcionamento linguístico-discursivo, as tecnologias de linguagem e a história das ideias linguísticas em face de políticas de línguas, processos de institucionalização e produção do conhecimento. Além de uma **Resenha**, este número abriga nove artigos na **Seção Aberta**.

Intitulado “Pêcheux diante da lógica fregeana: apontamentos sobre a relação entre objetividade e subjetividade”, o artigo que abre a **Seção Aberta**, de autoria de Helson Flávio da Silva Sobrinho, apresenta o modo como as ideias de Gottlob Frege são convocadas por Michel Pêcheux, no livro *Semântica e Discurso* (ou *Les vérités de la Palice* em francês), para discutir e criticar a oposição entre objetividade e subjetividade. As considerações de Silva Sobrinho conduzem à observação do processo de articulação teórica e política proposta por Pêcheux acerca da concepção de sujeito constituído por determinações histórico-ideológicas.

No artigo “A noção de direitos linguísticos e sua garantia no Brasil: entre a democracia e o fascismo”, Fernanda Castelano Rodrigues discute os sentidos da noção de direitos linguísticos a partir do modo como se relacionam com os ditos “direitos humanos universais”, “direitos individuais” e “direitos coletivos”. A análise se centra nos processos de cooficialização de línguas no âmbito municipal e na declaração de línguas como patrimônio imaterial do Estado. A autora propõe observar como a noção de direitos linguísticos no Brasil se constitui por contradições que revelam a tensão entre sentidos fascistas e democráticos.

Em “A institucionalização do curso de licenciatura em Letras-Libras no Brasil: língua, sujeitos e sentidos”, Maraisa Lopes trata do processo de institucionalização de cursos de graduação na relação com os alunos com deficiência. Para tanto, analisa as políticas educacionais voltadas à entrada de pessoas com deficiência na universidade e as políticas de promoção da Libras. Assim, a autora mostra como essas políticas significam a deficiência como déficit e não como diferença enquanto as

políticas de promoção da Libras se detém no modo como se constituem os sentidos para essa língua em relação à língua portuguesa. Destaca-se o fato de Libras ser uma língua oficial, mas não nacional, no Brasil.

O artigo “A escola e a interdição da língua dos imigrantes alemães nas Missões do RS” de Caroline Mallmann Schneiders e Yasmin Schreiner Heinzmann aborda o processo de historicização da língua de imigrantes em face de políticas linguísticas impostas pelo Estado Novo. O corpus da pesquisa é composto de entrevistas realizadas com pessoas nascidas entre 1920 e 1940 na região das Missões do RS. As análises explicitam como se deu a interdição da língua alemã nessa região. Segundo as autoras, a língua alemã sofreu um processo de silenciamento, tendo a escola se configurado como um forte aparelho ideológico do estado na manutenção desse processo.

O artigo “Visualizar, ler e compreender o dicionário Priberam: divisões políticas da língua no limiar do linguístico e do visual” é de autoria de Guilherme Adorno. O autor analisa o processo de gramatização do português brasileiro tomando como objeto o Dicionário Priberam de Língua Portuguesa (DPLP) em sua versão digital. A partir de uma relação de recobrimento entre a designação “português contemporâneo” com “português europeu” e “português do Brasil”, o autor dá início a uma reflexão sobre as “ferramentas lexicográficas digitais”. As análises mostram como os saberes linguísticos e informáticos se sobredeterminam reorganizando os sentidos do local, do global e do nacional numa produção lexicográfica.

Em “Entre o nomear e o escutar: a depressão”, Marcos Barbai analisa o funcionamento político dos sentidos do nome “depressão”. Como nome próprio de um blog, “Diva Depressão”, depressão faz funcionar os sentidos da cura, da correção e da medicalização. Sentidos estes possíveis, como analisa o autor, a partir da legitimação do nome enquanto um distúrbio psíquico seriado e ordenado gradativamente em manuais como o DSM (*Diagnostical Statistical Manual of Mental Disorders*) e a Escala de Hamilton (HAM – D), por exemplo. Os sintomas são aí, como explica o autor, “signo inteiramente transparente da doença”.

O artigo “Deslocamentos de politização no discurso: um olhar semiótico sobre a mulher na política” de Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima apresenta uma análise sobre como o discurso midiático significa o lugar da mulher na política. O corpus do artigo é

uma matéria da revista *IstoÉ*, publicada em 2007, sobre Manuela D’Avila, na época deputada federal do Rio Grande do Sul pelo PC do B gaúcho. Fundamentada na semiótica francesa, a autora analisa o percurso gerativo de sentido do texto. No nível fundamental, duas oposições semânticas sustentam o percurso: masculinidade x não-feminilidade (como valores disfóricos) e feminilidade x não-masculinidade (como valores eufóricos). A análise dessa oposição permite a autora observar a construção do *ethos* e do *pathos* do enunciador e enunciatário. Os resultados mostram como a matéria constrói um estereótipo da identidade feminina historicamente presente na relação entre mulher e política na sociedade ocidental.

No artigo “Orações conformativas em foco: uma análise centrada no uso”, Ivo da Costa do Rosário e Myllena Paiva Pinto analisam o grau de integração de orações conformativas (tradicionalmente conhecidas como oração subordinada adverbial conformativa). Parataxe, hipotaxe e subordinação são conceitos que dizem respeito às diferentes propriedades em jogo na integração de uma oração a outra e estariam em uma relação de *continuum* expressando diferentes graus dessa integração. A subordinação seria o maior grau. Os resultados das análises propostas pelos autores concluem que os traços de parataxe das orações conformativas são superiores aos traços de hipotaxe.

O artigo “Expression of third person in the parkatêjê language” é elaborado por Nandra Ribeiro Silva, Ana Vilacy Moreira Galúcio e Marília de Nazaré O. Ferreira. As análises aprofundam os estudos sobre a língua parkatêjê no que se refere à expressão da pessoa pronominal com verbos dessa língua uma vez que, segundo as autoras, estudos anteriores não apresentavam análises tão detalhadas. As autoras descrevem e classificam as expressões de terceira pessoa em termos de sua função sintática considerando o estatuto dos sujeitos e objetos e os tempos verbais nas orações.

A seção **Resenha** desta edição é assinada por Anderson Braga do Carmo e Renata Ortiz Brandão que apresentam o livro *Semântica: enunciação e sentido* de Eduardo Guimarães. A resenha destaca como esse livro, além de delimitar “contornos mais elucidativos” em relação a questões teóricas trabalhadas por Guimarães desde 1990, é resultado do avanço tanto da teoria, quanto do método propostos pelo autor. A leitura de Anderson Braga do Carmo e Renata Ortiz Brandão abordam, ainda, como as condições teóricas dos estudos semânticos

desenvolvidos no espaço de enunciação do Brasil, tendo como referência a *História da Semântica* de Guimarães (2004), permitem a constituição dessa teoria semântica em suas especificidades.

Com a edição de número 42, a Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos espera mais uma vez contribuir com a divulgação científica do conhecimento linguístico.

Os Editores

PÊCHEUX DIANTE DA LÓGICA FREGEANA: APONTAMENTOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE

Helson Flávio da Silva Sobrinho*
UFAL/Pesquisador do CNPq

Resumo: Este artigo tece uma reflexão sobre a importância de Gottlob Frege na Análise do Discurso (AD) desenvolvida por Michel Pêcheux. O objetivo é rastrear pontos que possibilitem compreender como a reflexão de Frege, concernente à linguagem natural (para ele, passível de erro e ficção) e a sua ideografia (língua artificial), chama a atenção de Pêcheux e o leva a desenvolver críticas à Linguística quanto à oposição entre objetividade e subjetividade. Como se trata de uma pesquisa teórica, o material de estudo é o livro “Semântica e Discurso”, pois nele constatamos a existência de uma reflexão filosófica que oferece pistas para tratar da crítica ao idealismo em Linguística. Para desenvolver nossa reflexão, buscamos compreender como Pêcheux convoca Frege e faz apontamentos sobre a relação entre objetividade e subjetividade no entremeio da discussão entre materialismo e idealismo. Esse debate é importante porque revela parte da articulação teórica e política de Pêcheux, fundada no materialismo histórico e dialético, e observa o seu movimento em direção à concepção de sujeito constituído por determinações histórico-ideológicas.

Abstract: This paper reflects upon the importance of Gottlob Frege in the Discourse Analysis (DA), as developed by Michel Pêcheux. It aims to understand how Frege’s thoughts concerning natural language (to him, prone to error and fiction) and its ideography (artificial language), catch Pêcheux’s attention and lead him to raise criticisms against Linguistics on the opposition of objectivity and subjectivity. Since this is a research on theory, this paper analyzes the book “Semântica e Discurso”. In it, we can confirm the existence of philosophical reflection that gives us clues on how to deal with criticism on idealism in Linguistics. In order to elaborate our reflection, we seek to comprehend how Pêcheux summons Frege and

takes notes on the connection between objectivity and subjectivity in the midst of the argument between materialism and idealism. This debate is important because it reveals part of Pêcheux's theoretical and political articulation, funded on historical and dialectical materialism, and follows its movement towards the idea of subject historically and ideologically determined.

1. Introdução: uma leitura desafiadora

“Longe de um amável passeio filosófico, ele [Pêcheux] nos propõe de fato, com uma tenacidade insistente, uma rude marcha através das armadilhas da filosofia idealista” (MALDIDIÉ, 2003, p.45).

A leitura dos textos produzidos por Michel Pêcheux é sempre desafiadora, pois constantemente nos surpreendemos com algum traço teórico, filosófico e político antes não percebido por conta da densidade de seu pensamento e sua escrita perspicaz, mas também pela história do sujeito-leitor em sua relação com o (des)conhecimento. Assim, ao entrar em contato com os textos de Gottlob Frege, especialmente “Sobre o sentido e a referência”, é possível recordar que nas primeiras partes do livro “Semântica e Discurso”¹, Pêcheux faz importantes incursões com tenacidade e insistência no trabalho desse lógico-matemático. Tais capítulos, que em seu trajeto partem da Linguística, passando pela Lógica e Filosofia da linguagem, são bastante densos e, por isso, exigem do/a leitor/a outros saberes para melhor compreender a obra deste professor-filósofo-cientista-militante².

Diante dessa constatação, o objetivo do presente artigo é ler esses capítulos, não para dar conta de tudo, pois algo sempre nos escapa. Eis aí uma das consequências da incompletude da linguagem e do sujeito. Nosso intuito para a presente tarefa é duplo. Primeiro, trilhar os caminhos que Pêcheux percorreu enquanto tecia uma discussão sobre a objetividade e a subjetividade (materialismo e idealismo) que o levaram a se lançar nos entremeios de uma Teoria materialista do discurso. E, com essa reflexão realizada, auxiliar leitores/as interessados/as em Lógica e Filosofia da Linguagem e que estão

buscando compreender a perspectiva pecheutiana e sua teoria semântica da determinação histórica dos processos de produção de sentidos.

Gottlob Frege (1848-1925) foi um filósofo alemão que se dedicou à Matemática, especificamente à Aritmética e, também, ao estudo da Lógica. Ele propôs uma ideografia (*Begriffsschrift*) que seria uma linguagem perfeita (artificial) em contraposição à linguagem natural, pois esta última, para Frege, era considerada passível de “erro” e “ficção”, já que é utilizada em todas as atividades do cotidiano. No entanto, para Frege, era necessário criar uma linguagem própria para a produção de conhecimento, como ele mesmo afirma: “carecemos de um conjunto de sinais do qual se expulse toda ambiguidade, e cuja forma rigorosamente lógica não deixe escapar o conteúdo” (FREGE, 1989, p.81). Com isso, esse filósofo matemático acaba apontando “problemas”, ou seja, afirma a existência de uma “imperfeição” da linguagem natural que poderia afetar a “lógica do pensamento científico”, pois se corria o risco de se tomar um enunciado como verdadeiro e, posteriormente, descobrir que sua referência era inexistente. Por isso, uma de suas propostas com a conceitografia (língua artificial) era impedir a “ilusão” produzida pela linguagem diante da produção do conhecimento científico.

Seguindo esse caminho de raciocínio, podemos iniciar sintetizando uma polêmica entre Frege e Pêcheux. Frege é um filósofo e lógico-matemático e considerava a linguagem natural imprópria para a produção de conhecimento por ser passível de “erro”, “mal-entendido” e “ambiguidade”. Pêcheux é um professor-filósofo-cientista-militante que também pensa a linguagem natural como passível de “erro” e “equivoco”, mas avança em relação a Frege em várias direções, especialmente ao considerar que é uma “ilusão” considerar possível desambiguar a língua para encontrar a “verdade” do conhecimento uma vez que o equivoco é constitutivo do real da língua na sua imbricação com o real da história³.

É nessa direção que, no âmbito de sua proposta materialista da análise da discursividade, Pêcheux critica a evidência lógico-linguística do sujeito e dos sentidos e compreende o sujeito não mais como origem de si e dos sentidos, aos moldes idealistas, mas, sobretudo, como efeito das determinações ideológicas de uma

conjuntura histórica e, por sua vez, compreende o sentido em sua historicidade.

2. Pêcheux entre o “ponto cego do idealismo” e o “ponto cego do materialismo” de Frege

“É por uma (re)leitura materialista de Frege que Michel Pêcheux empreende (re)trabalhar a questão lógico-linguística das relativas. Frege é desses filósofos que o fazem pensar. Seu antipsicologismo o encanta, mesmo se correlativamente seu logicismo constitua o limite de sua lucidez, seu ‘ponto cego’” (MALDIDIER, 2003, p.45).

Como foi proposto no início do presente texto, procuraremos apresentar como Pêcheux convoca Frege e faz apontamentos sobre a relação entre subjetividade e objetividade no entremeio da discussão entre materialismo e idealismo. Convém inicialmente destacar que Pêcheux, no livro “Semântica e Discurso”, reflete sobre como a Semântica se posiciona enquanto ciência preocupada com a produção de sentidos, principalmente porque se tornou comum afirmar que a Semântica, em seu efeito de evidência como parte da Linguística, “derivaria” da Lógica e da Retórica. Contudo, ressalta o autor, a Semântica nunca foi bem-vinda na Linguística, uma vez que essa ciência teve de evitar falar de questões que dizem respeito à produção de sentido para afastar, especialmente, a História, o sujeito e as considerações sobre a subjetividade. Para Pêcheux, esse gesto de denegação evitaria abalar as bases fundadoras da Linguística, ou seja, trata-se de uma forma de proteger seu estatuto de cientificidade⁴.

De fato, esse afastamento legou consequências à Linguística; por isso, Pêcheux expõe que, por trás dessa postura, deparamo-nos com questões filosóficas sobre a linguagem, sobre a produção de sentidos e, também, sobre o sujeito. É devido a esta leitura que se observa a constatação da existência de uma relação intrínseca entre Semântica e Filosofia⁵ e, por isso, Pêcheux propôs questionar as evidências fundadoras da Semântica para elaborar a base de uma Teoria materialista do discurso. Nessa direção, afirma que a Semântica

constitui, de fato, para a *Lingüística*, o ponto nodal das contradições que a atravessam e a organizam sob a forma de tendências, direções de pesquisa, ‘escolas lingüísticas’ etc., as quais, em um mesmo movimento, *manifestam e encobrem* (tentam enterrar) essas contradições (PÊCHEUX, 1997, p.20).

Para desenvolver tal argumento, Pêcheux focaliza o debate teórico transitando pela Linguística, Lógica e Filosofia da linguagem, descrevendo o aparecimento de uma concepção de sujeito como fonte de discurso e da produção de sentidos “enquanto um nó de necessidade, temores e desejos” (PÊCHEUX, 1997, p.51). Essa concepção de sujeito da modernidade corresponde à teoria do conhecimento neokantiana⁶, base do pensamento moderno, que se caracteriza por colocar em oposição o contingente e o necessário, sendo a subjetividade vista sempre como contingente, e, por consequência, como redutora do objetivo ao subjetivo.

Como já podemos perceber, a reflexão de Pêcheux recai sobre a evidência do sujeito e do sentido. É sobre essas evidências que ele faz fortes questionamentos, sendo, por isso, que a teoria de Frege e sua posição antipsicologista são convocadas. Pêcheux, nessa convocação, adverte que Frege será aproveitado, por um lado, no “ponto cego de seu idealismo”, que corresponde, na verdade, a uma postura materialista e, por outro lado, esse teórico será descartado no “ponto cego do seu materialismo”, pois esse corresponde aos limites da teoria fregeana:

Nos desenvolvimentos que vão se seguir, as pesquisas de Frege serão mais de uma vez aproveitadas: ao usar esta ou aquela de suas formulações, teremos interesse em não esquecer nunca a existência desse “ponto cego” de Frege, aquilo a que chamaremos o limite de seu materialismo. (PÊCHEUX, 1997, p.72).

Nessa direção, vemos que o lógico-matemático é convocado em virtude de sua posição antipsicologista (antissubjetivista), pois Frege pressupõe que o pensamento não pertence ao psicológico e assim se contrapõe a uma determinada abordagem da teoria do conhecimento

que reduziria tudo ao subjetivismo. Frege, portanto, se opõe à postura idealista na produção do conhecimento.

Para fundamentar essa reflexão, Pêcheux contrapõe Husserl⁷, de um lado, e Frege, de outro, mostrando que Frege critica Husserl ao dizer que nem tudo está no psicológico. Não é difícil notar que, neste quadro, Husserl é definido como subjetivista. E, embora Pêcheux perceba uma aparente relação entre Husserl e Frege, ele considera que Frege se afasta desse primeiro num ponto decisivo: “Trata-se da relação do sujeito com suas representações”. Compreendemos, junto com Pêcheux, que Husserl pressupõe a “unidade da consciência” como “fonte e princípio de unificação das representações”, enquanto Frege defende o sujeito como “portador das representações”. Essa leitura demarca diferentes posições.

Pêcheux cita Frege:

O prado e as rãs, o sol que as ilumina estão aí, pouco importa que eu os olhe ou não; mas quando tenho uma impressão sensível do verde, ela só existe para mim, eu sou seu portador. Parecer-nos-ia incongruente que uma dor, um estado de alma, um desejo vagueiem no mundo independente de um portador. [...] O mundo interior supõe um indivíduo do qual ele seja o mundo interior. (FREGE *apud* PÊCHEUX, 1997, p.57).

Observamos, então, que duas posturas distintas são postas diante da questão da subjetividade. A primeira parte do pressuposto do sujeito como “fonte”, ponto de origem das representações (posição idealista); e a segunda postula ser o sujeito “portador” das representações e não origem das representações (posição materialista). No entanto, conforme Pêcheux, a produção do conhecimento científico em seu todo é dominada pela primeira posição, pois o sujeito é tido como fonte, e é assim que o idealismo atravessa a Filosofia e a produção de conhecimento⁸.

Ao destacar essa “vontade” do idealismo de tentar abordar todas as questões como passíveis de interpretação de caráter lógico-matemático, Pêcheux ressalta que também “Frege, aliás, dá a entender essa mesma unificação confusa, em que ciências, religião e moral têm ‘a mesma insígnia’” (PÊCHEUX, 1997, p.67). Há, então, certa cautela quando Pêcheux se utiliza de Frege, porque é nesses momentos que o

“ponto cego do materialismo” de Frege se expressa, ou seja, o lógico-matemático cai no idealismo. Contudo, se, por um lado, Pêcheux vê em Frege uma confusão entre ciência e outras instituições, por outro, considera-o como um filósofo lúcido quando este critica o psicologismo, como se observa no próprio dizer de Pêcheux:

Se a verdade de um enunciado para um sujeito não fosse efetivamente nada mais que a classe dos instantes durante os quais esse sujeito adere a ela, isso significaria que os “elementos do mundo” não passariam de puras representações, o que quer dizer, como é explicado muito lucidamente por Frege, que, nesse caso, “[...] a Psicologia conteria nela todas as ciências, ao menos teria jurisdição suprema sobre todas as ciências” (PÊCHEUX, 1997, p.71).

De fato, há sempre um cuidado rigoroso em trazer Frege e, ao mesmo tempo, um cuidado também rigoroso em se afastar dele. Assim, percebemos que se trata de se aproximar do pensamento de Frege na medida em que ele é tido como materialista. Desse modo, a distinção entre representação interior e mundo exterior agrada a Pêcheux, pois há, neste ponto, o reconhecimento da existência de algo independente dos sujeitos e exterior a esses sujeitos, saibam eles ou não. É uma tomada de posição pelo materialismo que Pêcheux assume.

Como vimos, ao citar Frege, Pêcheux quer criticar o idealismo. Para expor melhor o problema sobre o “núcleo filosófico do idealismo”, expresso nas teorias empiristas e nas teorias realistas do conhecimento, Pêcheux lança como contraponto as teses do materialismo histórico e, ao mesmo tempo, mostra que as teorias idealistas, defensoras de uma teoria geral das ideias, tentam apagar o fato de que as disciplinas científicas foram historicamente constituídas, mascarando a distinção entre ciências e não ciências.

As teses materialistas que Pêcheux expõe, fundamentadas em Lênin e em Engels, são as seguintes:

- a) o mundo “exterior” material existe (objeto real, concreto-real);

- b) o conhecimento objetivo desse mundo é produzido no desenvolvimento histórico das disciplinas científicas (objeto de conhecimento, concreto de pensamento, conceito);
- c) o conhecimento objetivo é independente do sujeito. (PÊCHEUX, 1997, p.74).

Esse último ponto é de fundamental importância, pois ele deixa claro o embate de Pêcheux contra o idealismo, afirmando que, na relação entre objetividade e subjetividade, há uma determinação do objeto em relação à produção do conhecimento. Importa notar que, ao enfatizar tal perspectiva, Pêcheux retoma Frege para explicar a distinção entre uma postura idealista e uma materialista: “Se o homem não pudesse pensar nem tomar por objeto de seu pensamento algo de que ele não é o portador, ele teria um mundo interior, mas nenhum mundo em torno dele” (FREGE *apud* PÊCHEUX, 1997, p.75).

Tal explicação de Frege parece não ser tão clara; o que acontece é que Pêcheux toma essa citação como, paradoxalmente, ambígua e límpida. Ao optar por compreendê-la numa perspectiva materialista⁹, ele consegue interpretar que se o homem pode pensar em algo de que não é portador (ou seja, que não está no sujeito, pois está fora dele), é porque o mundo exterior existe e é independente do sujeito¹⁰. Para Pêcheux, Frege, na verdade, explicita a tese da independência do conhecimento objetivo em relação ao sujeito, e esta tomada de posição seria o “ponto cego do idealismo” de Frege, que corresponde a uma posição materialista.

A fim de caracterizar a diferença entre idealismo e materialismo, Pêcheux explica que no idealismo “a representação funciona *como se* fosse um conceito e, simultaneamente, o conceito é reduzido ao estado de pura representação” (PÊCHEUX, 1997, p.76). Compreendemos que isso é tido para Pêcheux como o efeito necessário do real no imaginário, sendo regido e distribuído por condições históricas; nelas estão inscritas as lutas de classes em jogo¹¹.

Assim, diferentemente do idealismo, a Teoria materialista que trata da relação objetividade e subjetividade, fundamentalmente, supõe a “independência do mundo exterior em relação ao sujeito”. Podemos acrescentar, para concluir esse item de nossa reflexão, a síntese de Pêcheux na conclusão de “Semântica e Discurso”, apresentada como Tese 1 e significada como fundamento de base de todo o seu trabalho:

“O real existe, necessariamente, independentemente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real” (PÊCHEUX, 1997, p.255). A singularidade dessa citação está na posição radicalmente materialista de Michel Pêcheux, pois nos permite compreender que é possível trabalhar com a subjetividade na produção do conhecimento, afastando os riscos do idealismo, desde que se leve em consideração que essa subjetividade tem relação com o real. Ou, ainda, que a subjetividade não pode ser tomada como pura abstração, pois o sujeito, em seu caráter material, é afetado pelo real da língua na sua relação contraditória com o real da história para produzir sentidos e significar o mundo e a si mesmo.

2. Problematizando a evidência lógico-lingüística do sujeito e do sentido

“A questão de Frege sobre a denotação da expressão a ‘vontade do povo’ faz parte dessas questões obsidianas que estimulam o pensamento de Michel Pêcheux. Uma questão que conjuga nele o amor à língua e à polícia” (MALDIDIER, 2003, p.48).

Ao desenvolver a posição materialista do primado do ser sobre o pensamento e tomá-la com firmeza em seu trabalho, Pêcheux busca a partir de então, com mais clareza para o/a leitor/a, questionar a evidência lógico-lingüística do sujeito e do sentido. Para isso, ele faz derivar dos trabalhos de Paul Henry a noção de língua relativamente autônoma, a fim de destacar que as lutas de classes incidem sobre os processos discursivos¹². Com essa discussão pronta para ser desenvolvida, Pêcheux novamente retorna a Frege, buscando no fenômeno da relativa explicativa e da determinativa a compreensão das bases sobre as quais se produzem os processos discursivos¹³.

Vale ressaltar que assinalamos com Maldidier que a construção da relativa (explicativa e determinativa) é lugar privilegiado que conduz à reflexão sobre o discurso:

Este fenômeno “lingüístico” – a oposição entre relativa explicativa e relativa determinativa – fornece aqui a Michel

Pêcheux a “matéria-prima” de sua reflexão. Se se trata de dificuldade maior sobre a qual desembocam as teorias lingüísticas, é porque esta oposição condensa e exhibe no domínio “lingüístico” os efeitos da dualidade lógica/retórica (MALDIDIER, 2003, p.46).

Devemos observar que é a partir da sentença que segue abaixo, utilizada por Gottlob Frege no artigo “Sobre o sentido e a referência”, que Pêcheux vai buscar algumas questões, avançando na reflexão sobre a discursividade: “Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria.”

Frege observa que, nessa sentença, admite-se que existiu “alguém” que em vida “descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias”. A noção de pressuposição é utilizada para explicar esse algo não declarado explicitamente na sentença, mas que está como pressuposto. Nesse caso, a negação incide sobre o posto e não sobre o pressuposto, pois esse é afirmado como evidente, não se coloca dúvida.

Ao retomar esse exemplo de Frege, Pêcheux inicia um importante debate sobre aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente, ou seja, passa a apresentar o conceito de *pré-construído*, tomado de empréstimo de Paul Henry. Na verdade, o texto de Frege assinala a noção de pressuposição¹⁴, pois a subordinada “que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias” tem como referência Kepler, um ser realmente existente. Nessa perspectiva, a subordinada denota um indivíduo. No entanto, Pêcheux refletindo com Frege, afirma que “o funcionamento da língua (no caso, a relação entre independente e subordinada relativa) induz no ‘pensamento’ uma *ilusão* (posição de existência)” (PÊCHEUX, 1997, p.96).

Pêcheux destaca que Frege, ao constatar tal ilusão produzida pela linguagem, responde a essa questão como um lógico: “a ilusão provém de uma imperfeição da linguagem, da qual o simbolismo da análise matemática não está totalmente livre” (FREGE *apud* PÊCHEUX, 1997, p.97)¹⁵.

Convém ressaltar que Pêcheux não condena Frege por ver na linguagem uma “imperfeição”. Até porque Frege nunca pensou em libertar a linguagem natural das ilusões, mas em produzir uma linguagem artificial que excluísse as armadilhas que uma linguagem natural contém¹⁶. Para endossar sua afirmação, Pêcheux utiliza o

próprio Frege, com o exemplo de Ulisses, que lhe permite afirmar que a linguagem em sua imperfeição é capaz de produzir ficção e poesia; por isso, as obras poéticas são interessantes.

Apesar de Frege apontar para a “imperfeição da linguagem” e o perigo de utilizá-la na produção do conhecimento, na poesia a linguagem ganha outro estatuto e, assim, sua “imperfeição” e também a impossibilidade de atribuir valor de verdade a todas as referências não são tidas como problemas. Podemos constatar isso no próprio Frege ao tratar de Ulisses:

Ao ouvir um poema épico, por exemplo, além da euforia da linguagem, estamos interessados apenas no sentido das sentenças e nas representações e sentimentos que este sentido evoca. A questão da verdade nos faria abandonar o encanto estético por uma atitude de investigação científica. Logo, é totalmente irrelevante para nós se o nome “Ulisses”, por exemplo, tem referência, contanto que aceitemos o poema como uma obra de arte (FREGE, 1978, p.69).

Ao trazer tal discussão, Pêcheux demonstra sua intenção de criticar uma concepção de lógica que pretendesse conter nela todas as outras ciências e reger a produção de conhecimento, inclusive reduzir questões políticas à “imperfeição” da linguagem, como se este fosse o caminho para a compreensão do real. Por isso, explica que:

Quisemos fazer esse esclarecimento prévio para nos prevenirmos contra a concepção logicista segundo a qual as oposições ideológicas (e, sob certos aspectos, políticas) resultariam, “na realidade”, de imperfeições da linguagem, o que significa reduzi-las a quiproquós, a “problemas sem pé nem cabeça” dos quais todo o mundo poderia escapar se se desse a um tal trabalho (PÊCHEUX, 1997, p.97).

Feitas essas ressalvas, contidas no texto de Pêcheux, podemos voltar a falar da “ilusão” produzida pela linguagem detectada por Frege. Este lógico-matemático, ao refletir sobre os nomes próprios, percebe que eles funcionam como se designassem “a existência de alguém, não de um modo geral, mas como sujeito absolutamente

único” (PÊCHEUX, 1997, p.98). Frege nota que “quando se faz uma afirmação, pressupõe-se sempre que os nomes próprios empregados, sejam eles simples ou compostos, têm uma denotação” (FREGE *apud* PÊCHEUX, 1997, p.98).

Chegamos, então, a mais um ponto-chave do livro “Semântica e Discurso”. A reflexão sobre o sujeito aparece com mais clareza, uma vez que se coloca a questão da evidência do sujeito como sempre já-dado. Para melhor desenvolver sua reflexão, Pêcheux, seguindo a tessitura das questões produzidas por Paul Henry, passa a tratar do efeito de pré-construído, definindo tal conceito como “uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao *encaixe* sintático” (PÊCHEUX, 1997, p.99).

Com isso, Pêcheux mostra que a ilusão apontada por Frege não é simplesmente o efeito de um fenômeno sintático que exhibe a “imperfeição” da linguagem. Podemos, pois, dizer, embora com cautela, que Pêcheux vai deslocando a noção de pressuposto para a de pré-construído na Teoria do discurso, porquanto tais construções (anteriores e exteriores) são constituídas na linguagem sob a forma de discursos (e, por isso, não se reduzem à língua), são retomadas no pensamento e se inscrevem nos processos discursivos. Com base nisso, ele examina a questão do nome próprio, que é tido como resultado de determinações sócio-históricas.

A reflexão de Pêcheux, partindo de Frege, considera que aos nomes próprios simples podem corresponder nomes próprios compostos, como, por exemplo: “Berlim” por “A cidade que é a capital da Alemanha”; “Kepler” por “Aquele homem que descobriu...”. Tais construções sintáticas funcionam sob o efeito de evidência (eu vejo esta coisa = eu vejo o que vejo). Para Pêcheux, esse efeito de evidência, de verdade universal e existência singular, acha-se ligado ao efeito de pré-construído.

Essa dupla tautologia – eu vejo o que vejo (sabe-se o que se sabe) – é, poderíamos dizer, o funcionamento aparente da identificação da “coisa” e também do sujeito que a vê, que fala dela ou que pensa nela – o real como conjunto das coisas e o sujeito, único no seu nome próprio (PÊCHEUX, 1997, p.101).

A identificação do sujeito e também a capacidade de dizer “sou eu” são vistas segundo Pêcheux, como evidências primordiais¹⁷. Ele desenvolve tal afirmação perguntando: “Mas o que essa evidência, simultânea à identificação da coisa, estaria ocultando?” (PÊCHEUX, 1997, p.102). Depois desse importante questionamento, Pêcheux retoma a reflexão através da afirmação de que o efeito de evidência oculta, na verdade, o objeto do pensamento que é exterior e que preexiste ao sujeito, pois ele é marcado

pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, preexiste ao sujeito (PÊCHEUX, 1997, p.102).

Podemos dizer, então, que Pêcheux visita o texto de Frege para afirmar que um nome próprio não pode ser usado como predicado gramatical, porque ele é o que vem de fora, preexiste, é produzido como algo evidente e que preenche o lugar vazio deixado pela função. Nessa perspectiva, a noção de função, contida no artigo “Função e conceito”, de Frege, expõe que uma função sempre contém um lugar vazio (insaturado) para ser preenchido por um argumento (um nome próprio ou uma expressão que represente um nome próprio) e, assim, pode ter um sentido completo. Como exemplo, Frege apresenta: “A capital de x”, onde “x” corresponde a um lugar vazio a ser preenchido na função.

Como vimos, o esforço teórico de Pêcheux o conduz a retomar novamente Frege, porém agora a partir do artigo “Função e Conceito”, para entender o que é um “objeto” e o que é uma “função”. Desse artigo de Frege, Pêcheux retira o quadro em que se tem uma dualidade: de um lado, o pensamento (predicado, lugar vazio, não saturado) e, do outro, o objeto (nome próprio, saturado).

objeto (denotação)	pensamento (sentido)
nome próprio	predicado, função

↓ objeto	↓ conceito
“saturação” (nenhum “lugar vazio”)	“não-saturação” (lugar vazio)

Fonte: PÊCHEUX, 1997, p.105.

Diante desse quadro, Pêcheux expõe o que postula Frege: a denotação de um nome próprio é um objeto determinado, e do predicado, é um conceito. Os objetos com valores de função resultam da saturação de uma função por um argumento que vem ocupar o lugar vazio (não saturado).

Frege também é importante nesse momento do livro “Semântica e Discurso” devido a seu esforço em distinguir o modo de apresentação do objeto e a criação do objeto, posição que Pêcheux considera ser de postura materialista, pois denotar o objeto não é criar o objeto. Tal concepção entendida de modo inverso acaba por conduzir ao erro/engano idealista. A partir de tal concepção, Pêcheux opera sobre o nome próprio e as formas gramaticais que realizam a saturação e a não saturação, constatando que o nome próprio pode funcionar como demonstrativo (Kepler/o que/aquele que), mas que também remete ao indeterminado e, por isso, não garante em si mesmo a unicidade do objeto identificado, permitindo inclusive o esvaziamento do objeto na função. Por exemplo: “Aquele que” se torna equivalente de “qualquer que” ou “todo aquele que”, “qualquer coisa que”. Notamos, então, que o nome próprio aparece primeiramente como modo de pensamento, e logo depois como esvaziamento do objeto a partir da função. Nesse ponto, Pêcheux articula esse fenômeno linguístico-discursivo de não saturação/indeterminação ao aparelho jurídico, e utiliza exemplos: “Aquele que causar algum prejuízo para alguém deve repará-lo”, “quem toca em piche se suja”.

Ao expor tais questões, Pêcheux considera que é por meio da não saturação e indeterminação que o sentido adquire uma generalidade como se espera de uma lei (no sentido jurídico e no sentido de regularidade na ciência). Nesse ponto, Pêcheux traz questões da discursividade para compreender materialmente o sujeito e a produção de sentidos.

Como já foi dito acima, Pêcheux trabalha criticamente com as explicações lógico-linguísticas, dedicando-se especialmente ao estudo

das relativas explicativas e determinativas. Ele desloca este fenômeno para compreendê-lo pela discursividade, enquanto processo discursivo e não como puro pensamento. A relativa explicativa que tem como característica construir um pensamento acaba sendo o suporte do pensamento que está contido em outra proposição. Tal relação Pêcheux diz ser uma “implicação” dessas propriedades: “o que é α é β ”, que ele chamará de “efeito de sustentação”, pois é responsável pela “articulação” entre as proposições constituintes. O exemplo que ele retoma de Frege é o seguinte: “O gelo, que tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água”. E acrescenta, distinguindo os três pensamentos:

1. O gelo tem um peso específico inferior ao da água.
2. Se alguma coisa tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água.
3. O gelo flutua sobre a água. (PÊCHEUX, 1997, p.109).

Podemos perceber que para Pêcheux a explicativa tem um caráter “incidente”, pois é, na verdade, a “evocação lateral” do que vem de outro lugar (se alguma coisa tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água) e, ao mesmo tempo, permite pensar o objeto da proposição de base (o gelo flutua sobre a água). Ele chama de efeito de “sustentação” esse mecanismo que realiza a “articulação” entre as proposições que não necessariamente precisam estar expressas na sentença e que poderiam ser parafraseadas simplesmente como: “o gelo flutua sobre a água”.

Esse fundamento o leva a propor que o pré-construído dá ao pensamento o seu objeto sob a modalidade de exterioridade e pré-existência (PÊCHEUX, 1997). Por outro lado, a articulação se apoia no processo de sustentação, articulando as asserções como uma espécie de “retorno do saber no pensamento” (PÊCHEUX, 1997, p.111).

É justamente para melhor expor tal reflexão que ele utiliza outro exemplo de Frege: “Napoleão, que reconheceu o perigo para seu flanco direito, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga”.

Com tal exemplo, assim como desenvolvido por Frege, Pêcheux expõe a incidência de dois pensamentos:

- a) Napoleão reconheceu o perigo para seu flanco direito;
- b) Napoleão comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga.

Pêcheux observa que Frege reconhece que nessa sentença a substituição é restrita, ou seja, não poderia ser substituída por outra sentença com o mesmo valor de verdade, porque pode haver implicações sérias no pensamento. Frege percebe que “uma sentença nem sempre pode ser substituída por outra de igual valor de verdade. Pois, por estar associada a uma outra, a sentença exprime mais do que o faria isoladamente” (FREGE *apud* PÊCHEUX, 1997, p.114). Vale destacar que neste ponto a solução de Frege é dizer que podemos associar pensamentos secundários a cargo de leis psicológicas (subjektivistas). No entanto, para Pêcheux essa não é a resposta adequada.

Qual seria a resposta adequada? Como vimos mais acima, Pêcheux utiliza Frege com cautela, e aqui novamente encontramos esse cuidado, pois ele questiona esse tipo de associação psicológica por conta do risco de se cair no idealismo. Desse modo, ironicamente, reflete sobre o que a alusão a um perigo vem fazer no “relato puro” dos fatos. Para Pêcheux há, na verdade, uma cumplicidade entre o locutor e aquele a quem este se dirige; trata-se da “possibilidade de pensar o que ele pensa em seu lugar”. Enfim, estamos diante do efeito do imaginário sobre o real. Nesse caso, Pêcheux direciona o debate sobre a identificação do sujeito apontando cada vez mais suas conclusões para o funcionamento da ideologia (interpelação-identificação do sujeito).

Pêcheux diz que a reflexão lógica busca atingir signos perfeitos, a ponto de fazer desaparecer os objetos. Frege, embora defenda sua ideografia, não chega a ir fundo nessa posição, explica Pêcheux,

devido a um tipo de materialismo espontâneo que o impediu de confundir o objeto com o ‘modo de apresentação (*dabation*)’ do objeto, isto é, a denotação com o sentido. Sua reflexão dá-se sobre o que ele chama ‘composição proposicional’ (PÊCHEUX, 1997, p.115).

Mas alerta que, de certo modo, Frege supõe o pensamento como completo e saturado por natureza:

Ele [Frege] se condenou, assim, a dividir em dois espaços o domínio de sua reflexão: de um lado, a “composição dos pensamentos” (domínio da Lógica e do silogismo); de outro lado, o que ele designa ao falar de “associação”, concebida, então, *apenas* como uma adjunção extralógica de natureza *psicológica*, produzindo no pensamento a *impressão subjetiva de riqueza e profundidade* ligada ao encadeamento – associação entre os “pensamentos”. (PÊCHEUX, 1997, p.116).

Isso significa que Frege faz a disjunção entre “a composição dos pensamentos” e a “associação entre os pensamentos”, quando, na verdade, está subjacente a esse fenômeno o processo de identificação do sujeito que “se reconhece”, e, também, o modo como este organiza a sua relação com “aquilo que o representa”.

Com o debate da identificação do sujeito, Pêcheux quer mostrar onde está o “equivoco” da perspectiva idealista, apontando que os lógicos raciocinam “fora da questão”, ocultando questões de ordem essencialmente política que aí estão produzindo efeitos. Esse debate é também importante, pois vemos que a articulação teórica de Pêcheux diz respeito também a questões políticas, chegando a mencionar que a evidência do sujeito de ser “turco, francês, americano” está subjacente à identificação, e com ela as relações políticas, jurídicas e ideológicas.

[...] tudo se passa, nesse caso, como se a desconfiança “antimetáfisica” se convertesse em cegueira com respeito à seriedade das metáforas e de sua eficácia; nem por um instante aparece a idéia de que, para Dupont, pertença ao “conjunto dos franceses”; é necessário que ele seja produzido *como francês*, o que supõe a *existência eficaz* não de “Marianne”, mas da “França” e de suas instituições políticas e jurídicas. Em outros termos, o equivoco [...] leva a ignorar a *eficácia material do imaginário* (PÊCHEUX, 1997, p.119).

Nesse fragmento, Pêcheux afirma que o imaginário, no olhar positivista, é colocado como irreal, efeito psicológico, individual, subjetivo. Mais uma vez retoma Frege pelo exemplo “A vontade do povo” para destacar que a linguagem pode produzir ilusão, assim como pensa Frege. Neste caso, pergunta-se qual seria sua referência,

quem é o povo e qual a sua vontade. Para Pêcheux, não se trata de uma “ilusão da linguagem”, pois considera que não se pode jogar tudo nem no psicológico nem na irrealidade, já que tomar as questões políticas como “ilusão” é adequar teoricamente o conhecimento à ideologia burguesa, que toma a política ora como ficção, ora como jogo.

Pêcheux destaca que aí se revela o ponto cego do materialismo de Frege, ou seja, seus limites:

O que Frege coloca claramente aqui é que as expressões políticas tais como “o povo”, “a vontade do povo” etc., devem ser tomadas com alguma reserva, a exemplo do que ele diz em outro lugar, isto é, são afetadas, como ‘Ulisses’, por um indício de irrealidade que impossibilita a estabilidade referencial do objeto e as torna questões de apreciação individual, o que é próprio da apreensão burguesa da política. Para a ideologia burguesa, a política pertence, como a poesia, ao registro da ficção e do jogo (PÊCHEUX, 1997, p.120).

Pêcheux considera que esse tipo de solução satisfaz a ordem burguesa, pois a apreciação da política como ficção ou como jogo é complementar na formação social capitalista, produzindo a ocultação ou o acobertamento da própria política. Constatamos, assim, o que diz Maldidier: “A releitura de Frege faz também voltar à política” (MALDIDIÉ, 2003, p.45).

Considerações finais: da releitura de Frege às questões políticas

Não é por acaso que as primeiras partes de “Semântica e Discurso” ganham o título que retrata um movimento teórico e político que parte da Linguística, da Lógica e da Filosofia da Linguagem em direção à Teoria materialista do discurso¹⁸. Nesses capítulos, Pêcheux faz um percurso e retoma pontos onde o idealismo se manifesta gerando efeitos na produção de conhecimentos, o que acaba por ocultar questões de ordem política como as posições das classes em luta na sociedade burguesa.

Para desconstruir a evidência do sujeito e do sentido da perspectiva subjetivista, Pêcheux reflete sobre como a exterioridade-anterioridade (pré-construído) retorna no pensamento e apoia-se na tomada de

posição do sujeito. Tal reflexão impôs a ele a necessidade de teorizar sobre a identificação do sujeito e a eficácia material do imaginário, permitindo, assim, contemplar uma abordagem materialista do “funcionamento das representações e do ‘pensamento’ nos processos discursivos” (PÊCHEUX, 1997, p.125).

Disso resultou ter ele se apoiado em Frege para mostrar como o idealismo inverte a posição materialista e considera que basta a expressão ser bem produzida (sintaticamente) como um nome próprio, por exemplo, e ser gramaticalmente correta, para designar um objeto. Isso traz como consequência, segundo Pêcheux, o engano idealista de colocar a independência do pensamento em relação ao ser. Essa reflexão estratégica de Pêcheux mostra como as concepções idealistas ameaçam a Teoria materialista do discurso a partir da interpretação formalista (logicista) dos mecanismos de encaixe e articulação de enunciados, pelo acobertamento da oposição ciências/ideologias e também pelo par lógica/matemática, que deseja explicar tudo (inclusive questões de caráter político) a partir do efeito ideológico do sujeito como fonte e origem de sentidos.

Constata-se que Pêcheux estava ciente de que uma proposta materialista não pode se desenvolver tratando de um sujeito idealista e reproduzindo teoricamente esse sujeito ideológico na produção do conhecimento. Por isso, enfatiza a necessidade de uma teoria não subjetiva da subjetividade. Tal ênfase o leva a considerar a teoria não subjetiva da subjetividade como aquela

que designa os processos de ‘imposição/dissimulação’ que constituem o sujeito, ‘simulando-o’ (significando para ele *o que ele é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa ‘situação’ (esse *assujeitamento*) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito [...] (PÊCHEUX, 1997, p.133).

Por fim, Pêcheux vai buscar a tese althusseriana de que é a ideologia que interpela os indivíduos em sujeitos e articula esta tese à teoria lacaniana do inconsciente estruturado como uma linguagem para falar do processo do significante na interpelação. Todavia, reconhece que, no processo de interpelação e identificação, o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados sem estarem confundidos.

Com o que foi apresentado neste artigo, é possível afirmar que era fundamental uma teoria não subjetiva da subjetividade na Análise do Discurso, possibilitando, em seguida, uma Teoria materialista dos processos discursivos para que se evitasse cair no idealismo. No percurso de Pêcheux, vimos que as teorias lógico-linguísticas concebiam um sujeito como evidência e ao reproduzirem tal evidência caíam no idealismo. Pêcheux propõe pensar esse sujeito como constituído pela ideologia, ou seja, determinado pelo exterior em sua historicidade, e com isso pensa uma subjetividade não subjetivista. Vale destacar, por fim, que tais orientações nos levam a considerar a existência de um tipo de alerta ainda hoje pertinente a nós, analistas de discurso: trata-se de problematizar o risco de cair no idealismo quando fazemos AD.

Pêcheux encerra as primeiras partes do livro “Semântica e Discurso” enfatizando que tal desenvolvimento teórico e político não significa que se “esteja definitivamente assegurado em todo seu alcance materialista, uma vez desaparecido o idealismo (!)” (PÊCHEUX, 1997, p.134). Vemos, desse modo, com base nessa última afirmação aqui evocada, que essa espécie de alerta pode nos servir de orientação na atualização e no desenvolvimento de nossas pesquisas, já que partimos do pressuposto de que a Análise do Discurso é uma Teoria materialista que se propõe a refletir constantemente sobre sua prática teórica e política.

Referências bibliográficas

DUBOIS, Jean *et al.* (1998). *Dicionário de Lingüística*. Trad.: Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.

FREGE, Gottlob. (1978a). “Sobre o Sentido e a Referência”. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad.: Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix.

FREGE, Gottlob. (1978b). “Função e Conceito”. In *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad.: Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix.

FREGE, Gottlob. (2001). “Gottlob Frege: Investigações lógicas e outros ensaios”. Trad.: Paulo Alcoforado. In: *Cadernos de tradução*. n.7. São Paulo.

FREGE, Gottlob. (1989). “Sobre a justificação científica de uma conceitografia”. In: *Os Pensadores*. Trad.: Luís Santos. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural.

- HENRY, Paul. (1992). *A ferramenta imperfeita: língua, discurso e sujeito*. Trad.: Maria Fausta de Castro. Campinas: Unicamp.
- HENRY, Paul. (1990). “Construções relativas e articulações discursivas”. Trad.: João Geraldi & Celene Cruz. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. v.19, p.43-64. Campinas:IEL/Unicamp.
- HENRY, Paul. (1993). “Sujeito e Sentido, Origem”. Trad.: Eni Orlandi. In: ORLANDI, Eni (Org.). *O Discurso Fundador*. Campinas: Pontes.
- MALDIDIER, Denise. (2003). *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad.: Eni Orlandi. Campinas: Pontes.
- MARX, Karl. (1996). *Para a crítica da economia política*. Trad.: Edgard Malagodi. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural.
- PÊCHEUX, Michel. (1997). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad.: Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp.
- PÊCHEUX, Michel & GADET, Françoise. (2004). *A língua inatingível: o discurso na história da Linguística*. Trad.: Bethania Mariani & Elizabeth Mello. Campinas: Pontes.
- SILVA SOBRINHO, Helson. (2018). “Os (des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do Discurso”. In: BALDINI, Lauro & BARBOSA FILHO, Fábio. *Análise de discurso e materialismos: prática política e materialidades*. Vol.2. Campinas: Pontes.

Palavras-chave: Pêcheux, Frege, Idealismo, Materialismo.

Keywords: Pêcheux, Frege, Idealism, Materialism.

Notas

* Doutor em Letras e Linguística na linha de pesquisa *Discurso: sujeito, história e ideologia*. Professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), atuando na Graduação e na Pós-Graduação em Letras. Bolsista Produtividade do CNPq.

¹ Original em francês: *Les Verités de La Palice. Linguistique, Semantique, Philosophie*. Publicado em 1975 e traduzido no Brasil, em 1988, por Eni Orlandi e sua equipe de pesquisadores com o título *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*.

² No texto “Os (des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do Discurso”, Silva Sobrinho (2018) explica que passou a chamar Michel Pêcheux de professor-filósofo-cientista-militante a partir do debate em uma palestra quando foi questionado se Pêcheux era realmente um “filósofo”. Como réplica, tomando uma posição materialista, alargou a denominação para “explicitar a riqueza e fecundidade dos trabalhos de Pêcheux, considerando, sobretudo, sua inserção na política, sua reflexão filosófica, seu fazer ciência e sua capacidade de reunir estudiosos diversos em torno de determinadas inquietações sobre o discurso, o sujeito e a História” (SILVA SOBRINHO, 2018, p.60).

³ Não apenas em “Semântica e Discurso”, mas Pêcheux & Gadet (2004), no livro “A língua inatingível”, também fazem importantes reflexões sobre o real da língua e o real da história, e esclarecem: “O equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história” (PÊCHEUX e GADET, 2004, p.64). Vale ressaltar que estamos, pois, considerando junto com Pêcheux que há na língua (sistema material signifiante) algo da ordem do impossível, que escapa à univocidade, que falha. Mas é preciso dizer também que isso se dá na intrincada relação com o real da história constituído pela contradição. Assim, na perspectiva discursiva, o sentido, em seu caráter material, não se produz sem a relação contraditória da língua com a história.

⁴ Consideramos esse debate importante. O texto de Henry (1993) enfatiza que a questão do sentido é uma questão filosófica que exige sempre uma tomada de posição.

⁵ A “Lingüística tem a ver com a Filosofia (e, como veremos, com a *ciência das formações sociais* ou materialismo histórico)” (PÊCHEUX, 1997, p.20).

⁶ Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão iluminista, em geral considerado um dos pensadores mais influentes no pensamento moderno.

⁷ Edmund Husserl (1859-1938), filósofo alemão fundador da Fenomenologia.

⁸ Pêcheux considera que o idealismo também busca tratar todos os seres como lógico-matemáticos. Para criticar essa confusão que faz a teoria do conhecimento utilizar-se de princípios lógicos universais na explicação dos fenômenos, Pêcheux (1997, p.67) cita como exemplo: “Os homens que fogem são covardes”. Colocando como problema a interpretação dessa frase, questiona a noção de “homem que foge”, perguntando quais seriam as propriedades essenciais e o que seria contingente. Além disso, qual seria a natureza do vínculo “fugir e ser covarde”? Desse modo, Pêcheux percebe que tais fatos são constituídos de questões de outra ordem, pois há uma relação entre a língua e a história.

⁹ Segundo Malidier (2003, p.47): “É por uma (re)leitura materialista de Frege que Michel Pêcheux empreende (re)trabalhar a questão lógico-lingüística das relativas. Frege é desses filósofos que o fazem pensar. Seu antipsicologismo o encanta, mesmo se correlativamente seu logicismo constitui o limite de sua lucidez, seu ‘ponto cego’”.

¹⁰ Segundo Marx (1996, p.52): “O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

¹¹ “Em um momento histórico dado, as ‘formas ideológicas’ em presença cumprem, de maneira necessariamente desigual, seu papel dialético de *matéria-prima* e de

obstáculo com relação à produção de conhecimentos, à prática pedagógica e à própria prática política do proletariado” (PÊCHEUX, 1997, p.77).

¹² Paul Henry, no livro “A ferramenta imperfeita”, destaca que a língua tem uma relativa autonomia. Pêcheux, nesse viés de leitura, afirma: “O sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário. [...] Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso; a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados” (PÊCHEUX, 1997, p.91).

¹³ Sobre as construções relativas (explicativas e determinativas), ver Paul Henry (1990). Nesse texto, o autor desenvolve uma importante reflexão sobre as construções relativas e mostra como a gramática clássica e também as concepções modernas de gramática na Linguística reduzem o discurso à língua.

¹⁴ Segundo o Dicionário de Linguística Dubois *et al* (1998): “Os *pressupostos* de um enunciado são uma espécie de contexto imanente; são as informações que ele contém fora da mensagem propriamente dita e que o falante apresenta como indiscutíveis, evidentes”.

¹⁵ No artigo “Sobre o sentido e a referência”, Frege afirma: “As linguagens têm o defeito de originar expressões que, por sua forma gramatical, parecem destinadas a designar um objeto, mas que em casos especiais não o realizam, pois para isto se requer a verdade de uma sentença” (1978, p.75).

¹⁶ Ver também Henry (1992), que afirma que Frege não procurava uma lógica na linguagem.

¹⁷ No livro “Semântica e Discurso”, Pêcheux vai fundamentar essa reflexão sobre a evidência de sentido e de sujeito a partir dos trabalhos de Althusser, tomando a evidência do sujeito como efeito elementar da ideologia. “Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusive as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” (ALTHUSSER *apud* PÊCHEUX, 1997, p.31).

¹⁸ No livro, a Parte I está intitulada como “Linguística, lógica e filosofia da linguagem”, e a Parte II, por sua vez, recebe o título “Da filosofia da linguagem à teoria do discurso”.

A NOÇÃO DE *DIREITOS LINGUÍSTICOS* E SUA GARANTIA NO BRASIL: ENTRE A DEMOCRACIA E O FASCISMO

Fernanda Castelano Rodrigues*
UFSCar

Resumo: Neste artigo, trazemos à discussão os sentidos da noção de direitos linguísticos, em sua relação com os ditos “direitos humanos universais”, tanto como “direitos individuais” quanto como “direitos coletivos”. Após uma revisão conceitual, apresentamos fatos da diversidade linguística do Brasil e da produção da garantia de direitos linguísticos no espaço nacional, focalizando nossa análise nos processos de cooficialização de línguas em nível municipal e na declaração de línguas como patrimônio imaterial do Estado. Levando em conta o modo como uma certa noção de direitos linguísticos, de matriz europeia, aporta e circula na sociedade brasileira, materializando-se na legislação linguística do país, apontamos a necessidade de se produzir uma reterritorialização desse conceito neste outro espaço de enunciação. Finalmente, colocamos em relação essa política de reconhecimento de direitos linguísticos por meio da cooficialização com os conceitos de democracia e fascismo, definidos por de Boaventura de Sousa Santos (2016).

Abstract: This article presents the discussion regarding the meanings of the notion of linguistic rights, within their connections with the alleged “universal human rights”, as far as “individual rights” and “collective rights”. After a conceptual review, we present facts of Brazil linguistic diversity, focusing our analyses on the processes of language co-officialization in municipal levels and the declaration of languages as intangible heritage. Considering how a certain Europe-based notion of linguistic rights has been inserted and spread among the Brazilian society, we suggest the need of producing a reterritorialization of this concept in another space of enunciation. At last, we put this policy of linguistic right acknowledgement through co-officialization on interpretation, enlightened by the concepts of

democracy and fascism established by Boaventura de Sousa Santos (2016).

1. Introdução

Se minha língua desestabiliza os pilares do teu Estado, significa que construístes o teu Estado sobre a minha terra.
Musa Anter (1920-1992), escritor curdo nascido na Turquia

Os sentidos da noção de “direitos linguísticos”, como quaisquer outros, estão à deriva. Considerados por muitos hoje em dia como um dos “direitos humanos fundamentais”, os direitos linguísticos podem ser garantidos por leis, ainda que a mera existência de uma legislação não seja suficiente para a realização plena de políticas linguísticas que pretendam garanti-los, assim como também a mera existência dessas políticas não garante que esses direitos sejam respeitados no confronto com o real.

Gentili (2011) explica que há uma “asimetria abismal que separa los principios que los fundamentan [los derechos humanos] de las acciones y las prácticas que deberían consagrarlos” (p.9). Zimmermann (2011), nesse mesmo sentido, ao tratar da questão dos direitos linguísticos em países latinoamericanos, afirma que “otorgar un derecho lingüístico sin garantizar la condición social de su existencia significa reducir este derecho a un derecho vacío” (p.31).

Na tentativa de construir tanto a proteção e a promoção da diversidade linguística quanto a garantia dos direitos linguísticos de *comunidades marginalizadas*,¹ temos vivenciado, nas últimas décadas, um processo bastante intenso de produção de documentos jurídicos, tais como declarações, recomendações e leis, que buscam produzir determinações nas relações entre as línguas no interior dos Estados nacionais.

No caso dos países sul-americanos, a legislação que promove o respeito à diversidade linguística e que pretende proteger línguas e sujeitos, garantindo-lhes direitos, surge a partir dos anos 60 do século XX, mas sofre um aumento significativo em quantidade a partir dos últimos anos do século XX e início do XXI. A precursora dessa materialização, no arquivo jurídico, é a *Constitución de la República del Paraguay* de 1967, que reconheceu o guarani como língua

nacional, ao lado do espanhol². Atualmente, as legislações do Peru e da Bolívia são exemplos de garantias de direitos linguísticos em Estados sul-americanos.

No Brasil, o reconhecimento da diversidade linguística e sua valorização, bem como a garantia de direitos de sujeitos e comunidades que utilizam outra(s) língua(s) diferente(s) do português, a única oficial, surgem como efeitos desse movimento internacional e global de modo muito suave na Constituição Federal de 1988, como veremos mais adiante, e se materializam no arquivo jurídico nacional somente no início do século XXI, com a cooficialidade de línguas indígenas ou de línguas de imigração em nível municipal, a partir de 2002, e a “legalidade” da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em 2005.

Esse movimento pode ser compreendido por meio de uma análise do processo de construção da noção de “direitos” na legislação internacional da segunda metade do século XX. O percurso que traçamos neste trabalho, com a finalidade de compreender como funcionam, no Brasil, os discursos sobre e as políticas de garantias dos direitos linguísticos, é o seguinte: 1) num primeiro momento, discutiremos os sentidos da noção de “direitos linguísticos” e suas relações com os “direitos humanos universais”; 2) num segundo momento, nos concentraremos na apresentação de fatos da diversidade linguística no Brasil e do processo de produção da garantia de direitos linguísticos no espaço nacional – em particular, o movimento de cooficialização de línguas em nível municipal e a declaração de línguas como patrimônio imaterial do Estado; 3) num terceiro e último momento, discutiremos os conceitos de democracia e fascismo e os colocaremos em relação com as políticas públicas de garantia de direitos linguísticos materializadas no Brasil.

2. A noção de *direitos linguísticos* na legislação internacional

Podemos afirmar que os sentidos de “direitos”, tal como circulam hoje, são colocados em funcionamento a partir da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH), aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em dezembro de 1948, em Paris, França³. Esse conceito, porém, vai sendo determinado em vários documentos que sucederam a DUDH, nos quais já se

discutem e garantem certos direitos dos chamados “grupos minoritários”⁴.

Segundo Rodríguez Caguana (2016), esse processo de determinação ocorre justamente porque as primeiras declarações de direitos – tanto a DUDH quanto a *Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem* (DADH)⁵ – são “omissas” com relação à diversidade cultural e linguística. Para a pesquisadora, há dois aspectos constitutivos das *condições de produção*⁶ desses documentos que constroem essa omissão e que nos interessa detalhar: em primeiro lugar, a existência de uma tensão entre a noção de “direitos do cidadão” e a de “direitos coletivos”; em segundo lugar, o fato de esses textos terem sido produzidos em território europeu sob os efeitos da 2ª Guerra Mundial, tendo como principal objetivo proteger as minorias nacionais europeias de políticas de segregação e perseguição como as que haviam padecido recentemente com o nazismo. Vamos nos deter sobre esses dois aspectos a seguir.

2.1. Direitos linguísticos: individuais ou coletivos?

Rodríguez Caguana explica que a tensão presente na materialidade da DUDH entre a noção de “direitos do cidadão” e a de “direitos coletivos” se deve ao confronto de duas correntes ideológicas que participaram da elaboração do documento: a primeira, representada pelo bloco liberal, defendia os “direitos do cidadão”, “individuais”, herança do pensamento filosófico da Ilustração; a segunda, defendida pelo bloco socialista, advogava pelos “direitos coletivos”, efeito das revoluções populares do início do século XX, principalmente a mexicana de 1910 e a russa de 1917 (RODRÍGUEZ CAGUANA, 2016, p.6-7).

Considerando essa dicotomia no caso específico dos direitos linguísticos, Rainer Enrique Hamel sublinha o “caráter jurídico contraditório” de uma certa justificativa que se construiu historicamente sobre a questão, baseada na distinção entre duas funções da linguagem: a *expressão* e a *comunicação* (HAMEL, 2003, p.58-60). Segundo esse argumento, explica o autor, todo ser humano tem direito à *expressão* como um *direito individual*, como *direito de falar* e, nesse sentido, o direito linguístico se constituiria num dos *direitos fundamentais* do ser humano. Já enquanto direito à *comunicação*, os direitos linguísticos seriam da ordem dos *direitos*

coletivos e, para muitos, como tal, perdem seu caráter enquanto direito fundamental e se associam aos direitos econômicos, sociais e culturais que dependem do Estado para existir⁷. Hamel se coloca favorável a uma postura contemporânea na qual o caráter individual e o coletivo dos direitos linguísticos sejam indissociáveis, pois há que se considerar, segundo ele, “o fato evidente de que um sujeito só possa exercer seus direitos individuais de comunicar-se na sua língua à medida que exista e sobreviva sua comunidade de fala” (HAMEL, 2003, p.63).

Concordando com a interpretação do autor, consideramos que os direitos linguísticos são, portanto, direitos individuais e direitos coletivos exatamente na mesma proporção, podendo ser garantidos por decisões e ações políticas que devem contemplar esse seu duplo caráter.

2.2. Direitos das línguas ou dos sujeitos?

Para além da consideração dos direitos linguísticos como individuais ou coletivos, Abreu (2016) também tematiza outra interessante questão: o fato de que os *direitos linguísticos* podem ser abordados enquanto “direitos das línguas” ou enquanto “direitos dos grupos linguísticos”. De acordo com o autor, no caso do Brasil, a legislação apresenta um “sistema bifásico”, no qual:

por um lado, há um conjunto de ações que privilegia as línguas como bens jurídicos de natureza difusa a serem tutelados pelo Estado e, por outro, um viés que deve contemplar, como bem jurídico a ser tutelado, o direito dos falantes, vistos individualmente ou em grupo, de utilizarem as suas próprias línguas nas mais diversas situações sociais, oficiais ou não (ABREU, 2016, p.175).

Abreu afirma que a interpretação de que “as línguas têm direitos” é possível, pois, segundo a legislação e as normas por ele analisadas⁸, as línguas se constituem em “bens de natureza difusa”, em “patrimônios culturais imateriais”, sendo passíveis, portanto, de tutela pelo Estado por si mesmas. Assim, mesmo reconhecendo que “as decisões tomadas no âmbito do direito das línguas acabarão secundariamente por nortear a formulação de novas políticas de garantia de direitos

lingüísticos para os indivíduos e os grupos, no que tange ao usufruto das suas próprias línguas” (ABREU, 2016), o “direito das línguas” se materializa em declarações da legislação internacional e, em particular, na legislação brasileira, a partir da qual o Estado se ergue como responsável pela preservação e pela promoção da diversidade lingüística do território nacional, bem como dos direitos lingüísticos.

Parece-nos importante apontar uma contradição que advém dessa interpretação que se centra exclusivamente no caráter jurídico dos direitos lingüísticos materializados na legislação: ao considerá-los como “direitos das línguas” e não como “direitos dos sujeitos” ou das comunidades, os direitos lingüísticos se desvinculam imediatamente dos “direitos do homem”, sejam estes individuais ou coletivos, e perdem até mesmo seu sentido enquanto “direito fundamental”.

3. A emergência dos direitos lingüísticos

Como já afirmamos anteriormente, é apenas após a difusão da DUDH, a partir dos anos 50 do século XX, que os direitos de comunidades marginalizadas passam a ser uma questão no arquivo jurídico internacional e, portanto, também um tema sobre o qual os Estados nacionais devem se posicionar.

Entre os documentos produzidos nas últimas décadas especificamente sobre questões que envolvem os direitos lingüísticos, encontram-se a *Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias* (Estrasburgo, 1992), a *Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos* (Barcelona, 1996), a *Carta Europeia do Plurilingüismo* (Paris, 2005) e o *Manifesto de Girona sobre os Direitos Lingüísticos* (2010)⁹. Assim como a DUDH, todos esses documentos foram concebidos e assinados em cidades da Europa – *espaço de enunciação heterogêneo*¹⁰, marcado por uma história que vincula seus países à memória da colonização enquanto colonizadores, não enquanto colonizados – para mencionar de modo superficial apenas uma das diferenças mais evidentes que distanciam a memória e o imaginário do espaço latino-americano, especificamente o brasileiro, do espaço europeu.

Analisando essas textualidades, pudemos observar que algumas colocam como questão central o reconhecimento de direitos de comunidades marginalizadas que utilizam uma língua diferente da nacional, enquanto que outras têm como principal objeto a defesa do

“plurilinguismo” – nesse caso, os documentos estabelecem vínculo direto com a garantia da oferta de Educação em língua materna nos anos iniciais da escola¹¹.

A que se deve essa proliferação de documentos, declarações, resoluções e lei sobre a questão das línguas de populações minoritárias (na Europa) ou de comunidades marginalizadas, como prefiro chamá-las, e sobre a promoção do “plurilinguismo”?

No livro *Derechos Lingüísticos y Derecho Internacional*, Fernández Liesa afirma que:

La última década [os anos 90] ha visto agravarse los conflictos minoritarios de una manera que carece de precedentes en el Derecho internacional contemporáneo. La protección de las minorías constituye uno de los mejores *métodos para la prevención de determinados conflictos nacionales e internacionales*, intentando reducir las causas de su surgimiento, mediante el reconocimiento y protección de los derechos lingüísticos, así como por el establecimiento de medidas para la solución de las tensiones, tanto internas como internacionales (FERNÁNDEZ LIESA, 1999, p.8-9, grifos do original).

Essa afirmação coloca em evidência a relação que se estabelece, no âmbito do Direito Internacional, entre “proteção de las minorias” y “prevenção de conflitos nacionais e internacionais”. Não é difícil compreender, portanto, a relação que há entre “proteção” e “controle”, ou seja, controle, por parte do Estado, do que se convencionou chamar “minoría” (étnica, racial, lingüística). O autor continua dizendo que:

La mejor forma de buscar una solución constructiva que sirva para prevenir los conflictos que se originan *para* las minorías consiste en la identificación de un modelo universal que, *por un lado, defina sus derechos y, de otro lado, sea compatible con la unidad y estabilidad estatal*, su integridad territorial y su independencia política así como con el Derecho internacional de los Derechos humanos; además, los derechos nacionales deben reconocer y garantizar los derechos de las minorías y establecer *mecanismos* que permitan la *solución pacífica de*

las controversias entre minorias y mayorías (FERNÁNDEZ LIESA, 1999, p.9-10, grifos nossos).

Parece muito claro que não podemos olhar com ingenuidade a questão do reconhecimento dos direitos de comunidades marginalizadas linguisticamente: esse é mais um dos “mecanismos” de controle do Estado nacional para garantir sua hegemonia, sua “integridade”, sua “unidade”, ou seja, sua própria existência enquanto modelo político vigente (ALTHUSSER, 1996 [1970]).

Nesse sentido, podemos apontar uma contradição importante com a qual o Estado nacional tem convivido enquanto agente de políticas de proteção e promoção da diversidade e dos direitos linguísticos: em sua formação, a lógica dos Estados nacionais se baseou na máxima “uma Nação, uma língua” (ANDERSON, 1993), utilizada amplamente na construção de um imaginário de unidade e homogeneidade que tinha na língua nacional (única e una) um dos principais símbolos da identidade nacional. Todo o aparato estatal de “construção de identidades” para as nações independentes americanas durante o século XIX – e, no caso do Brasil, também início do século XX – operou com o fim de “inventar” essa língua nacional: normatizá-la e torná-la língua de instrução do sistema educativo por meio da produção e da circulação de instrumentos linguísticos, dotá-la de prestígio para alçá-la à condição de língua de cultura e, ademais, produzir a distinção entre “os que têm/sabem” essa língua e os que não. Os Estados se erigiam, assim, como inventores e mantenedores da ordem da língua nacional enquanto elemento constitutivo das identidades nacionais. Porém, esse papel desempenhado em sua origem começa a sofrer mudanças bastante significativas quando se apresentam as demandas da segunda metade do século XX, ou seja, quando a legislação internacional sobre direitos linguísticos passa a exigir a proteção e a promoção da diversidade. A garantia desses direitos de comunidades marginalizadas passa, então, a ter que ser planejada no âmbito das políticas públicas, com a criação de legislação e de medidas protetivas executadas primordialmente pelo Estado nacional que, para atender demandas dos processos econômicos globalizantes, como apontamos acima a partir do que afirmava Arnoux e Bein (2015), precisa agora atuar na contramão do que historicamente realizou.

Essa tensão é bastante significativa na atualidade dos Estados nacionais porque, nesse debate, costumam-se confrontar posições mais conversadoras (que se vinculam ao ideal decimonônico de imposição de *uma* língua nacional) com outras mais progressistas (de promoção da diversidade e do plurilinguismo).

3.1. Os direitos linguísticos aportam no Brasil

No que tange às discussões e à produção de documentos, declarações ou legislação sobre os direitos linguísticos no Brasil, podemos destacar a realização do *Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística*, que ocorreu em 2016 na cidade fronteiriça de Foz do Iguaçu, organizado pelo *Departamento do Patrimônio Imaterial* do IPHAN e pela Diretoria de Relações Internacionais do *Ministério da Cultura*, em parceria com a Universidade de Integração Latino-Americana (Unila), a Itaipu Binacional e a Secretaria Geral Ibero-americana (Segib). De acordo com as atas do Seminário, “o evento foi motivado pela relevância que o tema da diversidade linguística tem adquirido no âmbito *das políticas de cultura no Brasil*” (GARCIA et. al., 2016, p.1, grifos nossos).

Chamamos a atenção para a relação que se estabelece, nesse enunciado sobre o evento, entre “diversidade linguística” e “política cultural”, pois as diferentes concepções que o Estado e suas instituições podem ter das línguas produzem efeitos (e políticas) muito diferentes: entender as línguas e os direitos linguísticos enquanto “bem cultural a ser preservado” conduz ao estabelecimento de políticas de preservação e valorização dos “direitos das línguas”, como apontou Abreu (2016) em trabalho que citamos anteriormente.

Seguindo esse modo de interpretar, as línguas de comunidades marginalizadas (de minorias excluídas) pelo Estado se convertem em “patrimônio imaterial” a ser protegido pelo Estado, ou seja, não são consideradas enquanto saberes de sujeitos e de comunidades. Nesse sentido, podemos prever que o mesmo processo de “monumentalização” e os mesmos processos de “capitalização linguística”, que Zoppi-Fontana (2009) detectou nas relações que o Estado brasileiro construiu com a língua portuguesa no século XXI, podem se dar com as línguas outras de um espaço de enunciação cujas políticas as interpretem como “bens culturais”, e não como constitutivas dos sujeitos e das comunidades. As línguas são alvo de

proteção e valorização, não os sujeitos. Retomaremos esse aspecto mais adiante.

3.2. A garantia dos direitos linguísticos no Brasil pós 1988

O artigo 13º da *Constituição* federal brasileira expressa que “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil” (BRASIL, 1988). Mas o texto constitucional também garante o direito à educação em outras línguas para comunidades indígenas e reconhece as línguas indígenas como parte dos “bens” dessas comunidades – ao lado de “organização social, costumes, crenças e tradições”¹². Na carta magna do país, no entanto, não há referência a outras realidades linguísticas de grupos minoritários ou marginalizados, como comunidades quilombolas, imigrantes ou como a comunidade surda.

Quanto a políticas linguísticas públicas de reconhecimento e valorização da diversidade linguística posteriores à Constituição de 1988, somente no início do século XXI algumas iniciativas começaram a surgir, de maneira geral, vinculadas à luta de sujeitos, grupos ou comunidades, e praticamente nunca como iniciativas do Estado. É o caso da comunidade surda, que teve seus direitos linguísticos reconhecidos parcialmente apenas em 2002, com a lei 10.436, que “legaliza” a Língua Brasileira de Sinais (LAGARES, 2018, p.78).

No campo do reconhecimento e da valorização da diversidade linguística no Brasil, destacamos, em nossa análise, duas direções que as políticas públicas aprovadas nos últimos anos vêm tomando: I) a **cooficialização de línguas em nível municipal** (atualmente, há 19 municípios brasileiros com línguas declaradas cooficiais, sendo 5 com línguas indígenas e 14 com línguas de imigração histórica; o primeiro município a declarar três línguas indígenas como cooficiais, tukano, baniwa e nheengatu, foi São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, em 2002); e II) a consideração das línguas como **patrimônio imaterial do Estado**. Em ambos os casos, o Estado acolheu demandas apresentadas pela sociedade civil.

No exemplo de políticas referidas em II), as principais iniciativas que podemos citar são: 1) o *Inventário Nacional da Diversidade Linguística* (INDL), criado pelo Decreto federal No. 7.387, de 09 de dezembro de 2010, que tem desenvolvido o inventário de línguas

brasileiras (até o momento, apenas três línguas foram alvo desse decreto, com os seguintes projetos: a) *Inventário do Guarani Mbyá*, desenvolvido pelo IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Pesquisa Linguística, único já concluído, em 2011; b) *Libras*, desenvolvido pelo IPOL com a parceria do IPHAN e da UFSC; e c) *Hunsrückisch*, desenvolvido pelo IPOL, em execução); e 2) a declaração de línguas como patrimônio imaterial, como é o caso da língua Iorubá, declarada patrimônio imaterial do Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 2018. Analisaremos, com mais detalhe, o processo de cooficialização de línguas em nível municipal e, em seguida, teceremos nossas conclusões sobre essas duas políticas.

3.2.1. A cooficialização de línguas em nível municipal

Dentre as línguas brasileiras que não são consideradas *oficiais* em nível nacional – lugar reservado, na Constituição Federal de 1988, exclusivamente à língua portuguesa –, algumas passaram por um processo jurídico que lhes garantiu um lugar de *cooficialidade* em nível municipal. Atualmente, são vinte e quatro as cidades brasileiras que cooficializaram línguas indígenas ou de imigração em suas jurisdições¹³.

A estratégia da cooficialização em nível municipal tem se constituído numa tentativa de reconhecer o lugar dessas línguas “outras” no espaço do Estado nacional. Nesse sentido, a legislação tem adquirido um papel protagonista entre os instrumentos de planejamento de políticas linguísticas e na gestão das línguas e do plurilinguismo no Brasil, confirmando algo que afirma Calvet (2007, p.75): “não existe planejamento linguístico sem suporte jurídico”. Essa política baseada no instrumento legal, segundo Zimmermann, tem sido amplamente utilizada na América Hispânica, onde o autor observa a existência de uma “ênfase no setor legislativo” das políticas linguísticas atuais (ZIMMERMANN, 2011, p.11).

Os municípios e suas respectivas línguas cooficializadas, bem como o ano em que se finalizou o processo da cooficialização, estão sintetizados no quadro abaixo:

	Município	Língua(s)	Ano da lei
1.	S. Gabriel da Cachoeira/AM	Tukano, Nheengatu e Baniwa	2002
2.	Tacuru/MS	Guarani	2010
3.	Tocantínia/TO	Akwê Xerente	2012
4.	Bonfim/RR	Macuxi e Wapichana	2014
5.	Cantá/RR	Macuxi	2014
6.	Pancas/ES	Pomerano	2007
7.	Laranja da Terra/ES	Pomerano	2008
8.	Santa Maria de Jetibá/ES	Pomerano	2009
9.	Vila Pavão/ES	Pomerano	2009
10.	Canguçu/RS	Pomerano	2010
11.	Domingos Martins/ES	Pomerano	2011
12.	Itarana/ES	Pomerano	2016
13.	Serafina Corrêa/RS	Talian	2009
14.	Flores da Cunha/RS	Talian	2015
15.	Nova Roma do Sul/RS	Talian	2015
16.	Paráí/RS	Talian	2015
17.	Nova Erechim/SC	Talian	2015
18.	Bento Gonçalves/RS	Talian	2016
19.	Fagundes Varela/RS	Talian	2016
20.	Caxias do Sul/RS	Talian	2017
21.	Antônio Carlos/SC	Hunsrückisch	2010
22.	Santa Maria do Herval/RS	Hunsrückisch	2010
23.	Pomerode/SC	Alemão/Pomerano	2010/2017
24.	São João do	Alemão	2016

	Oeste/SC		
--	----------	--	--

No caso das línguas brasileiras, o processo de cooficialização em nível municipal pelo qual algumas (poucas) passaram se insere no que Kloss chamou de *planejamento de status* (apud CALVET, 2007, p.29)¹⁴: a partir da cooficialização, com a aprovação de leis nos municípios, espera-se que as línguas possam se inserir em novos espaços ao adquirirem novas funções (poderão ser utilizadas em serviços públicos de saúde, por exemplo, bem como ensinadas nas escolas).

LAGARES, ao concluir sua análise sobre o processo de cooficialização de línguas no município de São Gabriel da Cachoeira, afirma:

Esse modelo de cooficialização municipal constitui, enfim, uma política intervencionista destinada não apenas ao reconhecimento formal de direitos linguísticos individuais, mas a mudar a situação social de comunidades em situação de subalternidade. Apesar dos conflitos que esse tipo de intervenção provoca, ele pode ser um instrumento eficiente de transformação das relações linguísticas e sociais, sobretudo se for desenvolvido com a participação da sociedade civil e por meio de debate público democrático (LAGARES, 2018, p.82).

Com a cooficialização, então, seria criado um ambiente propício para o incremento do “prestígio/status” das línguas e, portanto, de valorização da diversidade linguística. Forçando sua circulação em diferentes contextos de comunicação, espera-se a produção de efeitos positivos no imaginário que circula sobre essas línguas na sociedade e, a partir daí, poderia se prever uma diminuição do preconceito linguístico dirigido a seus falantes, fator que chegaria a contribuir até mesmo para a “revitalização” de línguas “em perigo”¹⁵.

A realidade social das línguas no espaço de enunciação brasileiro, no entanto, não nos permite afirmar que os processos de cooficialização têm ocorrido a contento em todos os municípios nos quais se deram. Não apenas o panorama de políticas linguísticas públicas executadas por essas cidades é muito tímido, mas também, o que é mais importante, pouco abrangente no que diz respeito ao

planejamento para sua realização. De fato, apesar de haver normas jurídicas aprovadas em vinte e quatro municípios, praticamente todas as instâncias de governo do país, incluindo as prefeituras, carecem de departamentos, órgãos ou instituições que deem conta de transformar as diretrizes políticas em ação.

Se, por um lado, há algumas iniciativas vinculadas à Educação, principalmente no que se convencionou chamar “ensino intercultural bilíngüe” – que tem como objetivo cumprir o que a *Constituição* federal e a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (BRASIL, 1996) estipulam no que concerne ao direito à educação de povos indígenas –, por outro lado, praticamente não existem políticas de promoção das línguas indígenas ou de imigração que extrapolem esse âmbito, que pensem de modo mais geral a promoção da garantia dos direitos linguísticos pelo Estado. Em nossa avaliação, a ausência ou o insucesso das políticas nessa direção no Brasil se deve, fundamentalmente, ao fato de que existem interpretações – no meio jurídico e em muitos casos também no acadêmico – que partem de uma noção equivocada ou parcial do real objeto dessa proteção, promoção ou valorização, a partir da qual se privilegia a proteção “das línguas” e não a proteção dos sujeitos ou das comunidades. Essa noção equivocada, por sua vez, se ancora no modo como se estrutura a sociedade brasileira de maneira mais geral, algo que apontaremos em nossas Considerações Finais.

3.3. A necessária reterritorialização

Retomamos algo que afirmamos anteriormente: a legislação brasileira e as políticas que se vêm implementando para a garantia dos direitos linguísticos no país consideram as línguas como “bens culturais” e “patrimônio nacional”, o que implica um modelo de proteção ou valorização que silencia os sujeitos (marginalizados historicamente), produzindo a desvinculação da noção de direitos linguísticos enquanto direitos humanos, individuais e coletivos. Se a língua é constitutiva dos sujeitos e os sujeitos se organizam em comunidades, “preservar” ou “valorizar” uma língua é preservar e valorizar, em primeiro lugar, os sujeitos e as comunidades em que se organizam.

No que tange às línguas indígenas, o último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) revelou

um dado particularmente significativo sobre a relação do uso que essas populações fazem de suas línguas e da língua portuguesa: um total de 37,4% dos indígenas de cinco anos ou mais afirmara falar uma língua indígena, mas esse número aumenta consideravelmente, chegando a 57,3%, quando se especifica que se trata de população que vive dentro de Terras Indígenas; com relação ao conhecimento da língua portuguesa, 17,5% do número total de indígenas do país afirmava não falar essa que é a única língua oficial do Brasil de acordo com a Constituição de 1988, mas quando se trata de sujeitos que vivem em Terras Indígenas, esse número aumenta para 28,8%. Esse Censo de 2010 permite-nos concluir que há uma relação direta entre a preservação das línguas indígenas e a posse da terra pelas comunidades indígenas.

No caso das línguas indígenas, então, é evidente que as pesquisas acadêmicas que descrevem suas características fonético-fonológicas, lexicais e sintáticas, pragmáticas ou discursivas ou a produção de instrumentos linguísticos (glossários, dicionários ou gramáticas) para essas línguas não têm tanta potência para preservá-las ou valorizá-las quanto a demarcação de terras das comunidades indígenas. Daí nossa conclusão de que também falta no Brasil, portanto, uma concepção de preservação e de valorização da diversidade linguística que extrapole o âmbito do reconhecimento jurídico dos “direitos das línguas”, que vá além inclusive do que há de “linguístico” na questão e que reconheça outras especificidades, levando em conta, antes de tudo, os contextos locais.

Já no que diz respeito ao caso do Iorubá, recentemente declarado patrimônio imaterial do Rio de Janeiro, bem como de outras línguas africanas que possam vir a ser objeto de política semelhante, ao mesmo tempo em que aumentam os movimentos em defesa e para a promoção da herança cultural e linguística africana no Brasil, segundo o *Atlas da Violência 2017*, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a cada 100 pessoas assassinadas no país, 71 são negras, e um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos¹⁶. Nesse contexto, uma política de valorização das línguas africanas é, em primeira instância, uma política de valorização da própria vida das negras e dos negros no Brasil.

É nesse sentido que acreditamos que, se, por um lado, a noção de direitos linguísticos tem sua origem e sua difusão a partir do continente europeu e se, por outro lado, nessa origem, encontra-se uma relação direta com as formas de controle do Estado nacional sobre as minorias marginalizadas, não podemos *desterritorializar* essa noção sem *reterritorializá-la*. Não podemos importar os discursos que circulam sobre a garantia dos direitos linguísticos, aceitá-los e defendê-los, sem antes compreender as relações de forças que neles se colocam, ou seja, sem *ressignificar* a própria noção de direitos linguísticos, transformando-a em mais um gesto de resistência. Sublinhamos então, a necessidade de *reterritorializar* a noção de direitos linguísticos, de deslocar os sentidos que esse sintagma produz, tendo em conta nosso contexto latino e sul-americano e, ainda mais especificamente, brasileiro. Isso significa, então, descolonizar, democratizar e desmercantilizar a relação dos sujeitos com as línguas neste espaço, produzindo consciência linguística, e também consciência histórica, social e política ao mesmo tempo.

4. As línguas no Brasil contemporâneo: entre a democracia e o fascismo

Boaventura de Sousa Santos define a democracia como

todo proceso a través del cual relaciones desiguales de poder se transforman en relaciones de autoridad compartida: en la casa, en la escuela, en el sindicato, en la calle, en la fábrica, en el espacio político, en el espacio mundial. O sea, la democracia es un campo enorme de democratización. No hay democracia, hay *democratización* (2016, p.4).

Parece-nos importante destacar a noção de “processo” que esta alternância representa: de “democracia” a “democratização”. O autor continua sua explicação do conceito afirmando que

en nuestras sociedades, nos acostumbramos a reducir la democracia a la democracia en el espacio político, en el espacio en la ciudadanía. Entonces, consideramos que nuestras sociedades son democráticas, porque el espacio político es democrático. Pero ese espacio político es una *isla de*

democracia, en un archipiélago de despotismos. La mujer que vota y que está en su trabajo, dentro de un contexto democrático, llega a la casa y quizás es víctima de fascismo familiar, de violencia doméstica. Entonces, no hay democracia. [...] *La gran parte de la población de nuestras sociedades democráticas, no vive en democracia. Vive en fascismo social.* Es un fascismo infra-político, que no se nota (SOUSA SANTOS, 2016, p.5).

No entanto, esse fascismo, segundo Sousa Santos, está presente na violência da polícia nas ruas, no autoritarismo do patrão ou do chefe com seus funcionários ou na relação entre marido e mulher. Por isso, o autor considera que podemos dizer que vivemos em “*sociedades políticamente democráticas y socialmente fascistas*” (SOUSA SANTOS, 2016, p.5). O que temos vivenciado hoje em dia, em muitos espaços da América Latina, é um aumento considerável da dimensão fascista, enquanto que o espaço das instâncias democráticas vem diminuindo. Nestes últimos dois ou três anos, a dinâmica das nossas sociedades está apontada para a diminuição do campo de deliberação democrática e para o aumento dos campos de arbitrariedade e autoritarismo. Estamos assistindo a um processo no qual se estão criando “zonas livres de democracia”, sem democracia, em plenas sociedades democráticas.

Esse “fascismo social” do qual nos fala Sousa Santos se caracteriza pela

capacidad que tienen algunos grupos sociales - con gran poder social y económico - de ejercer derechos de veto sobre las oportunidades de vida de los de más abajo, que dependen de su benevolencia, de su filantropía, de su disponibilidad para ayudar o no ayudar, porque no tienen capacidad de ejercer sus derechos debido a la desigualdad de derechos (SOUSA SANTOS, 2016, p.6).

Nos sentidos que lhe atribuí o autor, portanto, o fascismo é a capacidade de vetar a oportunidade de vida dos sujeitos pertencentes a grupos vulneráveis e existe em vários níveis, desde o governamental até o das relações interpessoais – Sousa Santos explica como a

violência doméstica, por exemplo, é uma das formas de expressão do fascismo social.

Colocando o objeto que delimitamos para este trabalho em relação com essa definição de fascismo, construímos nossa interpretação: tendo em conta o modo como a noção de direitos linguísticos se materializa nas políticas públicas de cooficialização de línguas em nível municipal ou de declaração de línguas como patrimônio imaterial do Estado, acreditamos poder afirmar que essas políticas se constroem a partir dessa tensão existente entre, por um lado, a defesa da democracia e, por outro lado, o veto fascista. Os direitos linguísticos, portanto, também se constituem em um campo no qual podemos encontrar expressões do fascismo social que caracteriza as sociedades latino-americanas e a brasileira, enquanto mais um meio através do qual “alguns grupos sociais – com grande poder econômico – exercem seu veto sobre as oportunidades *de los de más abajo*”, como definiu Sousa Santos.

Nesse sentido, é possível observar que, tanto na Constituição de 1988 quanto em todas as políticas públicas que se desenvolveram no país desde então com a finalidade de garantir direitos (de diferentes modalidades, inclusive os linguísticos), existe uma série de contradições que revelam a luta na correlação de forças entre representantes de campos ideológicos opostos: aqueles que propõem medidas que pretendem contribuir, de algum modo, com a garantia de direitos e a diminuição das desigualdades, e aqueles que atuam sistematicamente para “vetar” essas tentativas.

5. Considerações finais

Direitos linguísticos e diversidade linguística são sintagmas quase inseparáveis. Constantemente, em diferentes discursividades, ambos surgem para caracterizar a situação de línguas, grupos, comunidades e sujeitos na contemporaneidade.

Parece-nos preciso deixar claro, antes de mais nada, que a diversidade linguística não é um dado novo na história do mundo e de seus povos, ainda que a questão dos direitos linguísticos tenha emergido no contexto global fundamentalmente a partir da segunda metade do século XX, em função de uma necessidade urgente de “preservar, promover e proteger” essa diversidade. Como explica Arnoux:

La diversidad lingüística es un hecho que acompaña la vida de la humanidad. Unos la consideran un castigo divino; otros, una bendición. Esta diversidad lingüística, que –repetimos– es un dato de la realidad, se hace visible y valorable o no en determinadas circunstancias (ARNOUX, 2015, p.28).

A visibilidade e o valor que se atribui à diversidade linguística e, por conseguinte, aos direitos linguísticos, obedece a fatores políticos – e, portanto, ideológicos. Nesse sentido, uma pesquisa que tenha como objeto algum desses elementos – diversidade e/ou direitos linguísticos – não apenas é reveladora da posição que neles ocupa o sujeito-pesquisador que a realiza, mas principalmente das demandas e requerimentos impostos à sociedade de modo geral e a esse sujeito de modo específico pelas condições de produção.

Arnoux faz referência ao que se tem chamado de “valor econômico das línguas”, que se constitui numa matriz discursiva a partir da qual se realiza a defesa do “plurilinguismo” enquanto um “componente de la gestión económicamente eficaz de los recursos humanos (sobre todo, de los inmigrantes) y un generador de plusvalía” (ARNOUX, 2015, p.29).

A autora afirma, ainda, que

si bien las transformaciones operadas en el reconocimiento de las lenguas se originan en procesos económicos, las perspectivas políticas que se adopten pueden actuar afirmándolos o cuestionándolos, activando distintas ideologías (ARNOUX, 2015, p.31).

Esta é a chave que utilizamos neste trabalho para realizar esta discussão sobre a garantia os direitos linguísticos no Brasil, ou seja, reconhecemos esse espaço acadêmico-científico também como um lugar de resistência a ser ocupado, e não, nunca, como espaço de legitimação de discursividades hegemônicas.

Referências bibliográficas

ABREU, R. N. (2016). “Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da Constituição da República Federativa do Brasil”. In: FREITAG, R.M.K. et al. *Sociolinguística e*

Política lingüística. Olhares contemporâneos. São Paulo: Blucher, p.161-188.

ALTHUSSER, L. (1996 [1970]). “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação)”. In: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia.* São Paulo: Contraponto, p.105-142.

ANDERSON, B. (1993 [1991]). *Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo.* Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.

ARNOUX, E. N. de & BEIN, R. (2015). "Hacia una historización de las políticas de enseñanza de lenguas". IN: ARNOUX, E. N. de & BEIN, R. (Orgs.) *Política lingüística y enseñanza de lenguas.* Buenos Aires: Editorial Biblos, p.13-50.

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-norma-pl.html>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

_____. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.* Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-norma-pl.html>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

CALVET, L.-J. (2007 [1996]). *As políticas lingüísticas.* São Paulo: Parábola.

FERNÁNDEZ LIESA, C. R. (1999). *Derechos lingüísticos y derecho internacional.* Madri: Dykinson, 1999.

GARCIA, M. V. C. et. al. (2016). *Anais do Seminário Ibero-americano de Diversidade Lingüística.* Brasília: IPHAN. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais5_Seminario_Iberoamericano_de_Diversidade_Linguistica_.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2017.

GENTILI, P. (2011). “Adentro y afuera. El derecho a la educación y las dinámicas de exclusión escolar en América Latina”. In: _____. et. al. *Políticas, movimientos sociales y derecho a la educación.* Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), p.9-32.

HAMEL, R. E. (2003). “Direitos lingüísticos como direitos humanos: debates e perspectivas”. In: OLIVEIRA, G. M. de (Org.). *Declaração*

Universal dos Direitos Linguísticos. Campinas/Florianópolis: Mercado de Letras/ALB/IPOL, p.47-80.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). Censo demográfico de 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

LAGARES, X. (2018). *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola.

RODRÍGUEZ-ZUCOLILLO, C. M. (2000). *Língua, Nação e Nacionalismo. Um estudo sobre o Guarani no Paraguai*. Campinas: IEL/UNICAMP. Tese de doutorado. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270722>>.

Acesso em: 02 de setembro de 2018.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. (2010). “Políticas públicas de direito à língua e consenso etnocultural: uma reflexão crítica”. In: ORLANDI, Eni. (Org). *A produção do consenso nas políticas públicas urbanas*. Campinas: RG Editora, p.127-160

SOUSA SANTOS, B. (2016) *Las luchas por la igualdad en América Latina: por un nuevo ciclo constituyente*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Transcrição de palestra realizada para o *Curso Internacional América Latina: ciudadanía, derechos e igualdad*, oferecido pela CLACSO, em 12 de abril de 2016.

UNESCO. (2003). *La educación en un mundo plurilingüe*. Paris: UNESCO. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129728s.pdf>>.

Acesso em: 20 de maio de 2018.

_____. (2010) *Atlas de las lenguas en peligro*. Paris: UNESCO. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001894/189453s.pdf>>.

Acesso em: 20 de maio de 2018.

ZIMMERMANN, K. (2011). “Reflexiones acerca de la revitalización de las lenguas amerindias en México”. In: *UniverSOS. Revista de lenguas indígenas y universos culturales*. N. 8, p.9-41.

Palavras-chave: política linguística, direitos linguísticos, cooficialização de línguas.

Keywords: language policy, linguistic rights, languages co-officialization.

Notas

* Professora adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos. Desenvolve e orienta pesquisas nos temas: políticas linguísticas, direitos linguísticos, legislação linguística e educacional e ensino/aprendizagem de línguas no Brasil. É Doutora em Letras pela USP.

¹ Esclarecemos que preferimos utilizar o conceito de “comunidades marginalizadas” em vez de “minorias” na tentativa de explicitar as relações de poder envolvidas, assim como ressaltar o histórico de opressão e exclusão do sistema “universal” de direitos ao que são submetidas, especialmente em espaços marcados por processos de colonização.

² Para uma análise detalhada das relações entre espanhol e guarani no Paraguai, ver Rodríguez-Zucolillo, C.M. (2000).

³ No que diz respeito às línguas, especialmente a partir do enunciado no 1º parágrafo do Artigo 2º da DUDH: “Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Consulta em 27 de agosto de 2018.

⁴ Reproduzimos, neste caso, o sintagma que surge desses próprios documentos: Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966; Declaração sobre os direitos humanos dos indivíduos que não são nacionais do país em que vivem de 1985; Convênio (Nº 169) sobre povos indígenas e tribais em países independentes da OIT de 1989; Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989; Convenção internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e de seus familiares de 1990; Declaração sobre os direitos das personas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas de 1992.

⁵ A *Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem* foi aprovada em abril 1948, em Bogotá/Colômbia, durante a IX Conferência Internacional Americana. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm>. Consulta em 27 de agosto de 2018.

⁶ A noção de *condições de produção* de que nos servimos – elaborada pela Análise de Discurso materialista, inicialmente por Pêcheux (1997 [1969]) e com contribuições posteriores de Courtine (2009 [1981]) e Orlandi (1996) – leva em conta “as relações que se estabelecem, no processo de produção do discurso, entre, por um lado, os aspectos vinculados às determinações sócio-históricas e ideológicas, assim como aqueles que dizem respeito aos sujeitos e à própria enunciação, e, por outro lado, as marcas dessas determinações que podemos encontrar, por meio da análise, na textualidade dos enunciados” (RODRIGUES, 2012, p.31).

⁷ Por direitos individuais, entendem-se as limitações impostas ao Estado para que o indivíduo possa usufruir de um conjunto de direitos indispensáveis à pessoa humana e ao exercício pleno da cidadania. Por outro lado, os direitos coletivos são aqueles que possuem como característica a transindividualidade, sendo, no entanto, possível

determinar o grupo, categoria ou classe de pessoas titulares do direito e, para além disso, estão estas pessoas unidas por uma relação jurídica-base, como, por exemplo, o fato de falar a mesma língua (ABREU, 2016, p.180).

⁸ O autor analisou a Constituição da República Federativa do Brasil e documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para chegar a essa conclusão.

⁹ Rodríguez-Alcalá (2010) analisa alguns desses instrumentos legais multilaterais europeus.

¹⁰ Guimarães (2002, p.18-19) define os espaços de enunciação como “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante”; ademais, para o autor, esses espaços são iminentemente políticos, uma vez que são “habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”.

¹¹ Este é, inclusive, um dos princípios básicos das diretrizes da UNESCO para a Educação: “o ensino em língua materna como meio para melhorar a qualidade da educação, baseando-se nos conhecimentos e na experiência dos educandos e dos docentes” (UNESCO, 2003, p.30). A entidade tem promovido programas e eventos no sentido de dar destaque à diversidade linguística do planeta e ao plurilinguismo, insistindo no papel da “língua materna”. A celebração anual do Dia Internacional da Língua Materna (*International Mother Language Day*), realizada desde 2000 no dia 21 de fevereiro, é exemplo de sua política (Cf. <<https://en.unesco.org/international-days/international-mother-language-day>>. Consulta em 28 de agosto de 2018).

¹² No Capítulo VIII – Dos Índios, o artigo 231º diz: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm>. Consulta em 27 de agosto de 2018.

¹³ O acompanhamento desse processo tem sido realizado pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL). O quadro que elaboramos abaixo toma por base as informações disponíveis em <<http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/>>. Consulta em 03 de setembro de 2018.

¹⁴ A proposta desta distinção entre planejamento de corpus e de status foi elaborada pela primeira vez por Heinz Kloss em 1969 e teve forte repercussão no campo das Políticas Linguísticas. O *planejamento de corpus* supõe uma intervenção sobre a *forma* da língua, sobre sua *materialidade*, como dotar a língua de uma escrita, padronizar seus usos por meio de dicionários e gramáticas, por exemplo; já o *planejamento de status* se refere a ações que possam modificar o nível de prestígio de que uma língua desfruta em seus espaços de circulação, supõe a necessidade de alterar suas funções e seu status social.

¹⁵ Utilizamos aqui os termos de que se serve a UNESCO (2010) em seu *Atlas de las lenguas en peligro*, publicação da entidade em três idiomas (inglês, francês e espanhol), que conta com três edições: 1996, 2001 e 2010. A mais recente, está

disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001894/189453s.pdf>>. Consulta realizada em 25 de agosto de 2018.

¹⁶ Síntese e acesso ao documento completo disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253>. Acesso em 17 de agosto de 2018.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSO¹ DE LICENCIATURA EM LETRAS-LIBRAS NO BRASIL: LÍNGUA, SUJEITOS E SENTIDOS

Maraisa Lopes*
UFPI

Resumo: *Este artigo tem por objetivo analisar, a partir do domínio da História das Ideias Linguísticas, sob uma perspectiva materialista, articulada com os dispositivos teórico-analíticos da análise de discurso da linha proposta por Michel Pêcheux e Eni Orlandi, o processo de institucionalização do curso de Licenciatura em Letras-Libras no Brasil, pensando como tem se dado a produção de conhecimento determinada historicamente por condições materiais que envolvem o político, o ideológico e o simbólico, nesse espaço institucionalizado. Além disso, busca-se compreender que lugar tem cabido aos sujeitos surdos, no espaço da Ciência, em meio a políticas afirmativas que instrumentalizam as relações próprias de uma divisão social do acesso à universidade. Com base em nossa análise, compreendemos que, para além de se pensar o curso de Letras-Libras como o espaço de produção de conhecimento sobre a língua de sinais, precisamos pensá-lo em sua discursividade, compreendendo o modo como sua materialização produz e estabiliza sentidos.*

Abstract: *This article aims to analyze, based on the History of Linguistic Ideas, from a materialist perspective, articulated with the theoretical-analytical devices of the discourse analysis proposed by Michel Pêcheux and Eni Orlandi, the process of institutionalization of the Letras-Libras undergraduate course in Brazil, thinking about how knowledge production has been developed and historically determined by material conditions that involve the political, the ideological and the symbolical concepts, in this institutionalized space. In addition to that, this article seeks to understand the place that has been designated to deaf people, in Science realm, amid affirmative policies that instrumentalize the proper relations of a social access division to the university. Based on our analysis, we could understand that,*

besides taking Letras-Libras course as the space for knowledge production concerning sign language, we need to think of it in its discursiveness, understanding how its materialization produces and stabilizes meaning.

1. Considerações Iniciais

Neste texto, me proponho a pensar sobre o processo de institucionalização do curso de Licenciatura em Letras-Libras no âmbito do Ensino Superior Brasileiro, a partir do domínio da História das Ideias Linguísticas, sob uma perspectiva materialista, articulada com os dispositivos teórico-analíticos da análise de discurso da linha proposta por Michel Pêcheux e Eni Orlandi, pois, tal como formula Nunes (2008):

Um dos pontos de contato dessa articulação entre a AD e a HIL reside em uma visão histórica da ciência e, particularmente, do que chamamos as “ciências da linguagem” [...]. Note-se que tal articulação não se dá ao modo da interdisciplinaridade ou de uma complementaridade. A AD e a HIL têm seus métodos específicos, mas a partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção (NUNES, 2008, p.109).

Pensar este processo de institucionalização é algo que tem me afetado diariamente, me deslocando da posição de professora de Linguística para alunos ouvintes para a posição de professora de Linguística para ouvintes e surdos no curso de Letras-Libras.

Assim, não há como analisar este processo sem compreendermos que a fundação das universidades em muito se liga ao fato de que a Ciência passara a ser vista como o motor do desenvolvimento, símbolo do progresso, estabelecendo-se uma relação inequívoca entre Ciência e desenvolvimento humano e social (GOERGEN, 1998). A Ciência, como produtora de conhecimento, é tomada como causa e efeito das modificações que ocorrem na sociedade. De questões cotidianas às grandes Guerras, não há acontecimentos que se deem separados da produção de conhecimento científico, o que, consoante Castells (1999), trata-se de um processo de realimentação entre Ciência e sociedade.

Segundo Caetano, Costa e Domingues (2008), a universidade passa a ser significada como a unidade da formação e da produção do conhecimento, o qual deve ser transformador. Fazer Ciência passou a ser uma das principais preocupações do homem, importando fortemente para o caráter avaliativo seu maior ou menor sentido prático. Nesse sentido, instituições foram criadas e organizadas com o objetivo de produzir Ciência e traduzir seus resultados para a prática (GOERGEN, 1998). A universidade foi incorporando este sentido prático do saber, o lugar de uma instrumentalização do saber, possibilitando, tal qual dito por Santos e Almeida (2005), um valor funcional à representação do saber, na medida em que se torna uma referência para a compreensão e tradução do mundo social.

Sendo o lugar em que se faz Ciência e no qual estão os cientistas, tem-se esperado da universidade a produção de conhecimentos úteis e a formação de pessoas que atendam aos requisitos de um mercado de trabalho cada vez mais pautado pela lógica do discurso científico e tecnológico (GOERGEN, 1998).

A universidade passa, então, a se constituir enquanto instituição,

fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas e não discursivas que se legitimaram e institucionalizaram, ao mesmo tempo em que organizam direções de sentidos e formas de agir no todo social (MARIANI, 1998, p.71).

Trata-se do lugar de produção do saber, do espaço em que os saberes são legitimados, divididos, re-divididos e hierarquizados em diversos tipos e de diversas maneiras, na história (FERREIRA, 2009).

E como pensar esta instituição na sua relação com a institucionalização dos cursos de graduação? Como pensar a produção de conhecimento determinada historicamente por condições materiais que envolvem o político, o ideológico e o simbólico? E, encaminhando-nos para o recorte com o qual propomo-nos a trabalhar, como pensar o processo de institucionalização de cursos de graduação na relação com os alunos com deficiência? Que lugar tem cabido a esses alunos, no espaço da Ciência, em meio a políticas afirmativas

que instrumentalizam as relações próprias de uma divisão social do acesso à universidade? Na tentativa de responder a esses questionamentos, analiticamente, propomos a seção a seguir.

2. Da (in)visibilidade das pessoas com deficiência nos processos de escolarização brasileira: da Escola à Universidade – o caso do Curso de Licenciatura em Letras-Libras

Muitas são as discussões, no Brasil, que envolvem a temática da educação para as pessoas com deficiência, num movimento de (in)visibilidades possíveis em estratos históricos particulares (HASHIGUTI, 2016) – memória e produção de sentidos que vão dizendo sobre esses espaços regulares de escolarização e sobre que sujeitos os constituem.

Em nosso país, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro. Já no século XX, funda-se o Instituto Pestalozzi (1926), para o atendimento às pessoas com deficiência intelectual e, posteriormente, em 1945, também para o atendimento às pessoas com superdotação. Em 1954, cria-se a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (BRASIL, 2008).

Se, nesse primeiro momento, compreende-se que o lugar do saber estava espacializado de acordo com a deficiência de cada sujeito, em 1961, observa-se que a Lei n° 4.024 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional), de 20 de dezembro de 1961, em seu Art. 88, afirmava que a “educação de excepcionais, deve[ria], no que fô[...][sse] possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961, on-line), garantindo, de certo modo, o direito à educação, em escolas regulares, para os deficientes, trazendo o *sujeito diverso*, “que rompe com os padrões estabelecidos por um imaginário social acerca do que seja normalidade” (LOPES, 2016, p.119), para o mesmo espaço de institucionalização da escolarização (PFEIFFER, 2002).

Já na década de 70, a Lei n° 5.692, de 11 de agosto de 1971, em seu Art. 9°, num movimento contrário, defendia que os

alunos que apresent[ass]em deficiências físicas ou mentais, os que se encontr[ass]em em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados dever[...][iam] receber tratamento especial, de acôrdo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971, on-line).

Em 1973, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que seria o responsável pela gerência da Educação Especial no Brasil, sem que se efetivem políticas públicas de acesso universal à educação para os estudantes com deficiência. O que só estaria garantido, em lei, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em que se define: no Art. 205, “a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, on-line); no Art.206, inciso I, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, on-line); e, no Art. 208, como “dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, on-line).

Documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) influenciaram a formulação das políticas públicas para a educação no Brasil ao questionarem a exclusão escolar das pessoas com deficiência. E, mais especificamente, a Declaração, ao instaurar a significação de que as escolas regulares seriam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, incluindo os *sujeitos diversos*, rompe com os sentidos produzidos pelo sintagma *Educação Especial*, que trazia em seu bojo a noção de uma educação específica para as pessoas com deficiência, mais relacionada com a caridade, a beneficência e a medicalização d(os corpos d)esses sujeitos do que com seu processo de ensino-aprendizagem (SKLIAR, 1997).

Mas, ainda que se apontasse para a necessidade de que as pessoas com deficiência ocupassem o mesmo espaço de escolarização que os demais sujeitos, a Política Nacional de Educação Especial Brasileira, publicada em 1994, condicionava o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais” (BRASIL, 1994,

p.19), o que produzira como efeito a não-possibilidade de que os *sujeitos diversos* estivessem matriculados em escolas regulares.

Nos anos seguintes, quer por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, quer pelo Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, as garantias de que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades e de que a Educação Especial seria uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino significariam a atuação complementar da *Educação Especial* ao ensino regular.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, destacara a necessidade de se produzir uma escola inclusiva que garantisse o atendimento à diversidade humana, dando a própria possibilidade de tornarem-se visíveis aqueles sujeitos que por outras políticas públicas foram pautados pelos “processos de discriminação e hierarquização a partir [...] [de suas] diferenças” (LOPES, 2016, p.119).

Como “não se conta uma história sem se fazer recortes” (ORLANDI, 2000, on-line), direciono-me para uma leitura mais específica sobre as pessoas com deficiência e sua entrada na universidade. No que tange ao Ensino Superior, na perspectiva da *Educação Inclusiva*, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de Ensino Superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2002a).

Mais especificamente, quanto ao acesso das pessoas com deficiência à Universidade, por meio da Lei nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do Ensino Médio público, em cursos regulares ou da Educação de Jovens e Adultos, a parcela de pessoas com deficiência que estudara em escolas públicas tem seu acesso possibilitado por meio de cota específica, enquanto aquelas que

estudaram em escolas privadas não têm acesso específico garantido a essas instituições.

O governo federal tem proposto programas como o *Incluir* (Programa de Acessibilidade na Educação Superior), que “propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes)” (MEC, 2018, on-line). Nesse ponto, destaco o modificador *pleno* utilizado para caracterizar o *acesso*, que, para mim, parece significar-se a partir de uma relação de oposição com a palavra *deficiente*, num jogo de sentidos entre a completude e a falta, entre o perfeito e o imperfeito, entre o suficiente e o insuficiente, entre a presença e a ausência.

Institucionalizar uma Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior é algo abordado no eixo “Acesso à Educação”, do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – *Viver sem Limite*. Não posso prosseguir sem antes pensar sobre a nomeação do Plano - *Viver sem Limite*. Se se faz necessário o estabelecimento de um plano que permita que se tenha uma vida sem limites, por oposição, evocam-se em nós os sentidos próprios a uma visão sobre a deficiência como déficit e não como uma diferença. Trata-se de solucionar a falta, de normalizar (FOUCAULT, 2004) o (corpo) limitado, de viver plenamente, de ter uma vida completa, de resolver um problema social, de ser eficiente e não mais deficiente.

Além disso, deve-se observar que no que se refere às IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), segundo o Plano, o acesso à educação estaria garantido a partir de quatro ações: a) instalação de núcleos de acessibilidade, os quais seriam responsáveis pelas práticas institucionais que romperiam as barreiras arquitetônicas, pedagógicas e comunicacionais; b) oferta de 27 cursos de Letras/Libras; c) oferta de 12 cursos de formação em Pedagogia na perspectiva bilíngue (Libras/ Língua Portuguesa), e d) a contratação de 690 Professores, tradutores e intérpretes de Libras. É como se tudo pudesse ser solucionado ao cumprirem-se estas quatro metas.

É nesse ponto que remontamos ao cerne de nossa discussão, o curso de Licenciatura em Letras-Libras. Se quando pensamos a inclusão escolar, muitos são os problemas que se nos apresentam, quando essas diferenças perpassam algo como a língua falada pelos alunos, os enfrentamentos são ainda maiores. No Brasil, a LIBRAS

(Língua Brasileira de Sinais) apenas fora reconhecida por lei em 24 de abril de 2002, por meio da Lei nº 10.436, e regulamentada pelo Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. De acordo com a Lei nº 10.436, reconhece-se, por meio de seu Art.01º, como “(...) meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. Entende-se como Libras, conforme Art.1º, parágrafo único, a

forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas (BRASIL, 2002, on-line).

Devendo-se, tal qual exposto no Art.3º,

ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (BRASIL, 2002, on-line).

Ademais, no Art.4º, parágrafo único, ressalta-se que “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2002, on-line). Atente-se aqui para o efeito que se produz de que a Libras seria algo “menor” que a Língua Portuguesa, pois serviria à comunicação objetiva e à transmissão de ideias, negando-se sua opacidade. Seria um sistema linguístico que mereceria apoio do governo para difusão, não tendo reconhecido, por força de lei, o escopo linguístico suficiente para substituir a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita; ou seja, o lugar da norma, do bem dizer, da produção científica da Academia, não cabe à Libras.

A Libras, embora reconhecida no Brasil, no que se refere à sua institucionalização enquanto língua e enquanto disciplina, sofre ainda um interdito. Os sujeitos surdos não têm, de fato, tido a oportunidade de se sujeitarem à Libras como língua materna (GUIMARÃES, 2005) e dela serem sujeitos em seu processo de escolarização. O sujeito surdo, falante de Libras, chega à escola, à universidade e se depara

com um duplo enfrentamento: uma pseudoaceitação de sua língua e uma real necessidade de se tornar sujeito de uma língua outra.

A criação do curso de Letras-Libras, afetada por todos esses funcionamentos, nos parece, de um lado, uma tentativa de institucionalizar o espaço de produção de saber sobre uma língua que, embora *oficial* por força de lei, não é *nacional*, pois não é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencer a esse povo (GUIMARÃES, 2005), já que é a língua da comunidade surda, mas não a da comunidade ouvinte, e, discutivelmente não o seja também *materna*, já que muitos dos surdos brasileiros apenas se tornam sujeitos a e dela, tardiamente. A Libras não é, nem mesmo para os sujeitos surdos, a língua que todos precisam saber, que todos precisam usar em todas as ações oficiais, ou melhor, nas suas relações com as instituições do Estado, já que na escola, na universidade, nas avaliações educacionais oficiais (tais como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes do Ensino Superior)) ainda se utiliza a modalidade escrita da Língua Portuguesa. Essa falta de reconhecimento da Libras como uma língua própria do país, como uma língua *nacional*, produz sentidos quanto à sua utilização: a Libras é instaurada como a língua do surdo, usada na e pela comunidade surda, cabendo apenas a uma minoria linguística.

Esses sentidos produzem efeitos quando pensamos o processo de constituição de um curso de graduação como o Letras-Libras, que tem suas primeiras turmas no Brasil datadas de 2006, com a implantação do primeiro curso na Universidade Federal de Santa Catarina, numa parceria com o Ministério da Educação e Cultura (QUADROS; STUMPF, 2009).

Nas IFES, após concorrência no chamamento público pela abertura de cursos, o curso de Letras-Libras foi *pactuado*. Na Universidade Federal do Piauí, espaço que ocupo profissionalmente, como na maioria das outras, tal pactuação ocorrera em 2014. E digo *pactuado/pactuação* em seu sentido dicionarizado, um acordo, um contrato entre o Governo e a(s) Universidade(s), um processo, que para mim, parece de transferência de responsabilidade daquele aparelho ideológico que, por meio do político, faria a gestão da possibilidade de significação, de visibilidade do sujeito surdo na

sociedade para a universidade, para o lugar do saber institucionalizado.

Mas, para além de pensar a institucionalização do curso de Letras-Libras como o lugar do saber sobre essa língua, o lugar da possibilidade de formulação de um discurso sobre a língua, de produção de instrumentos linguísticos como os dicionários bilíngues e sinalários que fortalecem o processo de gramatização (AUROUX, 1992) dessa língua, é preciso apontar que, de acordo com a Lei, deve ser dada prioridade ao sujeito surdo para que este estude nesse curso. Desse modo, universaliza-se o acesso ao Ensino Superior, mas segrega-se, pois o lugar de pertencimento do surdo na Academia é *prioritariamente* o curso de Letras-Libras. Institucionaliza-se, então, o lugar de direito do surdo na universidade, restringe-se o espaço de discussão sobre a existência de uma língua que circula em território brasileiro e não é de todos os brasileiros, uma vez que não chega à escola básica, não é a língua da mídia, não é a língua da igreja, não é a língua da lei. Esse funcionamento traz como efeito a administração dos sentidos, dá-se lugar e acesso ao ensino superior, solucionam-se problemas como o número de intérpretes demandados para a interação entre professores ouvintes e professores surdos, alunos ouvintes e alunos surdos e instaura-se o lugar da Libras na universidade, interditando as possibilidades de que o sujeito surdo transite em outros fazeres científicos, em outras áreas do conhecimento. É tornar visível a diferença e, ao mesmo tempo, invisibilizá-la ao criarem-se fronteiras bem estabelecidas para o uso da língua de sinais na Academia.

Compreendemos, a partir desse funcionamento, uma violência sobre o corpo surdo – uma *violência simbólica*, como diz Bourdieu (2002). Há um processo disciplinar que passa a regular a estada dos sujeitos surdos nas IFES, produzem-se *corpos dóceis* (FOUCAULT, 2004), isto é, corpos obedientes, que não contestam o estabelecimento de um lugar *a priori* para que eles se insiram no âmbito acadêmico e que apenas se deixem instruir.

Em nossa experiência específica, designar o lugar de formação do surdo como o curso de Letras-Libras faz com que nos deparemos com situações como a de apenas recebermos professores substitutos para ministrar as aulas das disciplinas pedagógicas para nossos alunos, já que não caberia aos docentes mais experientes o trabalho de deslocar suas práticas pedagógicas pensando esse novo sujeito que se coloca

em sala de aula. Ou ainda, que ouçamos de sujeitos surdos matriculados no curso de Letras-Libras a negativa da necessidade de estudo de qualquer outra disciplina no curso, que não as de Libras, como se ao negar a existência de questões da ordem da Linguística, da Educação e da Literatura fortalecessem a posição ocupada pela Libras, enquanto língua; como se alijar-se das discussões teóricas próprias a qualquer curso de Letras pudesse, por oposição, institucionalizar a Libras na Academia, no Brasil. Ou, que convivamos com discussões que recorrentemente circulam nas redes sociais: sujeitos surdos se colocando contrários à existência de professores de Libras ouvintes, como se a eles não coubesse a assunção de tal posição, como se a noção de pertencimento com relação à língua estivesse forjada, tal qual dito na lei, pela possibilidade de escuta ou não. Vejo aqui um deslocamento forte: a relação de garantia do direito à educação tanto pelo surdo quanto pelo ouvinte deriva para um embate entre o surdo e ouvinte pela língua que está na lei, mas que não é a da escola, da fé e do rei, ou ainda, não é a língua do mercado de trabalho, já que, embora formados para serem professores de ensino fundamental e médio, esses alunos não têm garantia de trabalho já que a Libras não figura entre os componentes disciplinares que compõem a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental e Médio.

3. Um fecho aberto

Para além de se pensar o curso de Letras-Libras como o espaço de produção de conhecimento sobre a língua de sinais, precisamos pensá-lo em sua discursividade, buscando compreender o modo como sua materialização produz e estabiliza sentidos, assim como os rompe, desliza, o modo como se identifica, contra-identifica, desidentifica, o modo como instauram-se processos identitários, processos disciplinar, como se normalizam e docilizam os corpos surdos, estabelecendo-se espaços de significação e interpretação determinados.

Referências

- AUROUX, S. (1992). *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- BOURDIEU, P. (2002). “A escola conservadora: As desigualdades frente à escola e à cultura”. In: Nogueira, M. A.; Catani, A. (Orgs.). *Escritos e Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.39-64.

BRASIL. (1961). *Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. (1971). *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. (1989). *Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. (1999). *Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. (2001). *Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>.

Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. (2002). *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>.

Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. (2002a). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP 1, de 18 de Fevereiro de 2002*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. (2005). *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. (2008). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: SEE/MEC.

BRASIL. (2012). *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. (2013). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/ Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). *Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. Brasília: SDH-PR/SNPD.

BRASIL. (2018). Ministério da Educação. *Programa Incluir*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

CAETANO, A.; COSTA, A. R.; DOMINGUES, S. C. (2008). “A produção do conhecimento das Universidades e a realidade escolar:

- uma análise crítica sobre o modelo atual de sociedade”. In: *Motrivivência*. Ano XX, n.30, p.185-196, Florianópolis, SC: UFSC.
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- FERREIRA, A. C. F. (2009). “A linguística e outros nomes de saber sobre a linguagem”. In: *Revista de Letras*. vol.2, n.1, ano II. Brasília: UCB.
- FOUCAULT, M. (2004). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes.
- GOERGEN, P. (1998). “Ciência, sociedade e universidade”. In: *Educação & Sociedade*. vol.19, n.63, p.53-79, Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes.
- GUIMARÃES, E. (2005). “Brasil: país multilíngue”. In: *Ciência e Cultura*. vol.57, n.2. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
- HASHIGUTI, S. T. (2016). “Corpos e formas (in)visíveis: entre a regularização e a ruptura de sentidos”. In: COSTA, G. C.; CHIARETTI, P. (Orgs.). *Arte e Diversidade. Trilogia Travessia da Diversidade*. Campinas: Pontes, v.3, p.83-96.
- LOPES, M. (2016). “O Sujeito Surdo e a Literatura Surda: sentidos possíveis”. In: COSTA, G. C.; CHIARETTI, P. (Orgs.). *Arte e Diversidade. Trilogia Travessia da Diversidade*. Campinas: Pontes, v.3, p.119-130.
- MARIANI, B. (1998). *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Ed. da Unicamp.
- NUNES, J. H. (2008). “Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas”. In: *Letras*, v.18, n.2, p.107–124, jul./dez, Santa Maria: UFSM.
- ORLANDI, E. de L. P. (2000). “Um fato, um acontecimento, uma história: idéias linguísticas no Brasil”. In: *Relatos*. n.06. Campinas: Projeto HIL. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_06.html>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.
- PFEIFFER, C. C. (2002). “O lugar do conhecimento na escola: alunos e professores em busca da autorização”. In: *Escritos 7*, p.09-20. Campinas: LABEUB/NUDECRI/UNICAMP.
- QUADROS, R. M. de; STUMPF, M. R. (Org.). (2009). *Estudos Surdos IV: série pesquisas*. Petrópolis, RJ: Arara Azul.

SANTOS, M. de F. de S.; ALMEIDA, L. M. de. (2005). *Diálogos com a teoria das representações sociais*. Recife: UFPE.

SKLIAR, C. (1997). “Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos”. In: SKLIAR, C. (Org.). *Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, p.105-153.

UNESCO. (1990). *Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>.

Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

Palavras-chave: Curso de licenciatura em Letras-Libras, processo de institucionalização, produção de sentidos.

Keywords: Letras-Libras undergraduate course, institutionalization process, meaning production.

Notas

* Mestre e Doutora em Linguística pela Unicamp. Estágio Pós-Doutoral em Educação de Surdos desenvolvido na Flagler College (Florida/USA). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal do Piauí e atua junto ao Curso de Licenciatura em Letras-Libras e ao Programa de Pós-Graduação em Letras.

¹ Neste trabalho, optamos por falar em institucionalização do “curso” de Letras-Libras no singular, pois compreendemos que o processo de institucionalização dos Cursos de Letras-Libras no Brasil tem uma formulação inicial comum, a qual abordamos, e esta vai se singularizando à medida em que cada IFES vai dando início às atividades de seu curso, o que tratamos, em nossa análise, ao buscarmos compreender este processo, em sua singularidade, na Universidade Federal do Piauí.

A ESCOLA E A INTERDIÇÃO DA LÍNGUA DOS IMIGRANTES ALEMÃES NAS MISSÕES DO RS

Caroline Mallmann Schneiders*

UFFS (*Campus Cerro Largo/RS*)

Yasmin Schreiner Heinzmann**

UFFS (*Campus Cerro Largo/RS*)

Resumo: Neste estudo, interessa-nos compreender o processo de historicização da língua dos imigrantes alemães na região das Missões do Rio Grande do Sul, refletindo sobre as políticas de interdição linguística do Estado Novo. Destacamos como a escola, à época, constituiu-se como um Aparelho Ideológico do Estado, determinando o que podia e devia, ou não, ser dito/ensinado, e regulamentando as práticas discursivas. Para tanto, filiamos-nos no viés da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas.

Abstract: This study aims to understand the process of historicization of German immigrants' language in the region of the Missions of Rio Grande do Sul, reflecting on the policies of linguistic interdiction of Estado Novo. We emphasize how schools, at the time, constituted themselves as an Ideological Apparatus of the State, determining what could and should be said and taught, as well as regulating discursive practices. Therefore, we are based on Discourse Analysis and History of Linguistic Ideas.

1. Introdução

Historicamente, podemos dizer que o sistema educacional brasileiro foi, e ainda é, afetado por inúmeras políticas que visavam a legislar sobre a(s) língua(s) que deveria(m) estar em circulação e ser objeto de ensino nas escolas. Considerando essa problemática e os estudos que vimos desenvolvendo acerca do processo de historicização da língua dos imigrantes alemães na região das Missões do Rio Grande do Sul (RS)¹, buscamos, neste artigo, refletir sobre o papel da Escola diante das políticas nacionalizadoras impostas durante o período do Estado Novo.

Em nossos estudos, centramo-nos no modo como os discursos *sobre* (ORLANDI, 1990) a língua alemã são determinados pela memória discursiva, bem como afetados pela história e por políticas linguísticas de silenciamento. Nesse sentido, interessa-nos compreender como as políticas linguísticas do Estado Novo, de Getúlio Vargas, afetaram o modo como a língua alemã se constituiu e se historicizou nesse contexto sócio-histórico e ideológico das Missões do RS. Diante disso, mobilizamos, para essa reflexão, entrevistas com sujeitos que nasceram entre os anos de 1920 e 1940, com o objetivo de compreender como tais políticas contribuíram para o modo como a língua alemã historicizou-se e circulou nesse espaço. Como sabemos, essas políticas, no contexto nacional, produziram um efeito de silenciamento/censura das línguas de imigração no contexto do espaço de enunciação brasileiro, em prol de interesses puramente nacionais e estatais.

Assim, partimos do pressuposto de que a região missioneira foi (de)marcada por uma imposição linguística, a qual estava vinculada ao idioma nacional, a saber, a língua portuguesa, produzindo um apagamento/silenciamento das outras línguas que constituíam o espaço de enunciação brasileiro, e, por conseguinte, afetando a memória discursiva das línguas de imigração. Esse estudo é desenvolvido com base nos pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas (HIL), articulando-a à Análise de Discurso (AD) de linha pecheuxiana, tal como se desenvolve no Brasil atualmente. Tendo em vista tal filiação teórica, o dispositivo de análise que ancora tal estudo visa a explicitar os efeitos de sentido do objeto em análise, com vistas a destacar que o processo de historicização da língua alemã nesse contexto em específico foi igualmente afetado e determinado por fatores externos e políticos.

2. Relações de prática social e inscrição histórica da língua alemã

Ao tratarmos do processo de historicização da língua dos imigrantes alemães, nosso trabalho propõe-se a compreender uma face, muitas vezes, silenciada desse processo: o silenciamento e a interdição da língua dos imigrantes alemães, especificamente, na região das Missões do RS. Dessa forma, quando falamos da interdição da língua alemã, indubitavelmente, podemos relacioná-la ao contexto sócio-histórico da Era Vargas, mais precisamente, ao Estado Novo,

visto que foi um período de forte repressão à prática da língua estrangeira, produzindo um silenciamento das línguas dos imigrantes e tendo um impacto negativo sob essas comunidades e colônias que se instalaram no Brasil.

Antes de explicitarmos algumas características do Estado Novo e da Campanha de Nacionalização que se iniciou nesse período, faz-se necessário realizar algumas conceituações teóricas, as quais nos auxiliarão para compreender o contexto de silenciamento e interdição da língua dos imigrantes de origem germânica.

Partindo deste ponto, podemos afirmar que, quando falamos em silenciamento dos dizeres, um termo muito recorrente nos vem: o silêncio. Entretanto, como o definir? Qual seu significado? A que se remete? Partindo da perspectiva da AD, o silêncio é o que relaciona o dito com o não-dito, possuindo como característica a não transparência, sempre evocando sentidos que estão se significando e (re)significando através dele. O silêncio comunica.

Sendo assim, Orlandi (1997) compreende que o silêncio “é assim a “respiração” (o fôlego) da significação: um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito” (p.13).

Conforme a autora, podemos categorizar as formas do silêncio em: silêncio fundante e política do silêncio (silenciamento). O silêncio fundante indica que todo processo de significação traz uma relação necessária com o silêncio, já a política de silêncio indica que o sentido é sempre produzido em um lugar, a partir de uma posição sujeito, está a dizer necessariamente não dizendo “outros sentidos”. Desse modo, o silêncio fundador irá se significar por si mesmo, enquanto a política de silêncio produz um recorte entre o dito e o não-dito, ou seja, irá se definir pelo fato de que, ao dizer algo, se apagam/apagamos outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.

Partindo dessa categorização, temos ainda o modo como a política de silêncio se organiza, a qual pode estar vinculada ao silêncio constitutivo e ao silêncio local. O silêncio constitutivo diz respeito ao fato de que, para dizer, é preciso não-dizer, ou seja, uma palavra apaga necessariamente outras. Já o silêncio local refere-se à censura, ao que é proibido dizer em dado contexto/conjuntura (ORLANDI, 1997).

Buscando refletir essas questões por meio do processo de historicização da língua alemã, entendemos que as políticas de silêncio - materializadas pela/através da figura do Estado -, enquanto categorização das formas do silêncio, buscaram silenciar os dizeres dos imigrantes, regulamentando o que poderia e deveria, ou não, ser dito, silenciando determinados dizeres e sentidos. Ao considerarmos o silêncio constitutivo, observamos que, ao dizer determinadas palavras, não dissemos outras, isto é, no dito, sempre há um não-dito que lhe é constitutivo. Tendo em vista as práticas do Estado Novo, este buscou regulamentar os dizeres, silenciar os sentidos considerados “indesejáveis”, em prol do projeto nacionalizador. Quanto à censura, houve a proibição do dizer desse outro, do imigrante, assim como proibiu-se livros, literatura e qualquer forma de manifestação em língua alemã. Essas questões poderão ser melhor explicitadas pelo/através de nosso *corpus*, a partir dos discursos em circulação sobre a língua alemã.

Nesse sentido, ainda enquanto parte da política de silêncio, Payer (2006) destaca a “interdição das línguas dos imigrantes”. No entender da autora, é ela quem regulamenta a permanência de um sujeito estrangeiro, ou seja, o imigrante no interior de uma nação, sujeito este a se inscrever em uma posição discursiva que se relacione à memória discursiva da nacionalidade brasileira. Vale destacar que essa memória é constituída pela Língua Portuguesa, e, em face a ela, estão as outras línguas de imigrantes estrangeiros, que introduziram a memória de outras nacionalidades, intituladas de “outras línguas nacionais”.

Essas questões em torno da interdição e silenciamento das línguas dos imigrantes caracterizaram fortemente o período do Estado Novo. Para nos situarmos nesse contexto sócio-histórico e ideológico, é pertinente explicitar algumas características históricas, sociais e políticas que envolvem esse período, além de compreender quais os momentos distintos que irão anteceder ao golpe de 1937. Para tanto, a fim de organizar os acontecimentos, retomamos, inicialmente, as distintas fases do Governo Vargas que antecederam o Estado Novo, para, então, situarmo-nos no período em questão, buscando compreender o processo de interdição da língua alemã.

Destacamos três fases distintas do governo de Getúlio Vargas durante o primeiro período em que esteve no poder (1930-1945):

O Governo Provisório (1930-1934), em que Vargas é o Presidente líder de uma Revolução bem-sucedida que, independente da ausência de um projeto político definitivo, tinha caráter reformador. Buscava-se instaurar um novo padrão de relacionamento entre as diferentes camadas produtoras da sociedade, impondo limites às classes dominantes e ao seu poder, ampliando direitos civis e políticos para os novos segmentos sociais; o Constitucional (1934-1937), que já apresenta um Vargas eleito por via indireta, respaldado por uma constituição, comprometido com um projeto democrático; e finalmente o Estado Novo, a partir do Golpe de 1937, quando, apoiado pelas Forças Armadas, Getúlio se mantém no poder e a democracia recebe uma nova definição com a virada autoritária (SANTOS, 2006, p.21).

Dessa maneira, de modo objetivo, podemos dizer que, na primeira fase de seu governo, o Governo Provisório, mesmo sem um projeto político definitivo, temos a figura de um presidente reformador, que ampliou direitos civis e impôs limites às classes dominantes, enquanto que, na segunda fase, ou seja, no Governo Constitucional, Vargas é eleito por via indireta, respaldado constitucionalmente e com um projeto democrático. Na última fase do primeiro período que Vargas esteve no poder, o Estado Novo (com o golpe de 1937), a democracia recebe uma nova definição e apresenta-se a figura de um Vargas autoritário e nacionalista, apoiado pelas Forças Armadas.

Considerando essas três fases distintas do Governo Vargas, detemo-nos na terceira fase de seu governo, o Estado Novo, visto que buscamos compreender as políticas linguísticas e medidas nacionalizadoras presentes neste período que afetaram o modo como a língua alemã circulou e historicizou-se nas áreas de colonização alemã. Assim, é através de um viés nacionalista e autoritário que Vargas irá dar início ao Estado Novo, com apoio das forças militares, isto é, da FEB (Força Expedicionária Brasileira). Esse período é caracterizado por uma nova feição política – autoritária. Aqui, aparece a figura do Presidente Ditador, com ideais de centralização do poder em torno do Estado, de unidade nacional, adotando medidas

nacionalizadoras que refletiram de modo significativo no modo como foram tratadas as práticas das línguas dos imigrantes alemães em território nacional, tendo impacto em suas vidas como um todo.

Conforme Santos:

O período de 1937 a 1945 no Brasil se caracteriza por apresentar uma nova feição política, evidentemente autoritária. Nesse momento, a figura de um Presidente Ditador aparece em cena – Getúlio Vargas, centralizador, nacionalista e apoiado pelas Forças Armadas, à frente da Ditadura do Estado Novo. Defendendo idéias associadas ao reforço da unidade nacional, da centralização de poderes, da crítica ao sistema de representação individual em favor da representação das classes, da sobreposição das necessidades coletivas aos direitos individuais, o 10 de novembro de 1937, com o golpe que estabelece o Estado Novo, é o corolário de medidas adotadas desde 1930 (SANTOS, 2006, p.19).

Nesse contexto ditatorial, quando falamos de imigração, é muito importante salientarmos sua expressividade em uma sociedade, visto que falamos de uma cultura distinta e de uma língua distinta, de outros dizeres, de subjetividade, identidade enquanto nação. Entretanto, pensando a região das Missões/RS e, em sua totalidade também, em nível nacional, a imigração insere-se em um quadro histórico, bem como atual de exclusão e desvalorização do outro através de “dizeres”, “políticas de silenciamento” e, podemos ainda dizer, de inferiorização do imigrante por parte do Estado.

Para nós, a interdição do dizer do outro vincula-se a um processo de exclusão, o qual, no entender de Foucault:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2012, p.9).

Nesse sentido, sob um contexto de exclusão dos imigrantes, enquanto parte constitutiva da nação brasileira, e sob o pretexto de representarem, através de sua língua e de sua nacionalidade, uma “ameaça” para a constituição do projeto de nacionalização, Vargas buscou a “unificação linguística”, impondo como língua oficial e única a Língua Portuguesa. Para isso, pôs em prática políticas de censura e silenciamento, dando atenção especial à questão do ensino primário, sobretudo nas regiões de imigração.

Tendo em vista o contexto de exclusão dos imigrantes alemães em território brasileiro, o qual ocorreu preponderantemente por meio da interdição à prática de sua língua, destacamos, brevemente, as condições em que esses chegaram em nosso país e, mais especificamente, na região das Missões/RS. Motivados por melhores condições de vida, levando em consideração a situação em que a Europa se encontrava, como: a concentração de poder nas mãos de poucos, a corrupção no meio político, as guerras e a crescente industrialização, muitos imigrantes emigraram buscando alternativas de sustento para suas famílias, vendo, portanto, no Brasil, um local ideal para viverem (BRAUN, 2010).

Conforme Lando e Barros (1976), à época, houve o incentivo à chegada desses imigrantes por parte do governo brasileiro, que buscava destiná-los ao trabalho, como mão-de-obra nas grandes lavouras e também para o povoamento em regiões menos povoadas. Contudo, é válido destacar que o sentido que a imigração adquiriu não foi o mesmo em todo o território nacional, visto que, na região sul, estes não foram destinados a ser mão-de obra nas grandes lavouras, mas foram destinados a fixarem-se à terra, formando colônias, de maneira a produzir gêneros necessários ao consumo interno.

No que se refere à região das Missões/RS, os imigrantes alemães instalaram-se neste contexto formando, sobretudo, colônias, como a de Serro Azul, atual município de Cerro Largo/RS. De acordo com Webler (2005), a fundação da colônia de Serro Azul (atual cidade de Cerro Largo/RS), integra-se na segunda fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul, compreendida entre os anos de 1890 e 1914. Foi com o interesse, por parte da recém fundada Associação de colonos (Bauerverein), com sede em São José do Hortêncio, em comprar e colonizar uma área de terras na região noroeste do Estado, localizada entre os rios Ijuí e Comandáí, a qual abrangia terras de antiga

companhia férrea alemã Nord-west-bahn, que a colonização de Serro Azul foi possível. Depois de negociações entre diretores da Nord-westbahn e representantes da Baurverein, a colonização de Serro Azul, no ano de 1902², inicia-se, junto também com a colônia de Boa Vista, atual município de Santo Cristo/RS.

Diante deste cenário, podemos dizer que as motivações e condições que levaram à chegada desses imigrantes ao Brasil, em princípio, já foram muito adversas, e também constituíram-se como uma forma de “exclusão”, já que tiveram de sair de seu país de origem em busca de melhores condições de vida. Deste modo, ao se depararem com a nova realidade do país que imigraram, o Brasil, e também, mais especificamente, as Missões, novas questões lhes são impostas como a adaptação ao novo ambiente, cultura e língua.

Havia, portanto, no interior desses grupos de imigrantes toda uma organização própria e autônoma, os quais “falavam suas línguas maternas e sua alfabetização se dava nessas línguas. Eles mantinham ainda publicações em suas línguas de origem. Isso lhes dava uma identidade étnica e cultural muito forte frente ao resto do país” (ORLANDI, 2005, p.28). Será, pois, sobre esse ‘estado de coisas’ que o governo nacionalista de Getúlio Vargas reagiu, e a principal forma de imprimir o sentimento nacionalista foi através da língua. Com isso, uma vez instalados, os imigrantes não puderam praticar sua língua, impedidos por políticas linguísticas que regulavam o que poderia (ou não) ser dito. Vindos de condições já adversas, aqui, também encontraram o adverso, situado em sua língua, na prática desta e de sua cultura.

A interdição da língua dos imigrantes ancorou-se em um conjunto de políticas que buscaram regulamentar a prática linguística no Brasil, na chamada “Campanha de Nacionalização”. Porém, vale destacar que essas medidas não afetaram somente a prática da língua alemã, como também a vida do imigrante de maneira geral, como, por exemplo, instituindo veto ao direito político do imigrante em território nacional, regulamentando a entrada e circulação dos imigrantes no país, estabelecendo e restringindo a questão do emprego e de sua atuação em firmas e comércios, dentre outros.

Desta maneira, a institucionalização dessas medidas ocorreu através, por exemplo, de uma série de Decretos-Leis do Governo de Vargas, como: O Decreto-Lei de nº 88 (1938), responsável pelo

fechamento das escolas que ensinavam a língua alemã; o Decreto-Lei de nº 383 (1938), o qual vedava a estrangeiros a atividade política em território nacional; a Portaria nº 213, que proibia a recepção radiofônica de notícias da guerra; o Decreto-Lei nº 119, o qual impedia inscrições tumulares em língua alemã (SANTOS, 2007); a intitulada “Lei dos 2/3”, segundo a qual empresas, companhias e firmas comerciais deveriam apresentar entre seus funcionários pelo menos dois terços de brasileiros natos; o Decreto-Lei nº 406 (1938) que regulamenta sobre a entrada e concentração de estrangeiros em território nacional; o Decreto-Lei nº 1545 (1939) que dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros³.

Instituídas essas políticas de interdição, compreendemos que representaram, legalmente, uma forma de reprimir e também de excluir os imigrantes alemães, juntamente com sua língua e cultura, de vários setores e instituições à época. Todas essas medidas foram tomadas com vistas a impedir a influência “estrangeira”, de modo a não permitir que “outra língua”, “outra cultura” e “outra nacionalidade” ganhasse espaço/lugar, mas que se promovesse a Língua Portuguesa, a qual seria um meio importante para fortalecer o sentimento nacionalizador à pátria brasileira, tornando-se o principal objetivo da Campanha de Nacionalização. Esta, como aponta Seyferth (1994), atingiu todos os grupos de descendentes de imigrantes, começando pelas escolas étnicas, em 1938 e, a partir de 1939, radicalizou-se. Algumas das medidas foram: a proibição de todas as publicações que estivessem em língua estrangeira, representando um golpe à imprensa teuto-brasileira; o uso cotidiano da língua alemã foi proibido, inclusive até mesmo nos cultos religiosos; o fechamento de instituições e associações comunitárias, recreativas e culturais, sendo que, na 2ª Guerra Mundial, período mais repressivo da Campanha de Nacionalização, repetiram-se situações de conflito.

Nesse sentido, entendemos que a presença de imigrantes para o Estado representava um elemento “estranho” em meio ao nacional, conforme nos mostra Payer (2006, p.83) em uma entrevista de Vargas a um jornal da época que diz respeito ao contexto de discussões sobre a presença “de filhos da Itália e da Alemanha” na América Latina. Assim responde Vargas, em junho de 1939, quando questionado a respeito da presença de imigrantes, estrangeiros em território nacional:

A política de nacionalização que estamos praticando (...) abrange duas ordens de providências: umas, de alcance imediato, e outras cujos resultados dependem do tempo. Entre as primeiras, figuram as que concernem a um critério de selecionamento na permissão para a entrada e radicação dos elementos alienígenas que se dirigem ao nosso país. (...) Entre as medidas de efeito imediato, a mais relevante refere-se à obra da nacionalização iniciada nas escolas, em algumas regiões onde o afluxo da colonização estrangeira poderia criar, no curso do tempo, centros estranhos às pulsações da vida brasileira, pela persistência de costumes, hábitos, tradições, e modos de ser peculiares a outras raças. A língua é um nobre instrumento da soberania nacional. A sua difusão, nos grupos de maior densidade que acabo de mencionar, formará gerações de bons brasileiros, na infância e adolescência, que, até agora aprendiam pela cartilha dos seus maiores e não conheciam outra história senão a dos seus antepassados do lado oposto do oceano ou de outras latitudes. As forças armadas, que são instituições modelarmente nacionais, estão empenhadas nesta bela obra de patriotismo e também de previdência. A entrosagem dessas medidas, aplicadas habilmente, não nos fará temer qualquer possibilidade de inscrustação de perturbadoras minorias étnicas no organismo nacional.⁴

A língua, a dizer mais especificamente, a Língua Portuguesa, é neste contexto, classificada como “um nobre instrumento da soberania nacional”, cuja difusão formará gerações de “bons brasileiros”, sendo que, por e através dela, unificar-se-á o país, impedindo que o “estrangeiro”, que a “outra” língua circule e se difunda em território nacional. Houve, pois, uma forte restrição à prática da língua alemã neste período, permitindo compreendermos o papel da ideologia dominante do Estado, a qual regulamentou o limite do dizer e do não (poder) dizer dentro de circunstâncias até aqui delimitadas.

3. O papel da escola na questão da interdição da língua alemã

Ao enfatizarmos a escola, quando tratamos da questão da interdição da língua alemã, propomo-nos a compreendê-la, com base em Althusser (1980), como um Aparelho Ideológico do Estado (AIE). Antes de explicitarmos o funcionamento da escola enquanto um dos AIEs, é pertinente realizarmos algumas distinções, entre Aparelhos Ideológicos (AIEs) do Estado e Aparelhos Repressivos do Estado, conforme pontua o autor. Embora os termos pareçam remeter ao mesmo significado, é necessário distingui-los.

A diferença fundamental entre os Aparelhos Ideológicos do Estado e os Aparelhos Repressivos do Estado é que os primeiros funcionam simultaneamente pela ideologia e os segundos pela violência. Para Althusser, se existe o Aparelho (repressivo) do Estado, existe uma pluralidade de AIEs. Desta maneira,

o Aparelho Repressor do Estado, em si mesmo, funciona de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive, a física), embora funcione também, secundariamente, pela ideologia. [...] Da mesma maneira, mas inversamente, devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado, funcionam massivamente pela ideologia, funcionando de modo secundário pela repressão” (ALTHUSSER, 1980, p.46-47).

Ainda, para o autor, há algumas instituições que funcionam como AIEs: o AIE religioso (sistema de diferentes igrejas), AIE familiar, AIE jurídico, AIE político (sistema político de que fazem parte os diferentes partidos), AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares), AIE sindical, AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.) e AIE da informação (imprensa, rádio, televisão, etc.).

Desse modo, como interessa-nos, sobretudo, os efeitos do papel da escola no processo de interdição da língua alemã no Estado Novo, buscamos compreender o AIE escolar e seu funcionamento, refletindo como a escola, enquanto AIE, contribui para propagar a ideologia dominante em oposição à ideologia do dominado, em uma dicotomia ideologia dominante/ideologia dominado. Segundo Orlandi (2005)⁵, com a Campanha de Nacionalização, visou-se a homogeneização/regulamentação linguística dos imigrantes por meio

de tecnologias cujas minúcias são esclarecedoras dos modos de relação entre língua e nacionalidade naquele período. Assim, em uma “política de integração”, dentre as várias práticas atingidas pelas campanhas nacionalistas, o alvo de maior atenção foi o ensino primário, mediante a justificava de que a obra de nacionalização deveria iniciar pela infância, para que se garantisse, no futuro, as bases econômicas e ideológicas da consciência nacional.

O projeto de nacionalização de Getúlio Vargas atingiu, pois, diretamente o ensino de língua estrangeira nos núcleos de colonização, obrigando modificações de currículos, não esquecendo o fato de que escolas foram fechadas e professores dispensados. Conforme nos relata Seyferth:

O primeiro ato de nacionalização atingiu o sistema de ensino em língua estrangeira: a nova legislação obrigou as chamadas "escolas estrangeiras" a modificar seus currículos e dispensar os professores "desnacionalizados"; as que não conseguiram (ou não quiseram) cumprir a lei foram fechadas. A partir de 1939, a intervenção direta recrudescceu e a exigência de "abrasileiramento" através da assimilação e caldeamento tornou-se impositiva criando entraves para toda a organização comunitária étnica de diversos grupos imigrados (SEYFERTH, 1997, p.97).

Nesse sentido, o objetivo era restringir a todo custo a prática de línguas estrangeiras em território nacional, e um dos modos para isso foi a nacionalização do ensino. Orlandi (2005) destaca que, no ano de 1938, Vargas instituiu, no Ministério de Educação, uma Comissão Nacional do Ensino Primário, a qual foi encarregada de organizar o plano de uma campanha de “combate” ao analfabetismo e de nacionalização integral do ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira. Logo, com a obrigatoriedade do ensino primário, juntamente com a exigência da aprendizagem voltada somente ao português, proibiu-se a língua dos imigrantes.

Vargas institui e implementa, por meio de sua Campanha de Nacionalização do Ensino Primário, as denominadas “Escolas Brasileiras”, as quais eram escolas destinadas majoritariamente ao

ensino da Língua Portuguesa, Geografia e História do Brasil (SPESSATTO, 2003). Compreendemos, então, com base na autora, que essas escolas buscavam, através da aprendizagem da Língua Portuguesa, política e ideologicamente instituída, e da geografia e história do Brasil, regulamentar toda e qualquer prática na “outra” língua, no caso de nosso estudo, na língua alemã.

Em 1938, segundo Bomeny (1999), o Estado, juntamente com o apoio do exército, fazia alertas para a necessidade de ampliar as medidas da nacionalização do ensino, que eram restritas às escolas da Zona Rural, ou seja, ampliar recursos, como o fechamento das escolas particulares que deveria ser compensado com a abertura das escolas oficiais. Havia uma preocupação com a implementação das escolas oficiais por parte do Estado Vargas, pois, nas zonas de colonização alemã, a educação estava a cargo das escolas particulares e da rede das igrejas. O alemão, nas redes de ensino católica e evangélica, era a língua oficial escolar e representava um “perigo” por acentuar a expressividade da língua e cultura alemã nessas zonas.

O contexto de nacionalização do ensino aqui explicitado nos faz refletir acerca de como um AIE, como a escola, tem um papel fundamental para regulamentar dizeres, mobilizando sentidos de seu interesse e buscando apagar outros. A escola é, portanto, um aparelho que funciona pela ideologia, preponderantemente, pela ideologia dominante, em uma oposição ideologia dominante *versus* ideologia dominado. Neste sentido, compreendemos, a partir de Althusser, que:

a Escola (mas também outras instituições como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam <<saberes práticos>> mas em moldes que asseguram a *sujeição à ideologia dominante* ou o manejo da <<prática>> desta (ALTHUSSER, 1980, p.22, grifos do autor).

Esses “saberes práticos” são, assim, os saberes que irão assegurar a difusão da ideologia, ou seja, saberes que irão modelar-se para que a ideologia dominante se difunda de modo a fazer com que a escola seja uma instituição que se regulamente por/através de relações de poder, relações ideológicas, muitas vezes não tão perceptíveis.

Com a reflexão dessas questões, destacamos, a seguir, alguns gestos de interpretação sobre o nosso *corpus* de análise.

4. O discurso dos imigrantes alemães no período do Estado Novo

Para refletirmos sobre essas questões que envolvem a interdição da língua alemã na região das Missões do RS, o *corpus* analítico desse estudo foi constituído por recortes discursivos de entrevistas realizadas com indivíduos nascidos entre os anos de 1920 a 1940, na região das Missões do RS, residentes, atualmente, do município de Cerro Largo/RS. Diante desse *corpus*, objetivamos compreender o processo de historicização da língua alemã, bem como refletir a respeito do modo como a língua alemã foi afetada pelas políticas linguísticas do Estado Novo, de Getúlio Vargas, na denominada Campanha de Nacionalização.

Entendemos que a região das Missões/RS foi (de)marcada por uma política de interdição na prática linguística dos imigrantes alemães, os quais vivenciaram na escola, no meio social e até mesmo em suas manifestações religiosas, as marcas da repressão à sua língua. Estas marcas estão materializadas através de seus discursos, com a mobilização de determinados sentidos que serão determinantes na compreensão dos efeitos que tiveram as restrições e interdições do Estado Novo de Vargas. Neste sentido, buscamos, por e através de nossas considerações analíticas, destacar o funcionamento da escola, entendendo-a como um dos Aparelhos Ideológicos do Estado, tal como nos propõe Althusser (1980), considerando que esses aparelhos funcionam preponderantemente pela ideologia, embora possam funcionar também pela violência.

Nosso *corpus* constitui-se por Recortes Discursivos (RDs) de quatro entrevistas, e, para essa reflexão, selecionamos alguns deles, com vistas a lançar um olhar analítico acerca do processo de historicização e de interdição da língua alemã no contexto das Missões do RS. O primeiro recorte (RDA - Entrevista 1) que trazemos para reflexão é o seguinte:

RDA (Entrevista 1): Sempre foi melhor falar o alemão, **falávamos em casa com a família. Era falado em casa, na escola, na rua. Na escola, primeiro aprendi o alemão e depois português, mas era obrigado que esse fosse falado. Na escola, quando não falávamos o português, nós**

apanhávamos e tinha que se **ajoelhar** em um canto. A minha mãe uma vez estava sentada bem adiante, pra dentro da casa e um homem estava na entrada da casa com o cavalo, ele queria escutar alguma coisa, se seria falado em alemão. (Entrevistada com 87 anos, natural e residente do município de Cerro Largo. Negritos nossos⁶)

No recorte acima, podemos compreender alguns sentidos que nos apontam para dois funcionamentos, o papel da língua materna para esses imigrantes e o papel da língua oficial, a língua do Estado. Observamos, no início do recorte: “Sempre foi melhor falar o alemão, **falávamos em casa com a família. Era falado em casa, na escola, na rua**”, que há a ênfase para a importância e a circulação que a língua alemã possuía para seus falantes à época, o que lhes configura “uma identidade étnica e cultural muito forte frente ao resto do país” (ORLANDI, 2005, p.28). Tal questão nos é interessante, uma vez que, na sequência, podemos compreender o modo como foi sendo implementada a repressão sobre essa língua outra, a qual estava respalda pelos decretos-leis instaurados por Getúlio Vargas, como, por exemplo, pelo decreto-lei 406 de maio de 1938, que dispõe sobre a Escola e as publicações.

Tendo isso em vista, entendemos que o uso de expressões, como “obrigado”, de obrigação, “apanhávamos” e “ajoelhar”, em muito produz sentidos, vinculados a um mesmo sítio de significação, ao da imposição. Para nós, tais expressões permitem explicitar o papel da escola enquanto aparelho regulado pela ideologia do Estado, do mais forte, que impõe saberes e práticas a fim de silenciar as “forças contrárias”. Assim, há algo imposto ao indivíduo, que, se não cumprido, será individualizado pelo seu ato, punido, como nos aponta a expressão “apanhávamos”.

Assim, a partir do RDA, compreendemos o funcionamento da escola atuando como um Aparelho Ideológico do Estado. A escola, para Althusser (1980), é um Aparelho Ideológico do Estado que desempenha incontestavelmente o papel dominante, papel esse, muitas vezes, silencioso. Segundo o autor, a escola se encarrega, desde a fase pré-primária, de todas as crianças, das mais diversas classes sociais, sendo que nesta fase que a escola buscará inculcar durante anos - os anos em que a criança está mais vulnerável, ou seja, em que a criança

está entalada entre o aparelho de Estado Familiar e o aparelho de Estado Escola - os saberes práticos, os quais fazem parte do funcionamento da ideologia dominante.

Desse modo, entendemos que a escola se tornou um espaço de (des)pertencimento, no qual a ideologia dominante buscou regulamentar o que deveria e poderia, ou não, ser dito/ensinado. Esta regulamentação pode ser compreendida através do trecho: “Na escola, primeiro aprendi o alemão e depois português, mas era obrigado que esse fosse falado” (RDA); logo, há a censura de sentidos possíveis, mas indesejáveis, no caso, a língua alemã. Além disso, podemos refletir pelo/através desse recorte que a escola funcionou tanto como um Aparelho Ideológico do Estado quanto como um Aparelho Repressivo do Estado, visto que atuou tanto pela ideologia quanto pela violência. Consideramos que a escola não apenas instituiu uma única língua, como também promoveu a imposição pela punição: “Na escola, quando não falávamos o português, nós **apanhávamos** e tinha que se **ajoelhar** em um canto” (RDA).

Além disso, o recorte nos permite compreender a utilização de uma prática religiosa junto à escola, pois o ato de “ajoelhar” está vinculado à prece, à religião, ao momento de confissão, ou seja, escola e religião funcionam no mesmo espaço, uma pregando a língua e outra exercendo seu papel de punição, pelo ato de ajoelhar e se confessar, sendo, portanto, uma forma de punir, castigar, e, também, de diminuir. Partindo do pensamento de Althusser: “a escola e as Igrejas «educam» por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de selecção, etc., não só os seus oficiantes, mas as suas ovelhas” (1980, p.47). Essa “educação”, tal como nos propõe o autor, funciona, portanto, através desses métodos e regulamentada através do funcionamento da ideologia e da repressão/violência. Para nós, o uso dessa prática religiosa junto à escola não pode ser visto como algo neutro, já que a Igreja também contribuiu à época para impor/fixar o projeto nacionalizador de Vargas, como vemos pelo Artigo 16 do decreto-lei de 1939, o qual dispôs sobre a adaptação ao meio nacional de estrangeiros: “**Art 16** Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional” (ORLANDI, 2005, p.30).

Considerando o processo de historicização da língua alemã, sabemos, pois, que esta língua foi, assim como ainda é, uma forma de

pertencimento dos imigrantes à Nação de origem; a língua torna-se uma questão de identidade. Como sabemos, as escolas que recebiam os filhos desses imigrantes, antes de o Governo Vargas implementar as escolas estaduais, praticavam o ensino na língua alemã, isto é, a alfabetização poderia ocorrer na língua materna desses imigrantes, conforme podemos evidenciar no segundo recorte:

RDB (Entrevista 2): **A primeira língua que eu aprendi foi o alemão**, porque toda região da colonização alemã aqui, Campina e depois Cerro Largo e a região Godoi, Santo Cristo, todo mundo praticamente falava alemão. Como o governo nunca forneceu livros e nem professores, **os pais procuravam pessoas que falassem a língua deles, que era de origem germânica, para ensinar**. A qualidade das escolas era cobrada pelos pais. Os professores tinham que fazer cursos de atualização em São Leopoldo. Então, assim, se desenvolveu, evidentemente, todo um conhecimento de início de 1900 até **1937, quando o Governo de Getúlio Vargas começou a implantar escolas estaduais**. Por exemplo Cerro Largo, no entre rios da esquina Sandri Moscou até a Dona Otília, toda esta área **tinha uma escolinha do Estado e outras 30 eram escolas comunitárias**. Os nossos professores também, na medida que o tempo estava correndo, principalmente a partir dos idos de 20 em diante, já havia uma grande **preocupação para que todos aprendessem o português**, porque afinal, era a pátria adotada pelos imigrantes. **O alemão era um instrumentos fundamental para comunicação dentro da sociedade e na medida que a gente foi se escolarizando, o português era língua oficial e não tinha outra**, embora no recreio, nas escolas, muitos jovens, crianças praticavam a língua alemã, mas logo depois era normal que a língua falada fosse o português, considerando que, depois da Segunda Guerra Mundial, houve grande restrição oficial a quem falasse línguas estrangeiras, no caso nós, na região, o alemão, e também outras regiões, o italiano e assim por diante. Criou-se uma certa “tranqueira” para que não se praticassem mais as línguas de imigrantes, considero que a língua é sempre um instrumento de aprendizagem, de crescimento e que vai ser usado para todos os

aspectos benéficos da sociedade como um todo. **Então, o alemão era falado em qualquer encontro social, comunitário, depois no ponto comercial, nos clubes de lazer, cancha de bocha, jogos germânicos, todos tipos de lazer se compartilhava a língua alemã, entretanto, o alemão foi proibido durante a Segunda Guerra Mundial e mesmo pós guerra, pessoas que fossem flagradas em lugares públicos falando língua estrangeira, normalmente eram presas e penalizadas,** então isso se tornou um pouco difícil para a nuclearização exclusivamente germânica ou derivadas. Outro detalhe, quando certas instituições que mantinham **literatura ainda de origem, muitas vezes recebiam visitas da fiscalização e foram queimadas bibliotecas comunitárias.** Depois a partir dos anos 60, foram reintroduzidas dentro da grade curricular o alemão, polonês, francês, italiano e assim por diante. Pós Segunda Guerra Mundial, as Universidades no geral não ofereciam línguas estrangeiras a não ser espanhol e inglês, principalmente inglês, e isso criou um atraso cultural para todo o Brasil e graças a Deus aos poucos está se retornando as viabilidades legais de termos um aprendizado mais global das línguas e da sua influência cultural, tecnológica. **Hoje praticamente nas cidades, ruas e comércios não se fala o alemão, muito pouco,** embora as escolas municipais estudem o alemão.” (Entrevistado com 80 anos, natural do município de Campina das Missões e residente em Cerro Largo. Negritos nossos).

O RDB nos é bastante pertinente, pois, por meio dele, compreendemos algumas das diversas ações do governo de Getúlio que afetaram a vida dos imigrantes alemães na região das Missões do RS, e, para tanto, a censura linguística e cultural foi central. Por meio das afirmações: “todo mundo praticamente falava alemão”, “os pais procuravam pessoas que falassem a língua deles que era de origem germânica, para ensinar”, “a qualidade das escolas era cobrada pelos pais”, observamos a importância da língua dos imigrantes à época, a qual possuía um papel de língua de circulação, língua de uso, de preservação, de valores, história, expectativas, desejos, etc. Desse

modo, buscava-se, através da manutenção da língua alemã, preservar a história dos antepassados, a história do povo, a cultura e os valores.

Nesse sentido, segundo Orlandi,

como é a língua materna que desempenha um papel importante na relação entre língua e nação, é contra a língua materna dos imigrantes que se lança Getúlio com seus decretos procurando assim no seu discurso militante nacionalista dar lugar a uma só língua materna, a brasileira, que em seu discurso é a língua nacional (ORLANDI, 2005, p.32).

Uma das ações para efetivar uma única língua nacional foi a intervenção do Estado com a implementação das escolas estaduais, o que se tornou uma das medidas para barrar os “elementos não nacionais” do território, começando pela escola e pela língua, visto ser a Escola um local de relações de poder, relações estas que irão funcionar por meio da imposição do ensino e uso da Língua Portuguesa, língua esta que assume a posição privilegiada de língua nacional.

Face a isso, é importante destacar que um fator muito importante no que se refere às questões das políticas nacionalistas é que, embora elas exigissem que as escolas tivessem professores que falassem o português, havia uma dificuldade em encontrar docentes bilíngues e que estivessem dispostos a morar em locais distantes, no interior. Isso representou um obstáculo a ser enfrentado pelo professor: ser entendido pelos alunos e pelos pais, além de conseguir ensinar em uma língua estranha às salas de aula de até então (SANTOS, 2009, p.516).

Além da ação da escola em prol dos interesses do Estado, outro aspecto a ser destacado por meio do RDB diz respeito à censura e à destruição da produção escrita em língua estrangeira: “certas instituições que mantinham **literatura ainda de origem, muitas vezes recebiam visitas da fiscalização e foram queimadas bibliotecas comunitárias**”. Logo, a censura linguística foi tanto no âmbito da oralidade como no da escrita, sendo esta fundamental para fixar determinada língua (AUROUX, 1992). Tais questões observadas corroboram o que foi proposto no decreto-lei 406 de 1938 que ampara as ações realizadas pelo governo na escola, na qual todo o

investimento era para cercear o desenvolvimento de uma dominante estrangeira e a favor da dominância nacional: os professores, a língua, os livros, e até mesmo noções sobre instituições políticas deviam ser do país. Além disso, a publicação de livros, revistas e jornais estrangeiros era extremamente controlada (ORLANDI, 2005, p.29).

Ainda, entendemos, com o RDB, a maneira como as políticas linguísticas instauradas nessa época determinaram a condição de cidadão desses imigrantes, bem como a liberdade de ir e vir, como observados pelo seguinte trecho do RDB: **“Então, o alemão era falado em qualquer encontro social, comunitário, depois no ponto comercial, nos clubes de lazer, cancha de bocha, jogos germânicos, todos tipos de lazer se compartilhava a língua alemã, entretanto, o alemão foi proibido durante a Segunda Guerra Mundial e mesmo pós guerra, pessoas que fossem flagradas em lugares públicos falando língua estrangeira, normalmente eram presas e penalizadas**, então isso se tornou um pouco difícil para a nuclearização exclusivamente germânica ou derivadas”. Esse trecho nos permite compreender como a vida dos imigrantes se modificou com as medidas nacionalistas instauradas, sobretudo, com o respaldo do Decreto-lei de 1939.

Esse decreto nos é pertinente, uma vez que com ele as medidas nacionalistas foram aprofundadas, buscando, podemos dizer, a ‘fabricação de uma identidade coletiva’, nos termos de Sériot (2001). Tal fabricação, segundo Gaelzer (2013, p.136)⁷, “nas décadas de 1930 e 1940, se utilizou da política da inclusão dos imigrantes pelo viés da língua, porém, ocorre o inverso, esses sujeitos foram excluídos e humilhados e isso deixou marcas em suas vidas”. Para a autora, a partir do decreto de 1939, instala-se, no Brasil, uma forte política xenofóbica, interferindo “diretamente na vida dos imigrantes alemães e seus descendentes, de modo que essas interferências são ainda hoje lembradas pela memória discursiva desses sujeitos, quando eles falam de si” (GAELZER, 2013, p.136).

Para finalizarmos nossas considerações acerca dos recortes mobilizados, visando a destacar como a língua alemã, na região das Missões do RS, também foi afetada e determinada pelas políticas

linguísticas do governo de Getúlio Vargas, trazemos outro recorte que reforça a censura de produções escritas por meio da queima da literatura em língua alemã:

RDC (Entrevista 4) **Eu aprendi a ler tudo em alemão, tive apenas um ano de português (por volta do ano de 1932). Sempre falei alemão, apenas fui aprender melhor o português quando casei**, meu marido, o vovô, por ser rapaz falava português bem melhor, os rapazes tinham mais oportunidades. **Era proibido falar alemão, os soldados proibiam**, isso quando eu era criança, quando casei já não acontecia tanto. **Queimaram livros e a Bíblia que estavam em alemão, as lojas e comércio só falavam este idioma.** O soldado uma vez bateu lá em casa, nós estávamos falando tudo em alemão no pátio e ele bateu na porta, para “ver” se nós falávamos alemão, veio com a desculpa de pedir uma galinha, meu irmão sabia disso, que **não podia falar a língua alemã e respondeu em português.** (Entrevistada com 91 anos, natural do município de Campina das Missões e residente em Cerro Largo, *In Memoriam*. Negritos nossos).

A palavra “proibição” é recorrente nas entrevistas realizadas, e, no RDC, as marcas dessas proibições aparecem de maneira muito impactante, fazendo alusão à língua em suas duas modalidades, a fala: **“Era proibido falar alemão, os soldados proibiam”**, e a escrita: **“queimaram livros e a bíblia que estavam em alemão”**. Nesse ponto, assim como compreendemos no RDB, percebemos que as restrições, além do ambiente escolar, atingiram toda a produção escrita um povo, as suas crenças, tradições e religião.

Esse fato nos é interessante, uma vez que traz para a questão a relação entre escrita e oralidade ou ainda entre unidade e diversidade, isto é, tão importante quanto interditar a fala da língua dos imigrantes é interditar a escrita, pelo fato de esta ter por função fixar e estabelecer a língua. Como pontua Orlandi (2005),

se pensarmos a relação entre unidade ideal e diversidade concreta, sabemos que um país precisa de sua língua oficial em

nome de sua unidade e soberania, mantendo sua diversidade concreta. A questão aqui é que não se tolerava a diversidade concreta que era tratada como uma ameaça à soberania nacional, com ou sem razão (ORLANDI, 2005, p.31).

Ao refletirmos sobre o contexto sócio-histórico do Estado Novo, do Governo de Getúlio Vargas e sua Campanha de Nacionalização, entendemos, por meio dos recortes mobilizados, que há uma memória discursiva em funcionamento, que ressoa sentidos voltados para a interdição e silenciamento da língua alemã. Por memória, Scherer e Tascheto (2005) a definem como algo que é muito mais que uma colagem, uma montagem, uma reciclagem ou uma junção, mas, sim, é aquela que pode deixar marcas dos tempos desjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo momento fazer surgir/reunir temporalidades passadas, presentes e que ainda estão por vir. Desse modo, as autoras remontam ainda à Pêcheux, ao afirmarem que a memória não se dissocia do histórico e do político, nenhuma memória pode ser, portanto, um “frasco sem exterior”.

Considerações finais

Levando em consideração o processo de historicização da língua alemã nas Missões do RS e tendo em vista as medidas de nacionalização do Estado Novo de Getúlio Vargas, compreendemos que a língua alemã nessa região sofreu um processo de interdição e de silenciamento, e, para tanto, a atuação da Escola, enquanto um AIE, foi fundamental. Através das medidas nacionalizadoras, buscou-se, sobretudo, silenciar a língua dos imigrantes, interditando suas práticas discursivas em proveito de uma língua oficial e nacional, a Língua Portuguesa. Logo, a língua alemã, enquanto língua de imigração, representava uma língua “outra”, “estrangeira”, e até mesmo “inferior”, que não poderia e deveria ter espaço de circulação à época.

Neste sentido, podemos dizer que a região das Missões do RS foi afetada pelo processo de interdição da língua alemã, e, atualmente, observamos as ressonâncias das medidas nacionalizadoras, como, por exemplo, com a diminuição da circulação dessa língua. A circulação a que nos referimos é, sobretudo, à oralidade, a qual é a modalidade da língua que ainda tende a permanecer, porém sendo falada principalmente por pessoas mais velhas; já a modalidade escrita,

consideramos que esta sofreu um processo de silenciamento e apagamento maior, que se torna mais evidente e explícito nos dias atuais. Entendemos isso, uma vez que a língua alemã, atualmente, possui pouco espaço no âmbito escolar, restringindo-se a poucas escolas municipais que a mantém em seus currículos, bem como o fato de dificilmente se encontrar produções escritas na referida língua.

O que verificamos, portanto, é a circulação da língua alemã sendo falada no dia-a-dia, seja no comércio, no seio de algumas famílias, ou ainda em alguns programas de rádios locais. No entanto, devemos destacar, ancorados nos estudos de Gaelzer (2013), que a

língua preservada, não se trata da língua Alemã-padrão, mas de um dialeto, cuja estrutura é misturada com a língua Portuguesa. Essa mistura, a qual chamamos de *Sprachmischung*, deu origem a uma língua típica nas colônias, cujo entendimento, muitas vezes, é impossível para os cidadãos alemães (GAELZER, 2013, p.133).

Trata-se, pois, de uma “variação dialetal que envolve a hibridação da língua Alemã com outra língua, no nosso caso, a língua Portuguesa, criando um léxico intermediário entre as duas línguas” (GAELZER, 2013, p.133).

Logo, entendemos que a língua alemã, embora tenha sofrido com as políticas linguísticas do governo de Getúlio Vargas, constitui-se, ainda, como uma língua de pertencimento, identidade, coletividade e torna-se imprescindível resgatar sua importância, assim como a de outras línguas de imigração. Não devemos, portanto, esquecer o passado de interdição e censura em que esteve inserida, mas sim buscar, através desses acontecimentos, uma reflexão a fim de (re)enfatizar a relevância e importância dessas línguas que foram silenciadas.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. (1980). *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp.

- BOMENY, M. B. (1999). “Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo”. In: PANDOLFI, D. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- BRAUN, F. K. (2010). *História da Imigração Alemão no Sul do Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Gráfica Costolli.
- FOUCAULT, M. (2012). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 22. ed. São Paulo: Loyola.
- GAELZER, V. (2013). “*Sprachmischung*: relação entre sujeito, língua e história”. In: *Conexão Letras*, n.10, v.8, p.127-142. Porto Alegre: UFRGS - Instituto de Letras.
- LANDO, A. M; BARROS, E. C. (1976). *A colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento.
- ORLANDI, E.P. (1997). *As Formas do Silêncio*. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp.
- ORLANDI, E. P. (2005) “O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945)”. *Línguas e instrumentos linguísticos*, n.15, p.27-33. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Pontes Editores.
- PAYER, M. O. (2006). *Memória da Língua: Imigração e Nacionalidade*. São Paulo: Escuta.
- SANTOS, A. V. dos. (2009). “A política educacional nacionalista e o aspecto linguístico: vestígios na escola primária”. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n.225, v.90, p.511-527, Brasília.
- SANTOS, F. dos. (2007). “A construção do inimigo: é tempo de guerra, medo e silêncio”. In: *Revista Santa Catarina em História*, n.2, v.1, Florianópolis.
- SANTOS, L. I. dos. (2006). *Há algo novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. 167f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SCHERER, A. E.; TASCETTO, T. R. (2005). “O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos linguístico-discursivos”. In: *Estudos da Língua(gem)*, v.01, p.119-13, Vitória da Conquista.
- SEYFERTH, G. (1997). “A assimilação dos imigrantes como questão nacional”. In: *Mana: estudos de antropologia social*, n.1, v.3, p.95-131, Rio de Janeiro.

SEYFERTH, G. (1994). “A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica”. In: Mauch, C e N. Vasconcellos (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas, RS: Ed. ULBRA. p.11-28.

SÉRIOT, P. (2001). “Linguística Nacional ou Linguística Nacionalista?”. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n.7. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; Pontes Editores.

SPESSATTO, M. B. (2003). *Linguagem e colonização*. Chapecó: Argos.

WEBLER, L. C. (2005). *Comunidade Católica São João Batista: origens, formação e elementos identitários*. 47p. Trabalho de Conclusão de Curso (História) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Santo Ângelo.

Palavras-chave: Língua, ideologia, silenciamento.

Keywords: Language, ideology, silencing.

Notas

* Professora adjunta de Língua Portuguesa e Linguística junto ao Curso de Letras Português e Espanhol. Possui graduação em Letras/Português - Literaturas da Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Maria; mestrado e doutorado em Letras - área de concentração: Estudos Linguísticos - pela mesma instituição. Realizou estágio de doutorado sanduíche (Bolsista Capes/PDSE) no Institut des Textes et Manuscrits Modernes (ITEM), pertencente à École Normale Supérieure (ENS/Paris, França). Possui Pós-doutorado (Bolsista DOCFIX-Fapergs) junto ao Laboratório Corpus/Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: caroline.schneiders@uffs.edu.br

** Graduanda do Curso de Letras Português e Espanhol, Bolsista de Iniciação Científica junto ao projeto “Historicização e circulação da língua alemã na região das Missões do RS: efeitos da história, da memória e do silenciamento linguístico” (EDITAL N°191/GR/UFGS/2018-PROBIC/FAPERGS). E-mail: yasmin.heinzmann@hotmail.com

¹ Estudo vinculado ao projeto Guarda-Chuva: “Constituição, formulação e circulação do conhecimento linguístico no sul do Brasil”.

² A colônia de Serro Azul foi fundada no dia 04 de outubro de 1902, pelo padre Max Von Lassberg. Com o tempo, a recém fundada colônia de Serro Azul foi se desenvolvendo, mesmo com falta de recursos. Com a chegada das primeiras famílias de imigrantes alemães, foram surgindo as primeiras casas, igrejas e vilas. No ano de 1944, o nome foi alterado para “Cerro Largo”. Assim, a colônia Serro Azul irá ser

constituída tanto por imigrantes alemães como pelos seus descendentes, católicos, que vieram das antigas colônias de São Leopoldo, Caf, Montenegro, Lajeado, Estrela, Venâncio Aires e Santa Cruz (WEBLER, 2005, p.22).

³ Dados disponíveis no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/republica/colecao5.html>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2019.

⁴ Entrevista ao jornal Paris Soir, In. Araújo, F. *História da educação brasileira*. Uma leitura crítica do analfabetismo no Brasil (1930-1945), p.249.

⁵ O referido estudo de Orlandi, intitulado “O Discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945)”, tem como objetivo refletir sobre as políticas linguísticas vinculadas ao período do Estado Novo. Para tanto, a autora pontua a forte censura instaurada neste período sobre a cultura e também o controle sobre a área da educação, enfatizando, em especial, os decretos de Vargas que afetaram as populações de origem estrangeira. Orlandi procura destacar, com isso, a censura no âmbito linguístico e cultural em prol de um projeto nacionalizador “em que um poder central legisla sobre a língua e identidade, língua e religião, língua e Estado” (ORLANDI, 2005, p.32).

⁶ RD1: Imer waars pëser Taytx xprêche,mier hon te tehëm kexproch mit te familje . Hon en tehëm kexproch, in te xuul, in te kërich un ufm weech. In te xuul, hon ich te eyërxt te Taytx kelënt un tēm noo te portukisich, te waare mier ketswung xprêche in te xuul, wën mier te portukisich nët kexproch hon, tan hon mier xlee kriit un muste uns in en ëk kniie. Mayn moter hat mo mool kans wayt im haus kesëts, un eene man hot foer tēm Haus këxtan mit en kaul,te wolt Was heere, op too ëtwas kexproch kept uf Taytx". (Tradução: Liane Henzel)

⁷ Gaelzer possui uma interessante pesquisa de tese a respeito da língua alemã no Rio Grande do Sul, intitulada “Construções imaginárias e memória discursiva de imigrantes Alemães no Rio Grande do Sul”. A autora traz uma reflexão acerca do processo da *Sprachmischung*, pautado nos conceitos de sujeito e de língua desenvolvidos por Mikhail Bakhtin (2004) e por Michel Pêcheux (1997). Para tanto, destaca as questões do funcionamento da língua a partir das práticas sociais dos sujeitos imigrantes alemães e seus descendentes.

VISUALIZAR, LER E COMPREENDER O DICIONÁRIO PRIBERAM: DIVISÕES POLÍTICAS DA LÍNGUA NO LIMIAR DO LINGUÍSTICO E DO VISUAL

Guilherme Adorno*
UNIVÁS

Resumo: *Esse estudo exploratório do Dicionário Priberam de Língua Portuguesa (DPLP), na sua formulação digital, parte da questão: como tal dicionário afeta a divisão política da língua a partir de sua digitalização e circulação na Internet? Trata-se de um material propício para mostrar a atualização do processo de gramatização do português no início do século XXI e para observar as singularidades do trabalho lexicográfico no espaço digital e a produção de saberes sobre a língua nesse momento histórico. O corpus é composto por recortes de formulações dos anos de 2012, 2013 e 2014, período de exploração do material de análise. Os procedimentos de descrição levaram ao trabalho intradiscursivo com os efeitos do visual, ou seja, a própria formulação visual como elemento importante para a compreensão do funcionamento da discursividade lexicográfica em Priberam.*

Abstract: *This exploratory study of the Dicionário Priberam de Língua Portuguesa (DPLP), in its digital formulation, parts from the question: how does this dictionary affect the political division of the language considering its digitization and circulation on the Internet? It is an auspicious material to demonstrate the updating of the Portuguese grammatization process at the beginning of the 21st century and to observe the singularities of the lexicographic work over digital space and the production of knowledge about the language at this historical moment. The corpus consists of formulations cutouts from the years of 2012, 2013 and 2014, period over which the material of analysis was investigated. The description procedures led to the intradiscursive work with the effects of the visual, that is, the visual formulation itself as an important element for*

the understanding of the functioning of the lexicographic discursiveness in Priberam.

1. Introdução

Neste artigo faço um estudo exploratório do *Dicionário Priberam de Língua Portuguesa* (DPLP), em sua formulação digital, e disponibilizado no *site* <www.priberam.pt>. Trata-se de um material propício para pensar o processo de gramatização do português no início do século XXI. Dois motivos principais me levaram a estudar o DPLP. O primeiro deles diz respeito ao modo como o dicionário foi apresentado na página inicial do endereço eletrônico, ainda em 2012¹, quando iniciei a pesquisa, onde a designação **português contemporâneo** está em uma relação de recobrimento com **português europeu e português do Brasil**.

O segundo motivo é a presença do que chamo **ferramentas lexicográficas digitais**, isto é, *mecanismos que não existiam nos dicionários impressos e só são possíveis a partir da circulação digital*. Trago uma sequência de 2012 de uma destas ferramentas: ao digitar a palavra “mundo” na caixa de busca, o *Priberam* me forneceu as acepções, mas sem exemplos (tal como encontraríamos na maior parte dos dicionários impressos), como segue nas figuras:

The screenshot shows the website interface for the 'Dicionário Priberam da Língua Portuguesa'. The search term 'mundo' is entered in the search bar. The results for 'mundo' are displayed, including a list of definitions and a list of related terms. The definitions are:

- 1. (em mundus, -i, conjunto dos corpos celestes, firmamento, universo)
- 2. m.
- 3. O espaço com todos os seus corpos e seres.
- 4. Conjunto das astros a que o Sol serve de centro.
- 5. Globo terrestre.
- 6. Esfera armilar.
- 7. Astro planetário.
- 8. Cada um dos dois grandes continentes terrestres, particularmente a América, quando chamada Novo Mundo.
- 9. [em entônimas] A gente, a humanidade.
- 10. A vida terrestre.
- 11. Classe, categoria social.
- 12. Sociedade.
- 13. Tudo o que é grande.
- 14. Prazeres materiais.

The related terms are:

- Adj.
- 14. Mundificação, limpo; puro.
- mundos e fúruos: grandes riquezas; grandes promessas.
- o outro mundo: a vida futura.
- ver de mundo: nascer.
- terceiro mundo: conjunto de países pobres ou subdesenvolvidos.

On the right side of the screenshot, there is a 'Palavra do dia' section for 'estafino' (estafino - + -ino) and a 'Últimas pesquisas' section with a search for 'estafino'.

Figura 1 – Verbetes “mundo”

Traduzir:   

mundo | *s. m.* | *adj.*

Sabia que? Pode consultar o significado de qualquer palavra abaixo com um duplo clique. Experimente!

mundo
(latim *mundus*, *-i*, conjunto dos corpos celestes, firmamento, universo)

s. m.

1. O espaço com todos os seus corpos e seres.
2. Universo.
3. Conjunto dos astros a que o Sol serve de centro.
4. Globo terrestre.
5. Esfera armilar.
6. Astro; planeta.
7. Cada um dos dois grandes continentes terrestres, particularmente a América, quando chamada Novo Mundo.
8. [Por extensão] A gente; a humanidade.
9. A vida terrestre.
10. Classe, categoria social.
11. Sociedade.
12. Tudo o que é grande.
13. Prazeres materiais.

adj.

14. Mundificação, limpo; puros.

mundos e fundos: grandes riquezas; grandes promessas.
o outro mundo: a vida futura.
vir ao mundo: nascer.
terceiro mundo: conjunto de países pobres ou subdesenvolvidos.

Figura 2 – Verbetes “mundo” ampliado

Um pouco abaixo das acepções, existe uma caixa com cinco abas: *Notícias*, *Blogues*, *Twitter*, *Relacionadas* e *Estatísticas*. Cliquei nas abas e compreendi que as três primeiras funcionam com amostras de enunciados encontrados na Internet com a palavra-entrada, ou seja, o *Priberam* utiliza um software para fazer uma busca em noticiários, *blogues* e no *Twitter* com a palavra digitada inicialmente pelo usuário. Em um primeiro momento, por analogia, é possível concluir que este sistema de busca das palavras no arquivo disponível na Internet substitui o domínio de contextualização dos dicionários impressos. Mais à frente, comentarei sobre as abas. Por enquanto, quero destacar a imagem da aba “*Twitter*” para a palavra “mundo”.

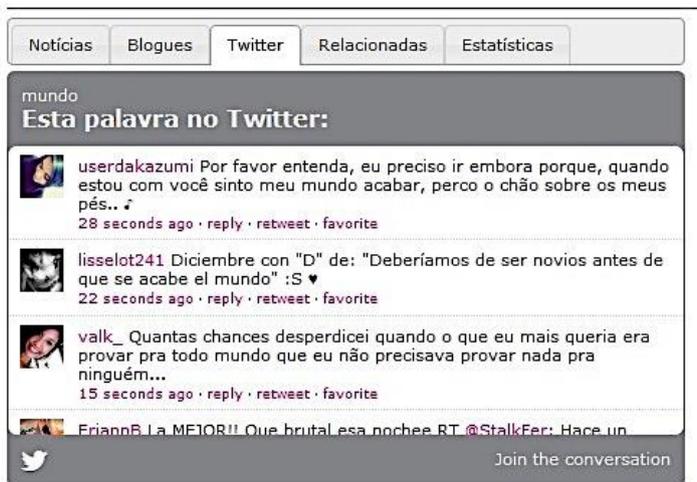


Figura 3 – Palavra “mundo” no Twitter



Figura 4 – Destaque para um dos exemplos de “mundo” no Twitter

A Figura 3 apresenta dois enunciados em português e um em espanhol. Na procura por outras palavras, encontrei situações semelhantes com enunciados em outros idiomas como o inglês. Esta característica marca uma diferença em relação à história de produção dos dicionários monolíngues. Se, como diz Auroux (1998), um conjunto de exemplos novos pode dizer de uma invenção teórica, de que invenção se trata quando exemplos em espanhol aparecem em um dicionário de língua portuguesa? Trata-se, para mim, de um ponto relevante para observar as singularidades do trabalho lexicográfico tanto no digital como o momento específico desta formação social no tocante à produção de saberes sobre a língua.

Assim, pergunto *como o dicionário Priberam afeta a divisão política da língua a partir de sua digitalização e circulação na Internet?*, mediante os dois recortes de análise: 1) a designação **português contemporâneo** e 2) as **ferramentas lexicográficas digitais**, em específico o funcionamento dos enunciados do Twitter. O *corpus* analítico é composto por recortes de 2012, 2013 e 2014,

período de exploração do material de análise. Faço este estudo dentro do campo da História das Ideias Linguísticas para situar o DPLP no processo de gramatização do português, com contribuições da Semântica do Acontecimento, principalmente a partir do conceito de *espaço de enunciação* de Guimarães (2005), e da Análise de Discurso materialista. Os procedimentos de descrição me levaram ao que nomeei como um *desvio pelo efeito* para que o dispositivo analítico pudesse trabalhar intradiscursivamente os efeitos do visual, ou seja, a própria formulação visual como elemento importante para a compreensão do funcionamento da discursividade lexicográfica em *Priberam*.

2. O dicionário no processo de gramatização do português no Brasil

Uma vez iniciado o processo de gramatização, as línguas instrumentalizadas estabelecem uma relação de poder com as que não são, levando, aos poucos, ao desaparecimento de algumas destas últimas. Um acontecimento importante em que esta relação de poder será ainda mais evidenciada é a formação dos Estados Nacionais. No entanto, Auroux (2009) chama atenção para não se cair em automatismos de causa e consequência, porque os motivos que provocam o desenvolvimento dos saberes linguísticos compõem uma rede complexa:

a administração dos grandes Estados, a literarização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contatos entre línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos como a medicina, a anatomia ou a psicologia (AUROUX, 2009, p.31).

Para Auroux (2009) não se pode falar de uma Nação sem ela estar colada a uma unidade linguística (seja na forma de uma ou mais línguas, mas ainda sim definidas e restritas). “As grandes transformações dos saberes linguísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem”, conforme Auroux (2009, p.31-32). O dicionário monolíngue tem um papel especial, pelo trabalho lexical de

normatização do idioma, em criar referências quanto à língua nacional.

É da produção desses objetos e da relação estabelecida pelos sujeitos com essa produção que resultam os sentidos atribuídos ao país assim como aqueles que dão sentidos a esses sujeitos enquanto eles se definem em relação ao seu país, nas formas que a política das relações sociais significar nessa sua história, seja como súditos, seja como escravos, seja como cidadãos (GUIMARÃES e ORLANDI, 1996, p.14).

Um marco importante no caso da Língua Portuguesa é a passagem do dicionário de Bluteau (1728) para o de Moraes (1789), porque já em sua materialidade linguística é possível observar a mudança entre duas conjunturas sociais distintas: o fim da Idade Média e a consolidação dos Estados Modernos. Em Bluteau (1728), a maior parte dos verbetes faz remissão ao latim, língua da Igreja, o que não se repete em Moraes (1789). A filiação das palavras também é distinta. O primeiro está marcado pelo léxico religioso e o segundo introduz o léxico jurídico, como analisado por Nunes (2006). Em termos de regularidade, uma diferença marcante é a expressão “ato de” constantemente retomada a partir de Moraes (1789), colocando em cena um sujeito responsável por suas ações e não mais um subordinado da Igreja.

Gadet e Pêcheux (2010) dão destaque para o modo como os sujeitos precisavam se liberar das particularidades, costumes, heranças e práticas histórico-culturais para serem reconhecidos como cidadãos da Nação: a língua materna (não a língua nacional) é um destes objetos simbólicos e, por conseguinte, um impedimento para a cidadania plena. Como a burguesia necessitava do apoio popular para fazer frente à monarquia, no mesmo momento em que proclamava o ideal de igualdade mediante uma unidade linguística, o todo social era estruturado por um acesso desigual às divisões do ensino (e da aprendizagem) da gramática. Explicam Gadet e Pêcheux:

A questão da língua é, portanto, uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das

diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas: a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente (GADET e PÊCHEUX, 2010, p.37).

O grupo de pesquisas de Histórias das Ideias Linguísticas no Brasil avançou na reflexão sobre as particularidades do processo de gramatização do lado de cá do Atlântico e soube se apropriar das contribuições francesas sem repeti-las mnemonicamente. Eni Orlandi estudou o modo como a língua foi sendo significada ainda durante a “descoberta” dos portugueses. No livro *Terra à vista*, Orlandi (2008) mostrou como a catequização constituiu práticas que ressoariam na história da língua no País. Ainda que existisse, por um lado, os interesses sobrepostos da igreja e, por outro, uma política de extermínio pelos colonizadores, os jesuítas são responsáveis pela instauração dos primeiros escritos das línguas indígenas outrora inexistentes.

José Horta Nunes (2006), por sua vez, analisou, entre outros materiais, os relatos dos viajantes e observou como as listas de palavras não conhecidas entre os portugueses foram crescendo de acordo com a necessidade de explorar o País adentro. As listas criaram um arquivo de palavras, inaugurando uma memória da língua no Brasil, inclusive retomada posteriormente como regionalismos e outras denominações: ao mesmo tempo em que marcavam um distanciamento com o português de Portugal, assumiam como brasileiras as palavras que vinham de uma relação de contato com o indígena, ainda que este tenha sido silenciado da história brasileira ou mesmo, em alguns casos, exterminado: retorna pela janela o que saiu pela porta.

Guimarães (2004) compreende o processo de gramatização brasileira dividido em quatro fases: 1) a primeira fase, caracterizada por não ter estudos relevantes sobre a língua no Brasil, começa com a chegada dos Portugueses e se estende até o século XIX; 2) com início na segunda metade do século XIX até o final dos anos 1930, este momento tem a particularidade de debater as diferenças entre a língua de Portugal e do Brasil e ainda fundar a Academia Brasileira de Letras, historicizando de forma institucional a nossa relação com o português; 3) Da década de 1930 até 1960, muitos cursos de Letras

passam a ser ofertados nas Universidades brasileiras com a “Linguística” como disciplina obrigatória; 4) A partir da década de 60 do século XX até o momento atual, a Linguística ganha notoriedade nos cursos de Pós-Graduação, legitimando cada vez mais o saber brasileiro sobre a língua.

Não pretendo me deter especificamente sobre todas as fases, mas gostaria de comentar sobre uma fase especialmente significativa da gramatização brasileira para definir uma Língua Portuguesa não somente **no**, mas **do** Brasil, que é a construção das gramáticas a partir da segunda metade do século XIX. São os autores deste período que conseguirão marcar uma posição de diferença diante dos europeus, promulgando uma independência linguística.

O processo brasileiro de gramatização do português não responde unicamente à construção de um saber sobre a língua nacional, porque uma consequência é também a produção e identificação de uma posição de sujeito desta Nação. Afirma Orlandi:

a constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. São processos de individualização que são desencadeados: individualiza-se o país, seu saber, seu sujeito político e social (ORLANDI, 2002, p.158-159).

Em outras palavras há a formação conjunta, porém não coincidente, da produção de uma identidade da língua, uma identidade da nação e uma identidade do cidadão brasileiro. Os gramáticos ocupam a posição intelectual e de autoridade que legitimam uma autoria em relação a Portugal. Deste modo, o século XIX é marcado com a produção de um saber sobre a língua realizada por brasileiros e para brasileiros: representação da *nossa* língua. “Temos então uma língua em sua realidade histórica, política, social. Praticada e refletida. Politicamente representada” (ORLANDI, 2009, p.172).

Pelo que descrevi baseado em Orlandi (2002; 2009) há, desde metade do século XIX, a possibilidade dos nascidos brasileiros se identificarem com a nacionalidade também pela língua. Não obstante, como disse anteriormente, Guimarães (2004) e outros autores citados compreendem a existência de um saber sobre a língua neste território anos antes. No Brasil, a proclamação da república só se concretiza em

1889, apesar dos indícios de uma nacionalidade brasileira já estarem marcados na língua, ou seja, pode-se falar em uma Nação antes de um Estado. Tal relação compõe a história do país de outros modos que não abordarei neste trabalho, mas chamo atenção para esta particularidade porque ela é significativa para compreender o *Dicionário Priberam de Língua Portuguesa*, o material que passo a me restringir agora.

3. Um desvio pelo efeito

Antes de entrar propriamente na análise do dicionário online *Priberam*, realizo um desvio histórico-disciplinar quanto à análise discursiva de dicionários impressos que tem como expoentes na França os trabalhos de Francine Mazière e André Collinot. Entretanto, é no trabalho pioneiro no Brasil de José Horta Nunes (2006) que encontro ancoragem para analisar o que me parece ser um efeito de evidência para o próprio campo da Análise de Discurso: o funcionamento da estrutura (sempre falha) do intradiscurso a partir de sua materialidade linguística¹. Este desvio tem o objetivo de propor uma discussão de tal efeito de evidência na tentativa de ser consequente com o que é específico do dicionário digital.

Nunes (2006), ao descrever seu objeto de estudo, explicita o que ele chama de domínios discursivos do dicionário: prefácio, verbete, nomenclatura, definição, contextualização, etimologia, marcação, etc. Destaco o verbete e seus domínios (textualmente) internos para olhá-los em sua *composição* (LAGAZZI, 2009): definição, contextualização, etimologia, marcação e nomenclatura como elementos significantes que se relacionam pela abertura do simbólico e pela força do real, apesar do imaginário de *unidade e complementaridade*. A noção de *composição* é essencial aqui para compreender o modo de formulação do intradiscurso na relação entre elementos significantes de natureza distintas do que se chama materialidade linguística em Nunes (2006).

entre a palavra-entrada e o corpo do verbete, há o estabelecimento de uma repetição (paráfrase e polissemia) e de um silêncio. Não pressupomos, pois, tal como em uma concepção lógica, a constituição de uma predicação, de forma

que o verbo ‘ser’ estaria latente entre a palavra-entrada (as unidades da nomenclatura) e o corpo do verbete (a definição, os equivalentes). O que ocorre entre a palavra-entrada e o corpo do verbete é justamente um movimento entre o um e o múltiplo, um horizonte possível de significação, em outras palavras, um silêncio (NUNES, 2006, p.30-31).

Nunes (2006) nega a latência do verbo “ser” entre palavra-entrada e corpo do verbete porque um fato de silêncio é irreduzível a uma formulação linguística. Formular de outro modo, inserindo o verbo “ser” onde ele não está, já é significar diferentemente. O autor apropria-se da noção de silêncio, teorizada por Orlandi (2007), para mostrar que o trabalho do lexicógrafo sobre o já-dito não escapa da relação tensa entre o mesmo e o diferente, porque não há, apesar do desejo de completude, sentido unidirecional; existem “fatos de silêncio”. Segundo Orlandi:

O funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição [...] no entremeio entre a ilusão de um sentido só (efeito da relação com o interdiscurso) e o equívoco de todos os sentidos (efeito da relação com a lalange) (ORLANDI, 2007, p.17).

Há um imaginário que constitui a produção do dicionário, mas há também um silêncio que significa, entrecortado pela palavra-entrada, acepções, exemplos e outros domínios de um verbete.

É esta relação estabelecida por Nunes (2006) entre silêncio e estrutura do verbete juntamente com a compreensão da noção de composição em Lagazzi (2009) que me expôs o olhar para a formulação visual da *imbricação material dos domínios discursivos do dicionário*.

Os conceitos de *composição* e *imbricação material* são mobilizados nos trabalhos de Lagazzi (2009, 2011) para compreender, principalmente, o funcionamento de materialidades significantes diversas em documentários que tematizam os furos do e no social. A pesquisadora explica que, no trabalho discursivo,

não temos materialidades que se complementam, mas que se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra. Ou seja, a imbricação material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais (LAGAZZI, 2009, p.68).

Se, por um lado, o interesse de Lagazzi (2009, 2011) é a análise de diferentes materialidades significantes, por outro, suas compreensões analíticas trazem movimento ao corpo teórico da Análise de Discurso para olhar também o funcionamento do verbal, particularmente, neste trabalho, *aquilo que permite a leitura de definições como equivalentes semânticos de uma palavra-entrada*. As condições de produção da prática lexicográfica produz uma injunção à apreensão das significações possíveis de uma palavra utilizando diferentes recursos textuais, os domínios discursivos dos quais descreve Nunes (2006). O imaginário de apreensão, no entanto, é contrastado pela abertura do simbólico – propulsor de equívocos e material de contradições: entremio² de nomenclatura, definições, exemplos, etimologia, etc.

Não existe o verbo “ser” ou outra marca linguística que estabeleça uma relação entre a palavra-entrada e o corpo do verbete, no entanto a relação está funcionando. Certamente é algo da ordem discursiva, de um modo de significar próprio ao dicionário, de suas condições de produção e de leitura, como explica Nunes (2006). Apesar da história de leitura vir marcada de algum modo, muitas vezes no próprio prefácio, nas instruções do “como ler”, um leitor já (estranhamente) familiarizado³ poderá distinguir o que é uma definição em diferentes dicionários sem recorrer a uma instrução, ainda que a marca de distinção não seja sempre a mesma. Palavra negritada, em itálico, separada em sílabas, com espaço em branco maior, com dois pontos ou uma barra, enfim, ainda que não exista uma *formulação linguística* para significar o que é uma palavra-entrada e o que são as definições, esta distinção estará *marcada de algum modo*. Entre palavra-entrada e corpo do verbete *existe algo que impede a leitura na forma de uma contiguidade sintática*. Cada dicionário apresenta um modo próprio de estruturação, incluindo o material desta análise:

efeito | s. m.

e-fei-to
(latim *effectum*, -i)
substantivo masculino

1. O que resulta de uma causa (ex.: *efeitos colaterais*). = CONSEQUÊNCIA, RESULTADO
2. Fim, destino.
3. Impressão, sensação.
4. Impulso dado a uma bola, geralmente com um taco, para que esta se desvie para o lado ao encontrar um ponto de resistência.
5. [Comércio] Valor negociável.
6. [Pintura] Combinação.

com efeito
• Usa-se para enfatizar ou confirmar o que é dito. = DE FATO, EFETIVAMENTE, NA REALIDADE, NA VERDADE

efeito de estufa
• [Ecologia] Processo de aquecimento da atmosfera devido à retenção de calor por alguns gases.

efeito especial
• [Cinema, Televisão] Utilização de meios técnicos, geralmente de imagem e som, para simular uma situação ou uma imagem que não pode ser filmada. (Mais usado no plural.)

efeito secundário
• Manifestação que é consequência da toma de um medicamento. (Mais usado no plural.)

Auxiliares de tradução _____

Traduzir “efeito” para: [Espanhol](#) | [Francês](#) | [Inglês](#)

Parecidas 1 _____

efeitos	efeito	efeituo	feito	eito	efetuo	efetivo
-------------------------	------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------------	------------------------	-------------------------

Palavras vizinhas 1 _____

éfedra	efedrina	efeitarrão	efeito	efeituador	efeituar	efélide
------------------------	--------------------------	----------------------------	-------------------------------	----------------------------	--------------------------	-------------------------

Anagramas _____

[feioté](#)

Figura 5 – Verbete “efeito”; consulta em 20/09/2014.

A imagem anterior é o recorte de uma parte⁴ do verbete “efeito” do dicionário *Priberam*. Na parte superior da imagem, o “efeito” está dentro de uma figura retangular seguido por uma barra vertical e “s.m.” que designa substantivo masculino. Logo abaixo, o “efeito” dividido silabicamente por pontos⁵, seguido da etimologia latina (entre parênteses), as acepções numericamente organizadas e conjunções particulares do “efeito”. Antes de “Auxiliares de tradução” junto a uma barra horizontal, estão os ícones de redes sociais, como Facebook e Twitter, com a possibilidade de compartilhar o “efeito” nestes outros espaços da Internet, imprimir ou enviar por e-mail. As quatro últimas partes da imagem “Auxiliares de tradução”, “Parecidas”, “Palavras vizinhas” e “Anagramas” estão separadas também por uma barra horizontal. Para o caso de “Parecidas” e “Palavras vizinhas” há um círculo rosa com a letra “i” em branco. Quando a seta do mouse passar

por cima do círculo de “Parecidas” uma caixa aparece com a seguinte explicação “Palavras próximas ortográfica ou foneticamente da palavra consultada” e “Palavras que surgem antes e depois da palavra consultada no dicionário” para o círculo de “Palavras vizinhas”.

Não há uma marca linguística semelhante, como a de nomeação, para as definições, a divisão silábica, a etimologia ou a classe gramatical. No entanto, leio “e.fei.to” como a palavra “efeito” dividida silabicamente por pontos. Independentemente de sua marcação, não é o interdiscurso que determina esta leitura? Sim, porém, ainda assim *sua atualização material no intradiscurso continua a ser formulada*. No caso do que aparece abaixo da palavra silabicamente dividida, existe a classe gramatical “substantivo masculino” em azul e as acepções numeradas. Se não existissem numerações ou a tipografia em azul, como diferenciar classe gramatical de acepções? No caso de “Palavras vizinhas”, ao contrário, é uma relação linguisticamente explicitada (juntamente a uma relação visual), mas que diz pouco a respeito da organização do verbete no dicionário *Priberam*. O que é uma palavra “vizinha” e “antes” e “depois” em um dicionário digital que não tem uma organização por páginas impressas e a busca pelas palavras não segue uma “ordem alfabética”?

Mostrarei, no decorrer das análises, que *a formulação linguística funciona também por sua formulação visual* no dicionário *Priberam*. *O horizonte de significação se abre no recorte do silêncio pela composição material entre a palavra-entrada e os domínios do verbete*. A relação entre a imbricação intradiscursiva da formulação linguística com a formulação visual funciona pela opacidade, incompletude e contradição da ordem discursiva de toda formulação linguageira.

4. A divisão política do dicionário *Priberam* entre o global, o nacional e o local

Disponibilizado na Internet pela primeira vez em 1996, o *Dicionário Priberam de Língua Portuguesa* (DPLP) toma por base de arquivo o “Novo Dicionário Lello da Língua Portuguesa”, editado em Portugal pela Lello Editora, nas versões de 1996 a 1999. Segundo o próprio site, existiu uma equipe de linguistas que trabalharam a partir da edição impressa para o “formato adequado à disponibilização

eletrônica” e a equipe trabalha hoje com “constante atualização e melhoramento” (PRIBERAM, 2013).

Da data de sua primeira circulação na Internet, em 1996, o dicionário tinha outro nome: “Dicionário de Língua Portuguesa *On-line*” (DPLP). Isto porque a empresa *Priberam Informática* só veio a licenciá-lo em 2008, sendo que a partir de abril de 2009 o conteúdo, considerado propriedade da empresa, pôde ser atualizado diariamente.

A adaptação do conteúdo, do *software* e da interface do Dicionário *Priberam* permite, desde Julho de 2011, a consulta numa das duas normas, **português europeu** ou **português do Brasil**, além de se manter a possibilidade de visualizar o conteúdo na grafia pré ou pós-Acordo Ortográfico (PRIBERAM, 2013, grifos meus).

De acordo com o *Priberam* (2013), o DPLP é o dicionário de língua portuguesa mais consultado na Internet, com mais de um milhão de visitas diárias, além de ser o quinto site português mais visitado em 2012. O site ainda destaca sua presença, na forma de citação, em redes sociais como blogues e Twitter.

A *Priberam Informática, S.A.*, é uma empresa

especialista na concepção e desenvolvimento de software e conteúdos digitais, disponibilizando produtos e serviços em quatro áreas distintas: processamento computacional da língua, sistemas de gestão de conhecimento jurídico, motores de pesquisa semânticos e saúde (PRIBERAM, 2013).

O DPLP faz parte do “conjunto de ferramentas linguísticas para escrita correcta da língua portuguesa” desenvolvidas em um dos subsectores da *Priberam*, o FLiP⁶.

Estas considerações já mostram uma disputa política na instrumentalização da língua portuguesa. Trata-se de um dicionário inicialmente produzido apenas em Portugal, mas pelo menos desde 2011 estendeu sua abrangência para o **português do Brasil**. Na continuidade das descrições do material, para ser consequente com as análises das divisões políticas da língua, retomo o conceito de espaço de enunciação em Guimarães (2005).

A relação com os falantes é constitutiva do funcionamento da língua. Não há como ela não ser afetada pelas distintas práticas que configuram o modo institucional ou imaginário de ocupar uma posição frente a outras, ou seja, não há como não dividir a língua politicamente.

O espaço da enunciação é o lugar da atribuição das línguas para seus falantes. E cada espaço de enunciação tem uma regulação histórica específica, ou seja, distribui as línguas que estejam em relação em condições históricas específicas, de um modo particular (GUIMARÃES, 2005, p.10).

No caso do espaço de enunciação brasileiro em meados do século XIX, a língua oficial e a língua nacional são determinadas pela diferença entre a língua do Brasil e a língua de Portugal, ao mesmo tempo em que são predicadas pelo valor de civilização, em contraposição ao primitivo que predica e apaga as línguas indígenas e africanas (GUIMARÃES, 2005). No caso do DPLP, a divisão não toma por parâmetro apenas a relação espacial de nações diferentes, apesar de ainda se manter presente na própria designação de português no texto de apresentação de 2012 já reproduzido no início do artigo.

A designação **português contemporâneo** incluída na definição do DPLP está em relação com as nomeações apresentadas no parágrafo seguinte: “português europeu” e “português do Brasil”. Não é citada aqui e nem em nenhuma outra página do site do dicionário outra determinação nominal para português, como, por exemplo, “português angolano” (ou “português de Angola”). Nos artigos dos verbetes, o usuário do dicionário pode ter acesso às normas (ortográficas) europeias e do Brasil, sinalizadas pelas bandeiras de Portugal e do Brasil que acompanham o link que determina qual norma será visualizada.



Figura 6 – Ferramenta de busca; consulta em 13/04/2012

Na barra (Figura 6), o usuário pode realizar a busca do verbete selecionando as opções de antes ou depois do acordo ortográfico (representado pelos ícones em verde – aAO – e em vermelho – dAO) e as opções de português europeu e português do Brasil. Destaco que a

reescritura imagética de **português europeu** é um ícone que representa a bandeira de Portugal. Nestas condições, o **português contemporâneo** do DPLP é a designação que engloba somente o **português europeu** e o **português do Brasil**.

Como dito anteriormente, o DPLP só incluiu a norma do “português do Brasil” em 2011. Consultei no site Wayback Machine⁷ como a página inicial do dicionário era apresentada em 2010 e encontrei uma disposição muito semelhante à de 2012 e com o texto de apresentação localizado no mesmo espaço destinado à apresentação de 2012 (parte central superior), com a seguinte redação:

O Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP) é um dicionário de português europeu (de Portugal) que contém cerca de 96 000 entradas lexicais, incluindo locuções e fraseologias, e que permite a consulta de definições, com sinónimos e antónimos por aceção, subentradadas e locuções. Em alguns casos é também possível consultar informação sobre a origem da palavra e a sua pronúncia, sobre a conjugação verbal e sobre equivalentes de e para espanhol, francês e inglês.

A presente versão do DPLP permite a consulta com ou sem as alterações gráficas previstas pelo [Acordo Ortográfico de 1990](#). Para informações pormenorizadas sobre a pesquisa no DPLP, deverá aceder à secção [Como consultar](#).

Esta obra é disponibilizada gratuitamente *on-line* e actualizada regularmente. Quaisquer sugestões ou correcções devem ser enviadas para dicionario@priberam.pt.

Figura 7 – Texto de apresentação do dicionário na página inicial <www.priberam.pt/dlpo> em 2010

Neste texto, o DPLP é definido como dicionário de “português europeu (de Portugal)”. Esta relação de substituição se preserva em outros textos do dicionário, como no link “Sobre o dicionário”, que funciona como uma explicação dos domínios do dicionário um pouco mais detalhada do que na apresentação anterior.

A formulação de 2012 preserva construções de 2010 quase sem alterações quanto a alguns elementos do dicionário, mas quero me deter neste momento quanto às designações do português nas duas apresentações. Desliza de **português europeu** em 2010 para **português contemporâneo** em 2012. Desliza de uma adjetivação pelo território para uma adjetivação pela temporalidade.

Português contemporâneo é a designação utilizada também em outro momento significativo do processo de gramatização do português no Brasil, em 1970, na **Gramática do Português Contemporâneo** de Celso Cunha e na edição posterior em autoria

conjunta com Lindley Cintra na **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Na análise destas designações, Orlandi e Guimarães (2001) mostram como a primeira edição assinada apenas por Cunha “reivindica o caráter universal da língua portuguesa (Gramática do Português) e coloca a questão de sua unidade hoje (contemporâneo). Ele restituiu esta unidade na diferença das épocas” (ORLANDI e GUIMARÃES, 2001, p.27), enquanto a unidade da língua na segunda edição é reforçada pela assinatura de um autor português e um autor brasileiro.

A memória desta imagem fantasmagórica da unidade da língua pelo seu recorte temporal e a importância da construção de uma função-autor específica funciona em *Priberam* em uma conjuntura diferente com um complexo de determinações bem deslocado. O dicionário não é assinado por um autor (com o efeito de referência de uma pessoa física no mundo), mas por uma empresa portuguesa com uma equipe de linguistas responsáveis pela produção dos verbetes. As relações linguísticas, econômicas e políticas entre Portugal e Brasil não passam mais predominantemente apenas pelas reivindicações de duas nações (como veremos mais à frente). As tecnologias e os instrumentos linguísticos, entendidos aqui pela densidade histórica, não são uma adição ou subtração de elementos de uma mesma ordem discursiva. “Contemporâneo” no embate de suas formulações no presente e no passado.

Dentre as mudanças no texto de 2012 estão as grafias de **eletrônica** e **atualização**, que em 2010 estavam grafadas como **electrónica** e **actualização**. No texto de 2010 há o sintagma **equipa de linguistas** no segundo e no terceiro parágrafos, substituído em 2012 por **equipe de linguistas** apenas no terceiro parágrafo. Em 2012 é acrescentado no item **O DPLP e o novo Acordo Ortográfico** a existência de uma versão dos verbetes **redigida na norma brasileira do português**. A norma é brasileira, mas e o português? Se **norma brasileira do português** é uma reescritura de **português do Brasil**, as línguas em questão são as normas ortográficas de cada País? Quais processos discursivos sustentam a manutenção da estrutura e conteúdo dos textos de apresentação com a modificação de algumas grafias quando se trata da mudança da produção de um dicionário de **português europeu** para a produção de um dicionário de **português contemporâneo**?

O fato do DPLP ser produzido por uma empresa de informática aponta para aquilo que Auroux (1998, p.289) chama de terceira revolução tecnolinguística, sem dicotomizar este momento, visto que este se apoia sobre as outras duas revoluções, a escrita e a gramatização. No caso do DPLP é explícita a relação que estabelece com a gramatização ao utilizar o dicionário como instrumento linguístico tratado informaticamente e com a escrita ao utilizar as unidades da forma-léxica (palavra) e forma-letra (caractere).

Retomo um fato linguístico já visualizado anteriormente: o enunciado em espanhol que aparece na aba “twitter” para o verbete “mundo”. Ao me deparar com o enunciado em espanhol em um dicionário de língua portuguesa, acreditei ser um fato relevante para pensar o cenário atual dos saberes linguísticos, particularmente o saber lexicográfico. Assinalo não tratar-se de um fato isolado. Trago outros recortes:



Figura 8 – Enunciados com a palavra “chiste”; consulta em 11/05/2012.



Figura 9 – Enunciados com a palavra “litígio”; consulta em 11/05/2012.

Tanto na Figura 7 (chiste), como na Figura 8 (litígio), todos os enunciados do *Twitter* estão em Espanhol. Isto é uma regularidade no conjunto de outras palavras-entradas que digitei na caixa de busca do *Priberam*, porém, não exatamente para qualquer palavra. A especificidade está ligada à técnica utilizada pelo software em sua busca. A procura é pelo código e não pela palavra, um significante na história. Explico melhor: a linguagem informática é uma linguagem binária que transforma toda informação em uma combinação de 0 (zero) e 1 (um). Cada caractere (letra) de uma palavra corresponde a uma combinação exclusiva. A palavra digitada pelo usuário do *Priberam* é “lida” como as combinações de 0 e 1. Neste contexto, não está previsto no funcionamento do software procurar apenas palavras pertencentes ao léxico português, porque a função de buscar o código não abarca a língua em sua materialidade própria, que não é a formalização do digital.

Mediante tais características, concordo com Auroux⁸ (1998, p.318) quando afirma que a formalização “concerne aos atos repetitivos, aqueles que podem tornar-se independentes das circunstâncias e da multidão indefinida das variações possíveis”. Os atos repetitivos são perceptíveis em virtude da disposição bidimensional dos sinais gráficos e contextualmente independentes em função da literalização. O serviço de consulta operado pelo site no momento da busca funciona por meio da formalização. A partir disso, tem-se uma busca

pautada em atos repetitivos, ou seja, o reconhecimento da forma gráfica do termo consultado repete-se a cada vez que o programa encontra em seu banco de dados o mesmo “significante”. Dito de outra maneira, o usuário do dicionário entra com uma informação léxica e o software lê como uma informação matemática⁹.

A descolagem entre a técnica informática e o saber linguístico é um sintoma da não simultaneidade de dois processos distintos, mas não separados: o da globalização e o da mundialização, tal como conceituados por Ortiz¹⁰ (2006, p.37):

Quando falamos de economia e de tecnologia nos referimos a processos que se reproduzem igualmente em todo o planeta. Há apenas uma economia global, o capitalismo, e um único sistema técnico (computadores, internet, satélites, etc.). Global nos remete assim à idéia de unicidade. Seria entretanto inconsistente sustentar o mesmo ponto de vista com relação à esfera da cultura. Mundialização que se exprime em dois níveis: a) está articulada às transformações econômicas e tecnológicas da globalização, a modernidade-mundo é sua base material; b) é o espaço de diferentes concepções de mundo, no qual formas diversas e conflitivas de entendimento convivem.

O sistema informático é uma técnica que não dá conta dos processos históricos nos quais as línguas estão inseridas. Há uma seleção de dados promovida pela caixa de busca no sentido de simular uma relação direta entre significante e significado, palavra e código, linguagem e mundo, tendo em vista que o programa estabelece relações como se todo termo de busca carregasse um único sentido, imutável, original, sem historicidade. Esta forma de tratamento da linguagem está implicada com o fato de que a leitura do arquivo deve transformá-lo em algo a ser transmitido com informações coerentes e não contraditórias (uma proximidade com a Teoria Matemática da Comunicação/Informação). Como alerta Ortiz (2006), cultura (e eu digo língua) não é informação, mas um complexo simbólico não agarrado à técnica: “a realidade de uma rede eletrônica não pode pois coincidir com a de uma rede de significados, a justaposição dos termos é meramente ilusória” (ORTIZ, 2006, p.63).

Na retomada das condições de produção para analisar a necessidade de apresentar os enunciados sobre o dicionário e o reforço de visualização da língua de Portugal e do Brasil, pode-se olhar para os inúmeros acordos internacionais entre estes países com o objetivo de unificação das línguas materializado em acordos mútuos, do qual o acordo ortográfico é apenas um deles.

Se de um lado, a união é justificada como uma resposta à demanda do mercado competitivo no qual a língua inglesa é predominante, de outro, todos os países que têm a língua portuguesa como oficial não são citados no dicionário *Priberam*. Desde 1990 vê-se, segundo Zoppi Fontana (2009), a formação de um espaço de enunciação transnacional, definido “por este transbordamento das fronteiras territoriais dos Estados-Nações pelas línguas nacionais que o constituem na sua materialidade histórica” (ZOPPI-FONTANA, 2009, p.21). Nestas condições, a técnica acompanha a materialidade histórica de exclusão dos países africanos e, a um só tempo, evidencia a posição alcançada pelo Brasil nas políticas mundiais. A técnica visibiliza, então, os territórios já legitimados na esfera política. Ela não reproduz qualquer fato, isto é, a força material do processo de globalização “requer a existência de instituições sociais capazes de produzir, reproduzir e transformar a ordem das sociedades. Sua totalidade é vazada de contradições, de disputas e de acomodações”, nas palavras de Ortiz (2006, p.74).

Existe, como dizem Zoppi-Fontana (2009) e Ortiz (1996), um cenário que atravessa as fronteiras do Estado-Nação sem diluí-las na indistinção. “Não se trata de um espaço onde se *apaguem as fronteiras entre as línguas*; ao contrário, é necessário o reconhecimento dessas fronteiras para que aconteça seu *transbordamento*”, segundo Zoppi-Fontana (2009, p.21). No caso do dicionário, mostrei como a técnica é descolada dos saberes linguísticos, no entanto continua a produzir efeitos. Em outros lugares, o contexto da modernidade-mundo (ORTIZ, 2006) apresenta outras manifestações de sua força-material:

LED Ver Definição [Pesquisar nas definições](#)

LED | *s. m. 2 núm.*

Sabia que? Pode consultar o significado de qualquer palavra abaixo com um duplo clique. Experimente!

LED [léde]
(sigla do inglês *Light Emitting Diode*, diodo emissor de luz)
s. m. 2 núm.
Díodo que emite luz quando lhe é aplicada energia eléctrica.

Ver também dúvida linguística: [plural de siglas, acrónimos, abreviaturas e símbolos.](#)

Figura 10 – verbete LED

Traduzir:   

piá | *s. m.*

Sabia que? Pode consultar o significado de qualquer palavra abaixo com um duplo clique. Experimente!

piá
s. m.
1. [Brasil] Menino.
2. Filho do caboclo.
3. Rapaz.

Figura 11 – verbete piá

Diferente da situação em que outra língua, o Espanhol, aparecia por uma leitura matemática da informação, a Figura 9 mostra uma “sigla do inglês”, *LED – Light Emitting Diode*, como um verbete possível de um dicionário de português feito e aprovado por uma equipe de linguistas. Já na figura 10, o verbete “piá” é marcado como um brasileirismo pelo substantivo nominal “Brasil” entre colchetes e não como um regionalismo interno do mesmo modo que é apresentado por outros materiais impressos. Este dicionário não produz mais a mesma unidade linguística objetivada na formação dos Estados-Nacionais, todavia, não se apaga a referência da Nação (como indicado nas nomeações das línguas e nos ícones das bandeiras descritos). Para Ortiz (2006, p.54), “a globalização pouco tem a ver com o fim das fronteiras, ela sugere muito mais a redefinição dos antigos limites geográficos, tanto o local quanto o nacional, assim como a criação de novas fronteiras”.

Ortiz (2006; 1996) chama atenção para o modo como na modernidade-mundo “diversas temporalidades se entrecruzam”, trazendo para a discussão, não a separação, mas a articulação entre o

global, o nacional e o local no fluxo na modernidade-mundo, sem uma definição a priori. Essa tomada de posição analítica não implica indistinguir as partes desiguais da totalidade social. De acordo com o autor, “esses elementos, aparentemente desconexos, serão envolvidos por uma malha mais ampla [...] Diversidade e semelhança caminham juntas, expressando a matriz modernidade-mundo em escala ampliada” (ORTIZ, 1996, p.19). Há hierarquia e relações de força em disputa. A configuração atual da transversalidade entre as três instâncias (global, nacional e local) implica em olhar para os ritmos diferentes em que as relações de força jogam no interior da esfera política (da língua) desvinculando, por exemplo, as territorialidades de espaços físicos. Afetado por essa transversalidade, o saber linguístico-lexicográfico é redimensionado.

5. Retomada do desvio

Reiterei em um primeiro momento, a partir de Lagazzi (2009) e Nunes (2006), que a relação entre os domínios do dicionário, incluindo aí as ferramentas lexicográficas digitais próprias do *Priberam*, é equívoca e contraditória. Efeitos de sua materialidade significativa e histórica. Uma formulação linguística na composição com uma e/ou sua formulação visual. Desenvolvo nesta seção um pouco mais estas considerações, ainda em curso. Trago um pequeno texto adicionado à apresentação de *Priberam* em 2014 para desdobrar minhas proposições sobre a relação visual-lingüístico contraditória e equívoca, no material de análise em foco.

Novidade!

A presente versão do DPLP foi adaptada às novas tecnologias Web e reformulada para facilitar o acesso a partir de qualquer tipo de dispositivos - *desktop, tablet e mobile*. Para além das mudanças em termos de tecnologia, apresenta também mudanças visuais, para facilitar a leitura e a compreensão do dicionário, e conteúdo adicional, como por exemplo, a visualização de anagramas, palavras relacionadas ou divisão silábica.

A Priberam agradece o envio de comentários para dicionario@priberam.pt.

Obrigad@ e boas consultas!

Figura 12 – Texto adicionado à apresentação em 2014.

O pequeno texto diz das mudanças em *Priberam* para, “em termos de tecnologia”, “facilitar o acesso a partir de qualquer tipo de dispositivos – *desktop, tablete, e mobile*” e para, em termos de “mudanças visuais”, “facilitar a leitura e a compreensão do

dicionário”, incluindo “a visualização de anagramas, palavras relacionadas ou divisão silábica”. Visualizar palavras. Fica estabelecido um vínculo entre “leitura e compreensão” e “visualização”. Uma circulação cotidiana possível para este vínculo funcionaria em um enunciado do tipo: “organizei o texto assim para visualizar melhor”. Ler, compreender e visualizar (ver): paráfrases que, ao atualizarem o efeito metafórico¹¹, expõem um funcionamento discursivo que contrasta o imaginário da não presença do visual no linguístico. Não seria este imaginário um dos efeitos do processo histórico de gramatização e da construção de um objeto para uma ciência, a Linguística, ao confundir objeto real com objeto de conhecimento¹²? Sobre o visual na escrita digital, Dias (2012) aponta:

Através do ciberespaço, o sujeito alcança um espaço pleno de linguagem: linguagem 'informática e reticular', que seria a linguagem numérica, dos algoritmos e também a linguagem das redes; linguagem visual, tanto escrita quanto imagética, como por exemplo, palavras e ícones; a linguagem 3D que coloca o sujeito no universo da linguagem sensorial dos cinco sentidos (DIAS, 2012, p.103).

Visualizar palavras: “obrigad@” no pequeno texto de apresentação em 2014 pode ser lid@, compreendid@ e/ou visualizad@? Efeitos da corpografia¹³ e d@ corpolingüagem¹⁴? Corpo da/na letra e letra do/no corpo na divisão histórica dos sexos e gêneros? Quem enuncia “obrigad@” é um falante ou o DPLP? @ é o significante que designa um corpo sexual ou um corpo digital? Corpo? “*Para além*”? Linguistic@? Perguntas que suspendem a interpretação “certa” e retomam um desvio.

De acordo com Nunes (2007, p.167), “a língua do dicionário é uma língua imaginária, construída de acordo com determinados objetivos e recortes do dicionarista”. A contextualização pelas ferramentas lexicográficas digitais, especialmente os enunciados realocados da rede social Twitter, produz um fato de linguagem que acredito inédito no processo de gramatização do português: o funcionamento da língua fluída em um instrumento linguístico visto que a ferramenta construída pelo lexicógrafo insiste em escapar de um recorte pré-

definido. Os enunciados em espanhol atestam ainda que a falha na leitura-escritura informática é a possibilidade de atravessar as fronteiras de uma língua. As sequências apresentadas na quarta seção foram recortadas em 2012. Em 2014, não encontrei mais sequências do Espanhol. Nas consultas que realizei em março, abril e maio de 2013, a ferramenta do Twitter não estava com acesso disponível e, no seu lugar, um espaço em branco. Nas consultas que realizei em julho, agosto e setembro de 2014, a nova atualização do dicionário permitia novamente a consulta ao Twitter, mas não me deparei mais com enunciados em outras línguas que não o “português contemporâneo”. Não encontrei no site nenhuma explicação sobre esta mudança específica, mas, pela regularidade dos enunciados, o novo algoritmo de busca no Twitter seleciona os perfis originários de Portugal¹⁵.

Independente do espaço físico de onde o computador enviou a informação, o enunciado continua a ser produzido por um falante para o Twitter e não é a produção de um exemplo ou contextualização de um lexicógrafo para um verbete de dicionário. Não há correspondência direta entre acepções e o que emerge no Twitter. A contradição entre língua fluída e língua imaginária continua a funcionar de algum modo no instrumento linguístico mesmo dois anos após meu primeiro recorte de análise. O uso do Twitter ainda é circundado por uma prática lexicográfica de escritura do verbete e suas respectivas delimitações; um recorte político de IPs¹⁶ de Portugal para uma língua denominada como “português contemporâneo”; designação que recobriria também o Brasil. Sobre o efeito de unidade, uma contradição. Pergunto, portanto, quais são seus efeitos históricos no processo de produção de saberes sobre a língua em sua divisão política fundada na contradição entre língua fluída e língua imaginária na sua produção digital? Este fato de linguagem em Priberam me parece produtivo para avançar sobre o funcionamento da composição contraditória entre o visual e o linguístico.

Tenho definido a contradição discursiva (ADORNO, 2015, p.86) como “os efeitos de sentido que apontam para distintos, porém concomitantes, processos históricos, isto é, *a composição de tendências históricas diferentes, irredutíveis umas às outras, em uma unidade material do sentido*”. Uma unidade que não cessa de se dividir em dois (PÊCHEUX, 2009). Por exemplo, a contradição entre a língua imaginária de um saber linguístico e a língua fluída de

enunciados no Twitter em um único verbete. Enquanto o saber linguístico busca uma unidade da língua, os enunciados funcionam pela potência de singularidade, de diferença, irredutíveis em suas condições de produção a um sistema imaginário do lexicógrafo.

A noção de irredutibilidade de um processo histórico a outro, isto é, a impossibilidade de uma síntese¹⁷, é a base para compreender o que é uma contradição e não confundi-la com uma oposição. O jogo de forças contraditórias sem ponto de equilíbrio produz o incessante movimento na História. Os lados da contradição e suas formas históricas concretas, “os contrários” não preexistem à contradição. É neste sentido que para Badiou (1976) a dialética materialista é uma dialética destruidora. Pode-se dizer que a contradição é uma das forças do movimento histórico e não um ponto de interrupção ou imobilizador; é a própria condição de existência dos contrários. Apesar de sua dominância na formação social capitalista, a contradição capital/força de trabalho, por exemplo, está no embate com outras contradições de diferentes instâncias, como, na política, na ideologia e no saber linguístico.

No processo de gramatização, a produção do conhecimento sobre a língua mediante gramáticas e dicionários materializa de outro modo a contradição entre o saber e os sujeitos de linguagem sob a forma da construção das línguas nacionais. O funcionamento da língua fluída no dicionário *Priberam* pelos enunciados do Twitter não quebra, nem mesmo balança em fins de 2014, a força histórica do processo de gramatização e reprodução da língua imaginária. No entanto, este ineditismo de uma língua fluída textualmente interno a um instrumento linguístico trabalha como mais um elemento na produção de uma língua transnacional e da terceira revolução tecnolinguística, a automatização no tratamento das línguas.

Tanto nas formulações de 2012 quanto nas formulações de 2014, os enunciados do Twitter eram intradiscursivamente colocados espacialmente fora no eixo principal de visualização do verbete. As figuras abaixo são os frames da minha tela de computador logo depois do primeiro click na caixa de buscas pela palavra “fato” em 2012 e 2014.



Figura 13 – Visualização da tela 2012.

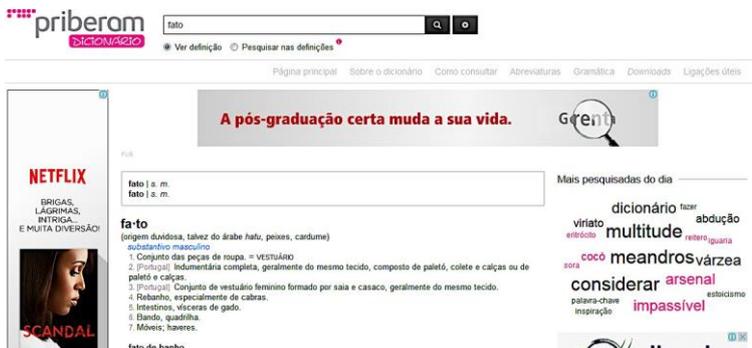


Figura 14 – Visualização da tela 2014.

Em 2012, o usuário precisa, dependendo da dimensão da tela de visualização, rolar a barra para baixo (descer a tela), ver a aba do Twitter, depois clicar sobre ela e acessar a ferramenta que mostrava os enunciados (como descrito nos recortes da seção anterior). Em 2014, os enunciados já aparecem automaticamente na tela, mas não para qualquer palavra e também não sem rolar a barra para baixo.



Figura 15 – Visualização da tela em 2012 depois de deslocada para baixo.

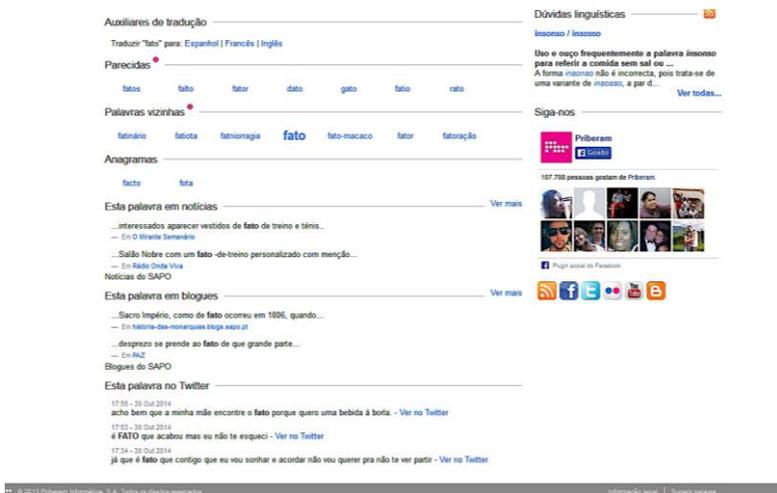


Figura 16 – Visualização da tela em 2014 depois de deslocada para baixo.

O conceito de composição autoral, formulado por mim (ADORNO, 2015, 2017), auxilia no procedimento de compreensão dessa imbricação entre o linguístico e o visual nos domínios discursivos do dicionário. Defino composição autoral como (ADORNO, 2017, p.117) esse “modo de textualizar no entremeio das materialidades, assumindo a responsabilidade de um dizer imaginariamente unificado, porém sempre tensionado pelas múltiplas contradições sobredeterminadas”. Assim, levo em consideração que, apesar de existir o efeito imaginário

de unidade textual e unidade autoral, existe, a um só tempo, um jogo de contradições entre materialidades, entre domínios discursivos e entre os lugares sociais que imaginariamente assinam o dizer do dicionário (equipe de linguistas, empresa de informática e lexicógrafos), sendo que uma dessas forças se torna o elemento dominante dessa composição, direcionando os efeitos históricos para uma direção e não para outra. É preciso levar em consideração esses processos concomitantes: a produção imaginária de uma unidade, as contradições constitutivas e o jogo de poder, político e ideológico, que produz um elemento dominante frente a outros.

Ao textualizar espacialmente mais acima ou mais abaixo da página, com a necessidade ou não de clicar sobre algum link, o dicionário produz um efeito de relevância, hierarquiza os sentidos. No pequeno texto da apresentação, *Priberam* diz buscar “facilitar a leitura e compreensão” pelas “mudanças visuais”. A nova formulação visual retira a necessidade do click sobre a aba do Twitter, mas mantém a posição espacial abaixo das aceções; é o último tópico: na imagem anterior começa-se por “Auxiliares de tradução”, “Parecidas”, “Palavras vizinhas”, “Anagramas”, “Esta palavra em notícias”, “Esta palavra em blogs” e só então encerra a lista com “Esta palavra no Twitter”. Um *movimento de esquematização*¹⁸ da espacialidade do dizer em sua possibilidade ou não de visualização.

Visualmente formulada por sua distribuição no espaço da tela. Contiguidade sintática e contiguidade pela localização espacial. Discursivizado pelo dicionário como *visualizar, ler, compreender* na formulação dos verbetes. Uma composição equívoca dos domínios de um dicionário pela irrupção de enunciados que não pertenceriam a um sistema imaginário (unidade) da língua. De acordo com Nunes (2006), a contextualização é lugar próprio para analisar os gestos de leitura de arquivos dos lexicógrafos em determinadas condições de produção. O que torna possível o Twitter como uma ferramenta lexicográfica digital na contextualização dos verbetes? Dias (2012, p.69) explica que “a técnica, em geral, nasce do/no contexto em que a necessidade (contraditória) do Homem de dominar e imitar a natureza revela-se num horizonte de possibilidades”. Este momento histórico peculiar, quando podemos falar de um jogo de duas revoluções tecnolinguísticas, a gramatização e a automatização no tratamento de línguas naturais é minimamente determinado pelo triplo movimento

contraditório entre o logicismo e o sociologismo, entre a língua imaginária e a língua fluída e entre o saber linguístico e o saber informático.

Gadet e Pêcheux (2014 [1977]) estudaram os modos como o logicismo e o sociologismo tomaram formas distintas na história das ideias linguísticas. O logicismo é apresentado como o que “procura universais (escolásticos, em seguida racionalistas) [...] enuncia leis e constrói uma teoria gramatical”, enquanto o sociologismo como o que “faz aparecer a dispersão e uma alteridade no espaço e no tempo [...] efetua uma descrição, fazendo um estudo empirista dos dados” (GADET e PÊCHEUX, 2014 [1977], p.297). Os autores partem destas formas extremas para mostrar como, no saber sobre a linguagem, elas agem como tendências em constante luta, distintas configurações e dominâncias, materializadas em formas históricas específicas como a produção das gramáticas normativas, descritivas e históricas ou também as numerosas teorias linguísticas – o funcionalismo, a sociolinguística, a psicolinguística, o gerativismo, a semântica formal, a semântica enunciativa entre outras. O modo como se trabalha a contradição logicismo/sociologismo enunciada de cada um destes lugares de saber incidem sobretudo na noção de sujeito, impulsionada pelas filosofias espontâneas dos linguistas. No caso da sociolinguística, explicam os autores, a luta de tendências aparece na

unidade dos contrários sob a forma moderna do sujeito lógico-natural, instalando entre a língua-abstração do logicismo e o indivíduo do sociologismo. A noção de sujeito é sem dúvida [...] aquilo que realiza a contradição da linguística, o núcleo em que se condensa sua filosofia espontânea. Mas não é evidentemente reproduzindo esta unidade dos contrários por meio de uma aparente síntese que recobre e condensa a contradição que se pode esperar sair dela: para isto, é preciso mudar radicalmente de terreno de maneira a analisar a unidade real dos contrários no qual se organiza esta contradição, e poder assim trabalhar sobre ela (GADET e PÊCHEUX, 2014, p.300).

Enquanto não mudam de terreno, os linguistas acabam por patinar na contradição, ignorando-a como tal, e tomando cada uma das

tendências, o logicismo e o sociologismo, para a produção das formas intermediárias como um paliativo das insuficiências das formas extremas. Nas palavras de Pêcheux (1998, p.9, grifos do autor), “o evento/advento da ciência linguística [...] não parou, desde a origem de se negar através de uma alternância de *diásporas* reais e de *reunificações* enganadoras”. É nesta conjuntura que se pode falar, segundo Gadet e Pêcheux (2014), de uma crise da linguística em meados da década 1970 na França, justamente o momento em que teorias como a sociolinguística de Labov ganham mais força na Europa. A análise da conjuntura feita pelos pesquisadores a partir deste recorte territorial pode ser expandida para o outro lado do Atlântico.

Em condições específicas, a década de 1970 no Brasil também produziu novos velhos modos de trabalhar a linguagem. Já falamos, por exemplo, na análise da denominação do português contemporâneo, como os autores Celso Cunha e Lindley Cintra da “Nova Gramática do Português Contemporâneo” formulam uma unidade do português pela sobredeterminação da diferença real *das línguas* por uma imagem fantasmagórica do tempo *da língua*. No caso da história dos dicionários, Nunes (2008) explicita como a projeção de unidade da língua praticada no Brasil de maneira ampla só se realiza no século XX, quando se começa a discursivizar as diferenças sociais como diversidade entre elite, cultura popular, classe média urbana dentro de práticas internas e próprias ao Brasil e não complementares de uma colônia portuguesa. Como explica Nunes (2008, p.359), “a alteridade não se mantém mais separada, ela se mostra no interior mesmo dos dicionários gerais ou na divisão entre tipos de dicionários: o erudito, o popular, o escolar, etc.”. Se até a década de 1930, com Laudelino Freire, por exemplo, a linguagem popular não fica marcada na autoria brasileira de um dicionário, até meados de 1960 o cenário muda: a língua do povo, reduzida e concisa em relação às diferenças reais, afeta cada vez mais a produção dos verbetes, seja por uma instrumentalização específica (dicionário popular) ou por suas textualizações nos domínios lexicográficos (em exemplificações e marcações como “origem popular”, “jargão” e “gíria” mantidas ainda hoje). Também destaco a institucionalização dos programas de pós-graduação em Linguística a partir da década de 1960, com as publicações e eventos nacionais como instrumentos particulares deste

processo, onde se publicava e debatia justamente as diferentes correntes e teorias sobre a linguagem no diálogo atlântico¹⁹, com destaque para a França descrita por Gadet e Pêcheux (2014).

É também na década de 1970 que a chamada cibernética e a teoria da informação ganham espaços institucionais novos e transformam de modo incisivo a produção do conhecimento com a informatização generalizada na década de 1980. Em texto desta época, Pêcheux afirma que em nome de uma interdisciplinaridade em torno dos projetos em inteligência artificial

um novo sistema de alianças está²⁰ formando-se, no qual uma certa concepção da Linguística é convidada a tomar o seu lugar, com a única condição de aceitar a tratar o simbólico como sinal e a linguagem como um instrumento lógico (PÊCHEUX, 1998, p.20).

A crise político-científica é sinal dos rearranjos que o saber linguístico teria de lidar a partir da entrada em massa do saber informático²¹ e a criação de disciplinas como a Linguística de Corpus e a Linguística Computacional com as traduções automáticas como um dos alvos. Martins (2012), tendo como horizonte a hipótese de Auroux (1998) sobre a terceira revolução tecnolinguística, mostra a passagem dos anos 1990 para os anos 2000 e a construção de memórias de tradução e conhecimento do mundo pela digitalização de um conjunto extenso de documentos e seus respectivos estudos morfológicos, sintáticos e semânticos nos programas de tradução automática, com grande demanda de recursos e numerosas equipes de linguistas, enquanto empresas como o Google conseguem resultados melhores sem o mesmo investimento financeiro e científico. Para Martins,

desde a segunda metade nos anos 2000, os sistemas baseados em regras começaram a ser substituídos por sistemas de base estatística, que se revelaram capazes de produzir resultados melhores e menos dispendiosos, em muito menos tempo (MARTINS, 2012, p.145).

A abordagem estatística, segundo o pesquisador, também é dominante na área de Linguística Computacional atual, que propõe, ela mesma, cada vez menos bases nos estudos linguísticos. Quanto às traduções automáticas, reservadas as singularidades de métodos e conhecimentos explícitos envolvidos, os resultados em empresas como o Google e áreas da Linguística Computacional têm se mostrado semelhantes algumas vezes ou surpreendentemente mais eficazes fora do âmbito acadêmico.

Esta tensão histórica iniciada nos anos 1970 entre o saber linguístico e saber informático, tendências de uma contradição, toma também, por sua vez, formas variadas/intermediárias. Uma delas são os enunciados do Twitter no dicionário da *Priberam Informática S.A.*, uma empresa que se enuncia “especialista na concepção e desenvolvimento de software e conteúdos digitais, disponibilizando produtos e serviços em quatro áreas distintas: processamento computacional da língua, sistemas de gestão de conhecimento jurídico, motores de pesquisa semânticos e saúde”. As brechas possíveis para a contextualização do dicionário por enunciados do Twitter vão se desenhando no decorrer dos últimos 40 anos pela: 1) produção de um saber sobre a linguagem que constrói um arquivo social trabalhado em uma relação lógico-formal-matematizada e retirado de suas condições históricas, isto é, textos lidos apenas como dados formais para uma pesquisa ou construção de uma gramática/um dicionário; 2) e também pela produção de um saber informático que constrói um arquivo lógico-formal-matematizado como se fosse o social em sua complexidade, isto é, dados numéricos e dígitos lidos como formulações do próprio sujeito (de linguagem). Efeitos de evidência da empiria.

Os problemas colocados pela matematização, no sentido de Aurox (2012, p.17), isto é, a “ação de utilizar instrumentos fornecidos pela disciplina matemática nas representações de seus objetos por outras disciplinas”, do conhecimento linguístico é a redução do social e suas diferenças a uma rede de dados e da língua como instrumento de informação/comunicação, de certo modo já previsto por Pêcheux (1998, p.22): “uma integração da Linguística social com uma Linguística do cérebro, resultando em uma teoria bio-social de funções de comunicação”, ou quando Pêcheux (2010 [1982], p.57-58) em outro texto trata justamente da divisão do trabalho da

leitura “no espaço lógico-matemático onde [...] a materialidade da língua é denegada, através da metalinguagem universal [...] um meio transparente, ou (na pior) a vidraça empoeirada através da qual se incita a espreitar ‘as próprias coisas’”. Efeitos do político na divisão de saberes e línguas na construção de arquivos e modos de sua formulação. Efeitos que ressoam na história, efeitos do interdiscurso – complexo das formações discursivas com dominante (PÊCHEUX, 2009).

Compor verbetes é formular o possível pelo efeito de regiões do interdiscurso, portanto, é formular entre relações dissimétricas de desigualdade, de resistência, de dominação a partir de uma posição determinada em uma conjuntura dada pela história de sentidos do que pode e deve ser um verbete em um dicionário. Um dispositivo de construção de arquivos é um recorte de uma região de saberes. A ferramenta lexicográfica digital do Twitter em *Priberam* é um dispositivo que apresenta a possibilidade da irrupção da língua fluída, um saber alhures no dicionário. No entanto, ainda que esse saber alhures interrompa uma discursividade, ele está em uma relação dissimétrica com a história do saber lexicográfico da língua imaginária. Alerta Auroux:

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (AUROUX, 2012, p.11-12).

Uma memória sempre regionalizada na formulação, ou, na assertiva de Lagazzi (2009), um *recorte significativa da memória*.

A formulação visual pela espacialização é uma das materializações do discurso lexicográfico determinado por estas tensões históricas no movimento de esquematização dos verbetes ao compor de um modo específico e não de outro, delimitando quais são os domínios de um dicionário digital, organizando-os e idealizando-os. Definições e divisão silábica estão visíveis na tela assim que entramos com uma palavra-entrada. A visibilidade dos enunciados do Twitter é permitida apenas pelo click do usuário-leitor do dicionário desde 2012,

dependência que se mantém com as mudanças de 2014. O lugar último destes enunciados é assegurado pela autoria da imbricação linguístico-visual dos domínios do verbete. A noção de composição de Lagazzi (2009; 2011) me permite pensar esta imbricação pela contradição, pela tensão entre saberes na divisão política e legitimação do que pertence ou não ao português contemporâneo. A discursividade dominante é a lexicográfica e não o alhures da língua fluída, ainda que r-existente.

O exercício de análise proposto neste trabalho não objetivou dar conta dos processos complexos de divisão da língua envolvidos no espaço de enunciação evocado em *Priberam*, mas apresentar um panorama do dicionário em suas práticas políticas de *visualizar, ler e compreender* uma língua. Recortes intradiscursivos no limiar do linguístico e do visual para a compreensão do movimento contraditório do discurso entre saberes e práticas. O dicionário é cercado por um imaginário de certitude e de acumulação e, por isto, é um material propício para analisar os traços significativos de uma época quando não isolado de sua conjuntura. De acordo com Auroux (2009), o saber linguístico é construído por uma conjunção de características em formas difusas e algumas vezes sem encaixe imediato, inscrevendo o devir de uma mudança por um novo rearranjo. “Mesmo que todas as suas relações tivessem sido desorganizadas e que essa desorganização afetasse intrinsecamente algumas entre elas, outras ainda subsistiriam”, como indica Auroux (2009, p.62). Pode-se dizer que os quadros analíticos tateados aqui indicam um rearranjo entre o global, o nacional e o local também nas formas da língua, tanto pelos deslizes imprevistos da técnica informatizada quanto por um saber linguístico em suas definições de uma língua significada como transnacional.

Referências bibliográficas

- ADORNO DE OLIVEIRA, Guilherme. (2015). *Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs*. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- ADORNO, Guilherme. (2017). “Sujeito, autoria e as materialidades significantes”. In: ADORNO, Guilherme; JESUS, Fabiane Texeira de. *Análise de Discurso*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., p.83-122.

- ALTHUSSER, Louis. (1980). “O objeto do capital”. In: ALTHUSSER, Louis et al. *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar.
- AUROUX, Sylvain. (2009). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2 ed.
- _____. (1998). *A filosofia da linguagem*. Campinas: Unicamp.
- _____. (2012). *Matematização da lingüística e natureza da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BADIOU, Alain. (1976). *Théorie de la contradiction*. Paris: François Maspero.
- DIAS, Cristiane. (2008). “Da corpografia: ensaio sobre a língua/escrita na materialidade”. *Coleção Cogitare*. Santa Maria: UFSM/PPGL.
- _____. (2012). *Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)*. São Paulo: Hucitec.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel (2010). *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas: RG, 2 ed.
- _____. (2014). “Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo?” In: ORLANDI, Eni (org.). *Análise de discurso: textos de Michel Pêcheux escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. 4 ed. Pontes: Campinas.
- GUIMARÃES, Eduardo. (2004). *História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes.
- _____. (2005). *Multilingüismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. Brasília/Campinas: MEC/CEFIEL-IEL.
- GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (1996). “Identidade Lingüística”. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli (Orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes. p.9-15.
- _____. (2001). “Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil”. In: Orlandi, Eni P (Org.). *História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora, p.21-38.
- LAGAZZI, Suzy. (2009). “O recorte significante da memória”. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz.

- _____. (2010). “O confronto político urbano administrado na instância jurídica”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, p.75-83.
- _____. (2011). “O recorte e o entremeio condições para a materialidade significativa”. In: BRANCO et al (Org.). *Análise de Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre, uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas, Editora RG.
- _____. (2014). “Um lugar à margem, quase invisível”. In: *Rua*, v.Especial, p.155-166. Campinas: Labeurb/Unicamp.
- LEITE, Nina Virgínia de Araújo (org.). *Corpolinguagem: gestos e afetos*. Campinas: Mercado de Letras, 2003
- HENRY, Paul. (1992). *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
- MARTINS, Ronaldo. (2012). “O irreal da língua”. In: FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes; MARTINS, Ronaldo Teixeira (Orgs.). *Linguagem e tecnologia*. Campinas, RG, p.129-158.
- NUNES, José Horta. (2006). *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes.
- _____. (2007). “Um espaço ético para pensar os instrumentos lingüísticos: o caso do dicionário”. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes.
- _____. (2008). “Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngues no Brasil”. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, p.353-374.
- NUNES, Silvia Regina (2012). *A geometrização do dizer no discurso infográfico*. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- PÊCHEUX, Michel (1998). “Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas”. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas: Pontes, n.2, p.7-32.
- _____. (2009). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (2010). “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. da UNICAMP.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (2002). *Língua e conhecimento lingüístico: para uma História das Idéias Lingüísticas*. São Paulo: Cortez.

_____. (Org.). (2001). *História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora.

_____. (2008). *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2. ed.

_____. (2009). *Língua Brasileira e outras histórias: discursos sobre a língua e o ensino no Brasil*. Campinas: RG.

ORTIZ, Renato. (1996). *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho D'água.

_____. (2006). *Mundialização: saberes e crenças*. São Paulo: Brasiliense.

SCHMITT, Michele. (2006). *Da incompletude da linguagem na materialidade metálica*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

ZOPPI FONTANA, Mónica Graciela. (2009). "O português do Brasil como língua transnacional". In: ZOPPI FONTANA, Mónica Graciela (Org.). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: RG, p.11-41.

Palavras-chave: composição material, contradição, revolução tecnolinguística.

Keywords: material composition, contradiction, technolinguistic revolution.

Notas

* Pós-doutorando em Ciências da Linguagem na Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS). Bolsista PNPd pela Capes.

¹ Essa pesquisa é resultado da minha qualificação de doutorado na área de História das Ideias Lingüísticas, sob orientação de Cláudia Castellanos Pfeiffer. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2012 e 2014 com uma pequena atualização para essa publicação.

¹ Sabe-se desde o trabalho fundador de Pêcheux que o discurso é materialmente lingüístico e histórico. Os procedimentos analíticos de descrição do intradiscurso baseiam-se no funcionamento lingüístico em sua relação com as condições de produção.

² Cf. Orlandi (2002).

³ Faço remissão aqui ao “estranhamente familiar” que Pêcheux (1975) resgata da formulação freudiana para dizer dos efeitos do interdiscurso no sujeito dividido.

⁴ A imagem é apenas um recorte para mostrar a regularidade da relação palavra-entrada e corpo do verbete no dicionário Priberam. Existem outros domínios do verbete que não são visualizados nesta sequência.

⁵ Pontos que funcionam distintamente de seu valor gramatical (incluindo a espacialidade própria de um ponto em um tópico frasal).

⁶ Segundo o site Priberam (2014): “FLiP (acrônimo de ‘Ferramentas para a Língua Portuguesa’) é a marca sob a qual a Priberam disponibiliza diversos produtos e serviços na área do processamento da língua natural desde 1995”.

⁷ O site <<http://archive.org/web/web.php>> faz parte da organização **Internet Archive**. Existe um sistema de busca de arquivos da Internet, composto basicamente por cópias de páginas virtuais em circulação desde 1996 e reproduzidas tal como apareciam no momento (dia, mês e ano) em que foram arquivadas. No caso do dicionário Priberam, é possível recuperar as páginas de apresentação, mas não encontrei arquivada nenhuma página de verbetes específicos.

⁸ Auroux (1998, p.289) tem apresentado indícios do que seria uma terceira revolução tecnolinguística, “a do tratamento eletrônico da informação apresentada em linguagem natural”.

⁹ Tendo como objeto de análise as ferramentas de buscas no Google, Michele Schmitt (2006) apresenta na sua dissertação de mestrado “Da incompletude da linguagem na materialidade metálica” as nuances e detalhes do que está em jogo no encontro de sujeitos de linguagem com a memória e a materialidade metálica.

¹⁰ Renato Ortiz é um sociólogo brasileiro. Apesar de diferenças teórico-epistemológicas, considero relevantes seus estudos para problematizar o momento atual do Capitalismo.

¹¹ Para Lagazzi (2014), o exercício parafrástico no procedimento analítico da descrição permite ao analista compreender de que modo operam os deslocamentos nas passagens entre as diferentes formulações.

¹² Sobre a definição de objeto real e objeto de conhecimento, conferir Althusser (1980) na obra coletiva “Ler o Capital”, volume I. Paul Henry (1992) desenvolve no prólogo do seu livro “A ferramenta imperfeita” o caráter desta contradição na inauguração da Linguística pelo corte saussuriano a partir da articulação do eterno retorno de três elementos, sempre em discussão e motivos de disputa nas correntes acadêmicas: o sentido, o sujeito e a materialidade da língua.

¹³ Corpografia é um conceito desenvolvido por Dias (2008) para um conjunto de análises de materiais nativos da web em que a questão do laço dos sujeitos de linguagem com o digital se materializa na densidade histórica da escrita nesta forma-material.

¹⁴ Depois da primeira “Jornada Corpo e linguagem”, realizado em 2000 e organizado pelo grupo de Psicanálise *Oustrarte* do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp sob a coordenação de Nina Virgínia de Araújo Leite, sentiu-se a necessidade de mudar o nome do evento, a partir de sua segunda edição, para “Jornada Corpolingüagem” para designar isto que é próprio do sujeito, um aparelho que é

psíquico, nos limites do somático, e é também um aparelho de linguagem, sem distinções estanques no seu funcionamento. O conjunto de referências das publicações resultantes do evento pode ser encontrado no site do Outrarte: <http://www.iel.unicamp.br/projetos/outrarte/site/>. As especificidades do alcance do “corpolingüagem” em abordagens da Psicanálise, na relação com a Linguística, Literatura, Artes e Filosofia fogem disto que eu proponho como provocação e questionamento em Priberam.

¹⁵ Ao clicar “Ver no Twitter” de 30 enunciados aleatoriamente, os perfis explicitavam sua localização física em Portugal.

¹⁶ IP é a sigla em inglês de Internet Protocol (Protocolo de Internet) usada para a identificação do dispositivo (computador, notebook, impressora, tablet, etc.) ativado em uma rede privada ou pública.

¹⁷ Althusser (1980), Pêcheux (2009) e Lagazzi (2011) chamam a atenção para a diferença da concepção idealista (em Hegel) e materialista (em Marx) da contradição. A impossibilidade da síntese é justamente a impossibilidade de se construir um lugar de equilíbrio ou colagem de partes dos elementos em contradição. Isto não significa, porém, a impossibilidade de momentos de intersecção ou coincidências de processos. São nos movimentos da História que os processos se configuram.

¹⁸ O *movimento de esquematização* é um conceito-chave desenvolvido por Silvia Regina Nunes em sua tese de doutorado em Análise de Discurso, intitulada “A geometrização do dizer no discurso infográfico” (2012), para explicar o funcionamento discursivo dos procedimentos específicos de leituras demandados pelos infográficos impressos e digitais. Apesar da particularidade do conceito, acredito que ele tem um valor de explicação para diferentes materiais que também produzem efeitos semelhantes aos descritos pela pesquisadora, como o efeito de relevância na formulação visual de uma espacialidade (ou geometrização, nos termos de Nunes) do dizer.

¹⁹ Tradução livre para “dialogue atlantique” cunhado por Eni Orlandi e Eduardo Guimarães no título de um livro publicado na França sobre trabalhos brasileiros em Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas em profícua interlocução com a França.

²⁰ Durante minhas consultas ao arquivo “Michel Pêcheux” no IMEC, em Caen/França, li alguns dos textos (recortes de jornal, entrevistas, manifestos, atas de reuniões e versões de um artigo sobre a especificidade do simbólico) contidos no dossiê “Politique scientifique du CNRS en psychologie. Syndicalisme. PCF”, onde há inúmeras referências à crise do início dos anos de 1980 na França, especialmente às modificações propostas nas linhas de pesquisa do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique), principal organismo público francês de promoção da ciência, desde a Linguística até a Psicologia Social, área institucional do Laboratório onde Pêcheux e sua equipe trabalhavam. A crise ameaçava constantemente a legitimidade institucional da Análise de Discurso, conseqüentemente a existência de vagas de trabalho e financiamento das pesquisas, comprometia de modo mais geral a relação da Linguística com a História e a Psicanálise pela dominação das teorias da informação e da cibernética.

²¹ Utilizo a terminologia “saber informático” para englobar, correndo os riscos de reducionismos, de conhecimentos produzidos para o que se tem denominado como eletrônico, informática, tecnologias da informação e comunicação digital. Não pretendo com isso remeter a um mesmo referente, mas aos saberes que emergem em uma conjuntura política, científica e ideológica específica, do qual seus efeitos discursivos demandam análises que ultrapassam o escopo desta pesquisa.

ENTRE O NOMEAR E O ESCUTAR: A DEPRESSÃO

Marcos Aurelio Barbai*
UNICAMP

Resumo: *Como pensar, na historicidade da palavra, a discursividade do mal-estar que assola as pessoas em nosso tempo, cujo o nome é depressão? O que podemos escutar quando interrogamos, no funcionamento linguístico ordinário, os discursos e fenômenos de classificação e de revisão das doenças? Essas duas questões me incitam a pensar, como lugar de análise, a palavra depressão, levando em consideração o caráter heurístico, material e subjetivo dessa formulação que se dá em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas, em nossa sociedade.*

Abstract: *How to think, in the historicity of the word, the discursiveness of the malaise that plagues the people of our time whose name is depression? What can we hear when we question, in ordinary linguistic functioning, the discourses and phenomena of classification and revision of diseases? These two questions urge me to think of the word depression as a place of analysis, taking into account the heuristic, material and subjective character of this formulation that occurs in specific production conditions and utterance circumstances in our society.*



Imagem 1: *La Douleur* (1898) – Émile Friant, Musée des beaux-arts – Nancy¹.

1. Apresentação

O objetivo principal deste texto é o de pensar o termo depressão, considerado aqui como um *efeito linguístico*² e discursivamente uma “coisa-a-saber”³, através de um dos fundamentos da análise de discurso: na linguagem, há o político. Para quem trabalha com a linguagem, o político está no fato de que os sentidos são divididos e não são os mesmos para todo mundo, embora, como diz Orlandi (2010, p. 21), “pareçam” os mesmos.

Essa divisão, da qual fala a autora, é aqui fundamental. Ela diz respeito ao fato de que vivemos em uma sociedade cujo laço social é estruturado pela divisão e por relações de poder que estruturam essas divisões. Desse modo, “falar” da depressão e “dizer” na depressão, permite-me explorar os atos de nomeação e de denominação que produzem o acontecimento do dizer na sociedade. Há aqui uma política da palavra⁴.

Todavia, o lugar que tomo para falar do processo de nomeação e de escuta da depressão leva em consideração uma questão radical, tal qual ressalta Colette Soler em seu texto “Os nomes da identidade”. A autora assim diz: “Lacan [...] nomeia sintoma não a anomalia, mas a função que faz nó e faz sustentar juntos, corpo, gozo e inconsciente” (SOLER, 2010, p. 59). Esse é um ponto, para mim, incontornável.

Trilhar esse caminho é um gesto político. E isso se dá a partir da leitura dos discursos disponíveis sobre uma questão, o que instaura, com força, a complexidade do arquivo, ou seja, uma construção que nunca é dada. O arquivo, em seu regime e funcionamento, como dizem Guilhaumou, Maldidier e Robin (1994), é opaco. Para os autores, o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional. E o mais importante: o arquivo não é simples documento onde se colocam os referentes. Ele se oferece a uma leitura que descobre os dispositivos, as configurações significantes.

Eu defendo aqui uma leitura do arquivo sensível ao fato de que o discurso não é da ordem do semblante. Lacan dirá “que o próprio da linguagem é agarrar tudo quanto signifique [porque] o referente não é bom”⁵. O discurso é a emergência de uma certa função significante⁶. E o sintoma é aqui primordial. Essa dimensão do gozo que é da ordem, como vai dizer Lacan, em *A Terceira*, “da música do ser” – falante.

2. Nos giros do político: a gozação

“Alô, alô marciano/ Aqui quem fala é da Terra/
Pra variar, estamos em guerra/ Você não imagina a loucura/ O ser humano tá na maior fissura porque/Tá cada vez mais down no high society !”⁷

Rita Lee/Roberto de Carvalho

Gostaria de iniciar este tópico com meu primeiro recorte de análise que tem por objetivo pensar a alusão ao digital que atravessa hoje a palavra, o dizer e a subjetividade. Estamos, a meu ver, em tempos da política e da polícia da palavra (BARBAI, 2014). Tomo como cena um lugar em que a depressão é um simulacro. Vou deter-me em um fragmento de um blog, cuja comunidade no Facebook⁸ conta com 1.692.788 participantes ou “curtidas” (até 17/09/2014).



Recorte 1: Fragmento do Blog Diva Depressão. Disponível em: divadepressao.blog.br



Recorte 1: Fragmento do Blog Diva Depressão. Disponível em: divadepressao.blog.br

Quero explorar a disposição desses componentes, que se podem aí observar, juntos e misturados, fazendo significar a sociedade da imagem, da técnica, em rede, cujo culto é também da ordem do sexo e do absurdo. Dito isso, por minha conta e risco, considero o termo depressão, uma palavra-discurso, ou seja, “acumulação simbólica de diferentes materiais significantes” (ORLANDI, 2013, p. 15). Para Orlandi (2013) há palavras que significam, mas também representam, desempenhando assim o papel de alguma coisa. A palavra-discurso, a palavra imageante.

Aproprio-me dessa noção para ler aqui o funcionamento do nome Diva Depressão. Ele pode, por exemplo, identificar uma determinada comunidade ou página de acesso e navegação na rede; ele pode ser o nome de próprio de uma personagem (o que abre toda uma relação com a ficção). No entanto, gostaria de apontar que se tomarmos “Diva Depressão” como um nome próprio de pessoa tem-se um processo de pessoalização, de individuação, em que “Depressão” funciona como um sobrenome denominando um nome, isto é, “Diva”. O que está em jogo aqui é que uma palavra, como diz Orlandi (2013, p. 17), “explode carregando diferentes construções referencias, em distintas porções de real, das coisas do mundo”.

Eu poderia alegar que a palavra “depressão” está banalizada em nossa sociedade atual. Que o seu uso é constituído pelo esquecimento daquilo que depressão deveria significar: doença, sintoma, estado psíquico. Mas o que interessa aqui é justamente apontar que essa banalização, como dizem diversos campos do conhecimento, é fruto da alusão que produz um batimento de imagens em uma palavra. A palavra depressão é assim carregada de memória. De uma memória que exhibe e se goza: ela é crítica, é irônica, evoca figuras públicas fascinantes e anônimas, e isso se dá - como aponta Orlandi (2013), não por imagens fixadas, mas por seus efeitos imaginários. Desse modo, uma Diva Depressão para manter seu *status*, nessa rede, necessita de *phármakon* peculiar: recalque e rivotril. Esse é o remédio para um saudável exibicionismo, aparência.

Vale ainda dizer dos jogos com o absurdo, com as antinomias, que essa denominação provoca abrindo as fronteiras de sentido e do corpo da língua. Eu ressaltaria, por exemplo, o quão equívoco, incongruente e nonsense podem ser aqui as antinomias “recalque” e “rivotril”. Há um absurdo aqui que não se entrega à lógica dos conceitos e da composição

de um medicamento. Partindo assim da ideia de que “ao denominar, ou seja, dar sentido a um objeto, fazê-lo significar, nós praticamos a *política da palavra*, o que a depressão, enquanto palavra-discurso, faz funcionar?”

Eu apostaria na ideia de que nas condições de produção da sociedade da informação o político é da ordem do insensato, gozoso. A depressão aqui denuncia um fracasso subjetivo e social, mas essa denúncia é contraditória: ela tem compromisso com a cura, com a correção, no movimento de uma língua que fala um sujeito. “Diva, depressão, recalque e rivotril” são uma interessante série desse nosso tempo do capitalismo, ou seja, do imediatismo, ou nas palavras de Orlandi (2012, p. 17) do tempo que “constrói um sujeito livre e responsável, e o significa pela irresponsabilidade: ele não pode nada mesmo... E tem pressa. Ou pela impossibilidade: ele não tem tempo”. “Só por hoje” o que produz toda uma discursividade do adicto: só por hoje eu vou tomar uma dose de recalque e de rivotril, para viver no “down do High Society”.

3. Nos giros do político: o esquadrinhamento

“O corpo não é uma coisa, é uma situação”
Eni Orlandi (2014, p. 78).

Dos materiais pertinentes e disponíveis sobre uma questão, particularmente a depressão, o DSM – *Diagnosical Statistical Manual of Mental Disorders* (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) é um manual (e o nome tem força) muito importante no que diz respeito aos processos de descrição, categorização, avaliação e diagnóstico da saúde mental. Esse material é o suporte de conhecimento de clínicos, pesquisadores, companhias de seguro saúde, indústria farmacêutica e gestão política.

Há muitos trabalhos, em diversas áreas do campo do conhecimento, dedicados ao estudo, reflexão e impacto no DSM na sociedade. Nesse sentido, a perspectiva de que falo é a de quem está inserido nas ciências da linguagem. Eu parto aqui da ideia de que o dizer é material. Ele tem espessura semântica. De que num texto há autoria. Um texto “é um bólido de sentidos, sintoma de um sítio significante” (ORLANDI, 1996, p. 14). O texto é um sintoma. A irrupção de uma anomalia que a

gente alimenta tanto para se proliferar quanto para se extinguir. Num texto a gente impede, enquanto autor, de que as coisas andem. Daí ele ser um lugar de gozo e de mal-estar. Um texto, denominado manual, é um objeto histórico. E os seus autores estão aí carregados por essa força material, cuja palavra instrumentaliza o sujeito e determina uma sociedade.

Roudinesco (2006, p. 62), em uma análise do sofrimento psíquico contemporâneo, ao estudar a evolução do DSM, aponta um conjunto de ideias importantes: (a) em 1952 o manual procurava organizar as conquistas da psicanálise e da psiquiatria dinâmica; (b) ele misturava uma tripla abordagem: a cultural (a social), a existencial e a patológica, correlata a uma norma; (c) havia uma relação, não casuística, entre a psicofarmacologia e o tratamento pela palavra; (d) foram realizadas quatro revisões: 1968 (DSM II), 1980 (DSM III), 1987 (DSM III-R), 1994 (DSM IV) – e, acrescento, em 2013, o DSM V; (e) os conceitos de psicose, neurose e perversão foram substituídos⁹ pela noção de distúrbio (disorder – desordem); e, (f) no início dos anos 90, do século passado, a OMS (Organização Mundial de Saúde) publica um sistema que classifica e padroniza as doenças e outros problemas com relação à saúde. Esse sistema constitui a CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde), que fornece códigos e classifica doenças e uma variedade de sinais, sintomas, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças.

Apresento, a título de observação, o CID 10, F 32 e F 33, extraído site <http://www.psiqweb.med.br/site>¹⁰, cujo **Recorte 2** segue abaixo:

CID 10 - F32	Episódios depressivos
CID 10 - F32.0	Episódio depressivo leve
CID 10 - F32.1	Episódio depressivo moderado
CID 10 - F32.2	Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos
CID 10 - F32.3	Episódio depressivo grave com sintomas psicóticos

CID 10 - F32.8	Outros episódios depressivos
CID 10 - F32.9	Episódio depressivo não especificado

Nos episódios típicos de cada um dos três **graus** de depressão: **leve, moderado ou grave**, o paciente apresenta um **rebaixamento do humor, redução da energia e diminuição da atividade**. Existe **alteração** da capacidade de experimentar o prazer, **perda** de interesse, **diminuição da capacidade** de concentração, associadas em geral à **fadiga** importante, mesmo após um esforço mínimo. Observam-se em geral problemas do sono e **diminuição do apetite**. Existe quase sempre uma **diminuição da auto-estima** e da **autoconfiança** e freqüentemente idéias de **culpabilidade** e ou de **indignidade**, mesmo nas formas leves. O humor depressivo varia pouco de dia para dia ou segundo as circunstâncias e pode se acompanhar de sintomas ditos “somáticos”, por exemplo perda de interesse ou prazer, despertar matinal precoce, várias horas antes da hora habitual de despertar, agravamento matinal da depressão, **lentidão** psicomotora importante, **agitação**, perda de apetite, perda de peso e perda da libido. O número e a gravidade dos sintomas permitem determinar três graus de um episódio depressivo: leve, moderado e grave.

F33 – Transtorno Depressivo Recorrente	
CID 10 - F33.0	Transtorno depressivo recorrente, episódio atual leve
CID 10 - F33.1	Transtorno depressivo recorrente, episódio atual moderado
CID 10 - F33.2	Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave sem sintomas psicóticos
CID 10 - F33.3	Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave com sintomas psicóticos
CID 10 - F33.4	Transtorno depressivo recorrente, atualmente em remissão

CID 10 - F33.8	-	Outros transtornos depressivos recorrentes
CID 10 - F33.9	-	Transtorno depressivo recorrente sem especificação

Transtorno caracterizado pela ocorrência repetida de episódios depressivos correspondentes à descrição de um episódio depressivo (F32) na ausência de todo antecedente de episódios independentes de exaltação de humor e de aumento de energia (mania). O transtorno pode, contudo, comportar breves episódios caracterizados por um ligeiro aumento de humor e da atividade(hipomania), sucedendo imediatamente a um episódio depressivo, e por vezes precipitados por um tratamento **antidepressivo**. As formas mais graves do transtorno depressivo recorrente (F33.2 e F33.3) apresentam numerosos pontos comuns com os conceitos anteriores da **depressão maníaco-depressiva, melancolia, depressão vital e depressão endógena**. O primeiro episódio pode ocorrer em qualquer idade, da infância à senilidade, sendo que o início pode ser agudo ou insidioso e a duração variável de algumas semanas a alguns meses. O risco de ocorrência de um episódio maníaco não pode jamais ser completamente descartado em um paciente com um transtorno depressivo recorrente, qualquer que seja o número de episódios depressivos apresentados. **Em caso de ocorrência de um episódio maníaco, o diagnóstico deve ser alterado pelo de transtorno afetivo bipolar (F31)**.

O que eu gostaria de destacar com esses recortes são as relações de homonímia e de ambiguidade do político no estabelecimento dos processos de nomeação de uma patologia. Há um dizer que fabrica o diagnóstico de uma doença, cujo sujeito é um recruta, que recebe um diagnóstico. Nesse sentido, é interessante observar como a depressão é denominada no CID. No F32 chama-me a atenção o funcionamento de um efeito linguístico de realce que procura descrever a depressão. Assim, “aquilo é da ordem do depressivo” é organizado por um léxico cujo objetivo é sustentar um incidente da subjetividade e de nossos tempos. A depressão é um drama solto, isolado, seriado e ordenando gradativamente. Esse processo garante a unidade, o valor e o uso

político de um código. No CID F33 a homonímia, isto é, o que é da ordem da contingência, da arbitrariedade, da polissemia, produz a sinonímia do dizer: “aquilo que é da ordem do depressivo” é um desarranjo automático do sujeito. Todos e cada um podem viver a depressão. Apaga-se o drama pessoal em nome de um sistema universal. O político é assim da ordem do equívoco: no dizer a palavra não mata só a coisa, ela mata pessoas.

Outro recorte que gostaria de apresentar, também a título de observação, diz respeito às escalas de avaliação utilizadas por clínicos de psicofarmacologia para o estudo e validação confiável dos distúrbios psíquicos, entre eles a depressão. Assim, em se tratando da depressão a escala mais amplamente utilizada é a de Hamilton (HAM-D) que procura estabelecer critérios clínicos da depressão, medidas de evolução ou recuperação do episódio. A escala de Hamilton foi desenvolvida em 1960 sendo a escala de observação mais utilizada mundialmente. Ela é considerada padrão-ouro para avaliação com confiabilidade e validade das escalas posteriormente desenvolvidas. Eis um fragmento da escala Hamilton, meu **Recorte 3**:

Guia da entrevista estruturada para a escala de avaliação de depressão de Hamilton

Nome _____ do _____ paciente:

Entrevistador: _____

Data: ____/____/____

Introdução:

Gostaria de lhe fazer algumas perguntas sobre a última semana. Como você tem se sentido desde a última (dia da semana)? Se paciente ambulatorial: Você tem trabalhado? Se não: Especifique por que não?

1. Como tem estado seu humor na última semana?
 Você tem se sentido para baixo ou deprimido?
 Triste? _____ Sem _____ esperança?
 Na última semana, com que frequência você se sentiu (utilize a

palavra referida pelo paciente)? Todos os dias? O dia inteiro?
Você tem chorado?

Humor depressivo (tristeza, desesperança, desamparo, inutilidade)

0- ausente

- 1- sentimentos relatados somente se perguntados
- 2- sentimentos relatados espontaneamente, com palavras
- 3- comunica os sentimentos não com palavras, mas com expressão facial, postura, voz e tendência ao choro
- 4- o paciente comunica quase que exclusivamente esses sentimentos, tanto em seu relato verbal como na comunicação não-verbal

Se pontuou de 1 a 4, pergunte: Há quanto tempo você tem se sentido desta maneira?

2. Você tem se sentido especialmente autocrítico nesta última semana, sentindo que fez coisas erradas ou decepcionou outras pessoas?

SE SIM: quais foram esses pensamentos?
Você tem se sentido culpado em relação a coisas que fez ou não fez?

Você tem pensado que, de alguma forma, você é responsável pela sua depressão?

Você sente que está sendo punido ficando doente?

Sentimentos de culpa:

- 0- ausente
- 1- auto-recriminação, acha que decepcionou outras pessoas
- 2- idéias de culpa ou ruminções de erros ou ações pecaminosas (más) no passado
- 3- paciente acha que a doença atual é uma punição (castigo).
Delírio de culpa
- 4- ouve vozes que o acusam ou denunciam e/ou tem alucinações visuais ameaçadoras

Recorte 3: Guia da entrevista estruturada para a escala de avaliação de depressão de Hamilton (HAM-D) – Arquivo – Rede de Pesquisa: Sintoma e Corporeidade – FCL-SP/Latefisp-Usp-Unifesp.

Essa escala possui três versões: com 17, 21 e 24 itens. Na avaliação global um score de 25 (ou 28) identificam pacientes gravemente deprimidos, de 18 a 24 referem grau moderado e de 7 a 17 graus leves de depressão. Em seu funcionamento enunciativo essa tabela, pela relação que dá a ver o jogo pergunta-resposta, procura validar algo já sabido. O questionário não é um mero instrumento de sondagem: ele é lugar de legitimação e organização de sentidos. Além de sustentar-se em um já sabido (as hipóteses). Tem-se aqui o funcionamento de como socialmente se instaura e se institucionaliza patologias. A escala de Hamilton diz muito bem “aquilo que é o deprimido”: um paciente cujo humor é da ordem da tristeza, da desesperança, do desamparo e da inutilidade. Esses estudos são sustentados por políticas públicas e contam ainda com o apoio de grandes laboratórios farmacêuticos, que financiam pesquisas muitas vezes direcionadas para aquilo que Michel Foucault denunciou em “A Defesa da Sociedade”, como “a medicalização da população” (FOUCAULT, 2002, p. 291). Ora, medicalizar o mal-estar na civilização, como a humanidade poderia resistir a essa pechincha?

4. Nos giros no político: o inconsciente não é um paciente

“A doença mental do homem é o eu”

Jacques Lacan – O Mito Individual
do Neurótico

Das muitas, assim no plural, eu gostaria de destacar duas das mais belas formulações do ensino lacaniano. A primeira, a meu ver, está na aula de 13 de novembro de 1968, que compõe o Seminário livro 16, “de um Outro ao outro”. Lacan diz: “a essência da teoria psicanalítica é um discurso sem fala” (LACAN, 2008, p. 11). Essa formulação será retomada pelo psicanalista, em 26 de novembro de 1969, dessa vez no Seminário, livro 17, “O avesso da Psicanálise”. A versão aqui é: o discurso da psicanálise é “um discurso sem palavras” (LACAN, 1992, p. 11). O impacto dessas formulações está no fato de que na articulação de um discurso, necessário para pensar o laço social, o lugar dessa articulação é o saber, um saber diferente do conhecimento. Assim, a questão do referente na linguagem é subvertida: ela não é

especificamente da ordem do dito e sim da ordem “do que se diga”, ou seja, do fato de haver significante, enunciação, do intervalo na cadeia significante produzir um sujeito, da castração.

O laço social, como aponta Soler (2009), com os indivíduos que ele agrupa, produzindo o efeito sociedade, é comandado por semblantes imaginários e simbólicos. Esse nosso tempo, de um poder de irrealização excepcional, não é diferente. A pressa, a rentabilidade, os imperativos de produção e competição alienam o sujeito. Há atualmente política que reduz os impasses e sofrimentos a doenças. Para um sujeito afligido ou desencorajado pelo fracasso, abatido pelo luto, à margem na competição pelo sucesso, o que se diz, desde então, é que ele está doente, deprimido.

Mas o inconsciente está ali, não importa o que aconteça, fabricando o lapso, os atos falhos e os sintomas que comandam o gozo dos sujeitos, a despeito deles próprios. Eu considero, tal qual a autora, que esses sintomas são uma resposta dos sujeitos aos males que se multiplicam hoje. Todavia, trata-los como doença tira o valor de verdade que aí incide. O diagnóstico montado, sustentado por muitos laboratórios farmacêuticos, é a resposta para todo qualquer sofrimento. Nós vivemos tempos de uma intolerância para com o sofrimento. Aquilo que dói precisa ser sedado. Numa lógica como essa não há lugar para o sintoma. Assim, toda melancolia e todo toque melancólico normal do ser falante, que diz respeito, como aponta Soler (2009) ao fato de que a linguagem permite ao sujeito se pensar mortal e finito (vivemos para também morrer), figura hoje sobre a etiqueta de distúrbios.

Quinet (2006) faz uma observação importante: a de que o significante é realmente criacionista. E o significante “depressão”, para o autor, parece ter engendrado um batalhão de sujeitos que se assim se qualificam: tristes, entediados, impotentes, angustiados. Parece haver, todavia, uma generalização, a cada vez que uma doença é encontrada. Na medicina um sintoma é signo inteiramente transparente de doença, ou dito de outro modo: há uma causa orgânica, alheia ao sujeito, que determina o seu destino.

Para a Psicanálise a depressão só pode ser um sintoma se o significante ali se engancha, porque no sentido analítico, clínico, (e eu concordo com Quinet, 2006) ela é um estado caracterizado por tristeza, falta de vontade. Perde-se o brilho que ilumina a vida. Luto e melancolia (o modelo do estado depressivo em Freud o que Lacan

elevou à categoria de Angústia) não remetem a uma doença ou sintoma, mas a traços da posição do sujeito como objeto. É preciso estar atento às heranças teóricas e clínicas, ao funcionamento do político nisso.

Nesse nosso tempo as ofertas de terapia e da psicofarmacologia nunca foram tão plurais. A esse processo irrompe toda uma discursividade mundializada: novas patologias, nova clínica, sujeito mutante, simbólico empobrecido, nova economia psíquica, produzindo uma confusão dos discursos psicológico-psiquiátrico e psicanalítico. Há muitos profissionais que se apropriam do nome psicanalista e que se inscrevem não somente no discurso da terapêutica como também naquele da avaliação constituindo-se em um mestre da palavra, a trabalho da normalização, da avaliação da consciência.

Para além das heranças, nessa minha reflexão, eu gostaria de recordar, que a depressão é um nome. Nome comum. Nome próprio. E os nomes são da ordem fratura. O que sustenta isso é o fato de haver sinonímia: depressão, tristeza, falência, fracasso, dor de existir, culpa, desamparo, inutilidade, Diva. Nós vivemos sobre a ilusão e evidência da sinonímia, como se as unidades fossem indestrutíveis. Ora, é preciso pensar não contra a palavra ou tomar a palavra com um seu adversário. Mas pensar o que acontece antes da palavra. Ver aí as marcas de um traço apagado, pois a palavra é forma material e o significante não une, ele traz apenas a equívocidade.

Ao apostar aqui no “nome dos sintomas” o meu ponto de vista não é o da patologia, que institui uma fronteira entre o doente e o são, e sim o da estrutura, ou seja, a relação do sujeito com o aparelho da linguagem. Nesse trabalho, o que está em jogo não é suprimir o sintoma como faz a medicina, mas de se colocar à sua escuta, se deixar enganar, se relacionar com o sem-sentido, questionar o que aí se nomeia.

Entretanto, como lidar com o sintoma, com aquilo que acontece sem a intervenção do sujeito? Como é que se escuta isso? Para além de uma resposta, um flagrante aqui se impõe: “Um analista recebe em seu consultório, para uma primeira entrevista preliminar, uma pessoa. Nesse encontro, ela enuncia: Eu sou hipertenso! Ao que o analista respondeu: - Prazer, eu sou o Conrado¹¹”. O sintoma é dessa ordem, algo com o que a gente se identifica, de um significante que engancha. O sintoma é a indicação de que há ali uma questão do saber. A psicanálise não é da ordem do que cala o sintoma, os estados, como faz

os medicamentos e as instituições terapêuticas. A questão é como conviver com o Pior.

Assim, a especificidade da Psicanálise hoje está na sua força política para além de toda terapêutica. A clínica psicanalítica não é um ritual, em que o psicanalista sustenta a inadequação da palavra à coisa; vive a cegueira teórica, política e conceitual de um campo; ou vende ainda uma possível adequação, como se a clínica fosse uma realidade já-lá. O trabalho ali é da ordem daquilo que diz Soler (2013): elucidar o inconsciente de que cada um é sujeito.

Esse meu texto deu muita atenção àquilo que se nomeia e isso por uma razão: nomear, denominar é uma função do significante, em resumo, daquilo que escapa ao sujeito. Assim, ao se trabalhar com a ordem do léxico da depressão aposta-se naquilo que encobre o sintoma, ou seja, a manifestação do inconsciente. Eu concordo com Soler (2009) de que há uma radicalidade naquilo que Freud e Lacan oferecem, ou seja, a Psicanálise “oferece” o efeito de sentido real do sintoma, ela muda o valor de uso deles, o valor de gozo e de satisfação, mas isso no um-a-um da análise. Para mim, há uma radicalidade naquilo que oferecem Michel Pêcheux e Eni Orlandi, na Análise de Discurso, com os atos deles: há materialidade; a língua é forma material; o sentido pode sempre outro; há relações contraditórias entre teorias; há entremeio; o silêncio não fala ele significa; é a cada análise, porque a teoria se impõe que se conhece um pouco do discurso e da língua; o esquecimento é estruturante; a língua é inatingível. A radicalidade aí está em pensar como funciona a língua no mundo. E só entra nesse jogo quem estiver em afinidade com o desejo de saber, de saber algo também de si.

Referências Bibliográficas

- BARBAI, M. A. “Memória, esquecimento, ressentimento: a nomeação nos sistemas políticos”. (Inédito).
- FINGERMANN, D.; KHEL, M. R. (2009). “O sujeito, o inconsciente e o tempo: entrevista com Colette Soler”. In: *A PESTE: Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia*, v. 1, n. 1.
- FOUCAULT, M. (2002). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. de ME Galvão. São Paulo: Martins Fontes.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. (1994). *Discours et archive: expérimentations en analyse du discours*. Liège: Editions Mardaga.

QUINET, A. (2006). *Psicose e laço social*. Rio de Janeiro: Zahar.

LACAN, J. (1992). *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise, 1969-1970*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2008). *O Mito Individual do Neurótico*. Trad. Claudia Berliner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (2008). *O seminário, livro 16. De um Outro ao outro*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ORLANDI, E. P. (1996). *Interpretação: autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Vozes.

_____. (2010). *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: RG Editora.

_____. (2012). “Sentidos em fuga: Efeitos da polissemia e do silêncio”. In: CARROZZA, G.; SANTOS, M.; SILVA, T. D. *Sujeito, Sociedade e Sentido*. Campinas: RG, p. 1-15.

_____. (2013). “A palavra dança e o mundo roda: Polícia!”. In: GUIMARÃES, E. *Cidade, Linguagem e Tecnologia: 20 Anos de História*. Campinas: Labeurb. p.13-30. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/labeurb20anos/index.php>

_____. (2014). “Parkour: corpo e espaço reescrevem o sujeito”. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*, n. 34. jul-dez, p. 75-87. Campinas.

ROUDINESCO, E. (2006). *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Zahar.

SOLER, C. (2010). “O corpo falante”. In: *Caderno de Stylus*, v. 1, p.52-63. Rio de Janeiro: EPFCL.

_____. (2013). “A oferta, a demanda e... a resposta”. *Caderno de Stylus*, n. 26, p. 15-28. Rio de Janeiro: EPFCL.

Palavras-chave: Discurso, Depressão, Léxico.

Keywords: Discourse, Depression, Lexicon.

Notas

* Doutor em Linguística pela UNICAMP. Atualmente, é Pesquisador C do Laboratório de Estudos Urbanos, do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, da UNICAMP.

¹ *La Douleur* (1898) – Émile Friant, Musée des beaux-arts. Disponível em: https://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Emile_Friant_La_Douleur_1898.jpg. Acesso em: 02 de maio de 2017.

² A noção de efeito linguístico é da ordem do conceito de pré-construído. Assim, em todo nome há um retorno do saber sobre o pensamento. Nos nomes algo fala antes, depois e independentemente. Há uma relação entre memória e esquecimento. Todo nome é sempre da ordem do acontecimento. O que designa, refere e identifica deve ser remetido a uma formulação anterior, exterior e sempre independente e em oposição ao que é construído pelo enunciado. O que pode ser analisado com a série constituição/formulação/circulação do sentido ou ainda através do jogo entre enunciação/enunciado.

³ Não há o incidente. Aquilo que é sabido sempre volta.

⁴ Tomo aqui política da palavra numa relação com política do sintoma, ou melhor, a língua do sintoma, isto é, tudo o que se impõe sobre o corpo, em forma de dissonâncias e não conexões. O sintoma é testemunha de nossas contradições.

⁵ LACAN, J. Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

⁶ (cf. LACAN, 2009, p. 21).

⁷ Alô! Alô! Marciano. Letra e música. Rita Lee/Roberto de Carvalho. In: “Saudade do Brasil”, 1980.

⁸ Diva & Depressão. Disponível em:

<https://www.facebook.com/DivaDepressao?fref=ts>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

⁹ Essa mudança de vocabulário produziu, segundo a autora (idem, p. 64), o apagamento da idéia de doença. Para isso, o termo “distúrbio mental” serviu para evitar a inferiorização de um paciente, que mesmo designado como doente, poderia solicitar ao usuário do DSM, juridicamente, uma reparação. O mesmo ocorreu o adjetivo “alcoólatra” por “dependente do álcool”, assim como esquizofrenia, que passou a ser qualificada de “distúrbios e [...] perturbação de tipo esquizofrênico”. Há, a meu ver, um trabalho do político, nas relações de força da linguagem, que faz tencionar uma relação entre o mesmo e o diferente. O que há são versões e a aversão do sentido. Essas formulações estabilizam uma mesma região do dizer: o que está jogo é sempre o enquadramento pela doença.

¹⁰ CID. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/site>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

¹¹ Exemplo compartilhado na Rede de Pesquisa: Teoria e Clínica, em 2012, sob a coordenação de Helena Bicalho e Maria Lúcia Araújo.

DESLOCAMENTOS DE POLITIZAÇÃO NO DISCURSO: UM OLHAR SEMIÓTICO SOBRE A MULHER NA POLÍTICA

Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima*
UEG

Resumo: *Este artigo objetiva analisar, entre os “lugares” do discurso político, gênero feminino e mídia, o movimento de construção enunciativa da identidade da mulher política no Brasil. Neste sentido, analisa-se uma matéria sobre Manuela D’Ávila, à época, deputada federal do Rio Grande do Sul, veiculada na revista Isto É, que apresenta, segundo as relações desiguais entre os gêneros, como o poder opera na produção midiática da identidade feminina. Busca-se, assim, perscrutar o discurso político feminino, em uma perspectiva semiótica, observando algumas interdições e permissões da mídia, ao caracterizar a mulher na política. Interpretar esses enunciados é depreender, também, como o discurso pode ser visto sob o efeito da representação do feminino que atravessa fronteiras e redefine cronologias em função da experiência histórica da mulher na política.*

Abstract: *This article aims to analyze, among the "places" political discourse, feminine gender and the media, the enunciative construction movement of identity of political women in Brazil. In this sense, an article is analyzed about Manuela D'Avila, at that time federal deputy of Rio Grande do Sul, published in the magazine Isto É, which presents, according to the unequal relations between genders, how power operates in the media production of identity feminine. It seeks, therefore, to peer the feminine political discourse, in a semiotic perspective, observing some prohibitions and permissions of the media, when characterizing the woman in the politics. To interpret these statements is also to show how the discourse can be seen under the effect of the representation of the feminine that crosses borders and redefines chronologies according to the historical experience of women in politics.*

1. Introdução

Refletir sobre as práticas sociais da atualidade traduz um dos mais relevantes objetivos dos estudos linguísticos, em que linguagem e ação se inter-relacionam na construção do sentido. Embasado nesta asserção, este artigo discorre sobre o lugar da mulher na política na ordem material do discurso midiático em uma perspectiva semiótica.

O espaço político tem denunciado a baixa participação da mulher nas campanhas eleitorais brasileiras, o que é um contrassenso, pelo fato de a população feminina representar mais de 50% da população do Brasil. Efetivamente são poucas as mulheres que se candidatam e que são eleitas nos pleitos nacionais. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹ registraram que, nas eleições de 2014, dos 513 deputados federais eleitos no dia 5 de outubro, 51 são mulheres, o que significa um aumento de 13,33% na bancada feminina na Câmara dos Deputados na legislatura vigente. Esse número cresceu, ainda que timidamente, em relação às 45 mulheres eleitas em 2010 para o devido cargo.

Nas eleições de 2014, o número de candidatas que disputaram o cargo chegou a 1.765, contra 935 em 2010, o que corresponde a um aumento de 88,77%. Em 2017, o TSE publicou o quadro de ocupação de cargos políticos por mulheres com os seguintes percentuais: 13.51% de vereadoras, 11.33% de deputadas estaduais e distrital, 9.94% de deputadas federais e 14.81% de senadoras. Com esses números, o Brasil está em último lugar no continente americano, ocupando atualmente a 161^a posição no *ranking* mundial de 186 países com representatividade de mulheres no poder executivo. Em 2018, segundo o TSE², foram eleitas 7 senadoras, parte que equivale a 13% de presença no Senado, 77 deputadas federais que correspondem a 15% de mulheres na Câmara e 161 deputadas estaduais, cujo percentual também representa apenas 15% nas Assembleias estaduais. Essa estatística denuncia um número desproporcional, considerando que as mulheres constituem 52% do eleitorado brasileiro.

Sobre essa realidade, Lipovetsky (2000, p. 266) discute a persistente exclusão das mulheres das esferas dirigentes e acrescenta que certo racionalismo progressista convida a não ver nesse fenômeno mais que um arcaísmo destinado a ser eliminado pouco a pouco, sob a pressão das forças da modernidade: o poder, a exemplo de outros domínios, estaria fadado inexoravelmente a deixar de ser apanágio de

um único sexo. As perguntas a respeito da pequena participação feminina na política, à medida que denunciam certa marginalidade da mulher neste campo, suscitam várias possibilidades de pesquisa.

É percorrendo os enunciados que emanam desse fato que o presente trabalho vai realizar uma análise semiótica sobre a constituição da subjetividade da mulher política no discurso midiático. O discurso sobre mulheres políticas marcaria um espaço social que deveria distanciar, substancialmente, a mulher dos espaços estético, religioso e doméstico, que lhe atribuem os papéis de mãe, de esposa, de educadora e outros mais. Entretanto, o discurso midiático sobre mulheres políticas insiste em remontar a esses espaços, em retomá-los na cena que, ideologicamente, engendra a cultura de massa em um possível movimento de “distanciamento” dos sentidos remissivos ao conteúdo temático da política. É um discurso que insiste em flertar com os tantos cultos que ainda tentam caracterizar naturalmente a mulher enquanto intrusa em um lugar político predominantemente masculino.

Inserido em uma arena de discursos díspares, o discurso da mulher fica dividido entre as práticas que marcam o espaço político, aquele que deflagra geralmente interesses “permanentemente masculinos”, e as práticas que marcam o espaço doméstico caracterizado como “naturalmente feminino”. Trata-se de uma cinesia, em que as identidades vão sendo construídas a partir de desigualdades estruturais que circulam nos diferentes lugares ainda atribuídos aos homens e às mulheres e que regulamentam sua existência.

Perscrutar o discurso sobre mulheres políticas veiculados na esfera midiática é observar alguns valores que emergem e são disseminados sobre a “insólita” presença da mulher nos campos político e midiático em temas que se concretizam em diferentes construções enunciativas e percursos figurativos.

Para este trabalho, a semiótica de linha francesa contribui, a partir do percurso gerativo de sentido, para o exame do texto em seu nível de organização discursiva e na compreensão dos efeitos de sentidos encontrados no discurso midiático. Serviram de base, para o devido estudo, as leituras de Greimas (1975, 1976a, 1976b), Courtés (1979), Barros (2003), Cortina (2004), Fiorin (2004a, 2004b), acompanhadas das contribuições de Foucault (2004a, 2004b), Perrot (2007), Bauman (2005), entre outros estudiosos que, ante as limitações deste artigo,

foram relevantes para se lançar um olhar, segundo as permissões e interdições discursivas da mídia, sobre a identidade feminina na política brasileira.

Analisa-se, neste sentido, uma matéria sobre uma deputada federal, veiculada na mídia impressa, que apresenta, segundo as relações desiguais entre os gêneros, como o poder opera na produção da identidade feminina. Interpretar esse discurso é entender, também, que a linguagem pode ser vista sob o efeito da representação do feminino, atravessando fronteiras e redefinindo cronologias em função da experiência histórica da mulher na política.

2. Mulher e política: um limiar discursivo

A participação da mulher no espaço político institui o gênero feminino como efeito de uma formação específica de poder. Este é um tema que tem despertado a atenção de vários pesquisadores que voltam seu olhar para o movimento da mulher que transita não apenas no espaço doméstico, mas também no espaço público e político que, de algum modo, ainda não reconhece o gênero feminino como um estatuto de “pertencimento” a esse “lugar de homem”.

Os espaços construídos como genuinamente masculinos são caracteristicamente “estabilizados” e a política certamente é um deles. Isso instiga a se estudarem as relações de poder produzidas pelos efeitos de práticas que traduzem essa presumida estabilidade. A mulher na política designa uma identidade que ultrapassa limiares, uma vez que é um efeito de discursos e de construções sociais e culturais. Significar essa identidade, enquanto objeto de discurso político, reconhecer procedimentos discursivos que lhe são constitutivos e relançar um olhar sobre a subjetividade feminina, a partir de um espaço reservado específica e historicamente ao homem, é o objetivo do recorte desta análise.

Com vistas aos diferentes lugares e discursos que constroem o evento da identidade feminina, observa-se uma pseudo estabilidade ou casualidade do discurso político feminino, uma vez reescrito e ratificado pela mídia. Desse modo, em diferentes configurações, o sujeito emerge, ao longo de sua historicidade conceitual, em uma multiplicidade de concepções teóricas. Se nas primeiras meditações cartesianas, temos o sujeito moderno, centrado em si mesmo, numa dada unicidade, agora se configuram o descentramento e a

fragmentação do sujeito, em meio ao abalo dos alicerces absolutos da racionalidade e à poderosa dinâmica de individualização e de pluralização de nossas sociedades (LIPOVETSKY, 2004).

A mulher, enquanto sujeito interpelado pelos discursos do campo político, se vê frente a uma história dessa posição em estado de instabilidade. Identificar-se é uma premência frente à dispersão dos enunciados políticos que permeiam o discurso feminino e contornam as suas singularidades. Esses enunciados, apesar de obedecerem a certas regularidades, não fogem ao compromisso de denunciar os posicionamentos femininos nos discursos e as correlações e transformações no processo de construção da identidade da mulher política.

Nessa perspectiva, a noção de sujeito tem um relevante papel, pois se sabe que o edifício do poder e a forma como os efeitos de “verdades” vão sendo construídos têm um ponto de ancoragem no sujeito. Os efeitos de sentido de verdade atrelam-se à existência do sujeito para iluminá-lo e dar-lhe beatitude, e é no acesso a essa “verdade” que alguma coisa completa o próprio sujeito e o transfigura (FOUCAULT, 2004a). Esse tipo de raciocínio separa ideologicamente o feminino do masculino, focalizando as conjunções e as disjunções que diferenciam naturalmente o mundo do homem e o da mulher, através das práticas discursivas do poder político. Daí não ser possível entender a identidade feminina sem mergulhar na relação sinuosa entre o discurso e a história, entre o discurso e a subjetividade que também é povoada por outros discursos, à margem dos lugares incertos em que se situam seus sujeitos.

A subjetividade feminina, dessa maneira, se (re)inscreve na identidade da mulher política brasileira e denuncia o trabalho descontínuo que envolve as individualidades na sociedade, a partir de acontecimentos singulares suscitados pelos discursos em geral, provocadores de outros que, em suas movências, no exercício da função enunciativa, fazem emergir as práticas discursivas.

Assim, sem se perder a perspectiva do chão, alça-se um voo sobre os sentidos que permeiam o discurso político feminino. Sabendo-se, pois, da dificuldade que é perseguir sentidos, alude-se à reflexão de Greimas (1975, p.7), quando considera que é extremamente difícil falar do sentido e dizer alguma coisa significativa. Para fazê-lo convenientemente, o único meio seria construir-se uma linguagem que

não significasse nada: “estabelecer-se-ia assim uma distância objetivante que permitiria construir discursos desprovidos de sentido sobre discursos significativos”.

É percorrendo esse dizer greimasiano, que ilustra tarefas e inventos sobre o estudo dos sentidos, que se propõe este trabalho. Se a significação se deixa analisar estruturalmente, visa-se à arquitetura do sentido em um texto da *Revista Isto É*, veiculado em 17 de março de 2007, que, pelo caráter meramente informativo com o qual se substancia, consiste em uma matéria jornalística sobre Manuela D’Ávila, àquela época, deputada federal.

No texto dialoga-se com as indagações sobre quem é a mulher política, qual a sua identidade, o que constrói o seu discurso, como as resistências se apresentam, na tradição ou na inovação, quais os conflitos que circulam nesse discurso, definindo a mulher e atribuindo-lhe prestígio ou desencanto com o poder político. Acrescenta-se a isso as relações de poder que estão na base de toda relação social, em sentidos opostos, porque, ao mesmo tempo em que asseguram a homogeneidade nas regularidades, oportunizam os conflitos gerados pelos sujeitos no momento em que questionam a posição que ocupam no discurso e as relações sociais desiguais (FOUCAULT, 2004b). É nessa trama, que envolve diferenças, lugares e posicionamentos discursivos, que se constituem as identidades.

3. A construção da identidade feminina: um efeito de discurso

As práticas discursivas que envolvem a produção dos discursos sobre mulheres políticas colocam em proximidade as identidades que tomam vez e voz, à medida que os sujeitos são narrados no cenário político. No espaço midiático do discurso político, o sujeito produz e se reproduz, porquanto se constrói sua identidade em um processo que lhe delimita papéis, a partir da relação social que estabelece com os sentidos do espaço político. Esta relação possibilita que se observe o poder em sua diversidade microfísica e reguladora, em que sujeito e discurso político são constitutivos um do outro.

A mídia, ao mobilizar discursos em sua histórica trama narrativa, constitui técnicas de colonização dos sujeitos postos em sua individualidade ou coletividade. Portanto, para se fazer esta análise de discurso, escolheu-se uma matéria da revista *Isto É* sobre a deputada federal do Rio Grande do Sul, Manuela D’Ávila.

TEXTO: A Loira Inteligente

A deputada Manuela D'Ávila, campeã de votos no Rio Grande do Sul, quer ser reconhecida por suas idéias e seus projetos e não pela beleza.

Com blusa bege de malha, saia preta de chita e nenhuma maquiagem, a jovem loura entra no Plenário da Câmara dos Deputados. O presidente da Casa, Arlindo Chinaglia (PT – SP), do alto de seu púlpito, a acompanha com o olhar. Os demais parlamentares, 450 em Plenário, reparam uma energia nova no ar. José Carlos Aleluia (PFL – BA), líder da minoria, olha para trás e diz: “Ah, é a Manuela”.

Valdemar Costa Neto (PR – SP), fama de conquistador, arregala os olhos sem nenhum disfarce. Até Clodovil Hernandez coloca os óculos para melhor reparar. Aos 25 anos, 1m75 de altura, 64 quilos, cerca de 105 centímetros de quadril e 90 de busto, o que lhe confere silhueta da Vênus de Milo, a deputada Manuela D'Ávila, do PC do B gaúcho, de repente virou sensação. “Fui eleita musa do Congresso antes mesmo de tomar posse”, brinca. E qual a sensação de uma deputada ser reconhecida por sua beleza? Diante da pergunta, Manuela dá uma sonora gargalhada. “A sociedade tem um fetiche exagerado pela estética”, diz. “Eu tinha medo que isso distorcesse o impacto das minhas propostas”, confessa. “Mas os colegas já começam a me elogiar pelos meus atos e idéias”. Num Congresso formado por uma maioria de senhores sisudos, num momento em que a juventude torce o nariz para a política, Manuela chama a atenção também pelo que representa e pelo que pensa. Tem convicções ideológicas firmes e idéias claras sobre o que está fazendo em Brasília. Dias atrás, tentaram lhe arrancar uma assinatura para a proposta de projeto de lei que prevê a diminuição da maioridade penal. Botar jovens de 16 anos na cadeia, junto com adultos. “Aos sete anos de idade eu já era contra isso aí”, respondeu Manuela educadamente ao interlocutor, mostrando-se absolutamente irredutível em suas crenças. Mais tarde, já no microfone do plenário, sem a menor inibição, ela lembrou que o jovem brasileiro é a vítima dos criminosos, não o algoz. Não é tão simples se posicionar dessa

forma no momento em que, abalada com a onda de violência que assola o País, a sociedade clama por penas mais severas. “O que resolve é incluir a juventude no crescimento e desenvolvimento do País”, bradou a deputada. E não se trata apenas de discurso. Os primeiros projetos que Manuela pretende apresentar versam exatamente sobre essa inclusão. Ela quer aprovar uma “lei geral de estágios”, estabelecendo regras de contribuição previdenciária, tempo de contratação, jornada, férias, garantia de matrícula escolar e acidentes de trabalho. Os jovens ajudaram a transformar Manuela em um fenômeno de votação no Rio Grande do Sul, onde ela obteve 271,9 mil votos. Durante a campanha eleitoral, ela respondia a até mil e-mails por dia. Ao longo do mandato de vereadora em Porto Alegre fez 300 palestras em escolas públicas. “O fato de ser jovem, de ter idéias, ajudou a me eleger. A beleza não ajudou”, garante.

A deputada vai apresentar uma proposta de emenda à Constituição para igualar a idade de disputa de cargos públicos. “Há critérios morais que pressupõem a falta de capacidade dos mais jovens”, diz. Manuela quer também sugerir a antecipação dos exames de câncer de mama. “A juventude é uma das faixas com incidência de câncer de mama e não há exames”. Fez visitas a 15 países, onde ajudou a dirigir encontros estudantis. Ela, de fato, entende de jovens. Inclusive de suas angústias, incertezas e vaidades. Aos 16 anos, Manuela pesava 100 quilos. “Cheguei a comer um quilo e duzentos e cinqüenta gramas de chocolate em um dia”, diz. As frutas e verduras entraram no cardápio e deram-lhe curvas. Hoje, a deputada brinca com eventuais quilinhos a mais. “Eu digo que estou expandindo território”. A vida nem sempre foi sorrisos. Em maio do ano passado, ela recebeu ameaça de morte. Manuela tinha aprovado leis polêmicas, como uma que cassa o alvará de comerciantes preconceituosos. “Ligaram e me disseram: ‘ou você cala a boca, ou vamos dar um jeito na senhora’”, diz. “A sensação de pavor é muito grande, pois você não sabe se uma pessoa que está te abraçando é a pessoa que pode te dar um tiro” (ISTO É. São Paulo, 7 mar 2007, n.1949, ano 30, p.42-43).

O texto nos permite observar um percurso de ação em que se instaura o destinador, que opera com a construção discursiva a respeito da política e do enunciador do discurso político, que é um papel desempenhado pela deputada. Há uma busca da adesão do locutário/enunciador (deputada) por meio da manipulação, da ordem do poder da mídia, que realiza permissões e interdições no discurso construído. Nas palavras de Barros:

o texto se organiza e produz sentidos, como um objeto de significação, e também se constrói na relação com os demais objetos culturais, pois está inserido em uma sociedade, em um dado momento histórico e é determinado por formações ideológicas específicas (BARROS, 2003, p.188).

Com base no texto *A loira inteligente*, observa-se, a partir do título, a denúncia de dois lugares de estereótipos bem definidos pela sociedade: o lugar da loira, “classificada” como ignorante nos chistes que circulam sobre o cotidiano feminino, e o lugar político, como um lugar, possivelmente, de inteligência e de homem, conforme atesta o trecho: *Num Congresso formado por uma maioria de senhores sisudos*. Do título, pode-se depreender, ainda, que ela é mulher política porque é inteligente ou que ela é inteligente porque é mulher política.

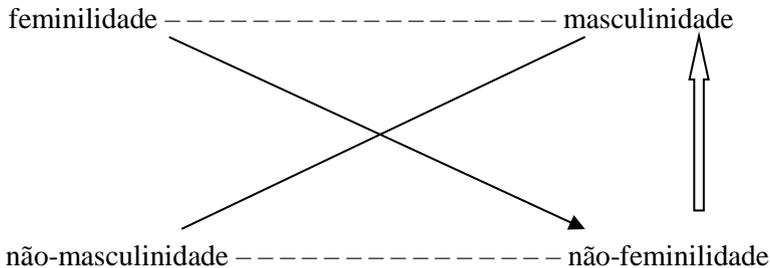
Os procedimentos de análise linguístico-discursiva, seguindo a teoria semiótica francesa, inicialmente, investigam o plano do conteúdo do texto em questão sob a forma do percurso gerativo do sentido. Em uma primeira etapa, examina-se o nível fundamental, para se depreender como o discurso é configurado nessa matéria jornalística. Observa-se, em uma dada organização mínima em que o discurso político feminino se constrói, uma oposição semântica fundamental que pode ser visualizada.

Na análise, para se entender o quadrado semiótico, têm que se considerarem os termos complementares: masculinidade e não-feminilidade, axiologizados como valores disfóricos, e feminilidade e não-masculinidade, como valores eufóricos. O termo “feminilidade” é determinado como eufórico e positivo por seguir a prescrição do discurso midiático sobre a mulher na política: *E qual a sensação de*

uma deputada ser reconhecida por sua beleza? Retomam-se as regularidades da beleza e da aparência física e estas resumem o reconhecimento da mulher na política. Enquanto “masculinidade” é disfórico, pois, apresenta-se a política à mulher de modo ameaçador: *Em maio do ano passado, ela recebeu ameaça de morte. [...] A sensação de pavor é muito grande [...].* Há um efeito de interdição à presença feminina, a política lhe seria imprópria, é um lugar perigoso, lugar para “senhores sisudos” e não para mulheres apavoradas.

Os pólos do quadrado semiótico recebem uma inversão na posição (a dêixis positiva, à esquerda, é a feminilidade). Ao longo da narrativa, o discurso auffera positividade à feminilidade da deputada. O termo feminilidade determina-se como *eufórico* e masculinidade como *disfórico*. Em outras palavras, o discurso sobre “feminilidade” é atraente ao lugar da mulher na política, enquanto a “não-feminilidade” pode ser dispensável a este lugar no texto.

Pode-se, assim, visualizar no quadrado semiótico abaixo um modelo de análise do nível fundamental na narrativa midiática de *A loira inteligente*:



Esse quadrado mantém a oposição entre os termos contrários (feminilidade e masculinidade) e contraditórios (masculinidade x não-masculinidade). Nota-se que a inversão apresentada retrata a postura da revista *Isto É*, ao começar com uma alusão à feminilidade da deputada, descrita em suas medidas e narrada em sua entrada triunfal, marcando no discurso da matéria uma postura eufórica.

No início do texto, a estereotipização da mulher circunscreve-se às características físicas da deputada, à cor de seu cabelo, à sua silhueta e às roupas que está vestindo, como se fossem algo que a distinguisse de

tudo e de todos. Entretanto, o texto segue enfatizando os projetos da deputada, como uma retomada da politização no discurso.

Os termos masculinidade e não-feminilidade mantêm-se como valores disfóricos, por assegurarem à masculinidade o lugar da politização do discurso político e os seus problemas, como se percebem nas seguintes passagens, permeadas pela ênfase dada à presença maciça de homens políticos no Plenário da Câmara do Deputados: *O presidente da Casa, Arlindo Chinaglia (PT – SP), do alto de seu púlpito, a acompanha com o olhar. Os demais parlamentares, 450 em Plenário, reparam uma energia nova no ar. José Carlos Aleluia (PFL – BA), líder da minoria, olha para trás e diz: “Ah, é a Manuela”. Valdemar Costa Neto (PR – SP), fama de conquistador, arregala os olhos sem nenhum disfarce. Até Clodovil Hernandez coloca os óculos para melhor reparar [...]*. Os valores disfóricos seguem apresentados por meio da negatividade do lugar político à mulher. A política seria um lugar inóspito à sua presença: *A vida nem sempre foi sorrisos. Em maio do ano passado, ela recebeu ameaça de morte. Manuela tinha aprovado leis polêmicas, como uma que cassa o alvará de comerciantes preconceituosos*. A retomada das questões políticas soa negativa e repulsivamente a um lugar feminino.

A sensação de euforia condiz com a feminilidade da mulher, com o fato de ser um espetáculo à parte, algo não previsível à política. Enquanto que à disforia correspondem as tensões que o lugar político possibilita, como a ameaça de morte, a polêmica, as resistências e o preconceito: *“Ligaram e me disseram: ‘ou você cala a boca, ou vamos dar um jeito na senhora’”, diz*.

Quanto à narratividade imanente ao discurso político e à sua constituição, temos um programa narrativo (PN) do fazer, em que o poder fazer política e o saber fazer política correspondem à competência do sujeito. O destinador (manipulador) S1, representado pelo enunciador (revista/mídia), busca persuadir o interlocutário/enunciador (S2) a entrar em disjunção com o objeto de valor representado pelo discurso político, transformando-o profusamente em um sujeito feminilizado. Entretanto, ao iniciar a discussão política na matéria, o destinador enuncia: *Manuela chama a atenção também pelo que representa e pelo que pensa*. Realça-se, com isso, o estereótipo de uma posição de subjetividade, ela chama à atenção por pensar.

O texto analisado divide-se a partir do próprio título que enuncia uma mulher loira e inteligente na política. O destinador manipulador (jornalista/revista) reveste-se do poder de construção midiática do discurso, dirigindo-se ao destinatário sujeito (deputada) por meio de uma construção negativa do *pathos* deste locutor/enunciador, enquanto disjunto da política e conjunto com a feminilidade. Apresenta-se na matéria um destinador manipulador que controla o discurso do destinatário manipulado a partir, também, das escolhas discursivas na construção de sua voz.

Repete-se aqui o programa narrativo (PN) do fazer, em que a narratividade imanente ao discurso político e à sua constituição (o poder fazer política e o saber fazer política) são da competência do sujeito. Os enunciados narrativos elementares são constituídos em enunciados de estado – mas imbricam-se em uma relação dinâmica que mobiliza um fazer: (PN1) = F (S1 (interlocutor/enunciador) → (S2 (interlocutário/enunciador) U O (política)) e em enunciados de transformação – relação dinâmica: (PN2) = F (S1 (interlocutor/enunciador) → (S2 (interlocutário/enunciador) U O (discurso político)) → (S2 (interlocutário/enunciador) ∩ O (discurso político)). Nesse texto, temos uma outra instância enunciativa em que o destinador (revista/mídia) busca persuadir o interlocutário/enunciador (S2 – a deputada) a entrar em conjunção com o objeto-valor representado pela feminilidade.

O nível discursivo permite-nos analisar a categoria de pessoa projetada em terceira pessoa do singular – *A deputada Manuela D'Ávila, do PC do B gaúcho [...]*. Com o uso da terceira pessoa, instaura-se um “falar sobre”, um “falar de”. É por esse viés enunciativo que acontece o espetáculo, a construção do espanto, da imprevisibilidade, da surpresa, da visível novidade, efeitos de sentido que se confundem – *Os demais parlamentares, 450 em Plenário, reparam uma energia nova no ar* – e agenciam um controle maior sobre o discurso de um não lugar, o novo que se enuncia “inaugurando” uma nova maneira de a mulher estar no mundo, no mundo da política.

Por meio da voz de Manuela, cria-se um efeito que transita entre a subjetividade e a objetividade no discurso. Instaura-se uma mobilidade entre primeira e terceira pessoa, o que possibilita a alternância entre debreagens enunciativas e enuncivas. O tempo é

apresentado no presente, produzindo um efeito de proximidade na enunciação, e também no passado (antes do presente) que não necessariamente produz um distanciamento da enunciação, por se alternar com o presente – *A deputada [...] de repente virou sensação. “Fui eleita a musa do Congresso antes mesmo de tomar posse”, brinca. A espacialização que aparece no texto apresenta-se como um lá: Num Congresso [...], embora não constitua um distanciamento do espaço da enunciação que é, caracteristicamente, o do Plenário da Câmara dos Deputados.*

O feminino insurge como uma reivindicação da apropriação de si, da evidência do corpo, de uma sexualidade que é estranha à política, ao lugar do homem, ao rosto lavado, à austeridade masculina, ao paletó e à gravata: *Aos 25 anos, 1m75 de altura, 64 quilos, cerca de 105 centímetros de quadril e 90 de busto, o que lhe confere silhueta da Vênus de Milo, a deputada Manuela D’Ávila, do PC do B gaúcho, de repente virou sensação.* A associação à imagem da Vênus de Milo, a famosa estátua grega que representa mitologicamente Afrodite, deusa do amor sexual e da beleza física, constrói um efeito no discurso de “fidelidade à tradição passional do feminino que, no entanto, não é enunciada mais como contraditória com o ser-sujeito, mas como compatível com os valores modernos de soberania individual” (LIPOVETSKY, 2000, p.33).



(Vênus de Milo – Museu do Louvre (Paris – 2007))³

A silhueta da deputada comparada à Vênus de Milo reveste sentidos sobre o corpo da mulher que se traduz concisamente em sexo; e sobre esse corpo discursivizado regulam-se enunciados que dialogam com a presença da mulher na sociedade. A subjetividade

feminina na política é um construto de espaços e tempos que caracterizam representações, pois “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (PERROT, 2007, p.17), como observamos no excerto: *E qual a sensação de uma deputada ser reconhecida por sua beleza? Diante da pergunta, Manuela dá uma sonora gargalhada. “A sociedade tem um fetiche exagerado pela estética”, diz. “Eu tinha medo que isso distorcesse o impacto das minhas propostas”, confessa. “Mas os colegas já começam a me elogiar pelos meus atos e ideias.* Esse trecho, dentre outros, permite-nos entender que, no percurso da ação, instaura-se o locutor/destinador, que constrói discursivamente a condição política da deputada (o locutário/enunciador) e lhe atribui também a condição de feminilidade, garantindo a adesão discursiva da deputada por meio de uma manipulação exercida capciosamente no discurso.

Conforme os enunciados sobre a mulher vão sendo produzidos, outros efeitos de sentido, em concomitância, são mantidos ou deslocados. Há uma historicidade rememorada na construção enunciativa da deputada: a exploração de suas medidas físicas enuncia uma visibilidade ao corpo. “Por muito tempo fora atribuída a loucura à mulher como o simétrico da violência aos homens: as mulheres são loucas e os homens criminosos. Uma forma de reduzir a mulher a seu corpo” (PERROT, 2007, p.165). Aqui essa visibilidade sobre o corpo não consiste em uma novidade para esse tempo, mas é produto de tempos anteriores, de discursos anteriores que reconduziram a sexualidade da mulher a uma dizibilidade regulamentada pelos sentidos que se podem atribuir ao corpo feminino: *o fato de ser jovem, de ter idéias, ajudou a me eleger. A beleza não ajudou. [...] As frutas e verduras entraram no cardápio e deram-lhe curvas.* No cruzamento desses enunciados, alternam-se a voz de Manuela, politizando e delimitando seu lugar de deputada, e a voz do jornalista que a descreve em suas curvas corpóreas e em seus hábitos alimentares.

O texto se inicia com *A deputada Manuela D’Ávila, campeã de votos no Rio Grande do Sul, quer ser reconhecida por suas ideias e seus projetos e não pela beleza. Com blusa bege de malha, saia preta de chita e nenhuma maquiagem, a jovem loura entra no Plenário da Câmara dos Deputados.* Neste início, prenuncia-se uma despolitização do discurso político que se pretende enunciar. Esse começo representa uma dissimetria entre a mulher política e o homem

político, a partir da “entrada triunfante” da deputada no plenário (um político homem não provocaria tanta visibilidade).

Barthes (1993, p.7), em seus estudos sobre o sistema semiológico, discute as falsas evidências com que a mídia mascara continuamente uma realidade, confundindo, nos relatos da atualidade, natureza e história, e atribuindo, por meio de um “abuso ideológico”, certa obviedade natural àquilo que é puramente histórico. O discurso coloca a deputada em um campo de desníveis, e sua representatividade política é discutida pela mídia por meio de outro viés discursivo, o viés do espetáculo da beleza feminina, naturalizado e sobreposto aos enunciados políticos.

A mídia reconstrói, nesse texto da *Isto É*, a identidade feminina num processo de inserção histórica, mobilizando os diferentes enunciados que controlam as permissões e interdições discursivas. Estas, por sua vez, mobilizam as diferentes imagens do feminino na política, controladas e regularizadas, a partir do que é pouco explorado – os projetos políticos da deputada, seu compromisso de campanha eleitoral, por exemplo – e do que é enunciado – a mulher jovem e bonita na política. Todavia, é preciso entender que a mídia vai incorporando esse “contradiscurso” e tratando de neutralizá-lo em seus efeitos de sentido.

Os temas, concretizados nas figuras escolhidas pelo ato enunciativo, constituem uma vociferação do estereótipo feminino (o corpo, a sexualidade, a beleza, a loira), regulamentando uma historicidade que, por ser controlada, suscita a própria regularidade do discurso. Isso interpela o discurso político e suas representações singularizadas e fronteiriças presentes entre o lugar do feminino e o lugar do masculino. Atestando a existência histórica desse limiar, Perrot (2007, p.151) observa que “de todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder, era considerada o apanágio e o negócio dos homens”.

Assim, não se trata de um simples limiar entre o que é do masculino e o que é do feminino, mas de uma construção histórica e culturalmente alicerçada pelas crenças e valores que contornam o homem e a mulher na sociedade. Ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma “mulher política”, parece a antítese da feminilidade, a

negação da sedução, ou ao contrário, parece dever tudo a ela (PERROT, 2007, p.153).

4. Isto É: alguns procedimentos de tematização e de figurativização

O texto analisado pode ser considerado um discurso figurativo pluri-isotópico, em que subjazem as tematizações das figuras que delineiam o universo político feminino.

A feminilidade é a marca que inicia o texto. Em seguida, anunciam-se as questões políticas e as ações da deputada. A tematização se concretiza pelas figuras: blusa, saia, maquiagem, loura, jovem, 25 anos, altura, quadril, busto, curvas, Vênus de Milo, propostas, ideias, entre outras. Há uma ordem lexical nessas palavras que convoca uma memória cultural à prática discursiva. Segundo Greimas:

a palavra, idealmente livre [...] fixa-se e congela-se no uso, fazendo nascer, por redundâncias e amálgamas sucessivos, configurações discursivas e estereótipos lexicais que podem ser interpretados, como outras tantas formas de ‘socialização da linguagem’ (GREIMAS, 1976b, p.51-52).

A figura da mulher política constrói-se como aquela que vê nos objetos estética, beleza, vaidade, um fim em si mesmo. São objetos que, no texto analisado, inevitavelmente entram em conjunção com a mulher política, embora estejam disjuntos da politização do discurso político.

O texto possibilita que se observem, pelo repertório dos elementos que dialogam com sua tematização, os dados de uma realidade sócio-histórica que lhe são, ao mesmo tempo, interiores e exteriores. Exteriores na medida em que não se limitam à reprodução e interiores porque se valem do mesmo código, quer pretendam transgredi-lo ou não (CORTINA, 2004, p.166). Com isso, a revista permite que o leitor construa o seu movimento de interpretação, configurado também por valores ideologicamente definidos e ressignificados pela mídia.

A partir dos investimentos temático-figurativos no discurso analisado, deve-se compreender o *ethos* e o apelo ideológico subjacentes ao texto que buscam, de alguma forma, espelhar os seus

leitores ou a sociedade como um todo. A identidade feminina coloca-se, presumivelmente, nessa reflexão como um efeito das construções enunciativas que são também efeitos do imaginário social. Em uma perspectiva sociológica, Bauman observa que

as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas (BAUMAN, 2005, p.19).

Tanto a tematização e suas relações e dependências, quanto os percursos figurativos são determinados socialmente e veiculados pelo enunciador que, de uma maneira ou de outra, atua segundo o crivo de suas posições ideológicas.

O registro linguístico na revista é formal, mas acessível aos leitores. São características que permitem identificar o *ethos* do enunciador e o *pathos* do enunciatário. A *Isto É* não traz imagens muito coloridas, são mais sóbrias. Os períodos são curtos e a linguagem é objetiva e clara. Seu enunciatário é refletido no/pelo texto e o discurso está em consonância com o *ethos* da revista. A tonalidade, as imagens e as vozes presentes no texto remetem o leitor ao *ethos* construído, segundo as escolhas do enunciador, e à preocupação em ressaltar a feminilidade da mulher política como parte central no texto, criando efeitos de realidade revestidos pela enunciação. Esta, por sua vez, serve-se do poder midiático, autorizado e constitutivo de “verdades” ou de efeitos de veridicção para a teoria semiótica.

É nesse sentido que se observam os atores da enunciação que, na revista em análise, são imagens do enunciador e do enunciatário, constituindo simulacros do autor e do leitor criados pelo texto. São esses simulacros que determinam todas as escolhas enunciativas, sejam elas conscientes ou inconscientes, que produzem os discursos (FIORIN, 2004, p.78). Os elementos trazidos à matéria da *Isto É* fazem pressupor que os seus leitores, em sua maioria, são homens. O *ethos* da *Isto É* apresenta a deputada Manuela como mulher, bem como a jovialidade sedutora que a diferencia dos demais deputados e o fato de essa jovialidade representar o sujeito que ela é.

5. Considerações finais

Ao se procurar entender o processo de subjetivação da mulher na construção enunciativa do discurso político-midiático, compreende-se que o sujeito é o seu objeto, engendrado pelos sentidos que se articulam na unidade textual. Nas palavras de Cortina (2004, p.157), “o sujeito, para quem o enunciador se dirige em seu discurso, é sempre uma categoria linguística, na medida em que é materializável na língua”. Por esse caminho, observou-se o sujeito, tomando-o como lugar de práticas discursivas que servem de campo para a sua construção e existência no discurso.

Sob a forma do percurso gerativo do sentido, analisaram-se aqui enunciados que abordam a relação entre a mulher e o espaço político institucionalizado e, nesse esteio, refletiu-se sobre a presença feminina na política. Greimas (1976a, p.124-125) comenta que “efetivamente, as denominações contidas no texto são determinadas pelas definições que estão presentes nele, e unicamente por elas, de tal modo que o texto constitui um microuniverso semântico fechado em si mesmo”. Por meio de um esquema discursivo de ordem textual, apreenderam-se, na estrutura dos enunciados, relações ou papéis exercidos pela mulher que mobilizam diferentes tipos de discursos constitutivos de uma trama de poder e de subjetivação feminina.

Tentar compreender a produção discursiva que ressignifica a identidade feminina é adentrar, de outro modo e também, em sua não definição, é entender que

numa sociedade que tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais, qualquer tentativa de ‘solidificar’ o que se tornou líquido por meio de uma política de identidade levaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída (VECCHI, 2005, p.12).

Nada obstante, à luz de uma análise semiótica, foi possível discutir a inserção da mulher na política que traduz o curso de uma longa jornada e, por se enunciar no terreno alheio da mídia, passa sobre veredas e penhascos, forjando identidades e deslocando-as em suas fronteiras de gênero.

Referências bibliográficas

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. (2003). “Estudos do discurso”. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à linguística II: princípios e procedimentos*. São Paulo: Contexto.
- BARTHES, Roland. (1993). *Mitologias*. Tradução de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand.
- BAUMAN, Zygmunt. (2005). *Identidade*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CORTINA, Arnaldo. (2004). “Semiótica e leitura: os leitores de Harry Potter”. In: CORTINA, A.; MARCHEZAN, Renata C. (Orgs.). *Razões e sensibilidades: semiótica em foco*. Araraquara, SP: Cultura Acadêmica Editora.
- COURTÈS, Joseph. (1979). *Introdução à semiótica narrativa e discursiva*. Tradução de Norma Backes Tasca. Coimbra: Livraria Almedina.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). (2006). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto.
- FIORIN, José Luiz. (2004a). “O Ethos do enunciatário”. In: CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata Coelho (Orgs.). *Razões e sensibilidades: a semiótica em foco*. Araraquara, SP: Laboratório Editorial FCL/UNESP.
- _____. (2004b). “O Pathos do enunciatário”. *Alfa. Revista de Linguística*. v.48, n.2. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- FOUCAULT, M. (2004a). *A Hermenêutica do sujeito*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2004b). *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GREIMAS, Algirdas Julien. (1976a). *Semântica estrutural: pesquisa de método*. Tradução de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.
- _____. (1976b). *Sémiotique et sciences sociales*. Paris: Seuil.
- _____. (1975). *Sobre o sentido*. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar et al. Petrópolis: Vozes.
- LIPOVETSKY, Gilles. (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

- _____. (2004). *Os tempos hipermodernos*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.
- PERROT, Michelle. (2007). *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto.
- VECCHI, Benedetto. (2005). “Introdução”. In: BAUMAN, Z. *Identidade*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Palavras-chave: semiótica, discurso, mulher política

Keywords: semiotics, discourse, political woman

Notas

* Professora do Departamento de Letras da Universidade Estadual de Goiás. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP - Araraquara (SP). E-mail: ffpalima@uol.com.br.

¹ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Outubro/eleicoes-2014-numero-de-deputadas-federais-cresce-13-33-em-relacao-a-2010>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

² Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

³ Disponível em: <<https://www.pariscityvision.com/pt/paris/museus-de-paris/museu-de-louvre/venus-de-milos>>. Acesso em: 20 out. 2017.

ORAÇÕES CONFORMATIVAS EM FOCO: UMA ANÁLISE CENTRADA NO USO

Ivo da Costa do Rosário*

UFF

Myllena Paiva Pinto**

UFF

Resumo: *Com base em Abreu (1997) e em Hopper e Traugott (1997), o objetivo deste trabalho é apresentar uma análise do grau de integração das orações conformativas, tradicionalmente reconhecidas como estruturas de subordinação adverbial. As poucas informações sobre o tema indicam a necessidade de uma análise mais detalhada sobre o assunto. À luz da Linguística Funcional Centrada no Uso, um conjunto de fatores formais foi utilizado para a análise das orações conformativas, com base em dados do português brasileiro sincrônico. Atestamos que essas orações apresentam mais traços de parataxe do que de hipotaxe. Assim, concluímos que as orações conformativas são impropriamente alocadas no campo da subordinação adverbial, como tem defendido a tradição gramatical.*

Abstract: *Based on Abreu (1997) and Hopper and Traugott (1997), the objective of this work is to present an analysis of the degree of integration of the conformative clauses, traditionally recognized as adverbial subordination structures. The few information about the subject indicates the need for a more detailed analysis on the issue. In the light of Usage-Based Functional Linguistics, a set of formal factors was used for the analysis of conformative clauses, based on data from synchronic Brazilian Portuguese. We have confirmed that these sentences present more features of parataxis than hypotaxis. Thus, we conclude that conformative clauses are improperly allocated in the field of adverbial subordination, as has been advocated by grammatical tradition.*

1. Introdução

As pesquisas sobre integração de orações têm permeado as agendas acadêmicas dos estudos em linguagem. Isso muito se justifica pela

máxima simplificação com que se tem, ao longo do tempo, tratado do assunto nas gramáticas prescritivas, em que se restringe esse fenômeno basicamente a (dois) processos dicotômicos – subordinação e coordenação. Segundo a visão normativista, esses processos se distinguem por estabelecerem ou relação de independência ou dependência, noções que podem estar relacionadas tanto a critérios sintáticos quanto a semânticos (ROSÁRIO, 2016).

Se, por um lado, a gramática tradicional cumpre o papel de tentar realizar padronizações e garantir que os falantes se compreendam em um dado momento histórico, por outro, deixa algumas lacunas no que se refere às complexidades flagradas na língua, observadas por estudiosos empenhados em descrevê-la em seu curso natural de desenvolvimento.

Os estudos mais recentes têm evidenciado que a dicotomia *coordenação vs subordinação* não dá conta de descrever o processo de integração de orações, em virtude de o conceito de (in)dependência ser discutível, polêmico e difuso (ABREU, 1997). Além disso, as gramáticas costumam usar orações extraídas de textos literários ou utilizar exemplos inventados, não retirados do uso¹ (CARVALHO, 2004), entre outros pontos controversos.

A expressão da noção de conformidade pode ser consubstanciada em uma série de diferentes estruturas morfossintáticas. O nosso foco aqui, dentro desse campo de estudos, é o conjunto das orações conformativas, tradicionalmente denominadas orações subordinadas adverbiais conformativas, ou seja, somente as que são dotadas de verbo. Nesse sentido, é fundamental que estabeleçamos uma distinção entre *oração conformativa* e *construção conformativa*.

Construção conformativa é compreendida, nesta pesquisa, como a reunião de um segmento matriz mais um segmento conformativo. Tanto um segmento quanto o outro podem ser de cunho oracional ou não. A construção conformativa engloba a tradicional oração subordinada adverbial conformativa sem se restringir a ela. Vejamos alguns dados extraídos do *corpus*²:

(01) [**Segundo** o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade patronal do setor], a produção mineral no Brasil cresceu 550% entre 2001 e 2011. Os dados, confirmados pelo Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase), dão a

dimensão do lugar de destaque da atividade no modelo de desenvolvimento implementado no país: nesses mesmos dez anos, um salto na participação da indústria mineral extrativa na composição do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro elevou seu percentual de 1,6% para 4,1%. [*Poli*, n. 38, 2015, p.4]

(02) A Petrobras, que é de longe a empresa que mais puxa o investimento do país, com repercussões em vários setores da economia, também está com um problema muito sério e isso prejudica os investimentos, aponta. Para ele, a previsão de crescimento negativo para o ano que vem, [**conforme** preveem as consultorias privadas], ou mesmo o crescimento pequeno de 0,2% projetado pelo governo não jogam a favor de uma melhoria no mercado de trabalho. [*Poli*, n. 42, 2015, p.17]

(03) Essa brutalidade não está ausente nos movimentos sociais. [**Como** salienta a autora], mesmo no MST – que entende desde sua origem a importância da participação feminina em todas as etapas da luta pela terra, incluindo ocupações e enfrentamentos com a polícia – a discussão sobre gênero era mal vista até meados dos anos 1990: “apesar de toda a experiência vivida nos períodos de ‘luta’, após a obtenção da terra, era comum que as mulheres voltassem aos seus papéis anteriores, subordinadas aos homens” (p.120). [*Poli*, n. 46, 2016, p.32]

(04) O documento foi entregue ao Conselho Nacional de Educação, mas ainda vai ser analisado também em seminários realizados nos estados. [**Segundo** afirmaram os representantes da pasta na cerimônia de entrega desta segunda versão], houve mudanças significativas nos conteúdos das diversas áreas, de forma a esclarecer pontos criticados. No entanto, o desenho da base não mudou. [*Poli*, n. 45, 2016, p.22]

Em (01), temos um segmento conformativo não oracional (“Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade patronal do setor”). Esse tipo de construção, sem verbo, não se enquadra nos estudos gramaticais normativos sobre a conformidade, pois essa noção é somente estudada no âmbito do período composto.

No máximo, os gramáticos abordam o elemento de conexão que introduz essas construções denominando-o *preposição accidental ou atípica*.

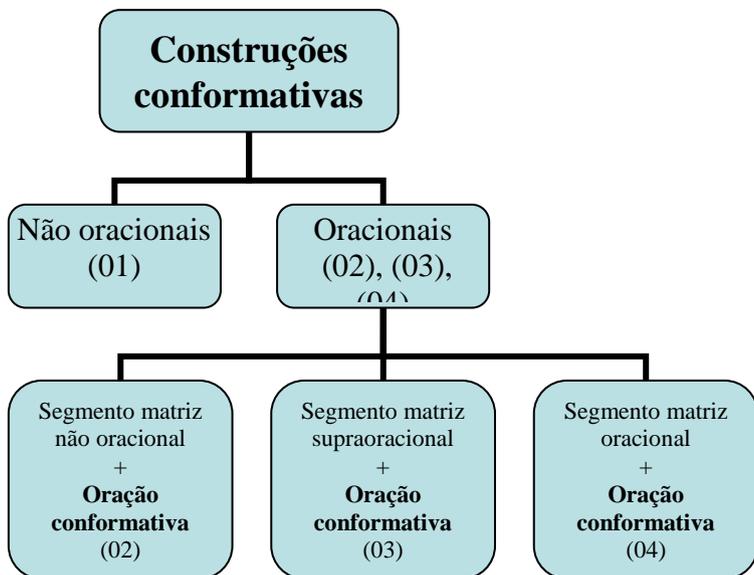
Nos exemplos (02), (03) e (04), há segmentos conformativos oracionais, visto que são estruturas dotadas de verbos, respectivamente *preveem*, *salienta* e *afirmaram*. São dados que estão dentro do escopo deste trabalho. Contudo, são distintos e guardam especificidades entre si, visto que nem sempre as orações conformativas indicadas se referem a toda porção denominada “oração principal” ou oração matriz.

Em (02), por exemplo, o escopo da oração conformativa é focal, visto que não atinge completamente a oração matriz, mas apenas uma parte dela, ou seja, refere-se apenas a “a previsão de crescimento negativo para o ano que vem”. Em outras palavras, a oração conformativa está ligada não a outra oração no sentido pleno do termo, mas a um segmento não oracional, a uma parte da oração.

Em (03), o escopo da oração conformativa é muito mais amplo que uma oração “principal” ou matriz. Trata-se de uma ligação supraoracional, tendo em vista que a oração conformativa “como salienta a autora” liga-se à informação codificada em outras orações subsequentes, que constam no parágrafo.

Por fim, em (04), há uma estrutura mais canônica de construção conformativa oracional, tendo em vista que uma oração conformativa se liga a uma única oração matriz. Esse é o tipo de configuração normalmente abordado pelas gramáticas normativas, que apresentam a ligação de orações como uma relação sempre instanciada entre uma única oração principal e uma única oração subordinada.

Esses dados iniciais servem para ilustrar como a expressão da conformidade é multifacetada em língua portuguesa. O esquema 1 ilustra as suas múltiplas formas de configuração morfossintática. Por uma questão de recorte de pesquisa, focalizamos a nossa análise em casos como os descritos em (02), (03) e (04), em que há uma oração conformativa ligada a, no mínimo, uma oração matriz.



Esquema 1: construções conformativas

Após essas considerações iniciais, com o objetivo de apresentar o foco da investigação proposta, apresentamos uma revisão da literatura, em que são destacadas as principais observações dos gramáticos e linguistas quanto às orações conformativas. Em seguida, na Fundamentação teórica, lançamos as principais bases da Linguística Funcional Centrada no Uso, que dá sustentação a este trabalho. Logo depois, na seção denominada Caminhos Metodológicos, prestamos algumas informações sobre o *corpus* e a natureza da pesquisa em foco. Por fim, chegamos à análise e discussão dos dados, antes das considerações finais e referências bibliográficas.

2. Revisão da Literatura

Em primeiro lugar, é importante apresentar como nosso objeto de estudo está definido no dicionário. Segundo Houaiss (2016), *conformidade* é a “qualidade ou estado do que é conforme: 1) correspondência, analogia ou identidade de forma, modo, tipo ou caráter; 2) ato ou efeito de se conformar, de aceitar, de se pôr de acordo; conformação; concordância”.

As ideias de *acordo*, *analogia*, *correspondência* e *identidade de forma* são bastante caras a este estudo. Essas noções serão recobradas um pouco adiante, no momento da análise de dados.

Sobre as orações conformativas, há pouca informação também nas gramáticas tradicionais, e em algumas delas, sequer são mencionadas. Em alguns casos, o estudo da conformidade fica restrito às conjunções, não sendo desenvolvido nas seções dedicadas às orações.

O quadro a seguir destaca como cinco gramáticas normativas apresentam a chamada oração subordinada adverbial conformativa:

Referência	Definição / Informações
Almeida (1964, p.333)	O autor não define esse tipo de oração, mas sobre as conjunções conformativas afirma que “são aquelas que ligam indicando semelhança, paralelismo, conformidade de ideia”.
Rocha Lima (1972, p.252, grifos nossos)	“[...] traduz a conformidade de um pensamento com o pensamento contido na oração principal . Inicia-se por uma das conjunções <i>conforme</i> , <i>consoante</i> , <i>segundo</i> e <i>como</i> (com o sentido de conforme) e só aceita a forma da oração desenvolvida”.
Kury (1978, p.58)	O autor não define oração conformativa. Apenas lista as conjunções típicas desse tipo de oração e dá exemplos
Luft (1988, p.155)	“[...] denotam conformidade, modo e introduzem-se com as conjunções <i>conforme</i> , <i>consoante</i> , <i>segundo</i> , <i>como</i> e semelhantes”
Bechara (2009, p.327, grifos nossos)	“[...] quando a subordinada exprime um fato apresentado em conformidade com a declaração principal ”.

Quadro 1 – Oração conformativa, na perspectiva tradicional

Entre as gramáticas listadas, percebemos que as definições, além de circulares, se restringem a aspectos semânticos, muito em virtude do significado da conjunção utilizada nesse tipo de oração. Apenas Rocha Lima (1972) dá um passo adiante na definição das orações conformativas, na medida em que consegue associar de algum modo aspectos sintáticos e semânticos.

Devemos sublinhar, contudo, uma informação muito importante, que é destacada mas não explorada pelos gramáticos: trata-se da vinculação da oração conformativa com a declaração contida na chamada oração matriz. O fato de uma informação (presente na subordinada) estar em conformidade com outra informação (presente na matriz) indica uma importante característica dessa construção em língua portuguesa. De certa forma, essa ideia está presente também em Houaiss (2016), quando o lexicógrafo associa conformidade às noções de *acordo*, *correspondência*, *analogia* e *identidade de forma*. Reiteramos que esse traço será explorado mais detalhadamente ao longo da análise de dados.

Em viés funcionalista, Neves (2011) também insere as orações conformativas no grupo das orações adverbiais. A autora, que procura proceder a uma descrição sintática, pragmática e semântica, afirma que a construção conformativa “expressa por um período composto é constituída pelo conjunto de uma oração nuclear (...) e uma conformativa” (NEVES, 2011, p.925). Além disso, a autora acrescenta que as conformativas podem estar antepostas ou pospostas à oração nuclear e ocorrem com o verbo tanto no indicativo quanto no subjuntivo – com exceção das introduzidas por *como*, que só recebem verbo no indicativo.

No que se refere às relações de sentido, assevera que esse tipo de oração exprime “um fato que se dá em conformidade com o que é expresso na oração principal” (NEVES, 2011, p.925). A autora ainda destaca o fato de poder haver dois atos de fala envolvidos no período: quando um determinado falante apresenta uma proposição que foi configurada em conformidade com outro emissor.

Com o objetivo de alargar essa revisão da literatura, também recuperamos o conceito de orações adverbiais veiculado em outras gramáticas. Vejamos:

adjunto adverbial é uma função adverbial da oração, ou seja, é a função exercida por advérbios e locuções adverbiais. Portanto, são chamadas de subordinadas adverbiais as orações que, num período composto por subordinação, atuam como adjuntos adverbiais do verbo da oração principal (CIPRO NETO e INFANTE, 1998, p.382).

[oração adverbial é] aquela que indica uma circunstância para a oração principal. Ela desempenha as funções próprias de um advérbio, ou seja, de um adjunto adverbial. Sempre iniciada por conjunção subordinativa adverbial, é essa conjunção que indicará a circunstância que a oração toda expressa; e, de acordo com essa circunstância, reclassificaremos a oração subordinada adverbial (MARTINO e LENZA, 2013, p.192).

Em ambas as definições, podemos detectar problemas básicos. Na definição de Cipro Neto e Infante (1998), a oração adverbial funciona como um adjunto adverbial do verbo da oração principal, conforme está explícito. Os autores não preveem que, em algumas construções, as chamadas orações adverbiais podem, para além de modificar o conteúdo semântico-pragmático delimitado na oração matriz, também alcançar porções textuais maiores ou atingir estruturas não oracionais, como demonstramos nas considerações iniciais deste artigo. Ademais, vejamos mais um dado encontrado no *corpus*:

(05) A mudança radical entre a fase de ascendência do sistema do capital, na qual a luta por melhorias dentro do capitalismo pôde sustentar alguns ganhos defensivos para a classe trabalhadora e a ilusão de um avanço progressivo até sua emancipação da exploração do capital, [como pregava o reformismo socialdemocrata], e a atual fase de crise estrutural provocou enormes alterações na luta de classes. A capacidade do sistema do capital em garantir, como fez antes, a reprodução social universal, ainda que extremamente desigual, passa a ser enormemente comprometida, colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade. [Poli, n. 38, 2015, p. 17]

Nesse exemplo (05), a construção conformativa não atinge uma oração ou um verbo exatamente, mas um sintagma nominal (“e a ilusão de um avanço progressivo até sua emancipação da exploração do capital”). Esse dado de língua real vai de encontro com muitas formulações tradicionais de que uma oração adverbial se relaciona sempre com outra oração. Na verdade, a construção oracional conformativa, como ficou claro, pode estar relacionada a um SN.

A acepção defendida por Martino e Lenza (2013) também se apresenta frágil na medida em que atribui apenas à conjunção a responsabilidade de imprimir valor semântico circunstancial à oração, desconsiderando, assim, os demais elementos do contexto comunicativo. Como há conjunções polissêmicas, muitas vezes, é observando outros elementos do contexto comunicativo que identificamos a noção circunstancial expressa na oração subordinada. Vejamos o dado a seguir:

(06) Nem o relatório nem os dados enviados pelo MEC discriminam as instituições responsáveis por essa oferta, mas se somarmos as vagas oferecidas até 2013 com as que foram previstas para 2014, chegamos a 6,9% do total, o que permite deduzir que praticamente todas as vagas dos cursos técnicos do bolsa-formação foram oferecidas pelas instituições privadas de ensino superior. [Como o relatório também informa que a rede federal foi responsável por 14,66% da oferta de bolsa-formação], o cruzamento dos dados permite concluir que, diferente do que se anunciava no início do Pronatec, os IFs têm ampliado sua participação também nos cursos FIC, que não faziam parte da sua ‘tradição’. [Poli, n. 40, 2015, p.23]

O dado (06) ilustra o que afirmamos anteriormente: a inserção de uma estrutura oracional introduzida pela conjunção integrante *que* não permite uma leitura conformativa da conjunção *como*, mas apenas causal. Assim, não basta darmos atenção apenas, em nossa análise, aos conectivos, mas é preciso observar os outros elementos ao redor da construção conformativa.

Chama-nos a atenção a forma como Bechara (2009, p. 471) trata das orações transpositoras que exercem funções adverbiais: o autor não considera as conformativas como “adverbiais propriamente ditas”

(que seriam apenas as de lugar, tempo e modo). Na perspectiva do autor, as conformativas não seriam orações adverbiais prototípicas. Essa é uma pista interessante para a discussão que pretendemos tecer ao longo deste trabalho. Afinal, as conformativas são adverbiais ou não? A análise de dados apontará uma resposta para essa questão.

A verdade é que as poucas informações encontradas indicam a necessidade de uma análise mais detida da construção conformativa oracional em português. Segundo a LFCU, as construções lexicais e gramaticais de uma língua são determinadas por aspectos não só linguísticos, mas também sociais, cognitivos e interacionais. A partir dessa premissa, o objetivo deste trabalho é investigar, com base, sobretudo, na classificação de Hopper e Traugott (1997), o grau de integração das orações conformativas, ou seja, em que ponto de aglomeração estariam no *cline* proposto pelos teóricos. Esses resultados serão contrastados com a proposta de descrição gramatical feita por Abreu (1997), que tomou como base alguns critérios definidos por Haiman e Thompson (1984 *apud* ABREU, 1997).

3. Fundamentação Teórica

Adotamos, neste trabalho, os fundamentos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). A LFCU conjuga uma integração entre discurso, cognição e gramática. Nessa perspectiva, a gramática é vista como um sistema aberto, fortemente suscetível a mudanças e intensamente afetado pelo uso. Assim, a gramática é, por natureza, maleável e suscetível a pressões advindas do cotidiano (CUNHA, TAVARES, 2007; CUNHA, BISPO, SILVA, 2013; ROSÁRIO, OLIVEIRA, 2016).

Um ponto caro à LFCU é o conceito de construção. Segundo Goldberg (1995, p.1), *construções* são “correspondências de forma-significado”. São as unidades básicas e centrais da língua, bem diferente do que indica a Tradição, que foca sua atenção nos níveis da palavra e da oração. Nos termos de Trousdale (2008, p. 306), são unidades simbólicas convencionais (*conventional symbolic unit*) que operam em diferentes níveis da gramática.

Nos termos da LFCU, a formação de uma gramática acontece por meio da rotinização de agrupamentos de palavras do discurso (BYBEE, 2006 *apud* WIEDEMER e ROSÁRIO, 2014). Isso ocorre porque há uma estreita relação entre “a estrutura das línguas e o uso

que os falantes fazem dela” (MARTELOTTA, 2011, p.55). Por isso, nos estudos envolvendo essa abordagem, atenta-se aos contextos extralinguísticos, às situações de comunicação, considerando elementos semânticos, pragmáticos e discursivos nas análises.

A filiação deste trabalho a essa linha teórica justifica-se pela necessidade de uma descrição calcada no uso, bem diferente dos modelos pré-fabricados de períodos compostos tratados pelos estudos tradicionais e formalistas de uma maneira geral. A LFCU concebe a língua como maleável, sem categorias totalmente discretas ou definidas. Logo, entendemos que as construções conformativas oracionais podem ser estudadas à luz do *continuum* categorial cunhado pela teoria.

Essa visão de *continuum* no processo de integração de orações, desenvolvida principalmente por Hopper e Traugott (1997), rompe com a dicotomia coordenação *versus* subordinação, trazendo a perspectiva de possíveis pontos de aglomeração, os chamados *clusters*, em que estariam os diferentes tipos de construções oracionais. Nos termos dessa lógica, “subordinação, coordenação, correlação, justaposição etc. são processos que se inserem em um *continuum*, compartilhando muitas propriedades em comum” (ROSÁRIO, 2016, p.3). De forma bem sintética, os três principais processos de conexão de cláusulas, na abordagem de Hopper e Traugott (1997), são:

- a) *Parataxe*: em que estão as orações justapostas, caracterizadas pela adjacência de dois ou mais núcleos expressos em apenas um contorno entonacional sem a inserção de elementos conectores, ou as coordenadas, que se diferenciam do primeiro tipo porque estão formalmente ligadas por um conector;
- b) *Hipotaxe*: em que existe um núcleo, uma ou mais orações não podem ficar sozinhas e, conseqüentemente, são dependentes. As adverbiais estão inseridas nesse grupo;
- c) *Subordinação* – também chamada de encaixamento: apresenta dependência completa, uma oração está completamente incluída no constituinte núcleo da outra.

Além desses postulados, outras categorias analíticas da LFCU são relevantes. Para este trabalho, destacamos algumas categorias de análise que são úteis à descrição e análise das construções conformativas oracionais. A primeira delas é a *iconicidade*, definida como correlação entre forma e função. Pode ser dividida em três subprincípios, quais sejam: *quantidade*, *proximidade* e *ordenação linear*. Para Croft (1990), uma determinada construção gramatical pode refletir, de alguma maneira, a estrutura do conceito expresso por ela. Aqui, mais especificamente, daremos destaque ao subprincípio da proximidade. Segundo Cunha, Bispo e Silva, esse subprincípio:

manifesta que os conceitos mais integrados no plano cognitivo também se apresentem com maior grau de aderência morfossintática. Quer dizer, a contiguidade estrutural entre os morfemas de um vocábulo, ou entre os constituintes de um sintagma, ou ainda entre os enunciados num texto reflete a estreita relação entre os signos no nível conceitual (CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p.2).

Na seção de análise e discussão, vamos demonstrar que o princípio da iconicidade atua fortemente nas construções conformativas oracionais, especialmente no que se refere ao subprincípio da proximidade.

Rompendo com a noção binomial tradicional das categorizações gramaticais, a noção de *prototipicidade* nos ajuda a compreender melhor o fenômeno de integração de orações. Nessa perspectiva, dentro de um grupo específico, de uma categoria, existem elementos que carregam em si os aspectos mais característicos (elementos prototípicos) e os que vão paulatinamente se distanciando desse grupo mais central (elementos marginais) e, ao mesmo tempo, se aproximando de outra categoria, em um *continuum* categorial. O que observamos é que, se até mesmo dentro do rol das construções conformativas não parece haver regularidade e fixidez, demonstrando que há níveis diversos dentro do grupo, parece arriscado afirmar que essas construções estejam confortavelmente instaladas na categoria "orações adverbiais" como um grupo unitário. Nesse sentido, a teoria dos protótipos (TAYLOR, 1995; CAMACHO, 2011) nos dá subsídios

para investigar em que ponto de aglomeração estão as orações conformativas, na medida em que, possivelmente, sequer estejam perfeitamente alocadas dentro das hipotáticas, como preveem Hopper e Traugott (1997) para as adverbiais de um modo geral.

4. Caminhos Metodológicos

De maneira bem específica, a proposta deste trabalho é observar as orações conformativas introduzidas pelos conectivos *conforme*, *segundo*, *como* e *consoante*. A filiação da pesquisa à base funcionalista pressupõe um *corpus* que ofereça dados de língua em uso. Assim, escolhemos como *corpus* os textos publicados na Revista *POLI – Saúde, Educação e Trabalho*, um periódico com distribuição gratuita e disponível para acesso *on-line* (Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br/publicacoes/revista-poli>), voltado tanto para professores, profissionais e gestores quanto para alunos.

A opção pelo gênero textual *editorial* justifica-se pelo fato de apresentar uma linguagem simples, concisa e precisa. Além disso, ao compreendermos, de antemão, que a construção conformativa é parte de um todo argumentativo, selecionamos um gênero textual que apresentasse argumentos necessários à defesa da posição assumida pela revista, expondo, conseqüentemente, o ponto de vista defendido (ROSÁRIO, 2007).

Investigamos as construções conformativas nas edições de 2015 e 2016 – ao todo, são nove edições – e detectamos 69 dados. Pelo atalho de busca, procuramos construções em que apareciam os conectores listados nas principais gramáticas (e.g. BECHARA, 2009; NEVES, 2011), quais sejam: *segundo*, *conforme*, *consoante* e *como*. Vale dizer que nosso trabalho é de natureza predominantemente qualitativa, visto que em poucos momentos nos valem de dados quantitativos para destacar diferenças de frequência de ocorrência (BYBEE, 2003).

A análise está baseada principalmente nos estudos de Hopper e Traugott (1997) e de Abreu (1997). Este último lança mão do modelo de análise adotado por Haiman e Thompson (1984 *apud* ABREU, 1997). Segundo esse modelo, algumas propriedades formais são relacionadas à combinação entre a oração principal e a sua subordinada, quais sejam: identidade de sujeito e/ou tempo; redução de uma das orações; incorporação marcada gramaticalmente de uma das orações; ligação entonacional; pertencimento de uma oração ao

escopo da outra; ausência de iconicidade temporal entre as duas orações; e identidade das duas orações, do ponto de vista da perspectiva do ato de fala. Esses são os fatores que servirão como base para a análise a ser apresentada na seção seguinte.

5. Análise e discussão dos dados

Na proposta de Abreu (1997), que serve como uma das principais bases desta pesquisa, as orações conformativas não são analisadas, o que, inclusive, valida a necessidade da nossa pesquisa. Afinal, há um hiato na descrição desenvolvida pelo autor.

Vamos proceder, nesta seção, à análise dos dados encontrados no *corpus*. Apresentamos, a seguir, na Tabela 1, o número dos dados encontrados na Revista *POLI – Saúde, Educação e Trabalho*. A frequência de ocorrência das orações conformativas está distribuída de acordo com o conector que as introduzem:

Edição da Revista	<i>Como</i>	<i>Conforme</i>	<i>Segundo</i>	Total
n. 46	6	1	-	7
n. 45	5	-	1	6
n. 44	3	-	-	3
n. 43	4	-	-	4
n. 42	13	3	-	16
n. 41	9	-	-	9
n. 40	6	-	-	6
n. 39	4	-	-	4
n. 38	13	-	1	14
Total	63	4	2	69

Tabela 1 - Frequência dos dados de acordo com cada edição e conector

Conforme observamos na Tabela 1, ao todo, foram encontrados 69 construções conformativas oracionais no *corpus*. A frequência de ocorrência (BYBEE, 2003) do *como* é bastante superior à dos demais

conectores. Entre as 69 construções conformativas encontradas nas nove edições da revista, em 63 (91,3%) o *como* era conector, em 4 (5,8%) estava o *conforme* e em 2 (2,9%), o *segundo*.

No *corpus* analisado, não encontramos exemplos de uso de construções instanciadas por *consoante*. Acreditamos que o conector *consoante* tenha entrado em obsolescência, em virtude do uso de outros conectores mais produtivos, como, por exemplo, o *como*. Entretanto, essa é uma hipótese que precisa ser melhor desenvolvida e amparada em dados diacrônicos, o que excede os objetivos deste artigo.

Considerando seis dos critérios formais do modelo eleito por Abreu (1997), analisamos os dados encontrados em nosso *corpus*, de modo que possamos chegar, dentro da escala estabelecida pelo autor, ao nível (GIVÓN, 1984) em que estariam as orações conformativas no *cline* de integração de orações.

5.1. Identidade de sujeito e tempo

Citando Haiman e Thompson (1984), o autor propõe que a identidade de sujeito e tempo entre as orações do período seja um traço característico da subordinação. Afinal, uma vez fornecidas essas informações na oração matriz, não precisariam ser retomadas na subordinada. Destacamos o exemplo (07), retirado do *corpus*, para verificar esse critério nas construções conformativas oracionais. Vejamos:

(07) Segundo o artigo ‘A reforma tributária: removendo entraves para o crescimento, a inclusão social e o fortalecimento da federação’, assinado em conjunto pelo professor da Escola de Governo do Legislativo de Minas Gerais, Fabrício de Oliveira, e pelo professor do Instituto de Economia da Unicamp, Geraldo Biasoto Junior, nenhum dos governos do período democrático se dispôs, até hoje, a enfrentar essa questão, “a não ser introduzindo algumas mudanças pontuais e localizadas em sua estrutura, geralmente guiadas pelo imediatismo, que mais contribuiriam para aumentar o seu grau de degeneração do que propriamente para recuperá-lo como instrumento de política econômica e social”. [**Como** explica Rodrigo Orair], a recriação da CPMF, proposta mais concreta

apresentada até agora para aumentar as receitas, não rompe com essa tradição. “Ela é um caminho conveniente, já se sabe administrá-la, mas não muda essa estrutura de tributação. É mais um imposto sobre serviços”, diz o pesquisador do Ipea. [Poli, n. 46, 2016, p. 15]

O exemplo (07) é um caso bastante comum no *corpus*: identificamos que, embora o tempo verbal das orações seja o mesmo (presente do indicativo), o sujeito da oração conformativa é “Rodrigo Orair”, e o da chamada oração principal, “a recriação da CPMF”. Essa falta de identidade dos sujeitos é comum nos dados do *corpus* analisado. Acrescentamos que, nesse dado, destaca-se a fonte da informação (“Rodrigo Orair”), e isso é o mais comum de ocorrer nessas construções.

Apesar de Mateus *et al.* (2003) afirmarem que uma característica das orações conformativas é poder ter sujeito nulo (conforme é chamado na linha formalista a ausência de sujeito expresso), em nosso *corpus*, isso não foi atestado. Em síntese, detectamos que as construções conformativas não precisam obrigatoriamente ter identidade de sujeito e tempo com a oração matriz.

5.2. Redução de uma das orações

Esse critério diz respeito à possibilidade de redução em razão de “redundância discursiva”. Pode-se dar de duas formas: por elipse e por *opposition loss* (perda de tempo finito).

Em nosso *corpus* de análise, não identificamos casos em que houvesse redução de uma das orações, na medida em que destacamos apenas dados em que havia a construção conformativa oracional instanciada por conectivos. Assim, descartamos as construções em que não apareciam verbos.

Reiteramos que, nesta etapa da pesquisa, não nos interessa analisar os casos em que aparecem as chamadas “proposições atípicas/acidentais”, como são conhecidos os itens que introduzem sintagmas sem apresentarem um estrutura oracional (NEVES, 2011). Todavia, não descartamos a possibilidade de, no processo de mudança gramatical, algumas conjunções conformativas terem sofrido redução por elipse, em razão de alguma redundância discursiva existente, e se tornado o que hoje são chamadas de preposições acidentais.

Frisamos que, no *corpus* de pesquisa, não encontramos construções de redução – nem por utilização de verbos em suas formas nominais nem por elipse. A não possibilidade de redução por verbo (gerúndio, particípio e infinitivo) nas construções conformativas é um ponto reconhecido por alguns autores tradicionais, entre eles Rocha Lima (1972).

5.3. Incorporação marcada gramaticalmente de uma das orações

Abreu (1997) define o critério da incorporação marcada gramaticalmente como a possibilidade de uma oração ser parte da outra. A oração que está incorporada perde sua integridade como ato de fala independente.

Chamamos a atenção aqui para o fato de que Abreu (1997) recorre à distinção proposta por Dik (1989 *apud* ABREU, 1997) para *argumentos* e *satélites*, distinguindo a incorporação de argumentos (de 1º grau) da de satélites (2º grau).

São considerados *argumentos* os elementos requeridos por um verbo “para que ele possa ter funcionalidade comunicativa” (ABREU, 1997, p.16). *Satélites*, por sua vez, são as porções que dão informações adicionais ao enunciado, sem que sejam requisitados pelo verbo.

O autor propõe que as construções adverbiais teriam incorporação marcada de 2º grau. As construções conformativas oracionais têm, de fato, incorporação marcada de 2º grau porque não operam de forma autônoma no enunciado e nem participam do esquema argumental do verbo. Vejamos um dado:

(08) O que mais apareceu até agora como solução foram as campanhas voltadas para fazer com que a população reduza seu consumo de água. E [**como mostrou** uma notícia veiculada no portal G1 no dia 6 de fevereiro], elas *podem ter* efeitos desastrosos entre a população. Uma enfermeira da cidade de Araçatuba, no interior paulista, registrou um boletim de ocorrência na polícia contra uma motorista que tentou atropelá-la quando ela lavava a calçada de sua casa. A motorista teria gritado à enfermeira que ela estava “acabando com a água do mundo”. [*Poli*, n. 39, 2015, p. 6]

Aferimos que, em (08), a oração conformativa “como mostrou uma notícia veiculada no portal G1 no dia 6 de fevereiro” não atua como argumento da locução verbal “podem ter”, presente na outra oração matriz. Entretanto, com uma função argumentativa de corroborar/ratificar a informação que é dada na oração matriz, a oração conformativa não opera de maneira independente.

Nesse dado, há a presença de um verbo transitivo não prototípico, pois seu objeto não sofre mudança física, conforme Neves (2011). Esse verbo, com valência aberta (*mostrar*), evidencia que o preenchimento do seu sentido depende da outra oração.

O preenchimento dessa valência não é feito de forma sintática, mas apenas de maneira semântico-pragmática. Esse aspecto da construção conformativa é bastante importante de ser evidenciado, porque não é ela que sintaticamente completa o sentido da oração chamada principal, mas a porção textual com a qual ela estabelece relação de conformidade é que preenche uma lacuna do seu verbo.

5.4. Ligação entonacional

O critério da “ligação entonacional” está relacionado com a ausência de pausa entre duas orações (ABREU, 1997). As orações conformativas encontradas no nosso *corpus*, em sua maioria, estavam separadas por vírgulas da outra oração. Portanto, constitui-se uma ligação de orações mais frouxa, menos integrada, em virtude da pausa expressa graficamente pelo sinal de pontuação.

Aqui, fazemos uma observação importante: mesmo dentro do grupo das chamadas orações conformativas, é provável que encontremos um gradiente, um *cline*, com diferentes graus de prototipicidade. Analisando as considerações que Mateus *et al.* (2003) fazem a respeito do assunto, percebemos que, a depender da posição em que a oração conformativa se encontra, ela pode ter uma ligação entonacional maior ou menor. A ordem e localização da oração não são fortuitas, assim como também sua posição não é rígida. Vejamos duas frases oferecidas por Mateus *et al.* (2003, p. 763):

- a) A decoradora arranjou a sala *conforme lhe recomendaram*.
- b) *Conforme lhe recomendaram*, a decoradora arranjou a sala.

As autoras argumentam que, no primeiro caso, a oração “conforme lhe recomendaram” está em conformidade com a ação de *arranjar*. Em outras palavras, nessa posposição, a conformativa tem a função de atribuir modo ao verbo da matriz. Por outro lado, no segundo caso, na anteposição, a noção de conformidade recai sobre o enunciado da segunda oração: “a decoradora arranjou a sala”. Isso mostra que o nível de ligação entonacional pode variar, mesmo no grupo das conformativas. Assim, argumentamos que algumas conformativas podem modificar todo segmento matriz, ao passo que outras modificam somente um dado elemento dentro da construção. Na maior parte dos casos do *corpus*, houve mais casos de frouxidão, ou seja, conformativas que modificam todo segmento matriz.

É provável que essa possibilidade de variação da força de ligação entonacional da construção conformativa esteja relacionada ao verbo que a instancia. O tipo de verbo mais frequente em nosso *corpus* foi o de elocução (NEVES, 2011). Apesar de o verbo “recomendar” – presente nos exemplos formulados por Mateus *et al.* (2003) – também se enquadrar nesse grupo, ele carrega um valor semântico-pragmático um pouco diferenciado: contém em si uma noção de *modo de fazer*. Essa noção, por sua vez, é ativada pela presença de um verbo de ação (*arranjar*) na oração matriz (NEVES, 2011). Para efeito de comparação, destacamos dois dados a seguir:

(09) É perceptível que nós temos uma agenda que contém novidades graves no que se refere, primeiro, ao tamanho do ajuste fiscal que está sendo defendido e praticado pelos atos concretos do governo. [**Conforme** observou um dos teóricos desse processo], um dos que elaboram essa agenda em curso, o diretor da Casa das Garças, Edmar Bacha, a única maneira de congelar os gastos públicos nos marcos do que está sendo votado [PEC 241/2016, que estabelece um teto de gastos para o governo federal] *é fazendo* modificações constitucionais. [*Poli*, n. 46, 2016, p. 20].

(10) Um dos temas mais presentes nos debates foi o financiamento, que esteve no foco das disputas entre governo e sociedade civil durante a tramitação do PNE no Congresso. Segundo Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha

Nacional pelo Direito à Educação, a conferência reforçou a reivindicação por uma maior participação da União no financiamento da área. “Se a prioridade é da educação, [como a Dilma diz], isso tem que reverberar na maior participação do governo federal na área transferindo para estados e municípios”, afirmou. [*Poli*, n. 38, 2015, p. 22]

Em (09), o verbo “observar”, presente na oração conformativa, pode ser inserido no grupo dos verbos de elocução. Se comparado ao verbo “dizer”, do exemplo (10), “observar” tem em si uma função semântica que expressa a forma como um dos teóricos se pronunciou (em forma de observação).

Percebemos que a ligação entonacional pode ser variável dentro do grupo das construções conformativas e depende do contexto comunicativo em que a construção está inserida. Entretanto, nosso *corpus* de análise apenas ofereceu dados de conformativas oracionais mais “frouxas”, ou seja, que modificam a porção de texto maior, e não apenas o verbo, indicando modo, nos termos de Mateus *et al.* (2013).

5.5. Ausência de iconicidade

Abreu (1997) trata da iconicidade no âmbito da ordenação dos elementos do enunciado. Ele afirma que a ordem dos termos, quando há iconicidade, é motivada pela temporalidade em que as ações expressas nas orações acontecem no mundo sociofísico. Para ele, ligação de orações por subordinação não apresenta iconicidade. Vejamos o exemplo a seguir:

(11) Em dezembro do ano passado, Instituto Avon e Data Popular divulgaram uma pesquisa realizada com 2.046 jovens de 16 a 24 anos de todas as regiões do país, sendo 1.029 mulheres e 1.017 homens. Do total, 96% consideraram viver em uma sociedade machista. Mas, [como demonstraram os resultados], grande parte ainda concorda com pressupostos associados à desigualdade de gênero: 68% desaprovam mulheres que têm relações sexuais no primeiro encontro, 80% afirmam que uma mulher não deve ficar bêbada em festas e 25% admitem pensar que mulher que usa roupa curta ou decote está ‘se oferecendo’ para os homens. [*Poli*, n. 38, 2015, p. 25]

Do ponto de vista da temporalidade (ou ordenação linear), as construções conformativas do tipo (11) observadas no *corpus* não demonstram iconicidade. Existe a possibilidade de inversão da ordem das orações sem causar estranheza, conforme teste proposto por Abreu (1997). Entretanto, há iconicidade se observada a partir de outro subprincípio, o da proximidade. A contiguidade estrutural entre os elementos das construções conformativas reflete uma relação estreita entre os signos no nível conceitual. No exemplo (11), percebemos que a oração conformativa está dentro de uma construção de valor adversativo e, juntas, imbricadas, constroem a argumentação.

5.6. Identidade das duas orações do ponto de vista do ato de fala

Este sexto critério tem relação com a diferença entre discurso direto e indireto. Se houver identidade do ponto de vista do ato de fala entre as orações integradas, há subordinação. No exemplo dado por Abreu (1997), percebemos um caso de discurso indireto *stricto sensu*, daqueles que encontramos em textos narrativos, com falas de personagens.

No que se refere aos nossos dados, temos, muitas vezes, dois atos de fala distintos, mas não se trata de um discurso indireto prototípico, porque os dois pontos e o travessão são “substituídos” por conectores conformativos (*segundo, como, conforme* etc.) que, na maioria das vezes, introduzem oração cujo verbo é *dicendi*. Vejamos nos exemplos (12) e (13) a forma como os atos de fala aparecem nas construções conformativas:

(12) Todos liderados ou apoiados por aparatos militares. No entanto, [**como** argumenta o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Demian Melo], essa definição de golpe de Estado como um processo protagonizado por militares não permite analisar o papel do Legislativo e do Judiciário na legitimação de processos de tomada de poder. [*Poli*, n. 45, 2016, p. 29]

(13) Na política monetária, foram restringidos os canais de ampliação do crédito, ao mesmo tempo em que as taxas de juros tendem a se elevar. No que diz respeito à política cambial, o governo está se isentando de interferir no mercado de câmbio

[**como** vinha fazendo antes]. Em um momento de crise, as pessoas tentam vender reais para comprar dólares. Isso tende a aumentar o preço do dólar, o que significa aumentar a taxa de câmbio [*Poli*, n. 39, 2015, p. 13].

Neves (2011) já destacava que a integração de orações envolvendo construções conformativas poderia englobar dois atos de fala, como foi apontado no início deste trabalho. No caso (12), há dois atos de fala: um está ligado à palavra do professor Demian Melo, e outro à própria fala do autor do texto em análise. É claro que, como dissemos, não se trata de um caso de discurso indireto *stricto sensu*, mas está no entremeio entre um tipo de discurso e outro.

Percebemos que, na maioria dos casos encontrados no *corpus*, não há equivalência do ponto de vista do ato de fala. Nos casos em que se detectava identidade de atos de fala, como em (13), geralmente havia construções ambíguas, cuja função semântico-pragmática não era muito bem definida.

No exemplo (13), percebemos que a ligação entonacional é mais forte que em (12), haja vista que não temos a presença da pontuação dividindo as orações. Aquele, de fato, é um caso em que existe apenas um ato de fala. Observamos também que, além da relação de conformidade, a inserção da conjunção *como* imprime na construção uma noção subsidiária de modo. Essa deve ser a razão pela qual, por algum tempo, alguns estudiosos mantinham as conformativas dentro do grupo das orações de modo (KURY, 1961 *apud* BARRETO, 1999).

5.7. Síntese dos resultados

Ao longo da análise, fizemos um levantamento das características formais das construções conformativas, que não são mencionadas, em geral, nem nos estudos funcionalistas nem nos estudos tradicionais sobre integração de orações.

Como resultado da aplicação do modelo de Haiman e Thompson, Abreu (1997, p.25) elabora um *continuum* com seis escalas e assevera, tomando como base a subordinação, que “as adverbiais são menos prototípicas do que as substantivas e adjetivas restritivas”.

A seguir, a partir das tendências atestadas nos dados encontrados na *Revista Poli*, listamos, em resumo, o comportamento sintático das

orações conformativas oracionais diante dos critérios elencados por Abreu (1997):

- identidade de sujeito
- possibilidade de redução
- + incorporação (2º grau)
- ligação entonacional
- ausência de iconicidade
- identidade de atos de fala

Em uma escala que parte da coordenação até a subordinação, concluímos que o grau de integração das orações conformativas é 1 (um). Com base nos dados de nosso *corpus* de pesquisa, observamos apenas um critério atendido pelas orações conformativas em foco: a incorporação marcada de 2º grau.

Segundo Abreu (1997), as subordinadas prototípicas são as substantivas subjetivas (grau 6), e as coordenadas prototípicas são as aditivas, adversativas e conclusivas (grau 0). As orações conformativas, segundo resultados desta pesquisa, estão no mesmo grau de integração das subordinadas substantivas apositivas, adverbiais consecutivas e coordenadas alternativas e explicativas.

Com relação ao *cline* de Hopper e Traugott (1997), defendemos que não seria possível inserir as construções conformativas exatamente no grupo das hipotáticas, mas estariam próximas às paratáticas, distanciando-se das prototípicas adverbiais, que, na análise de Abreu (1997), são as causais, condicionais, finais e temporais.

6. Considerações Finais

A noção de conformidade é expressa em língua portuguesa por meio de diferentes construções. Além do tradicional arranjo *oração principal + oração conformativa*, há outros, como demonstrado no início deste trabalho, tanto no plano oracional quanto no não oracional. Neste trabalho, o foco de análise esteve concentrado nas orações conformativas propriamente ditas, que é uma parte desse universo.

Com base nos seis critérios formais postulados por Abreu (1997, p. 25), utilizados nesta pesquisa, atestamos que as conformativas não exibem identidade de sujeito e nem possibilidade de redução.

Costumam vir em uma mesma ligação entonacional, sem iconicidade e sem identidade de atos de fala. O único critério que a aproxima do campo do maior encaixamento é a incorporação marcada de 2º grau o que, por si só, é insuficiente para alocá-las no campo da hipotaxe.

Diante das reflexões apresentadas, defendemos que as orações conformativas não podem ser classificadas categoricamente como adverbiais (ou hipotáticas) prototípicas. À luz da LFCU, concluímos que orações conformativas têm mais traços de parataxe do que de hipotaxe, em uma perspectiva de gradiente gramatical.

Em consequência dessa análise, com relação ao *cline* de distribuição de Hopper e Traugott (1997), não podemos inserir as orações conformativas confortavelmente no grupo das hipotáticas, mas, ao contrário, elas estariam mais próximas ao campo da parataxe. Isso as distancia das tradicionais orações subordinadas adverbiais, ideia defendida pela Tradição gramatical.

O caráter de interdependência das conformativas, intuído por vários autores ao falarem em *correspondência*, *acordo*, *identidade de forma* etc. é um forte indicativo de que conformativas, de fato, não têm o perfil geral das hipotáticas, que é o de *adjunção* ou *marginem*. Ao contrário, conformativas revelam-se como orações com acentuada *interdependência*.

Com essas reflexões, não pretendemos esgotar o assunto aqui, tendo ciência de que outras leituras e novas abordagens devem ser feitas, especialmente no plano semântico-pragmático. Entretanto, acreditamos ter dado os primeiros passos na busca de respostas para uma caracterização mais real das orações conformativas no *cline* de integração de orações.

Referências Bibliográficas

- ABREU, A. S. (1997). “Coordenação e subordinação: uma proposta de descrição gramatical”. In: *Alfa*, n. 41, p. 13-37. São Paulo.
- ALMEIDA, N. M. (1964). *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 32. ed. São Paulo: Saraiva.
- BARRETO, T. (1999). *Gramaticalização das Conjunções na História do Português*. Tese. Doutorado em Linguística. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- BECHARA, E. (2009). *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Lucerna.

- BEZERRA, R. (2010). *Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método.
- BYBEE, Joan (2003). “Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency”. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. In: *The handbook of historical linguistics*. Malden: Blackwell Publishing, p.624-647.
- CAMACHO, R. G. (2011). “A classe de palavras na perspectiva funcional”. In: _____. (Org.) *Classe de Palavras na Perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional: o papel da nominalização no continuum categorial*. São Paulo: Editora da Unesp, p.29-51.
- CARVALHO, C. S. (2004). “Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas”. In: *Veredas*, v. 8, n. 1 e n. 2, p.9-27.
- CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. (1998). *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione.
- CROFT, W. (1990). *Typology and Universals*. Cambridge, United Kingdom: CUP.
- CUNHA, M. A. F.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. (2013). “Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas”. In: CEZARIO, M. M; CUNHA, M. A. F. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, p.13-39.
- CUNHA, M. A. F.; TAVARES, M. A. (2007). “Linguística funcional e ensino de gramática”. In: CUNHA, M. A. F.; TAVARES, M. A. *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: Editora da UFRN, p.13-51.
- DIK, S. (1989). *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris.
- GIVÓN, T. (1984). *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 2 v.
- HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (1984). “Subordination in universal grammar”. In: *Annual Meeting of Berkeley Linguistics Society*. 10. Berkeley: Berkeley Linguistics Society.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. (1997). *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOUAISS, A. (2016). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1 CD.
- KURY, A. G. (1978). *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. São Paulo: LISA.

- LUFT, C. P. (1988). *Gramática Resumida: explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Globo.
- MARTELOTTA, M. E. (2011). *Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez.
- MARTINO, A.; LENZA, P. (2013). *Português Esquematizado: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva*. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva.
- MATEUS, M. H. M. *et al.* (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- NEVES, M. H. M. (2011). *Gramática de Usos do Português*. 2. ed. atual. São Paulo: Unesp.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios; VOTRE, Sebastião Josué (2009). “A trajetória das concepções de *discurso* e de *gramática* na perspectiva funcionalista”. In: *Matraga*, v. 16, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-114.
- PASCOALE, C. N.; INFANTE, U. (1998). *Gramática de Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione.
- ROCHA LIMA, C. H. (1972). *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- ROSÁRIO, I. C. (2007). *Aspectos sintáticos e semânticos do como na linguagem padrão contemporânea*. Dissertação. Mestrado em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. (2012). *Construções Correlatas Aditivas em Perspectiva Funcional*. Tese. Doutorado em Letras. Niterói - RJ: Universidade Federal Fluminense.
- _____. (2016). “Reflexões sobre o critério da (in)dependência no âmbito da integração de orações”. In: *Línguas & Letras*, v. 17, n. 35, p.252-272.
- _____; OLIVEIRA, M. R. (2016). “Funcionalismo e Abordagem Construcional da Gramática”. In: *Alfa*, São Paulo, 60 (2), p.233-259.
- TAYLOR, J. R. (1995). *Linguistic Categorization*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press.
- TROUSDALE, G. (2008). “Words and constructions in grammaticalization: The end of the English impersonal construction”. In: FITZMAURICE, S. M.; MINKOVA, D. (Orgs.). *Studies in the History of the English Language IV*. Berlin, New York (Mouton de Gruyter), p.301-326.

WIEDEMER, M. L.; ROSÁRIO, I. C. (2014). “Língua em uso: gramática, discurso e construções”. In: *Revista Solettras*, n. 28, p.1-11.

Palavras-chaves: Conexão de orações, Hipotaxe, Conformidade.

Keywords: Clause connection, Hypotaxis, Conformity.

Notas

* Doutor em Letras pela UFF e doutor em Letras Vernáculas pela UFRJ. Atualmente é professor adjunto de língua portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e professor permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFF.

** Mestre em Estudos de Linguagem, pela Universidade Federal Fluminense.

¹ No campo dos estudos funcionalistas, Oliveira e Votre (2009, p. 105) apresentam o conceito de uso, de forma bem completa e detalhada: “Em primeiro lugar, [uso] passa a abrigar não só o registro empírico da modalidade falada; as fontes escritas são incorporadas de modo mais efetivo à pesquisa e a intuição do analista é levada em consideração. Outro ponto saliente em relação ao conceito de uso é o destaque para fontes escritas em registro culto, com a incorporação de formas prestigiadas de elaboração linguística de modo mais efetivo à investigação funcionalista”.

² As informações sobre o *corpus* são oferecidas na seção *Caminhos Metodológicos*. Em todos os dados do *corpus* o conectivo responsável pela noção de conformidade é destacado em negrito. Além disso, a oração conformativa é isolada por colchetes.

EXPRESSION OF THE THIRD PERSON IN THE PARKATÊJÊ LANGUAGE¹

Nandra Ribeiro Silva*

UFPA

Ana Vilacy Moreira Galúcio**

MPEG

Marília de Nazaré O. Ferreira***

UFPA

Abstract: *This article presents a detailed description of the distinct ways of indexing a third-person pronominal referent on Parkatêjê verbs. Parkatêjê is a Jê language belonging to the Timbira Dialectal Complex, and spoken in the Southeast part of the State of Pará (Brazil). The motivation to investigate this specific topic was that it had not been the focus of a thorough analysis in the previous studies on the language (FERREIRA, 2003; ARAÚJO 1989). Based on morphosyntactic, phonotactic and historical-comparative criteria, we describe the several forms of expressing the third person with verbs in Parkatêjê, and propose a revised list of Parkatêjê personal pronouns, which includes the forms for third-person singular and plural. In addition, we compare the pattern of verbal third person expression of Parkatêjê to the patterns found in other Northern Jê languages, such as Mëbêngokrê, Krahô, Pykobjê and Apãniekrá.*

Resumo: *Este artigo apresenta uma descrição detalhada das formas distintas de expressão do referente pronominal de terceira pessoa dos verbos em Parkatêjê, uma língua Jê pertencente ao Complexo Dialeto Timbira, falada na região sudeste do estado do Pará (Brasil). A motivação para investigar este tópico específico deve-se ao fato de ele não ter sido tratado em detalhes nos estudos anteriores sobre a língua (FERREIRA, 2003; ARAÚJO 1989). Com base em critérios morfossintáticos, fonotáticos e histórico-comparativos, descrevemos as diversas formas de expressar a terceira pessoa com verbos em Parkatêjê e propomos uma lista revisada de pronomes pessoais de Parkatêjê, que inclui as formas para terceira pessoa do singular e do plural. Além disso, comparamos o padrão de expressão da terceira*

pessoa verbal de Parkatêjê com os padrões encontrados em outras línguas Jê do Norte, como Mëbêngokrê, Krahô, Pykobjê e Apãniekrá.

1. Introduction

Pronouns have been traditionally defined as words that substitute nouns (BHAT, 2004, p.1). However, such description is not broadly accepted, due to the fact that certain pronouns - especially some personal pronouns - cannot substitute indiscriminately *any* noun. This paper examines the personal pronouns in Parkatêjê, focusing on the expression of the third person.

The Parkatêjê language belongs to the group of Northern Jê languages, and integrates the Timbira Dialectal Complex along with other languages such as Krahô, Krinkati, Apãniekrá-Canela, Ramkokamekrá-Canela, Pykobjê-Gavião, Krenjê and Apinajê. It is spoken in the Southeastern region of Pará (Brazil) in a community located near the municipality of *Bom Jesus do Tocantins*, on the margins of the highway BR-222. According to previous works by Ferreira (2003), this language possesses free and bound personal pronouns, which distinguish first, second and third person, and three numbers (singular, dual and plural).

This article is a revised and expanded version of the analysis presented by Ribeiro-Siva (2016) in her Master Thesis. It describes the several forms of expressing the third person with verbs in Parkatêjê, and proposes a revised list of Parkatêjê personal pronouns, which includes the forms for third-person singular and plural. This topic had not been dealt with details in the previous studies on this language (NEVES, 2012; FERREIRA, 2003; ARAÚJO, 1977, 1989). In order to further the analysis of the third person markers in Parkatejê, in addition to the existing studies on this topic (ARAÚJO, 1989; FERREIRA, 2003), we also take into account information from other languages of the Macro-Jê family, such as Apãniekrá (CASTRO ALVES, 2004), Pykobjê (AMADO, 2003), Mëbêngokrê (SILVA, 2001), and Krahô (SOUZA, 1989).

The article is organized in the following way. Section 2 presents methodology of data collection and analysis. Section 3 addresses the morphological, syntactic and distributional features of personal pronouns in Parkatêjê, as well as the differences between free and bound pronominal forms. Section 4 analyses the expression of the

third person in Parkatêjê verbs, based mainly on morphosyntactic, phonotactic and historical-comparative criteria. In section 5, a revised table of personal pronouns is proposed for Parkatêjê, including a morphological distinction for three persons (first, second and third), and two numbers (singular and plural). Section 6 presents a summary of the main advances in the analysis of third person pronominal referents in the Parkatêjê verbs. The distribution of the pronouns according to a combination of their grammatical functions and the verb tenses that had been previously described by Ferreira (2003) is confirmed and refined.

2. Data and methodology

The methodology of collection and analysis of the linguistic data was the habitual one used in linguistic description: field research, analysis of the obtained material, its organization and comparison with data of other Macro-Jê languages that belong to the Complexo Dialetal Timbira, namely Apãniekrá, Pykobjê, Krahô and also Mêbêngokrê (Jê family, but not CDT). We followed a typological-functional theoretical perspective (COMRIE, 1989; DIXON, 1994; SHOPEN, 2007; HASPELMATH, 2013, 2014), and the analysis of pronouns is especially based on the work of Bhat (2004). We also resorted to the principles of historical-comparative linguistics (HOCK, 1991), when relying on data from the related languages, mentioned above, as additional arguments for some of the analyses proposed in this article, based on the similarities found between these languages.

The corpus used for this article is composed of 372 sentences and consists of three sets: i) a set of data in audio format (WAV), kindly provided by Marília Ferreira and Cinthia Neves, from different moments of their research with the Parkatêjê language, ii) a set of data collected in April of 2015 by Nandra Ribeiro-Silva & Marília Ferreira, iii) and a third set of data collected in November 2015 by Nandra Ribeiro-Silva. The recordings were made using a Zoom H4n recorder and two head microphones (Shure wh20).

In all sentences there are occurrences of pronouns in various grammatical relations: intransitive subject, subject, transitive subject, transitive object, indirect object, bitransitive. The corpus also includes 03 short texts, obtained specifically to analyze the topic in question, in semi-controlled elicitations. The data collected were transcribed with

the help of speakers of Parkatejê, the Transcriber and Praat softwares were used to facilitate the selection of the desired sections for analysis, and visualization of acoustic parameters.

The Parkatejê data presented in this article is organized into three rows. The first is the phonological transcription of the sentence in Parkatejê, following the notation for morpheme-by-morpheme interlinearization according to the Leipzig glossing rules², in which words are separated by spaces and morphemes by hyphens (-). The second line is used to identify the glosses, which include the translation of each lexical or grammatical item. The third line contains the free translation of the example in Portuguese. In cases where we are not clear about the specific gloss of an item or morpheme, we have indicated it with a question mark (?) in the correspondent gloss line. The examples referring to the other languages of the Macro-Jê family, taken from other authors, were transcribed in their original format.

Data were collected from four male informants: a 90-year-old speaker, who at the time of the fieldwork was the oldest speaker in the community, and fluently spoke the language of Parkatêjê. Sadly, he passed away in October of 2016. The second informant was a community teacher, approximately 69 years old. He teaches Parkatêjê to children at the Pẽmptykre school. He had left the indigenous village at the age of eight to live with the family of an employee from the National Bureau for Indigenous Affairs (FUNAI) in the mid-1960s, having returned to his community when he was around twenty years old. The two other informants are younger and are also both fluent speakers of Parkatêjê.

3. Personal pronouns and morphosyntactic alignment in Parkatêjê

Pronouns have been conventionally classified as a closed part-of-speech class, and defined as a word that can substitute a noun or noun phrase, and which include various subtypes, namely *personal*, *reflexive*, *reciprocal*, *demonstrative*, *indefinite*, and *relative pronouns* (SCHACHTER AND SHOPEN, 2007, p.24). However this definition is not consensual. For Bhat (2004, p.1), the category of pronouns, especially personal pronouns, does not replace nouns, but instead expresses the roles of the participants in the speech act. As for the subcategory of personal pronouns, different authors tend to propose a subdivision, grouping together first and second persons, distinct from

third person. Bhat (2004, p.66) uses the term 'personal pronouns' to refer only to first and second personal pronouns, and the term 'proformas' to refer to all other types of pronouns, which may include the third person.

First and second person pronouns are used to indicate the roles of the speakers in the speech act – namely 'speaker' and 'listener', respectively – and their involvement in the events, while the proformas (including the third person) are used to locate participants in events, with reference to the context of speech. Specific characteristics of personal pronouns and the distinct behavior of first/second persons as opposed to third person may be related to this functional distinction.

For instance, according to Ferreira (2003), the Parkatêjê language presents free and bound personal pronouns. While both series distinguish between first, second and third person, first and second persons behave differently from the third person. Only first and second persons receive case and number (singular, dual and plural) marking. As for the morphosyntactic alignment of argument roles (S, A, O), Parkatêjê exhibits a complex system conditioned by the semantic nature of the verb and by tense, aspect and mood (TAM) categories (FERREIRA, 2003). Morphosyntactic alignment is related to the concept of grammatical relations and refers to the way a language treats the different arguments of a verb, that is, how the two arguments of a transitive verb – A (the agentive argument), P or O (the more patient-like argument) – align with S, the sole argument of an intransitive verb (DIXON, 1994; SIEWIERSKA, 2013). The question is then which of the arguments (S, A and O) are coded identically and which are coded differently (COMRIE, 2013), and this coding of arguments may be defined morphologically, on the basis of nominal case marking and person indexation on the verb, and also syntactically through word order configuration.

Parkatêjê is one of many languages that show a complex organization of the S, A, O arguments, having more than one alignment pattern. It presents a sort of split transitivity conditioned by the tense and aspect features. There is one alignment pattern with past perfective clauses and a distinct pattern with non-past non-perfective clauses. In the past perfective, the A argument of a transitive verb, is encoded by bound pronouns and receives a portmanteau postposition

(FERREIRA, personal database)

7) *i-kahàk*

1-be.bad

‘I am bad (person)’

(FERREIRA, personal database)

8) *i-te a-pupũn*

1-ERG 2-see-PAST

‘I saw you’.

(FERREIRA, personal, database)

9) *a-te i-pupũn*

2-ERG 1-see-PAST

‘You saw me’

(FERREIRA, personal database)

The argument of active intransitive verbs (Sa) is encoded by a free pronoun and does not receive a postpositional case-marker. The argument of the stative intransitive verb (So) and the patientive argument (O) of a transitive verb are encoded by bound pronouns, and do not receive a case-marker either. The alignment pattern in past perfective sentences is, thus, partially ergative, as summarized below:

A † Sa † (So = O)

In non-past tense non-perfective aspect, there is a different alignment, which is evidenced only by means of the pronominal form used (bound *versus* free), since none of the verbal arguments receive case markers in this tense aspect. Subjects of transitive verbs (A) and subjects of active intransitive verbs (Sa) are encoded by free pronouns, whereas stative intransitive subjects (So) and objects of transitive verbs (O) are encoded by bound pronouns. None of these arguments receives case markers in the non-perfective non-past tense. This amounts to an active alignment pattern, as below:

(A = Sa) † (So = O)

As can be observed from the previous discussion, the distribution of the two series (free and bound) of personal pronouns with the verbs is directly related to morphosyntactic alignment patterns found in the language. Free personal pronouns always occur in subject position, as arguments of active intransitive verbs (S_a) and as subjects of transitive verbs (A). According to Ferreira (2003, p.62), these pronouns consist of a basic series, which combines with a formative particle *mẽ* in order to mark the plural form, as illustrated in example (10).

- (10) *ka* *mẽ* *i-pupun*
2sg pl 1-to see
'You see me'

(FERREIRA, 2003, p.56)

In the syntactic structures of Parkatêjê, bound personal pronouns are prefixed to a lexical core. They are used as arguments of inactive intransitive verbs (So), as the transitive O or as subject of transitive verbs (A arguments). When used as A arguments, bound pronouns are marked by the postposition *te* (*singular*)/*tem* (*plural*) in the past tense perfective aspect, thus, exhibiting a partial Ergative/Absolutive pattern, as mentioned above.

- (11) *i-jirot*
1- to be weak
'I am weak'

(FERREIRA, personal database)

- (12) *a-te* *i-kaprêprêk*
2-ERG 1-to hit.PAST
'You hit me (a lot)'

(FERREIRA, personal database)

- (13) *mẽØ-tem* *jaxu* *pyr*
PL 3-ERG.PL deer to kill. PAST
'They killed deer'

(FERREIRA, personal database)

The next section discusses and analyzes the expression of the third person in Parkatêjê. The analysis is mainly grounded in morphosyntactic criteria, however some cases required us to refer to phonotactic aspects and to historical-comparative evidence in order to account for the emergence of the third person forms.

4. Expressing the third person in Parkatêjê

This section approaches the different form(s) of expressing the third person in Parkatêjê. The choice of third person marking is defined accordingly to morphosyntactic properties of the clause, such as the grammatical function of the core arguments and TAM features. We start by presenting the personal pronouns in the function of subjects of transitive (A) and intransitive verbs (S). Then, we present the arguments in favor of a future tense free subject pronoun *kê*. Next the morphosyntactic properties and distribution of the morphemes *h-*, *i-*, *ku-*, *m-* as bound third person objects (O) and stative subjects (So) are presented, and the section ends with morphemes *tam* and *ku-* third person distant past subject and object markers, respectively.

Pronominal subjects of transitive verbs in the past tense are encoded by the series of bound pronouns, followed by the postposition *te* ‘ergative’, as shown in examples (14) to (17). Examples (15) and (17) confirm that a third person is not overtly marked in the past tense, as had been described by Ferreira (2003).

- (14) *i-te* *kôkôn* *kahek*
1SG-ERG gourd break
‘I broke the gourd’.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (15) \emptyset -*te* *kôkôn* *kahek*
3-ERG gourd break
‘He broke the gourd’

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (16) *i-te* *pôhy* *kênkên*
1SG-ERG corn break

‘I broke corn’

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (17) *Ø-te pōhy kēnkēn*
3-ERG corn break
‘He broke corn’

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

With plural subjects, the postposition *te* is substituted by *tem/mē* as shown in examples (18) to (21), cf. Ferreira (2003).

- (18) *Ø-te ropkror pupũn*
3-ERG spotted.jaguar see
‘He saw the spotted jaguar’.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (19) *Ø-tem ropkror pupũn*
3-ERG.PL spotted. Jaguar see
‘They saw the spotted jaguar.’

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (20) *Ø-te krat jakre*
3-ERG gourd show
‘He showed the gourd’.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (21) *Ø-mē kōkōn kahek*
3-PL gourd break
‘They broke the gourd’

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

On the other hand, in the present tense, transitive subjects are marked by the series of free pronouns, and they do not take the case marker *te/tem*, as shown in examples (22) and (23). Example (23) shows that a third person referent is not marked in the present tense either.

- (22) *wa a-pupũ*

1SG 2-see
'I see you'

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

(23) \emptyset *i-pupun*
3 1-see
'He sees me'

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

Intransitive verbs fall into two categories: active verbs and stative verbs. Active verbs are shown in examples (24) and (25) and occur with free pronouns, whereas stative or non-active verbs, shown in examples (26) and (27), occur with bound pronouns. As it can be seen in the following examples, similarly to the pattern described for transitive subjects above, in the present tense the third person is not marked with intransitive subjects either.

(24) *wa apa ajhêre*
1SG apa run
'I run'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

(25) \emptyset *apa ajhêre*
3 apa run
'He run'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

(26) *a-mpej*
2-be.good
'You are good'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

(27) \emptyset -*mpej*
3-be.good
'He is good'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

Ferreira (2003, p.119) had described the particle *ka* as a near future marker, occurring immediately after the subject, that is, in second position in a sentence. The following examples illustrate the distribution of this morpheme with first and second persons, respectively in (28) and (29).

- (28) *wa ka pỳka pê nõ hõ*
1SG FUT land LOC lay. Down sleep
'I will sleep on the ground'.
(FERREIRA, 2003, p.119)

- (29) *ka ka kãmtayho mpey-ti*
2SG FUT write be.beautiful- EMP
'You will write very beautifully'.
(FERREIRA, 2003, p.119)

The morpheme *kê* occurs in the same position as the first and second person pronouns. We observe in examples (30) to (32) that the morpheme *kê* occurs as a free pronoun, followed by the future marker *ka* in second position, and takes the role of the third-person subject with transitive and intransitive verbs.

- (30) *kê ka kãm kwa hõ ku-krẽ*
3 FUT LOC QUANT give 3-eat
'She/he will allow him to eat'.
(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (31) *kê ka a-kot mõ*
3 FUT 2-WITH go
'She/he will go with you'.
(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (32) *kê ka mũ pỳp*
3 FUT DIR fall
'He will fall'.
(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

The use of the morpheme *kê* as third-person subject has also been observed in the two contexts shown in examples (33) and (34):

- (33) *kê* *ka* *mũ* *mëntia* *pra*
3 FUT DIR woman walk
'The woman will walk'. *lit.* 'She, the woman will walk.'
(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (34) *ta* *kê* *ka* *kury* *pĩ*
rain 3 FUT fire extinguish
'[The rain], it will extinguish the fire'.
(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

We observe in sentences (33) and (34) that the nominal subject – *mëntia* 'woman' and *ta* 'rain', respectively – co-occurs with the third person pronominal subject (*kê*). In example (33), the third-person pronoun *kê* in first position is co-referent with the nominal subject *mëntia* 'woman'. The second position particle *ka* encodes the future tense. In example (34), the nominal subject appears topicalized to the left. This type of construction is found in other languages of the Timbira Complex, for instance in Apãniekrá, as shown in example (35):

- (35) *intuw* *ke* *há* *ropkror* *pupu*
Young person 3 IRR spotted.jaguar see
'The young man, he will see the spotted jaguar'.
(CASTRO ALVES, 2004, p.95)

It is worth pointing out that Parkatêjê has an *irrealis* mood morpheme which is homophonous to the third person free pronoun (FERREIRA, personal notes). As illustrated in examples (36) and (37) this morpheme should not be confused with the third person free pronoun since it shows distinct morphosyntactic and distributional properties:

- (36) *wa* *a-kãm* *kuhõ* *kê* *kukrẽ*
1SG 2-LOC give IRR eat
'I will let you eat'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (37) *kê anã mpa pyren jakry*
IRR mother 2INCL PYREN happy
'For your mother to be happy about us'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

A third-person free pronoun, cognate to the *kê* '3rd person' in Parkatêjê, and used in a similar construction in the future tense has also been described for other languages of the Timbira Complex. That is the case, for instance, in Apãniekrá (CASTRO ALVES, 2004), Krahô (SOUZA, 1989) and Pykobjê (AMADO, 2004).

In Apãniekrá, the third-person subject expressed by the free pronoun *kê* is followed by the morpheme *ha*, which is analyzed by Castro Alves (2004) as *irrealis*. This morpheme seems to correspond to the Parkatêjê morpheme *ka*, which is analyzed as future tense marker by Ferreira (2003). Note how examples (38) and (39) drawn from Apãniekrá compare to the Parkatêjê examples (30) to (32) above.

- (38) *ke ha kanã kura*
3 IRR snake kill
'He will kill the snake'.

(CASTRO ALVES, 2004, p.35)

- (39) *ke ha hũmre kwyr pỳ*
3 IRR man manioc get
'The man will get manioc'.

(CASTRO ALVES, 2004, p.66)

In Krahô, the morpheme *ke* is considered a non-perfective nominative pronoun. This pronoun occurs in the *A* position of transitive verbs and the *S* position of intransitive verbs, when sentences do not indicate a perfective action, as shown in examples (40) and (41).

- (40) *kê ha pi kahek*
3 FUT firewood break
'He will break firewood'.

(SOUZA, 1989, p.17)

- (41) *kê* *k^hra* *pym*
3 FUT fall
'He/She will fall'.

(SOUZA, 1989, p.81)

In Pykobjê, Amado (2004) registers the occurrence of a particle *ki* which expresses the third person in future tense sentences, as shown in examples (42) and (43).

- (42) *ki* *ha* *mẽ* *rop* *koran*
3 FUT PL jaguar kill
'They will kill the jaguar'.

(AMADO, 2004, p.69)

- (43) *ki* *ha* *k^hwyr* *ki*
3 FUT manioc grate
'He will grate manioc'.

(AMADO, 2004, p.70)

Thus, based on language internal evidence combined with the comparative evidence, we analyze the morpheme *kê*, in Parkatêjê, as a third-person free pronoun, used as subject of transitive and intransitive verbs, but restricted to the future tense.

Ferreira (2003) reports that Parkatêjê free pronouns occur neither as the direct object (O) of transitive verbs nor as the sole argument of stative verbs (*So*). These functions are expressed by bound pronouns directly prefixed to the verb roots. We address now the morphosyntactic properties and distribution of the morphemes *i-*, *m-*, *n-*, *h-* and *ku-* which are analyzed here as bound pronominal forms used to express the third person in the functions of object (O) and stative subject (*So*).

Ferreira (2003) described the morpheme *i-* as a first person prefix and the morpheme *a-* as a second person prefix in Parkatêjê, as shown in examples (44) and (45), respectively.

- (44) *ka* *i-pupun*

2SG 1-see
'You see me'.

(FERREIRA, 2003, p.164)

(45) *wa ka a-krẽ inũare*
1SG FUT 2-eat NEG
'I will not eat you'.

(FERREIRA, 2003, p.109)

However, when describing the Ku-verbs, Ferreira (2003, p.108) shows in the data the occurrence of *i-*, but did not define at that time such a form as a third-person mark.

Nevertheless, we have identified in our corpus sentences where the morpheme *i-* also functions as third person, either performing the role of object (O) or that of stative intransitive subject (So), as demonstrated below³. This morpheme *i-*, homophonous to the first person morpheme, appears as a third person object (O) marker in examples (46) to (48), and third person stative intransitive subject (*So*), in examples (49) and (50).

(46) *wa i-te i-pĩr*
1SG 1-ERG 3-kill.with arrow.PAST
'I killed him'.

(FERREIRA, 2003, p.108)

(47) *ita wa i-te i-pyr*
DEM 1SG 1-ERG 3-pick.PAST
'That stick over there I picked it'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

(48) *Cinthia te i-pĩr*
Cinthia ERG 3- kill.with arrow.PAST
'Cinthia killed him with an arrow'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

(49) *mũ Ø-te kay i-pỳr*
DIR 3-ERG knife 3-picked
'She picked the knife'

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (50) *aikre pîn i-pÿp*
House LOC 3-fall.PAST
'He fell from the top of the house'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

Interestingly enough, examples (46) and (47) show two occurrences of a morpheme *i-* in the same sentence. In the first occurrence, the *i-* appears with the ergative case morpheme referring to the first person subject (A), and in the second occurrence the *i-* is prefixed to the verb and refers to the third person object (O).

As already presented in section 2, the Parkatêjê speakers who provided us with data for this article belong to three very different age ranges: a 90-year-old speaker, an approximately 69-year-old speaker and two younger speakers also fluent in Parkatêjê.

What is relevant here is that only the eldest speaker used a form *i-* to refer both to the first person (A) followed by the ergative marker, and also to a third person *O* and *So*. On the other hand, the three younger speakers used the morpheme *i-* only to refer to the first person, while the third person was not explicitly marked in their speeches.

The motivation for the analysis presented here comes from comparative data from two sister languages, all belonging to the same subgroup of Parkatêjê, the Complexo Dialetal Timbira. In other languages from the Timbira Complex, such as Apãniekrá and Krahô, there is a morpheme *i?* that occurs as third-person object (O), examples (51) and (55), subject of the non-active intransitive verb (So), examples (52) and (54), and possessive pronoun, example (53):

- Apãniekrá*
(51) *i?-kura*
3-kill
'Kill him'.

(CASTRO ALVES, 2004, p.32)

- (52) *ku-te pap to i?-mpej*
3-ERG *jirau* CAUS 3-be.good

‘He fixed the *jirau*’.

(CASTRO ALVES, 2004, p.58)

Krahô

- (53) *ku-te* *iʔ-prõ* *mã* *pĩ* *kahek*
3-POST 3-wife POST firewood break
.PAST

‘He broke and gathered firewood for his wife’.

(SOUZA, 1989, p.26)

- (54) *ku-te* *pye* *kãm* *iʔ-pãm*
3-POST ground POST 3-fall.PAST

‘She was the one who fell on the ground’.

(SOUZA, 1989, p.42)

- (55) *iʔ-kumrã*
3-wash
‘Wash (him)’.

(SOUZA, 1989, p.64)

The Apãniekrá and Krahô third-person morpheme *iʔ-* and the Parkatêjê third person *i-* are clearly cognates. The only difference between them is the absence of glottal stop in Parkatêjê. Thus, the comparative data is used as evidence for the historical development and current distribution of the *i-* personal pronominal forms in Parkatêjê, following the principles of the historical comparative method (HOCK, 1991). Thus, based on the occurrence of the two homophonous morphemes *i-* to express first and third person, and the existence of a similar morpheme *iʔ-* for the third person in other languages of the Timbira Complex, we can infer that there is a process of linguistic change still underway in Parkatêjê⁴.

Parkatêjê underwent the following historical change affecting the morpheme *i-* (cf. RIBEIRO-SILVA, 2016): a first phase where there was contrast between first and third person markers (1st phase), the loss of contrast have resulted in a merger of the two morphemes that became homophonous (2nd phase). In a third phase still under way, contrast is regained by loss of the third person marker (3rd phase).

	1 ^a phase	2 ^a phase
3 ^a phase		
1 st person	i-	i-
i-		
2 nd person	a-	a-
a-		
3 rd person	i?	i-
Ø-		

Table 1. Proposed development of first, second and third bound pronouns in Parkatêjê (RIBEIRO-SILVA, 2016)

The forms *m-* and *n-* are also described here as possible allomorphs of the third person morpheme *i-*. In certain sentences containing the verb *pra* ‘wake up’, the prefix *m-*, appears as a third-person object. Compare the paradigm of this verb for first and second persons in examples (56) and (57) to sentences (58) to (61) which clearly show the morpheme *m-* occurring as a third-person object. The *m-* occurs before the initial bilabial consonant /p/, and its distribution parallels that of the 1st and 2nd person morphemes in (56) and (57).

- (56) *Maria pê i-pra*
 Maria PD I-wake up
 ‘Maria woke me up (long ago)’.
 (RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (57) *wa ka pa a-pra*
 1SG FUT EMP 2-wake up
 ‘I will wake you up’.
 (RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (58) *wa ka Jonhapa m-pra*
 1SG FUT Jonhapa 3-wake up
 ‘I will wake Jonhapa up’.
 (NEVES, field notes, 2014)

- (59) *i-te m-prar*
 1-ERG 3- wake up.PAST
 ‘I woke her up’

(NEVES, field notes, 2014)

- (60) *i-te Cinthia m-prar*
1-ERG Cinthia 3-wake up.PAST
'I woke Cinthia up'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (61) *wa amjĩ kot to m-pra*
1SG REFL COM CAUS 3-wake up
'I myself woke her up'

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

Our analysis of *m-* as an allomorph of the third person morpheme *i-* is also supported by comparative data from other languages of the Timbira Complex, which show a similar distribution of cognate morphemes. Popjes and Popjes (1986, p.175), for instance, described the morpheme *im-* in the language Krahô, as one of the three allomorphs of the third-person prefix, (62) a (63). Similarly, in the language Apãniekrá, there is a morpheme *im-* also indicating a third person argument, according to the examples (64) to (65).

- Krahô*
(62) *im-prar tyj*
3-run strong.well
'He runs well'.

(POPJES and POPJES, 1986, p.173)

- (63) *im-pyn*
3-carry
'He carried it'.

(POPJES e POPJES, 1986, p.195)

- Apãniekrá*
(64) *im-pen*
3-carry
'He carried it'.

(CASTRO ALVES, 2004, p.32)

- (65) *im*-put
3-neck
'his neck'

(CASTRO ALVES, 2004, p.31)

Parkatêjê has yet another allomorph that functions as a third-person argument. The nasal alveolar consonant *n*- functions as third person. So, as shown in examples (66) and (67), which can be contrasted to (68) for a paradigmatic comparison.

- (66) *Nazaré i-kãm n-kryk*
Nazaré 1-LOC 3-be.mad / be.angry
'Nazaré is mad at me'

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (67) *mũ i-kãm n-krykti*
? 1-LOC 3-be.mad / be.angry
'(He/she) is mad at me'

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (68) *mũ a-kãm i-krykti*
? 2-LOC 1-be.mad / be.angry
'I am mad at you'

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

Similar distribution occurs in the Krahô and Pykobjê languages. In the former, the nasal consonants occur preceded by the vowel *i*-, examples (69) and (70), and in the latter the vowel *e*-, precedes the nasals, example (71).

- (69) *in-to cara*
3-eye widens
'His eye widens (in fear)'.

(POPJES e POPJES, 1986, p.173)

- (70) *cu-te in-xer*
3-ERG 3-pinch
'He pinched her'.

(POPJES e POPJES, 1986, p.173)

- (71) *en-to*
3-eye
'his eye'

(AMADO, 2004, p.75)

In a study about third person inflection in Jê languages, Salanova (2011, p.21) identifies the third person prefixes *ih-* and *in-* in the Timbira dialectal complex, with three important characteristics. One of these characteristics is their distribution. Each form is specific to a given verbal theme, that is, *ih-* and *in-* will most certainly not occur with the same verb. A second feature is that such third person markers are optional, that is, the third person can be \emptyset . The third feature is that the *ih-* and *in-* do not occur with certain verbal themes. The *in-* appears before some of the verbs that begin with /p/, /t/ and /k/, and *ih-* appears before the other verbs that begin with /p/, /t/, /k/, and also before verbs beginning with any other consonant. This description points to the fact that there is some lexical conditioned allomorphy which drives the choice of these third person morphemes in Jê languages.

For Parkatêjê, we postulate that the distribution of these two allomorphs, *m-* and *n-*, is partially phonologically motivated. The *m-* morpheme occurs with verbal roots starting with the bilabial occlusive consonant /p/, and, the morpheme *n-* occurs in the other environments, both assuming the function of third-person object. In that case, it would be an allomorph of the third person morpheme *i-*. Though an allomorph *im-* and *in-* of the third person morpheme was described for Kraho by Popjes and Popjes (1986), an allomorph *m-* and *n-* '3.person' has not been described in any of the studies about the Timbira languages we have had contact with throughout the elaboration of this paper.

The morpheme *h-* functions as a third person bound pronominal form marking the object (O) and the stative intransitive subject (So). Examples (74) to (76) illustrate the use of the morpheme *h-* as third person object (O) and example (77) illustrate its use as stative intransitive subject (So), before vowels.

‘They said the moon became worried about him’
(FERREIRA, 2003, p.250)

- (80) *mũ mēkwỳ j-ukapr̃ti mēkwỳ hō-tfỹ*
DIR some REL-be.generous some 3-BE.selfish
‘(In the indigenous village, there are PEOPLE) some
generous, some selfish’.
(FERREIRA, 2003, p.131)

As discussed in Ribeiro-Silva (2016), in order to explain the observed data, a first hypothesis consisted in considering the vowel *õ* as part of the verb root, as indicated by the morpheme segmentation shown in example (81).

- (81) *h-õpun*
3-see
‘saw him’.
(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

This hypothesis implies the existence of a specific group of verb roots, which take this vowel in their bases only under certain circumstances, since there are examples of at least some of the verb roots shown in the above sentences without the vowel *õ-*, as shown in (82) and (83). One such a circumstance that would require the alternate verb root would be when the object is a pronominal third-person. This explanation is ruled out as inappropriate since it would require the speaker to memorize all the verbal forms in which such a base alteration would take place (RIBEIRO-SILVA, 2016).

- (82) *i-te a-pupũn inũare*
1-ERG 2-see NEG
‘I did not see you’.
(FERREIRA, 2003, p.196)

- (83) *piare te i-pupũn*
Piare ERG 1-see
‘Piare saw me’.
(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (84) *i-j- ukaprîn-ti*
 1-REL - be.kind -INTENS
 'I am kind'.

(FERREIRA, 2003, p.195)

On the other hand, an allomorphic alternation in the pronoun form, *h-/ hõ-*, has the advantage that it does not presupposes a series of irregular verb roots and, thus, would not require the speaker to memorize all verbal forms that show the vowel in their roots when used with a third person O or So. The more logical explanation for this alternation comes from the phonotactics of the language. The morpheme *h-* is a bound pronominal form used to express the third person in Parkatêjê and presents the allomorphy *h- ~ hõ-*, whereas *hõ-* occurs before consonants and *h-* before vowels.

According to Araújo (1989, p.24), the syllabic patterns for Parkatêjê are complex and the type of syllable defines the conditions and constrains for the occurrence or non-occurrence of the segments in certain positions. Araújo (*ibid.*) proposes the following syllable patterns for a Parkatêjê: V, VC, CV, CCV, CVC, CCVC, CCVCC. Although Parkatêjê admits sequences of consonants in syllabic onset, the specific sequence of consonants *hp, ht, htf, hk* is not possible. According to Araújo (*ibid.*), the only possible sequences of consonants are *kr, kw, pr, mr, kt, mx, nt, mp*. For this reason, a linking vowel (*õ*) would be required when the morpheme *h-* is followed by a consonant, thus, generating the allomorphy *h- ~ hõ-*. If there is no linking vowel, the sequence *h- + consonant* will be an ill-formed syllable according to the phonotactic standards of the language. In that case, the speaker only needs to know the phonotactic rule that triggers the alternation between *h-* and *hõ-* whenever the third-person morpheme is followed by a verb root starting with a consonant.

There is a morpheme *ku-* that has been described for several languages of the Timbira Complex with similar properties and distribution, all of which are related to third person referents. Ferreira (2003) described the occurrence of a morpheme *ku-* in Parkatêjê as restricted to a specific verbal category, similarly to what occurs in other languages from the Timbira Complex, in which the cognate

morpheme only occurs with certain verb classes. The group of verbs that occurs with **ku-** include the following: **ku-pĩ** 'kill with arrow'; **ku-krẽ** 'eat'; **ku-pỳ** 'pick, buy'; **ku-prã** 'remove the cover from the *kia* of the *kuputi*'⁵; **ku-pa** 'carry'; **ku-ku** 'eat'; **ku-pã** 'smell', **ku-hô** 'eat.without.much.chewing (fish, *ingá, cupuaçu, açai, bacaba*)', **ku-hõ** 'give', **ku-nĩ** 'practice.sex' (FERREIRA, 2003. p.104-105). The morpheme **ku-** was described (*ibid.*) as occurring in complementary distribution with the O argument of the verb root. In other words, when the O argument is expressed in the sentence, the morpheme **ku** is omitted and vice-versa. This situation may be observed by contrasting examples (85) and (86). The morpheme **ku** is expressed in (86), and the nominal O argument is not, since it has shifted from its original position, as shown in example (86)⁶.

- (85) *wa i-te kro pĩr*
1SG 1-ERG pig kill.PAST
'I killed pig?.'

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (86) *pê pỳt ku-pĩ*
PD sun 3⁷-kill
'The sun picked her to take?.'

(FERREIRA, 2003, p.105)

New data analyzed for this paper suggest the morpheme **ku-** functions as a third-person object marker, corroborating Ferreira's hypothesis previously stated in her doctoral thesis (FERREIRA, 2003), as illustrated below in examples (87) to (88):

- (87) *wa ka ku-krẽ*
1SG FUT 3-eat
'I will eat (something)?.'

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (88) *yatfy (wa) i-te ku-pĩr*
Deer 1SG 1-ERG 3-kill.with.arrow
'Deer, I killed it?.'

(FERREIRA, 2003, p.173)

Note that the morpheme *ku-*, in the object position, presented in the examples above, occurred in the same position as the first and second person prefixes, according to examples (89) and (90).

- (89) *wa ka a- krẽ inũare*
1SG FUT 2-eat NEG
'I will not eat you'.

(FERREIRA, 2003, p.109)

- (90) *ka ka hey nã i- krẽ*
2sg fut lie ss 1-eat
'You will lie (to me) and eat me'

(FERREIRA, 2003, p.251)

Resorting again to comparative data, we note that Salanova (2011, p.89) presents an analysis of the morpheme *ku* in Mëbëngokrê as an accusative third person prefix, since its functions are identical to the other prefixes in all contexts. Two properties of the Mëbëngokrê morpheme *ku* are decisive for this analysis. The first one is that *ku* appears exactly where other person prefixes appear. The second one is that the morpheme presents partial agreement with the second argument (the subject) of the transitive verbs. For the author, most words receive inflection, however the occurrence of the third person is not marked. In addition, for a small class of transitive verbs and postpositions, the third-person prefix, marking the direct object, is encoded by the *ku* morpheme, only in the finite verbal form.

The occurrence of a morpheme *ku-* and its correlation to the expression of the third person has also been attested in other languages of the Timbira Dialectal Complex, such as Krahô (POPJES E POPJES, 1986), Apinajé (OLIVEIRA, 2003), and Apãniekrá (CASTRO ALVES, 2004). In all these languages, and also in Parkatêjê, the relation of the morphemes *ku-* and *i-* or its variations has been confirmed. Ferreira (2003) had already drawn attention to the variation of the morphemes *i-* and *ku-* in Parkatêjê, indicating that it could be related to some sort of agreement strategy. This oscillation between the use of *ku-* or *i-* was also identified in the data collected

for the present analysis. Observe examples (91) and (92), where the same verb allows the two forms.

- (91) *i-te ku-pỳr*
1-ERG 3-pick.PAST
'I picked her'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (92) *i-te i-pỳr*
1-ERG 3-pick.PAST
'I picked her'

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

When we consider data from other languages of the Timbira Complex, we observe that the oscillation between *ku-* and *i-* has also been noted. For instance, for Apãniekrá, Castro Alves (2004, p.105) describes the existence of a quite significant subcategory of transitive verbs that agree with the third-person prefix *ku-* and another subcategory of verbs that agree with the third-person prefix *i-*. Nevertheless, the author reports that it was not possible to identify the semantic feature, which aggregated these verbs into distinct and opposed categories.

In reference to Apinajé, Oliveira (2003) postulates that the occurrence of the morpheme *ku-* is limited to monosyllabic verb roots, while the morpheme *i-* occurs in the other cases. In Krahô, according to Popjes and Popjes (1986), the morpheme *cu-* is regarded as a third-person prefix, which occurs in non-past tense, in alternation with morphemes *im-*, *in-* or *ih-*.

Unlike what has been described for Apãniekrá and Apinajé, in Parkatêjê it looks like there is no opposition between two verb classes according to their distribution with morphemes *ku-* or *i-* – one taking the morpheme *ku-* and the other taking the morpheme *i-* – since both morphemes have been attested with the same verbs. So far, however, we have not been able to determine the criteria defining the use of one or the other morpheme. In any event, taken together, the data at hand allow us to postulate that the morpheme *ku-* functions as a third-person object in an apparent free variation with the morpheme *i-* in certain constructions.

Our data set shows this same morpheme *ku-*, functioning as third-person object also in distant past tense clauses, as shown in examples (93) and (94). These examples provide evidence that the morpheme *ku-* occurs in the third-person object position in distant past, which is marked by the particle *pê*. It must be emphasized that, in example (93) the object appears twice, as an overt nominal argument and as a bound pronoun prefixed to the verb.

- (93) *wa* *pê* *Jonhapa* *ku-pra*
1SG PD Jonhapa 3-acordar-PAS
'Eu acordei Jonhapa (há muito tempo)'
(RIBEIRO-SILVA, 2015)

- (94) *wa* *pê* *ku-pra*
1SG PD 3-acordar. PAS
'Eu o/a acordei (há muito tempo)'
(RIBEIRO-SILVA, 2015)

Before presenting the expressions of third person that occur in the distant past tense in Parkatejê, it is necessary to reanalyze the structural features associated with past tense clauses. Ferreira (2003, p.118) affirms that there are at least two distinct past tense structures in Parkatêjê: a recent past and a distant past. The author describes two different ways to refer to the recent past. The first form has no specific marker, but consists of the combination of the perfective aspect in sentences containing active intransitive verbs. The alternation of long or brief forms of the verbs is associated with this tense/aspect distinction, as shown in examples (95) and (96):

- (95) *mẽ* *mpi* *to*
PL man dance
'The men dance'.
(FERREIRA, 2003, p.118)

- (96) *mẽ* *mpi* *tor*
PL man dance-Past
'The men danced'.
(FERREIRA, 2003, p.118)

The second form of marking the recent past tense involves the use of the morpheme *te*. According to Araújo (1989, p.54) the particle *te*, demonstrated in example (97), is a “past tense and/or complete action aspect marker and occurs only when the subject is the agent or doer of a verbal action”, that is, it is a *portmanteau* morpheme since it combines different morphological information. Because it occurs only with transitive verb subjects and not with intransitive verb subjects, it may also be considered an ergative case marker. Nonetheless, it is also interpreted as a recent past tense and perfective aspect marker, as it is used solely with this specific tense and aspect.

With respect to distant past, according to Araújo (1989), it is lexically marked by the temporal argument *ajkumê* ‘formerly’. In this case, as the notion of past is already expressed by the time adverb, there is no morphological tense marker in the sentence, as shown in example (97):

- (97) *ajkumê* *mamkatêjê* *mpokahônxi* *pupu* *inõre*
formerly the.first pot see NEG
‘Formerly, our grandparents did not know pot’.
(FERREIRA, 2003, p.117)

Yet, Ferreira (2003) described the particle *aiku* as an indication of distant past in Parkatêjê, as shown in the example (98) below.

- (98) *pê* *nare* *zohzi* *aiku* *i-mã* *ku-hõr*
PD literally Jorge REM 1-DAT 3-give.PAST
‘This was literally how Jorge gave me (money)’.
(FERREIRA, 2003, p.118)

Popjes and Popjes (1986, p.128-129) maintain that in Canela-Krahô, the distant past is indicated by the particle *pê* in addition to the short form of the verb. Ferreira (2003) refers to the existence of a particle *pê*, in Parkatêjê, that is comparable to the one registered in Canela-Krahô. Notwithstanding the author points out that “this particle seemed to refer to discourse” (p.118), considering that the morpheme *pê* always occurs in the beginning of the sentence along with the evidentials. See example (99) below.

- (99) *pê pia aiku kêm ka ka apiri*
nêzawər
 PD DUB REM POST you FUT ITER ask
 'It is said the sun (said): you will ask again'

(FERREIRA, 2003, p.247)

We corroborate the hypothesis raised by Ribeiro Silva (2016) that the Parkatêjê language employs two distant or remote past tense markers: a lexical one indicated by the time adverb *aiku*, and a grammatical one indicated by the morpheme *pê*. In that case, we foreseen that it would be possible to have sentences with both morphemes, and also sentences with only one of them, since indication of tense could be done either lexically or morphologically. We tested this hypothesis by investigating the distribution of these two morphemes. Our language samples show the particle *pê* co-occurring with *aiku*, as the example (100) shows:

- (100) *mamkatêjê nã aiku mē aipên to nã*
amjĩ jarē wa
 ancient.people SS REM PL RECP CAUS SS
 REFL tell 1SG

pê kitare aiku mē kampa toipa nã wa
mē harē
 PD ASS REM PL listen ?? SS 1SG
 PL tell

'My ancient people told [stories] to one another, I myself listened to them and tell[what they told]'

(FERREIRA, field notes, 2009)

It has also been found that the particle *pê* alternates with the particle *aiku* in the same context, as shown in examples (101) and (102).

- (101) *mëikwy pê mamkatêjê*
 Relative PD people.ancient
 'My relatives were ancient people'

(FERREIRA, field notes, 2009)

- (102) *mëikwy* *aiku* *mě* *hitỳjre*
Relatives REM PL strong
'My relatives were strong, brave'.

(FERREIRA, field notes, 2009)

We have also registered the distant past tense marker morpheme *pê* occurring after the free pronouns, as shown in examples (10) and (104). These sentences are contrasted to others in the recent past tense, as in examples (105) and (106).

- (103) *wa* *pê* *ropkror* *pupũn*
1SG PD spotted. Jaguar see
'I saw the spotted jaguar (a long time ago)'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (104) *ka* *pê* *kro* *pir*
2SG PD pig kill.with.arrow-Past
'You killed pig (a long time ago)'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (105) *i-te* *ropkror* *pupũn*
1-ERG spotted.jaguar see-Past
'I saw the spotted jaguar'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

- (106) *a-te* *kro* *pĩr*
2-ERG pig kill.with.arrow-Past
'You killed pig'.

(FERREIRA, 2003, p.108)

Considering examples (103) to (106), we maintain that the particle *pê* is a morphological distant/remote past tense marker, whereas *aiku* is a distant/remote past lexical morpheme, such as, for instance, a time adverb. Observe in example (100), that the morpheme *aiku* is followed by the plural morpheme *mě*. Our hypothesis, following what has been suggested by Ferreira's observation, is that the time adverb

ajkumê described by Araújo (1989) is, in fact, *aiku + mē* ‘remotely + pl’. In this sense, the interpretation of *pê*, as a distant past marker is completely acceptable, being able to account for both the co-occurrence of *pê* with *aiku*, and the alternated use of *pê* and *aiku*. That is to say, the use of the grammatical distant/remote past morpheme *pê* is compatible to its use simultaneous with *aiku*. Likewise, the individualized use of one of the forms to indicate distant/remote past tense at a time – grammatical marker *pê* or lexical adverb *aiku* – is also possible.

We now turn to the description of third person subjects in distant past tense clauses. The Parkatêjê language presents a system of demonstrative pronouns organized accordingly to a parameter that takes into account the relative distance between speaker and listener, and performs several grammatical functions: S, A and O (FERREIRA, 2003, p.66). Parkatêjê speakers tend to say that *i-ta* refers to something or someone that is near the speaker, while *a-ta* refers to something or someone that is far from the speaker, but still within the speaker’s scope of vision, and *ta ~ tam* refers to something or someone who is effectively distant, as demonstrated in table (01).

Table 01: demonstrative pronouns from Parkatêjê

<i>Classification Parameter (distance from speaker)</i>	<i>Demonstrative</i>
Next to speaker - singular	ata
Next to speaker - plural	itaze
Distant, but visible to speaker	ata
Distant from speaker	ta ~ tam

Source: adapted from Ribeiro-Silva (2016), based on data from Ferreira (2003)

According to Ferreira (2003, p.66), at times, the demonstrative *ta* may be used as an expression of the third person, if the pragmatic context is clear to the speaker. See example (107).

(107) *ta* *pê* *i-mã* *toho*

3 PD 1-DAT cut.bangs
'He cut my bangs'.

(FERREIRA, 2003, p.68)

In our analyzed corpus, we have also observed the demonstrative pronoun *tam* expressing the third-person subject in distant past tense, and in contrast with the unmarked third-person subject in recent past, according to examples (108) to (111).

(108) *Ø-te ri to hõkô*
3-ERG EMP make thing.liquid
'He made pepper sauce'. (recent past)

(NEVES, field notes, 2015)

(109) *tam pê to hõkô*
3 PD make thing.liquid
'She made sauce (long ago)'. (distant past)

(NEVES, field notes, 2015)

(110) *Ø-te kro pĩr*
3-ERG pig kill.with.arrow
'He killed the pig with arrow'

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

(111) *tam pê kro pĩr*
3 PD pig kill.with.arrow
'(long ago) He killed the pig with arrow'.

(RIBEIRO-SILVA, field notes, 2015)

In examples (109) and (111), the demonstrative *tam* occurs as a third-person subject free pronoun, in the distant past. In recent past, on the other hand, the third person is unmarked (*Ø-*) and only the ergative morpheme *te* occurs, as shown in examples (108) and (110), above. Note that the morpheme *tam* in (109) and (111) occurs in a similar context to that of the morpheme *ta* in example (107), expressing the third person subject.

5. Revised set of personal pronouns in Parkatêjê

Given all the expressions of third person described in this paper, we propose a table of personal pronouns for Parkatêjê, in which pronouns distinguish morphologically three persons (first, second and third), and two numbers (singular and plural). The distribution of the pronouns is motivated by a combination of their grammatical functions and the verb tenses, which is reflected in the way the table 06 was designed: Active verbs subject (A, Sa) in non-past tense; Active verbs subject (A, Sa) in the past tense; Stative verbs subject (So) and Object (O).

Table 02: Personal pronouns in Parkatêjê

	Active verbs subject (A, Sa) in non-past tense		Active verbs subject (A, Sa) in the past tense		Inactive verbs subject (So)	Object (O)
	<i>Future</i>	<i>Present</i>	<i>Recent</i>	<i>Distant</i>		
	<i>Free Pronoun</i>		<i>Bound Pronoun</i>	<i>Free Pronoun</i>	Bound Pronoun	
<i>1st SG</i>	wa		i-	wa	i-	
<i>2nd SG</i>	ka		a-	ka	a-	
<i>3rd SG</i>	Kê	∅	∅-	tam ~ ta	h-/ i-/ ku-/m-	
<i>1st incl. PL</i>	mpa		mpa=tem	?	mpa-	
<i>1st excl.pl</i>	wa= mẽ		i-tem	?	mẽ i-	
<i>2nd PL</i>	ka= mẽ		mẽ a-	ka	mẽ a-	
<i>3rd PL</i>	kê= mẽ	mẽ= ∅	mẽ ∅-	tam ~ ta	mẽ h-/ i-/ ku-	

In terms of the expression of third-person in Parkatêjê, table (06) shows:

- ✓ Active verbs subject (A, Sa) in non-past tense distinguishes the third-person expression according to future and present tenses. In the present tense, the third-person singular is unmarked (\emptyset), in contrast with the future tense in which the third person is expressed by the free morpheme *kê*.
- ✓ Active verbs subject (A, Sa) in the past tense are expressed according to a subdivision of tense: in the recent past they are expressed by a bound pronoun and in the distant past by a free pronoun. In the case of third person, it is unmarked (\emptyset) in the recent past, and it is expressed by the demonstrative *ta/tam* in the distant past.
- ✓ Stative verbs subjects (So) and transitive objects (O) are identically marked by bound pronouns, in past and non-past tenses. Four morphemes are used to express the third person in the singular form: *h-/ i-/ ku-/m-/n-*. Although the choice of the morphemes seems to be lexically conditioned, there are not enough evidence, so far, to allow us to define the contexts in which each one is employed. Only the morpheme *m-* and *n-* seems to be a phonologically conditioned allomorph of *i-*.
- ✓ The analysis of Table 02 shows that the two homophonous morphemes *i-*, which indicate first and third persons, also occur in the first and third person plural, but in this case preceded by the particle *mě*. As described in the course of this article, the morpheme *i-*, which marks the third person SO or O, is cognate to the morpheme *iʔ-* (*i* followed by a glotal stop) in the other languages of the Timbira complex and has undergone a process of linguistic change (both at the phonological and morphological levels), and in the latter the change concerns the person's inflexion (3rd > 1st) and the number marking (singular and plural).

6. Final remarks

This article presented the morphosyntactic strategies employed for expressing the pronominal third person with verbs in the Parkatêjê language. Our results deepen the existing analysis of Parkatêjê, indicating the different manifestations of the third person, in contrast

to the expression of first and second persons, and contribute to fill in the gap about the specific ways of expressing third person pronominal referents in the Parkatejê verbs. The previous major works on the language (ARAÚJO, 1989; FERREIRA, 2003) had not given a thorough analysis of this topic.

The expressions of third person are described and classified in terms of their syntactic functions: Active verbs subjects (A, Sa) in non-past tense, that is, in present and future tenses; active verbs subjects (A, Sa) in the recent and distant past tenses; stative verb subjects (So) and transitive objects (O).

Third-person active verb subjects (A, Sa) are unmarked (\emptyset) in the present and marked by the morpheme *kê* (free pronoun) followed by the future tense marker *ka* in the future. In the past tense, the expression of third person subjects of active verbs (A, Sa) is conditioned by the subcategory of past tense: recent past and distant past. In the recent past, the third person is not explicitly marked (\emptyset), however, in the distant past the demonstrative pronoun *ta/tam* takes on the function of the third person argument, as previously mentioned by Ferreira (2003).

Third person stative verb subjects (So) and transitive objects (O) are expressed by the bound pronouns *h-* ~ *hõ* / *i-* / *ku-/m-/ n-*. The morpheme *h-* refers to the third person object, and presents two allomorphs {*h-* and *hõ-*}, which are chosen accordingly to the language's phonotactic restrictions. The allomorph *h-* occurs with verb roots starting with vowels, whereas the allomorph *hõ-* occurs with verb roots starting in consonants. This alternation arises due to a ban on the occurrence of the consonantal syllabic sequence - *hp*, *ht*, *htf*, *hk*.

We have also described a morpheme *i-* 'third person', homophonous to the morpheme *i-* 'first person'. The occurrence of a cognate morpheme *i²-*, in other languages of the Timbira Complex, and in the current variation registered nowadays in Parkatêjê, led to hypothesis that there is a linguistic change underway in the language. There is a verifiable oscillation in the use of the morpheme *i-* according to the age of the speakers. Older speakers still use it to express the third-person object, depending on the context, whereas younger speakers do not use it. Instead, they adopt the unmarked (zero) third person.

The morpheme *ku-* has also been described as a third-person pronoun, functioning as So and O, and occurring also in the distant past followed by the particle *pê* ‘remote past’. Another descriptive contribution of this article was the identification of the morpheme *m-* and *n-* as an allomorph of the morpheme *i-* before bilabial stops. We observed that *m-* and *n-* functions as third person object (O), in complementary distribution with *i-* ‘third person’.

The use of different forms to express the third person pronominal verb arguments in Parkatêjê are defined according to specific contexts and morphosyntactic parameters involving grammatical functions and TAM nuances. This system illustrates a typologically interesting case of pronominal verb argument marking, and one that will certainly bring up very interesting implications to linguistic theories. In closing, we shall remark that the historical approach attempted in this study has been crucial to unveil the hypothesis raised about the expression of third person in Parkatêjê.

Bibliographic references

- AMADO, R. (2004). *Aspectos morfofonológicos do Pykobjê-Gavião*. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ARAÚJO, L. (1977). *Estruturas Subjacentes de alguns tipos de frases declarativas afirmativas do dialeto gavião-jê*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- _____. (1987). *Aspectos da Língua Gavião-Jê*. Rio de Janeiro. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras.
- BHAT. D.N.S. (2004). *Pronouns*. Oxford University Press.
- CASTRO ALVES, F. (2004). *O timbira falado pelo Canela Apãniekrá: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp.
- COMRIE, B. (1989). *Language universals and linguistic typology: Syntax and morphology*. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press.
- _____. (2013). “Alignment of Case Marking of Full Noun Phrases”. In: Dryer, Matthew S. & Haspelmath, Martin (eds.) *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck

Institute for Evolutionary Anthropology. Available online at <<http://wals.info/chapter/98>>. Accessed on 2019-01-22.

DIXON, R. M. W. (1994). *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press.

FERREIRA, M. (2003). *Estudo morfossintático da língua Parkatêjê*. Tese de Doutorado. UNICAMP: Campinas.

HASPELMATH, M. (2013). "Argument indexing: A conceptual framework for the syntax of bound person forms". In: Bakker, Dik & Haspelmath, Martin (eds.) *Languages across boundaries: Studies in memory of Anna Siewierska*. Berlin: De Gruyter Mouton, p.197-226

_____. (2014). "The challenge of making language description and comparison mutually beneficial". In: *Linguistic Typology*, 20(2), p.299-301.

HOCK, H. (1991). *Principles of historical linguistics*. Second, corrected and augmented edition. Berlin: Mouton de Gruyter.

NEVES, C. L. (2012). *Alternância de códigos em narrativas orais do povo Parkatêjê: aspectos linguísticos do contato com o português*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Pará, Belém.

OLIVEIRA, C. O. (2003). "Lexical categories and descriptives in Apinajê". *IJAL*, v.69, n.3, p.243-274. Chicago: The University of Chicago,

POPJES, J; POPJES, J. (1986). "Canela-Krahô". In: DERBYSHIRE, D. & PULLUM, G. (eds.). *Handbook of Amazonian Languages*. Vol.1. Berlin: Mouton de Gruyter.

RIBEIRO-SILVA, N. (2016). *Pronomes em Parkatêjê: a expressão da terceira pessoa*. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA.

SALANOVA, A. P. (2011). "A flexão de terceira pessoa nas línguas Jê". *Revista Liames*, v.11, p.75-114, Primavera.

SILVA, M. A. R. (2001). *Pronouns, ordem e ergatividade em Mebengokre (Kayapó)*. Dissertação de mestrado. Campinas: IEL/UNICAMP.

SCHACHTER, P.; SHOPEN, T. (2007). "Parts-of-speech systems". In: SHOPEN, T. (ed). *Language Typology and Syntactic Description*. Vol.1, p.1-60, 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2007). *Language typology and syntactic description*. 3 volumes, 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press.

SIEWIERSKA, A. (2013). “Alignment of Verbal Person Marking”. In: DRYER, Matthew S. & HASPELMATH, Martin (eds.). *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. Available online at <<http://wals.info/chapter/100>>. Accessed on 2019-01-22.

SOUZA, S. M. de. (1989). *O sistema de referência pessoal da língua Krahô*. Dissertação (Mestrado em Semiótica e linguística geral) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiás.

Keywords: Pronouns, Parkatêjê, Macro-Jê.

Palavras-chave: Pronomes, Parkatêjê, Macro-Jê.

Notas

* Doutoranda em Linguística vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA).

** Doutora em Linguística pela University of Chicago (2001). Pesquisadora titular do Museu Paraense Emílio Goeldi; professora no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará.

*** Doutora em Linguística (UNICAMP e La Trobe University, Austrália, 2003). Professora do Instituto de Letras e Comunicação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA). É Bolsista de Produtividade do CNPq. Atualmente lidera a Pró-Reitoria de Relações Internacionais (PROINTER) da UFPA.

¹ The authors would like to thank the support of CAPES/MEC, and CNPQ-Bolsa de Produtividade. They also thank the comments and insights from Prof. Masayoshi Shibatani, from Rice University, and two anonymous reviewers. List of abbreviations used in this article:

1SG	first person singular
2SG	Second person singular
3SG	Third person singular
A	Transitive subject
CAUS	Causative
COM	Comitative
CONT	Continuous
DAT	Dative
DEM	Demonstrative
DIR	Directional
DUB	Dubitative
ERG	Ergative
ERG.PL	Plural ergative
FUT	Future

INTENS	Intensifier
IRR	Irrrealis
LOC	Locative
NEG	Negation
O	Direct object
PD	Distant past
PL	Plural
POSP	Postposition
QUANT	Quantitative
REC	Reciprocal
REFL	Reflexive
REL	Relational
REM	Remote
As	Subject of intransitive active verb
SG	Singular
SO	Subject of intransitive stative verb
SS	Identical subjects

² The Leipzig Glossing Rules: Conventions for interlinear morpheme-by-morpheme glosses. Available at <<https://www.eva.mpg.de/lingua/resources/glossing-rules.php>>. Accessed on 2019-02-24.

³ Ferreira (2003, p.107, examples 168-171) had also indicated some occurrences of *ku-* and *i-* related to the 3rd person.

⁴ This hypothesis is supported by the fact that the variation is done accordingly to the age of the speakers. The morpheme *i-* as a third person marker has fallen into disuse by younger speakers, only the elders still use it to refer to a third person argument, depending on the context (2nd phase), as it was shown in examples (46) and (50) above. On the other hand, younger speakers have gone to the third phase, in which third person is omitted (Ø).

⁵ *Kuputi* is a cake made with cassava or corn, which can be stuffed with various kinds of game meat. The *kuputi* is wrapped with guarumã leaves and baked in a special type of stone oven, which is covered with soil and straw.

⁶ Ferreira (2003) affirms that it is possible to draw a parallel reasoning considering the occurrence of the morpheme *ku-* and the relational prefixes. Strictly speaking, there is a similar relationship between these two types of morphemes and their adjacent elements. The two constructions (the use of morpheme *ku-* and the use of relational prefixes) are mechanisms managed by the language in order to restructure its grammatical interfaces when one of the arguments of the predicate is not explicit in the sentence.

⁷ This morpheme was glossed as NCO ‘non-contiguous object’ in the original work (FERREIRA, 2003, p.173). We have changed it to 3 ‘third person’ in accordance to the analysis put forward in this paper.

CIÊNCIA, LÍNGUA(GEM) E SIGNIFICAÇÃO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO- METODOLÓGICAS DE UMA SEMÂNTICA ENUNCIATIVA NO BRASIL

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes Editores, 2018.

Em *Semântica: enunciação e sentido* (2018), Eduardo Guimarães revisita conceitos e propõe análises considerando o posicionamento teórico-metodológico que desenvolve desde a década de 1990, apresentado em uma formulação geral em 2002, com a publicação de *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*, também pela editora Pontes.

Essa iniciativa visa promover ajustes que foram percebidos devido às análises realizadas pelo semanticista ao longo dos últimos anos e que conduziram a um avanço tanto na teoria, quanto no método.

Ao longo do livro, o autor reitera e confirma seu ponto de partida teórico, suas influências, fontes e inspirações, trazendo, no corpo do texto e nas notas, referências a linguistas, filósofos e teóricos da linguagem. É a partir dos estudos de Michel Bréal que Guimarães afirma conceber a semântica como uma disciplina científica, e é a autores como ele que o semanticista assemelha seu posicionamento, além do diálogo com os trabalhos de Benveniste, o que fica estabelecido ao trazer que “a linguagem interessa, antes de tudo, porque ela significa” (GUIMARÃES, 2018, p.7).

O autor compreende a Semântica como uma “disciplina científica que se ocupa da significação como uma disciplina geral e não como um componente da gramática” (GUIMARÃES, 2018, p.7). Ao trazer esta afirmação, o linguista defende que a semântica é uma disciplina geral e científica que se ocupa do funcionamento da língua e da linguagem – posicionamento este que percorre todos os capítulos de seu último livro. Nesse sentido, a obra estabelece um percurso de reflexão e análise sobre a teoria que o semanticista desenvolve: “uma semântica que analisa enunciados e expressões no acontecimento da enunciação” (GUIMARÃES, 2018, p.9).

Nesse caminho, ganham contornos mais elucidativos uma série de considerações teóricas já apresentadas pelo autor e a reafirmação de posicionamentos já conhecidos de sua teoria. Destacamos aqui o conceito de acontecimento enunciativo que, segundo Guimarães, “se produz pelo funcionamento da língua nos *espaços de enunciação*” (GUIMARÃES, 2018, p.8); a caracterização da enunciação como um acontecimento que temporaliza e produz sentido; e, no plano descritivo, a relevância de salientar que o enunciado é a unidade de análise de sua semântica, sendo que este se estabelece na sua relação de integração ao texto.

O livro *Semântica: enunciação e sentido* é composto de três partes. Na primeira, temos capítulos que apresentam os “fundamentos que constituem o ordenamento teórico-metodológico desta semântica da enunciação” (GUIMARÃES, 2018, p.9); na segunda seção, o semanticista elucida procedimentos descritivo-analíticos e apresenta análises que desenvolveu nos últimos anos; e, como constituintes da terceira parte, o linguista apresenta três capítulos sobre aspectos fundamentais dos estudos da linguagem: metáfora, aposto e vocativo - pensados à luz da teoria por ele desenvolvida.

De forma geral, na primeira parte do livro, intitulada “Fundamentos de uma Semântica da Enunciação”, o linguista destaca que a “significação é o que se apresenta por aquilo que se diz” (GUIMARÃES, 2018, p.13-14). Trata-se de caracterizar a significação do dizer como algo ocorrido, de um modo tal que a “significação é produzida pela enunciação, por alguém, de algum material de linguagem específico” (GUIMARÃES, 2018, p.8). A partir da apresentação dessa definição geral, Guimarães desenvolve que a significação se produz pela enunciação. Desse modo, não se trata de pensar as palavras em si mesmas, mas sim de considerar o que se diz, “ou seja, algo que se caracteriza por ter ocorrido e ocorrido porque alguém disse (falou, escreveu, etc.)” (GUIMARÃES, 2018, p.14).

A partir dessa conceituação, traz o autor a necessidade de dizer qual é o sentido de enunciação: “a enunciação é o que ocorre quando alguém diz algo, quando um falante de uma língua diz uma sequência que é, de alguma maneira, reconhecida pelos falantes desta língua” (GUIMARÃES, 2018, p.14). Nessa direção, pode-se dizer que a significação é produzida no acontecimento de uma certa língua. Portanto, a semântica é essa “disciplina linguística que tem como objeto

o estudo da significação tomada como produzida pela prática dos falantes de dizer algo em uma língua” (GUIMARÃES, 2018, p.15).

Na semântica tal como proposta e desenvolvida por Guimarães, a unidade de análise é o próprio enunciado, tomado como uma “unidade de linguagem que apresenta, no seu funcionamento, uma consistência interna, aliada a uma independência relativa” (GUIMARÃES, 2018, p.15). O enunciado é considerado em relação a um todo do qual faz parte no acontecimento de enunciação. Desse modo, Guimarães aponta que não há enunciados virtuais, pois eles só existem “quando ditos na enunciação” (GUIMARÃES, 2018, p.17).

Sobre a relação entre enunciado e significação, o autor considera “o sentido como a significação do enunciado, constituído pela integração do enunciado ao texto” (GUIMARÃES, 2018, p.18). Nesta configuração, a semântica pode ser abalizada como o estudo dos sentidos dos enunciados. Desse modo, também está presente na obra de 2018 o que foi estabelecido no livro *Semântica do Acontecimento*: “não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constitutiva do sentido do texto” (GUIMARÃES, 2002, p.7).

O termo *enunciação* apresenta sua particularidade na obra de Guimarães, pois, para o semanticista, “o acontecimento da enunciação se apresenta como um acontecimento de linguagem” (GUIMARÃES, 2002, p.19), ou seja, “se faz pelo funcionamento da língua” (GUIMARÃES, 2002, p.11), ocorrendo sempre em um espaço de enunciação. O conceito de *espaço de enunciação* é, por sua vez, central para a compreensão da teoria de Guimarães. Já estabelecido em seu livro de 2002, o espaço de enunciação “é o espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com os falantes” (GUIMARÃES, 2018, p.23); logo, não há língua sem relação com outras línguas, nem sem relação com os falantes. Tais relações, para o semanticista, são sempre divididas, pois as línguas estão distribuídas de modo desigual, constituindo assim os falantes também de modo desigual, de maneira que o espaço de enunciação deve ser entendido, portanto, como um “espaço político do funcionamento das línguas” (GUIMARÃES, 2018, p.24).

A fecundidade e a complexidade do conceito está no conjunto de relações prescritas. Para Guimarães, “a relação é de línguas com línguas e com falantes” (GUIMARÃES, 2018, p.25), e isso promove uma

dinâmica própria, de acordo com as especificidades de cada acontecimento e das relações envolvidas no espaço de enunciação.

O conceito de espaço de enunciação traz para essa teoria enunciativa a relevância de se pensar o falante, categoria excluída em outras teorias (enunciativas, sobretudo), e permite considerar o funcionamento enunciativo a partir de uma relação política entre falantes e línguas. Desse modo, “o conceito de espaço de enunciação exige que estes aspectos sejam considerados como constitutivos do processo histórico do funcionamento da linguagem e das línguas” (GUIMARÃES, 2018, p.34).

Para finalizar a seção de fundamentos de sua semântica, o semanticista coloca em evidência o conceito de acontecimento da enunciação. É decisivo apontar aqui que o conceito de acontecimento é fundamental na teoria semântica tal como desenvolvida pelo autor. Para Guimarães, o acontecimento “é o que faz diferença na sua própria ordem” (GUIMARÃES, 2018, p.37). Dessa forma, exige-se que algo seja relacionado ao fato de significação; em outras palavras, a ordem em que algo é considerado é o que lhe dá sentido de acontecimento específico.

Nessa direção, a diferença que constitui a especificidade do acontecimento é uma “temporalidade de sentidos”, composta por passado, presente e futuro, sendo que o acontecimento é o que constitui a sua temporalidade, ou seja, o passado é o sentido de enunciações passadas que se apresentam como sentido do enunciado, o presente é aquilo que se articula como próprio da relação entre o enunciado e o seu enunciador, e o futuro é a projeção de sentidos que se estabelece por este enunciado.

No que se refere ao recorte do passado, o semanticista denomina de *memorável*, e a projeção de enunciações futuras, de *futuridade*. A cada vez, a temporalidade do acontecimento é significativa, de modo que “enunciar num acontecimento é dizer algo com sentido, que se produz pela temporalidade própria de cada acontecimento” (GUIMARÃES, 2018, p.41).

Se, por um lado, a enunciação “é o acontecimento do funcionamento da língua, cuja especificidade é sua temporalidade própria”, por outro, o sentido “é considerado como o modo de integração do enunciado, e seus elementos linguísticos, ao texto” (GUIMARÃES, 2018, p.43), e

isso faz com que a produção de sentido pelo acontecimento envolva o agenciamento do falante.

O sentido se constitui pelos modos de agenciamento do/no acontecimento de linguagem. Desse modo, Guimarães aponta que ao falante só é possível dizer de um lugar social e político que o constitui. Ele fala numa história de enunciações que dirigem o dizer do falante, de modo que “a enunciação não se caracteriza por intenções de alguém” (GUIMARÃES, 2018, p.44).

Ainda sobre a questão do agenciamento, o semanticista ressalta que o agenciamento do falante a dizer constitui o que ele denomina de *cena enunciativa*, conceito detalhado na segunda parte do livro, sobre procedimentos e análises.

Ao rerepresentar o que denomina de fundamentos de sua semântica da enunciação, Guimarães, além de desenvolver com mais exemplos e detalhes os pressupostos que embasam sua teoria, mostra um jogo de filiações e de diferenças com outras teorias enunciativas. Ao estabelecer os contornos que fundamentam o processo de disciplinarização de sua teoria, o semanticista mostra como cada fundamento e categoria apresentam uma particularidade de concepção, o que está presente também na seção de procedimentos e análises.

É na segunda parte do livro, intitulada “Procedimentos e Análises”, que Guimarães se dedica à reflexão sobre o agenciamento das figuras de enunciação e sua dinâmica na cena enunciativa. Segundo ele, a cena enunciativa, uma categoria de análise metodológico-descritiva, dá visibilidade à divisão dos lugares de enunciação, o que permite afirmar o caráter político e politópico da enunciação, bem como a não unidade do dizer. Em relação à obra de 2002, Guimarães ajusta a nomeação das figuras da cena: temos agora a divisão constitutiva entre o Locutor e o alocutor-x (não mais locutor-x); e a relação de alocação que se instaura entre Locutor (L) e Locutário (LT), e entre alocutor (al) e alocutário (at).

O Locutor, aquele que diz, é constituído “pelo agenciamento das sistematicidades linguísticas”, enquanto que o alocutor é constituído “pelo agenciamento das condições histórico-sociais dos falantes” (GUIMARÃES, 2018, p.50). O enunciador, por sua vez, “é um modo de o eu se apresentar na sua relação com o que se diz” (GUIMARÃES, 2018, p.62). Ainda segundo o semanticista:

Esta configuração das cenas nos espaços de enunciação trazem para a reflexão (...) a exterioridade da língua, sua historicidade: de um lado, a relação de um eu com um tu, para quem ele diz, e, de outro, a relação de um eu com o que se diz. Estas relações são o fundamento da enunciação e assim do sentido. (...) A divisão entre L e al-x faz aparecer na própria relação de alocação a configuração de um lugar (alocutor) como produzido na relação com lugares não internos ao sistema da língua. Ao mesmo tempo a enunciação se configura tendo como fundamento do sentido uma relação de um eu (o enunciador) com aquilo que se diz (GUIMARÃES, 2018, p.62-63).

Guimarães aponta ainda a dinâmica dos lugares de enunciação, isto é, os modos pelos quais eles se relacionam. Segundo ele, “um lugar diz ao mesmo tempo que os outros. E há uma relação específica nestas concomitâncias” (GUIMARÃES, 2018, p.68), o que produz diferentes modos de significar, isto é, de mostrar o funcionamento semântico do acontecimento. O semanticista fala de dois modos especificamente: a apresentação e a alusão. O primeiro “consiste em um lugar de enunciação mostrar-se como quem faz conhecer um dizer de outro lugar, coexistente ao seu próprio dizer” (GUIMARÃES, 2018, p.68). Por exemplo, quando o alocutor apresenta o dizer de um enunciador a fim de sustentar o que diz. Já a alusão, segundo Guimarães, “é uma relação de um lugar de enunciação que evoca um outro lugar de enunciação e o que se diz a partir deste lugar” (GUIMARÃES, 2018, p.69). Neste caso, um enunciador pode aludir a outro enunciador, ou ao alocutor. Ou ainda o alocutor pode aludir ao Locutor.

Estes modos de significar apresentados por Guimarães permitem, por um lado, refletir sobre a argumentação e a argumentatividade a partir do acontecimento enunciativo e das relações entre as figuras da enunciação. Para o semanticista, a argumentação é produzida pelo próprio acontecimento enunciativo, uma vez que ela “é a sustentação que um eu faz a um tu relativamente a algo sobre que fala” (GUIMARÃES, 2018, p.97). Ela é, desse modo, “uma relação, na alocação, do alocutor com o alocutário, ou seja, é uma relação própria do lugar social de dizer” (GUIMARÃES, 2018, p.98), produzida, portanto, na cena enunciativa.

A argumentação, para Guimarães, relaciona-se com o próprio funcionamento semântico do acontecimento, na medida em que o alocutor apresenta o enunciador, sustentando assim “uma conclusão a partir de uma articulação de lugares de dizer diferentes que a apresentação do alocutor faz significar diferentemente” (GUIMARÃES, 2018, p.106). Em outras palavras, “a relação de argumento a conclusão se estabelece pela apresentação que o lugar social de dizer faz do enunciador” (GUIMARÃES, 2018, p.107). A argumentação, para Guimarães, é, portanto, uma significação produzida pela enunciação. Desse modo, ela não é a busca da persuasão, mas sim a “sustentação de uma posição sobre algo que a enunciação significa” (GUIMARÃES, 2018, p.108). Nesse sentido, a argumentação representa o embate dos sentidos, exatamente porque produz uma partilha do real no acontecimento enunciativo.

A argumentatividade, por sua vez, é, para Guimarães, o “modo de integração dos enunciados ao texto” (GUIMARÃES, 2018, p.109). Nesse sentido, o semantista concebe que “está inscrito no próprio funcionamento da língua um modo de orientar argumentativamente o que é enunciado” (GUIMARÃES, 2018, p.111). As formas linguísticas como *mas* e *porque*, por exemplo, significam uma orientação de argumentatividade no acontecimento enunciativo. Trata-se, desse modo, do agenciamento do falante pela língua, isto é, por suas regularidades sistemáticas - o que se dá do lugar do Locutor, aquele que diz na cena enunciativa.

Para relacionar a argumentatividade à argumentação, Guimarães retoma a questão dos modos de funcionamento semântico do acontecimento enunciativo, mais especificamente a alusão. Nesse sentido, segundo Guimarães, “a relação de argumentatividade, enunciada do lugar do Locutor, enquanto agenciado pela língua, relaciona-se ao al-x pela alusão que este faz ao Locutor” (GUIMARÃES, 2018, p.118). É deste modo, isto é, pela alusão que o alocutor faz ao Locutor, portanto, que se dá o ponto de relação entre a argumentação e a argumentatividade.

Os modos de funcionamento semântico do acontecimento enunciativo permitem, por outro lado, segundo Guimarães, pensar a designação e a referência não como uma relação direta entre uma expressão e o mundo, mas sim como uma construção que se dá pela própria relação de alocação, uma vez que só é possível dizer e, desse

modo, significar, a partir de um lugar social. Nesse sentido, a designação é a relação entre a linguagem e o mundo, pela qual é possível falar do real, recortá-lo, dividi-lo. Desse modo, a partir da perspectiva a qual se filia Guimarães, o mundo é tomado enquanto significado pela linguagem. A designação é, portanto, o sentido de um nome que se constitui na relação com outras palavras. No que diz respeito à palavra, é decisivo apontar aqui que Guimarães compreende que ela significa sempre em um enunciado, enquanto elemento de um texto.

“A questão da relação das palavras com o mundo” (GUIMARÃES, 2002, p.5) sempre esteve presente nos trabalhos de Guimarães e, determinado a defender um ponto de vista não referencialista do sentido de um enunciado, ganharam predileção em sua obra os estudos sobre a *designação*. No livro de 2002, *Semântica do Acontecimento*, são vários os capítulos dedicados a elucidar a relação entre designação e “nomes de rua”, “nomes da cidade”, “nome próprio de pessoa”. Por conseguinte, o livro de 2018 ganhou um capítulo especial na parte de “Procedimentos e Análises”.

Há, na concepção enunciativa da designação, o mérito de mostrar que o sentido de algo deve “ser tomado pela linguagem em virtude do que uma expressão significa num enunciado específico de um texto específico” (GUIMARÃES, 2018, p.153), distanciando-se assim das abordagens veritativas e referencialistas do sentido. A designação, para Guimarães:

[...] é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2002, p.9).

Desse modo, o sentido de um nome, de uma palavra, constitui-se pela relação deste nome com outras palavras nos enunciados, enquanto elementos de um texto. Em outras palavras, “é preciso tratar as palavras nas relações que suas enunciações constroem” (GUIMARÃES, 2018, p.156), compreendendo a designação “enquanto modo de significar o que aparece mostrado como existente” (GUIMARÃES, 2018, p.156).

Com o objetivo de mostrar a significação de um nome, o semanticista estabelece o que chama de Domínio Semântico de Determinação (DSD), engendrado pela observação dos modos enunciativos de reescrituração e articulação que são estabelecidos no texto. Assim, a partir de um sistema específico de amostragem das relações de determinação semântica, o DSD “considera as relações de atribuição de sentido que podemos encontrar entre as palavras de um texto, ou textos, com aquela que se analisa” (GUIMARÃES, 2018, p.157).

Ainda sobre a análise da designação de um nome, Guimarães destaca que não é preciso detectar todas as reescriturações das palavras envolvidas para se analisar uma designação e sim “encontrar enunciados que apresentem condições decisivas, relativamente à constituição do sentido da expressão no acontecimento” (GUIMARÃES, 2018, p.163). Para o semanticista, “o fundamental quanto à designação é pensar que ela é o sentido de um nome pelo qual se recorta o real, o mundo das coisas” (GUIMARÃES, 2018, p.171). Desse modo, a designação, tal como desenvolvida por Guimarães, permite conceber que falar do/sobre o mundo é da ordem de uma relação de linguagem, que é, por sua vez, sempre construída enunciativamente e não de forma referencialista.

Dessa forma, “se não se pode pensar a linguagem sem considerar que ela fala de algo fora dela, não se pode também considerar [...] que a significação, o sentido seja um modo de apresentação do objeto” (GUIMARÃES, 2002, p.91). Designar, portanto, “é constituir significação como uma apreensão do real, que significa na linguagem na medida em que o dizer identifica este real para sujeitos” (GUIMARÃES, 2002, p.91).

Ainda na segunda parte do livro, Guimarães aborda uma questão fértil em seus estudos: o funcionamento enunciativo do nome próprio. Segundo o semanticista, é “o processo enunciativo que constitui os nomes próprios e seus sentidos” (GUIMARÃES, 2018, p.174). Por processo enunciativo, Guimarães entende a história enunciativa do nome próprio, o acontecimento da nomeação, o (recorte do) memorável deste acontecimento e a designação deste nome. Desse modo, o autor defende que o funcionamento e o sentido do nome próprio são inseparáveis do “acontecimento que o tornou nome próprio para algo” (GUIMARÃES, 2018, p.175). Em outras palavras, seu funcionamento

e sentido são inseparáveis da enunciação que estabeleceu o nome próprio.

Guimarães defende ainda que é em virtude de sua designação que o nome próprio “se torna um modo de referir especificamente a uma pessoa” ou a um lugar (GUIMARÃES, 2018, p.195). Desse modo, o nome próprio constrói, por um efeito de sentido, uma referência específica a partir de sua designação, que se produz historicamente. Ainda, segundo o autor:

A relação não é de uma forma linguística, simplesmente, mas de uma forma linguística em virtude do que significa por sua história de enunciações, na qual a enunciação nomeadora não se desvincula do nome atribuído, não como uma etimologia, mas como uma atribuição de sentido e identidade (GUIMARÃES, 2018, p.197).

Guimarães apresenta, portanto, um modo específico e diferencial de tratar o sentido do nome próprio, relacionando-o com sua história enunciativa, afastando-se assim de perspectivas referencialistas e veritativas. Nesse sentido, a posição adotada pelo linguista é de que “o funcionamento referencial” dos nomes próprios, isto é, o fato de que eles particularizam alguém, “é produzido pelo processo enunciativo enquanto parte do processo de identificação social” (GUIMARÃES, 2018, p.207). A referência não é assim “fundamento do funcionamento do nome próprio”; ao contrário, ela é, pois, resultado e efeito do “sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo” (GUIMARÃES, 2018, p.214).

A terceira e última parte do livro intitula-se “Três estudos”, compreendendo assim três capítulos sobre “aspectos decisivos nos estudos da linguagem” (GUIMARÃES, 2018, p.9): metáfora, aposto e vocativo, sendo cada um deles pensados a partir da significação, o que já instaura uma diferença no ordenamento que geralmente é dado a alguns desses fatos.

No capítulo “Argumentação e metáfora”, Guimarães lança luz para o funcionamento argumentativo da metáfora. Distanciando-se da proposta da retórica, o semanticista considera que a metáfora se constitui “pela fusão de uma reescrituração por substituição sinonímica produzida pela sobreposição de enunciadores diferentes na cena

enunciativa” (GUIMARÃES, 2018, p.220). Dessa forma, o semanticista analisa o funcionamento metafórico da palavra *molécula* presente no enunciado “(a palavra) é a molécula integrante da frase”, retirado de um texto de Silva Jr. (1879). Por um lado, o semanticista mostra, a partir da composição de DSDs, como a enunciação funde um jogo de reescrituras que mostram que “o caráter não referencial da significação (da linguagem) é a condição da metáfora” (GUIMARÃES, 2018, p.223). Por outro, descreve o processo de fusão levando em conta os lugares de enunciação, ressaltando que, pela dinâmica da cena enunciativa, “os elementos da fusão ficam mencionados pela própria metáfora” (GUIMARÃES, 2018, p.226), pelo sentido de *molécula* no enunciado em análise.

O autor explicita que o “funcionamento da metáfora significa de modos diferentes em virtude dos textos em que estiver” (GUIMARÃES, 2018, p.226). Esta posição teórica produz um deslocamento sobre o que se estabelece a respeito da metáfora, pois marca pela enunciação uma argumentatividade, assumindo assim o fato de que, ao dizer uma metáfora, sustenta-se uma posição, se argumenta.

Ao elucidar sobre o funcionamento da metáfora enquanto operador de argumentatividade, Guimarães diz que, ao se articular em um enunciado, “a metáfora traz para o enunciado uma diversidade argumentativa específica” e, mais estritamente, que este “funcionamento argumentativo se caracteriza pela marcação de uma força argumentativa superior ao termo de que é metáfora”. Portanto, a fusão de reescritura pode ser vista em análise como o que “produz esta diferença de intensidade na orientação argumentativa” (GUIMARÃES, 2018, p.229).

Se, por um lado, a análise do funcionamento argumentativo da metáfora permite considerar “as relações argumentativas como linguísticas”, por outro, coloca-se a “impossibilidade de se considerar a relação de argumentatividade como o que constitui o fundamento da significação” (GUIMARÃES, 2018, p.235). Sobre isso, a interpretação do sentido das metáforas deve ser estabelecida considerando o seu caráter argumentativo ou poético.

Para finalizar este capítulo, um aspecto considerado por Guimarães é que “a argumentação (e nela a argumentatividade), constituída pelo acontecimento da enunciação, recorta de modo particular seu memorável”, de modo que “a produção da metáfora recorta e toma o

memorável como sentido que sustenta a argumentação que a enunciação sustenta.” (GUIMARÃES, 2018, p.236).

No capítulo “Sentido do nome próprio e aposto”, Guimarães apresenta a relação entre o nome próprio e as expressões apositivas, que, para ele, é uma questão pouco tratada no âmbito das descrições linguísticas. Para o semanticista, do ponto de vista semântico-enunciativo, as expressões apositivas são consideradas um modo de reescrituração. Dessa maneira, interessa a ele olhar como certas construções consideradas apositivas afetam a constituição de sentido de um nome próprio.

Ao tratar a construção apositiva como um modo de reescrituração, o semanticista desloca a questão do aposto para fora de qualquer consideração gramatical e nos apresenta sondagens específicas sobre a questão no quadro de sua teoria, pois, para o autor, o “decisivo na relação apositiva é que se trata de uma relação de natureza claramente nominal” (GUIMARÃES, 2018, p.250). A partir de suas análises, Guimarães caracteriza a reescrituração apositiva como apresentando sempre um desdobramento de enunciadores. Desse modo, o linguista considera a configuração da cena enunciativa um aspecto importante de tal caracterização, dada a possibilidade de os elementos da relação apositiva se apresentarem por lugares de dizer diferentes.

Em um segundo momento, o linguista analisa o sentido das relações apositivas quando envolvem nome próprio. Nessa caracterização, destaca-se que a relação apositiva “é uma reescrituração que se dá em contiguidade” (GUIMARÃES, 2018, p.244) e, dessa forma, interessa ao semanticista mostrar como “os elementos envolvidos na reescrituração significam e em que sentido podem ser considerados como atribuindo sentido” (GUIMARÃES, 2018, p.244).

No que se refere ao funcionamento semântico do aposto, Guimarães diz que é preciso considerar que na relação apositiva se sobrepõem dois aspectos: “de um lado há a *reescrituração* apositiva que atribui o sentido de um termo sobre o outro, de outro lado tem-se algo que faz parte da constituição da designação”, o que nos enunciados analisados se apresenta pela “relação de contiguidade do aposto com o elemento que reescritura” (GUIMARÃES, 2018, p.255). Esse duplo funcionamento leva a uma consideração maior sobre os nomes próprios. Para Guimarães, a observação da reescrituração apositiva sustenta a posição segundo a qual o nome próprio significa, pois, dado o

funcionamento enunciativo de atribuição de sentido, “articula-se a relação apositiva com a constituição do sentido do nome próprio, ou seja, sua designação” (GUIMARÃES, 2018, p.257-258).

O último capítulo do livro tem o título de “Enunciados vocativos” e, da mesma forma que realizou com o aposto, o autor trata dos enunciados vocativos a partir de uma configuração própria no interior de sua teoria, isto é, enquanto um modo de enunciação específico, lançando luz para aspectos que são, muitas vezes, apagados no tratamento do vocativo no âmbito dos estudos gramaticais.

Como caracterização, Guimarães compreende que o acontecimento do enunciado vocativo significa aquele a quem é nomeado, isto é, que é agenciado em alocutário. O enunciado vocativo articula-se por incidência na relação com os outros enunciados, de modo que “a enunciação do enunciado vocativo incide sobre o texto, significando a enunciação de um alocutor para um alocutário” (GUIMARÃES, 2018, p.261). Assim, tomando alguns casos de enunciados vocativos em acontecimentos diversos, o semanticista mostra que “a relação que se constitui pelo enunciado vocativo é entre o lugar social de alocutor (al-x) e o lugar social de alocutário (at-x)”. Desse modo, a enunciação vocativa é “o modo de constituição de alguém como aquele (um lugar social) para quem se fala na cena” (GUIMARÃES, 2018, p.264), o que faz com que os elementos da constituição histórica do sentido da palavra que aparece como enunciação vocativa funcionem e sejam marcados na cena enunciativa.

No jogo promovido pelas figuras enunciativas agenciadas pelos enunciados vocativos, Guimarães estabelece que “um nome como enunciado vocativo não é simplesmente um outro modo de dizer tu”, ou seja, “o vocativo sobrepõe o funcionamento da designação como modo de constituir aquele que é agenciado como alocutário-x” (GUIMARÃES, 2018, p.274), e isso é, para o semanticista, um funcionamento afetado pela história.

De forma conclusiva sobre os enunciados vocativos, Guimarães estabelece que “a própria construção do vocativo depende da relação de designação do nome” (GUIMARÃES, 2018, p.274), conforme os enunciados analisados mostraram. Assim, do ponto de vista do funcionamento da cena enunciativa, “a relação se passa entre o eu e aquilo sobre que se diz. Aquilo sobre que se diz só se apresenta como referido em virtude do que a enunciação constitui como seu sentido”.

Trata-se, enfim, da “historicidade da significação” (GUIMARÃES, 2018, p.275).

Chegamos ao final do percurso estabelecido por Eduardo Guimarães satisfeitos com os esclarecimentos sobre os fundamentos e os procedimentos que o livro apresenta sobre a Semântica da Enunciação, tal como proposta pelo linguista. A obra nos permite compreender a instrumentação e o funcionamento de uma teoria do sentido que se desenvolveu a partir dos estudos de Guimarães, cientista comprometido com o espaço de circulação do conhecimento sobre a língua e sobre a ciência linguística, instaurando assim um gesto de autoria decisivo sobre questões de linguagem muitas vezes negligenciadas por outros lugares e filiações teóricas, mas que aqui são representadas de forma particular, firmando a autenticidade e a proficiência do funcionamento teórico-metodológico proposto e desenvolvido pelo semanticista.

Eduardo Guimarães instituiu no âmbito dos Estudos da Linguagem um novo lugar para se refletir sobre língua(s) e analisar a linguagem, colocando como central a questão do sentido, valorizando-a no funcionamento da língua e na relação com o falante. Algumas categorias, tão conhecidas pelos estudiosos da enunciação, são por ele ressignificadas, enquanto outras são erigidas na configuração de uma semântica que se marca e se consolida como disciplina científica e enunciativa.

Nessa tomada de posição, figura-se uma rede de filiações e deslocamentos com autores como Bréal, Bally, Benveniste e Ducrot, que aqui são concebidos e edificados na ordem do Acontecimento. Assim, a semântica enunciativa que é apresentada neste livro marca tanto o seu pertencimento na ordem dos estudos semântico-enunciativos, quanto a sua diferença na arquitetura dos conceitos, na compreensão dos fundamentos, e na composição e organização dos procedimentos de análise.

Nessa empreitada, a argumentação recebe novos contornos, ao mesmo tempo em que procedimentos como metáfora, aposto e vocativo deslocam-se de seus lugares na retórica e na gramática, e outras questões como o nome próprio e o gesto de nomear alcançam um lugar de reflexão que lhe eram impugnados. Tais questões encontram na Semântica da Enunciação de Eduardo Guimarães um espaço de reflexão pertinente e que se constitui a partir da significação.

Ao assumir a posição de que a semântica é uma “disciplina linguística cujo objetivo é compreender o funcionamento da linguagem e das línguas”, o percurso estabelecido nesse livro, pelo semanticista, nos mostra o quanto essa tomada de posição produz uma diferença no estabelecimento da historicização da semântica. Na compreensão de que a produção do conhecimento “é uma prática histórica, materialmente determinada” (GUIMARÃES, 2004, p.16), observamos o quanto o fato de ser um semanticista brasileiro fez a diferença no estabelecimento de sua teoria: há, na história do Brasil, elementos específicos para a constituição de sua posição e tal reflexo encontra-se tanto na fecundidade de alguns conceitos, como o de espaço de enunciação, quanto na seleção dos exemplos, que retratam condições históricas específicas do Brasil, seja por conta da relação entre línguas, na relação entre falantes e línguas, seja na determinação de condições históricas do domínio do saber que são particularizadas e assentadas por uma prática científica brasileira.

Nessa obra, Guimarães nos apresenta os contornos particulares de uma disciplina semântica que é desenvolvida desde a década de 1990, e que, neste percurso, ao funcionar pelo diálogo com outras teorias, filiar-se a alguns projetos de temáticas específicas e ser desenvolvida no Brasil, permitiu a instauração de um forte gesto de autoria no estabelecimento de estudos que não só se reconhecem no campo de uma semântica enunciativa brasileira, como também colocaram como incontornáveis, do ponto de vista da significação, um conjunto de questões que foram se mostrando pertinentes para a sua disciplinarização.

Argumentação, nome próprio, metáfora, aposto e vocativo são alguns dos elementos utilizados nesse livro para mostrar, em análise, a construção de conceitos determinantes para o tratamento da significação, uma vez que fomentaram um conjunto de questões pertinentes para o estabelecimento de uma semântica enunciativa no Brasil. Guimarães cumpre com esse livro o papel de apresentar os avanços da teoria que os seus estudos foram produzindo e que, ao serem reunidos aqui, contribuem para a explicitação de uma teoria que auxilia e apreende de forma fundamental o funcionamento da linguagem e das línguas.

Anderson Braga do Carmo

Doutorando em Linguística - IEL/UNICAMP
Docente do curso de Letras– UEG

Renata Ortiz Brandão
Doutoranda em Linguística – IEL/UNICAMP

Referências

GUIMARÃES, E. (2004). *História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes.

_____. (2002). *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes.